Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Maria Célia Lima-Hernandes
Vânia Cristina Casseb-Galvão
[organização]

Cristina dos Santos Carvalho
Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi
Nilza Barrozo Dias
Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

INTRODUÇÃO À GRAMATICALIZAÇÃO

Em homenagem a Maria Luiza Braga

INTRODUÇÃO À GRAMATICALIZAÇÃO

Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Maria Célia Lima-Hernandes
Vânia Cristina Casseb-Galvão [orgs.]

As abordagens da mudança lingüística no curso do tempo são variadas, e a *gramaticalização* constitui um tipo especial de mudança que revela como unidades ou construções de base lexical, em certos contextos lingüísticos, passam a servir a funções gramaticais e, se já gramaticalizadas, podem vir a desenvolver funções ainda mais gramaticais. Esse tipo de mudança lingüística requer uma concepção não-estática da gramática das línguas humanas, o que, em outras palavras, significa assumir que o sistema lingüístico está em constante renovação e, desse modo, não há, a rigor, gramática como produto acabado, mas sim, como produto de constante gramaticalização.

Embora o ressurgimento do interesse pela *gramaticalização* tenha se firmado no cenário mundial no início da década de 1980, no Brasil a temática só tomou fôlego quase dez anos mais tarde. Ao longo desses quase trinta anos, ressentimos, na literatura lingüística brasileira, a falta de uma obra que dispensasse um tratamento didático aos estudos da *gramaticalização*. Mostrar como esse processo especial de mudança se implementa em qualquer que seja a língua é o que buscamos ao longo dos dois primeiros capítulos deste livro, onde o leitor encontrará os subsídios teóricos necessários para, no segundo capítulo, tomar contato com fenômenos de gramaticalização na história do português. Externando nossa preocupação com o público-alvo a que a obra se destina, no último capítulo, apresentamos um tratamento pedagógico do tema que visa a sua aplicação no âmbito universitário, como suporte para a formação do acadêmico-pesquisador da área de Letras, e a sua aplicação na prática de ensino de língua materna, uma contribuição para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno do ensino fundamental e médio.

OS AUTORES

ISBN 978-85-88456-70-9
9788588456709

Quando comprometidos com uma concepção de linguagem que tem como foco de análise a língua em uso efetivo, facilmente se compreende que o sistema de qualquer língua natural, além de heterogêneo, não é estático e, conseqüentemente, se submete a pressões de seus usuários, provocando mudanças lingüísticas de natureza variada.

É sob tal concepção que se consolidou a formação acadêmica dos autores que assinam esta obra coletiva, na qual tratam de um processo especial de mudança lingüística, a *gramaticalização*. Esse processo se instancia quando uma unidade ou construção lingüística, por força do uso, tem seu estatuto categorial alterado, ou seja, se é de base lexical passa a desempenhar uma função gramatical, e se já exerce uma função gramatical, passa a mais gramatical ainda.

Oriundos de instituições públicas de ensino superior de diversos estados brasileiros, todos os autores foram iniciados nos estudos da *gramaticalização* sob a mesma orientação da Profa. Maria Luiza Braga, a quem, neste momento, rendem homenagem por meio desta publicação. Esperam, os autores, que a obra que agora trazem a público possa servir de material didático tanto na formação de alunos de graduação e de pós-graduação em Letras e Lingüística, quanto na prática de ensino de língua materna. Aqui o leitor encontrará tanto uma exposição teórica quanto análises empíricas que revelam como, de fato, a *gramaticalização* se implementa nas línguas naturais, com enfoque voltado, num de seus capítulos centrais, para fenômenos de gramaticalização do português, os quais abrangem diferentes níveis de análise, desde o lexical até o oracional.

Os autores

Lingua[gem] 21

Lingua[gem]

1. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*, 5ª ed.
   Marcos Bagno
2. *Linguagem & comunicação social — visões da lingüística moderna*
   Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
3. *Por uma lingüística crítica*, 2ª ed.
   Kanavillil Rajagopalan
4. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*, 4ª ed.
   Stella Maris Bortoni-Ricardo
5. *Sistema, mudança e linguagem — um percurso pela história da lingüística moderna*
   Dante Lucchesi
6. *"O português são dois" — novas fronteiras, velhos problemas*, 2ª ed.
   Rosa Virgínia Mattos e Silva
7. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*
   Rosa Virgínia Mattos e Silva
8. *A lingüística que nos faz falhar*
   Fábio Lopes da Silva, Kanavillil Rajagopalan [orgs.]
9. *Do signo ao discurso — Introdução à filosofia da linguagem*
   Inês Lacerda Araújo
10. *Ensaios de filosofia da lingüística*
    José Borges Neto
11. *Nós* cheguemu *na escola. E agora?*
    Stella Maris Bortoni-Ricardo
12. *Doa-se lindos filhotes de* poodle *— Variação lingüística, mídia e preconceito*
    Maria Marta Pereira Scherre
13. *A geopolítica do inglês*
    Yves Lacoste [org.] e Kanavillil Rajagopalan
14. *Gêneros — teorias, métodos, debates*, 2ª ed.
    J. L. Meurer, Adair Bonini, Désirée Motta-Roth (orgs.)
15. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*
    Maria Luiza Monteiro Sales Corôa
16. *Considerações sobre a fala e a escrita — fonologia em nova chave*
    Darcilia Simões
17. *Princípios de lingüística descritiva — introdução ao pensamento gramatical*, 2ª ed.
    M. A. Perini
18. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*
    U. Weinreich, W. Labov, M. I. Herzog
19. *Por uma lingüística aplicada INdisciplinar*
    Luiz Paulo da Moita Lopes (org.)
20. *Origens do português brasileiro*
    Anthony Julius Naro | Maria Marta Pereira Scherre
21. *Introdução à gramaticalização — Princípios teóricos e aplicação*
    Sebastião Carlos Leite Gonçalves | Maria Célia Lima-Hernandes | Vânia Cristina Casseb-Galvão [orgs.]
22. *O acento em português - abordagens fonológicas*
    Gabriel Antunes de Araújo [org.]

SEBASTIÃO CARLOS LEITE GONÇALVES
MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES
VÂNIA CRISTINA CASSEB-GALVÃO
[organização]

Cristina dos Santos Carvalho
Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi
Nilza Barrozo Dias
Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

INTRODUÇÃO À GRAMATICALIZAÇÃO

Princípios teóricos & aplicação

EM HOMENAGEM A Maria Luiza Braga

Editor: *Marcos Marcionilo*
Capa e Projeto Gráfico: *Andréia Custódio*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

I48
Introdução à gramaticalização : princípios teóricos e aplicação / Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Maria Célia Lima-Hernandes, Vânia Cristina Casseb-Galvão (organização) ; Angélica Terezinha Carmo Rodrigues... [et al.]. - São Paulo : Parábola Editorial, 2007.
(Lingua[gem] ; 21)

"Em homenagem a Maria Luiza Braga"
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-88456-70x

1. Língua portuguesa - Gramática. I. Gonçalves, Sebastião Carlos Leite. II. Lima-Hernandes, Maria Célia. III. Casseb-Galvão, Vânia Cristina. IV. Braga, Maria Luiza. V. Série.

07-1860 CDD 469.5
CDU 811.134'36

Direitos reservados à
PARÁBOLA EDITORIAL
Rua Clemente Pereira, 327 - Ipiranga
04216-060 São Paulo, SP
Fone: [11] 6914-4932 | Fax: [11] 6215-2636
home page: www.parabolaeditorial.com.br
e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

ISBN: 978-85-88456-70-X

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Este livro, como o próprio título sugere, é uma obra introdutória aos estudos da *gramaticalização*, e, como tal, inclui os conceitos operacionais da teoria, acompanhados de farta exemplificação do tipo de análise que se desenvolve sob essa temática. É um livro imprescindível para quem deseja se iniciar nesses estudos, uma vez que apresenta os desenvolvimentos recentes da teoria, a partir da segunda metade do século XX.

Em cada capítulo, há o recorte necessário à atualização de quem pretende estudar a constituição do sistema gramatical de qualquer língua, pois estimula o leitor a participar de questionamentos, debates e polêmicas instaurados a partir dos princípios, métodos e resultados auferidos em vários estudos sobre o português. Pretende também ser uma obra que abra as portas para um olhar alternativo de categorias assumidas como axiomas lingüísticos, de modo a que o leitor perceba a organização paradigmática em termos de vários *continua*, de um arranjo instável dentro de um sistema estável. Sugere, dessa forma, uma releitura dos cânones gramaticais à luz de dados lingüísticos efetivamente realizados por falantes em situações reais de produção.

Todos os autores vêm trabalhando com essa temática desde o final da década de 1990 e têm atuado como formadores de novos cientistas da linguagem nesse ramo da análise lingüística. Embora eles tenham constituído suas formações sob uma mesma base teórica, cada um consolidou sua especialidade detendo-se no estudo de fenômenos específicos de mudança lingüística, cujas análises, ao lon-

go desses anos, vêm contribuindo significativamente para a melhor compreensão de um nicho muito específico de mudança da língua: a *gramaticalização*.

Na falta de um tratamento mais acessível do tema, a obra se compõe de quatro capítulos, organizados didaticamente em termos de complexidade.

No primeiro capítulo, apresentam-se os pressupostos básicos para um aporte teórico alinhado às discussões e aos questionamentos recentes feitos dentro dessa área de pesquisa. Todos os conceitos são materializados numa elaboração que combina farta exemplificação e variados fenômenos *de* e *em* mudança.

No segundo capítulo, são expostos critérios e meios práticos de se verificar a atuação da gramaticalização, seja em seu estado inicial — quando deslizamentos funcionais de unidades/construções lingüísticas são ainda de difícil apreensão —, seja num estágio mais avançado — quando unidades/construções lingüísticas já gramaticalizadas tornam opaca a relação existente com as formas que lhes deram origem. São ferramentas imprescindíveis para se caminhar pelos terrenos muitas vezes movediços das homonímias e das polissemias instauradas nas línguas.

No terceiro capítulo, focalizam-se unidades lingüísticas diferenciadas quanto a sua constituição formal, a sua função e a sua complexidade sintático-semântica. É intenção dos autores mostrar que, em gramaticalização, uma multifuncionalidade pode operar em qualquer nível de análise lingüística. Partem de itens lexicais recategorizados como conjunções, seguem a análise com o exame de construções que, a depender da habitualidade de emprego, podem compor novos sentidos/funções, e chegam à análise da gramaticalização da combinação de orações. Dão um passo além nas discussões quando propõem a gramaticalização dos processos de combinação, uma forma tanto mais específica quanto mais complexa se revela. Nesse capítulo, em suma, os autores abordam e ilustram processos de mudança que atingem desde o nível lexical até o nível oracional.

No último capítulo, as discussões se iniciam resgatando os pontos nevrálgicos das definições sobre gramaticalização, sobre os pressupostos teóricos que subjazem a esse tema e sobre os princípios que sustentam a teoria da mudança lingüística para, aos poucos, ir construindo um caminho para o tratamento pedagógico do tema. Essas discussões visam especialmente a uma aplicação no âmbito universitário, como suporte para a formação do *acadêmico-pesquisador* da área de Letras. Num segundo momento, a discussão se volta para a prática de ensino de língua materna nos ensinos fundamental e médio, e pretende contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno.

Nas últimas páginas da obra, o leitor encontrará indicações de leituras fundamentais para um aprofundamento no estudo da *gramaticalização*. Segue, assim, uma bibliografia comentada das principais obras que circulam como fonte de consulta e de discussões entre professores, pesquisadores, estudantes de graduação, mestrandos e doutorandos, que têm se especializado nessa linha de estudos. Fecham o livro as referências bibliográficas, uma extensa lista de obras que fundamenta as exposições feitas em cada um dos capítulos, às quais se seguem as credenciais dos autores.

Como o leitor poderá observar, trata-se de uma obra que estabelece um diálogo franco entre pesquisadores e um público que pretende se afinar com as questões de ponta no que se refere à mudança lingüística que se processa via gramaticalização. São convidados a esse diálogo alunos de graduação em Letras e Lingüística, alunos de pós-graduação e professores de língua portuguesa dos ensinos fundamental e médio, os quais, a partir de hoje, podem contar com a leitura de uma obra específica, em língua portuguesa, tratando do tema de modo amplo, mas com a profundidade necessária. Aqui, encontra-se o casamento entre aspectos teóricos e práticos no encaminhamento de uma temática de pesquisa voltada para a fluidez da linguagem e a mudança lingüística; sustentam esse casamento as ferramentas necessárias à explanação do quadro da *gramaticalização*.

À leitura, portanto!

OS ORGANIZADORES

PREFÁCIO

Viver, testemunhar e escrever a história é, acima de tudo, um privilégio. É nesta perspectiva que inauguro, com um misto de prazer e de receio, a minha atividade de prefaciar um livro.

O livro *Introdução à gramaticalização*, que a comunidade de leitores ávidos tem também o privilégio de receber, homenageia com muita justiça Maria Luiza Braga. Afinal, os sete organizadores e autores desta obra — Angélica Terezinha Carmo Rodrigues, Cristina dos Santos Carvalho, Maria Célia Lima-Hernandes, Nilza Barrozo Dias, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Vânia Cristina Casseb-Galvão — foram todos orientados por minha amiga Malu. A homenagem que se faz à profissional Maria Luiza Braga revela a seriedade com que a minha amiga *Malu* abraça todas as causas em que se vê envolvida, fato que a torna uma multiplicadora de pães: estuda, aprende, ensina, orienta, democratiza o conhecimento, que vai igualmente sendo democratizado com o apoio da Parábola Editorial.

Conheci Maria Luiza ou Malu (com o nome *não-gramaticalizado* ou *gramaticalizado*, a depender do contexto) na primeira metade da década de 1970: muitos anos já se passaram, mas as lembranças e a amizade permanecem. Fizemos o curso de mestrado juntas. Mais do que isto, tivemos a oportunidade de participar de um excelente *Curso de Nivelamento*, ministrado por professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), antes mesmo das provas de seleção para o ingresso no mestrado. Vivemos momentos intensos, estudando, *eu acho*, pelo menos umas 15 horas por dia. À

época, formávamos um grupo forte e nos ajudávamos mutuamente, nos esquecendo de que estávamos batalhando por uma mesma vaga: o *núcleo duro* do grupo (que estudava freneticamente) era, se não me falha a memória, constituído por pessoas vindas de Minas Gerais (Malu, Nelize e eu), do Espírito Santo (Hilda) e do Piauí (Zé Reis). Estudamos muito e passamos. Continuamos a estudar juntos, e muito! Fizemos um mestrado com boas lembranças. Malu e eu tivemos a oportunidade de fazer trabalhos a quatro mãos. O mais importante deles foi um trabalho pioneiro: trata-se do primeiro trabalho sobre a concordância de número no sintagma nominal no português brasileiro, com dados de sete pessoas do sexo feminino residentes no Rio de Janeiro, vindas de diversas regiões, sob a orientação do professor Anthony Julius Naro. Apresentamos este trabalho no I Congresso Nacional de Lingüística, de 10-12 de março de 1976, organizado pela PUC-RJ, quando, *assim*, iniciamos nossa carreira de pesquisadoras. E tomamos gosto! Sobre o mesmo tema, Malu fez sua dissertação de mestrado, com dados de pessoas do Triângulo Mineiro, e eu fiz a minha, com dados de pessoas do Rio de Janeiro. Foi uma experiência ímpar: participamos da inauguração das pesquisas variacionistas dos estudantes brasileiros. Depois, Malu *foi dar* aulas na Universidade Federal Fluminense (UFF) e, por circunstâncias do destino, eu *acabei indo* para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E lá na UFRJ nos encontramos de novo, no Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), que congregou um conjunto significativo de orientandos do professor Naro, que, naturalmente, agregou outras pessoas interessadas pelo estudo da língua em uso, sob abordagens teóricas diversas.

O fato é que Malu enveredou pelas teias da *gramaticalização* (processo, paradigma ou teoria — como objetivamente discutem os autores no primeiro capítulo desta obra) e com este jeito de se dedicar aos estudos lingüísticos tem feito história: prova disto é esta obra — *Introdução à gramaticalização* — com que os sete ex-alunos da UNICAMP e da UNESP-Araraquara, todos hoje pesquisadores e professores de diversas instituições públicas brasileiras, a homenageiam. São eles (repito com mais detalhes):

Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

Doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da Universidade Federal de São Carlos, onde atua no ensino de graduação.

Cristina dos Santos Carvalho
Doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus de Conceição do Coité, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

Maria Célia Lima-Hernandes
Doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

Nilza Barrozo Dias
Doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi
Doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da UNESP – Campus de São José do Rio Preto, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Doutor em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professor da UNESP – Campus de São José do Rio Preto, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

Vânia Cristina Casseb-Galvão
Doutora em Lingüística pela UNESP – Campus de Araraquara, é professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

Em boa hora estes seus sete ex-alunos dedicados trazem o conhecimento recebido, armazenado e ruminado para partilhar conosco: como os próprios autores ponderam, um livro dessa natureza ainda não se encontra disponível. A obra contempla uma abordagem objetiva e crítica de aspectos teóricos, em que fazem reflexões maduras sobre o estatuto do fenômeno da gramaticalização (capítulos I e II), aplicam e discutem esses aspectos teóricos a análises pormenorizadas de fenômenos claramente envolvidos em processos de gramaticalização em português (capítulo III) e se aventuram pelos caminhos do ensino (capítulo IV), com incursões sobre o ensino de variedades da língua portuguesa (diferente de ensino de língua materna, porque esta *a gente* simplesmente não ensina — língua materna é naturalmente adquirida: eis a minha divergência com a fala dos autores).

O livro que recebemos é todo ele muito interessante, mas um aspecto fundamental, permeado pelos quatro capítulos, me fascina: o que mostra de forma cristalina que aspectos considerados no senso comum como esvaziamento de idéias, especialmente na fala de gerações mais novas (embora também na fala e nos textos de todos nós), revelam, acima de tudo, a percepção intuitiva de fenômenos de gramaticalização, seja no nível lexical, seja além do nível lexical. Em outras palavras, os fenômenos de gramaticalização envolvem esvaziamento semântico, porque elementos lexicais ou construções de natureza lexical estão se tornando elementos ou construções gramaticais ou construções gramaticais estão se tornando ainda mais gramaticais. Percebidos com mais freqüência na fala dos jovens, é como se esses fenômenos indicassem que a fala dos jovens estivesse sendo esvaziada de significado ou esvaziasse a língua de significado. Em verdade, trata-se apenas de mudanças perceptíveis pelos mecanismos ou processos de gramaticalização, que, envolvem, por exemplo, as transformações sofridas por elementos *tipo tipo* ou *tipo eu acho*. As análises que os sete autores apresentam constituem, acima de tudo, excelentes exemplos para que possamos entender com mais clareza (nos termos de William Labov, 2001: 514, em "Principles of Linguistic Change – Social Factors") o *Golden Age Principle*, a idéia de que "em algum ponto no passado, a língua estava em estado de perfeição". Este princípio reflete a percepção intuitiva das mudanças (e também o medo delas), nas quais se encontram inevitavelmente envolvidos processos de gramaticalização *tipo* os apresentados neste livro. *Eu acho*. Para saber o que você acha, só lendo a obra *Introdução à gramaticalização* que estamos recebendo. E assim a história continua — vivida, testemunhada e escrita —, com a nossa participação, como pesquisadores, como professores, como escritores e como leitores críticos.

Maria Marta Pereira Scherre

NOTA SOBRE AS FONTES DE ONDE FORAM EXTRAÍDAS OCORRÊNCIAS EXEMPLIFICATIVAS

Seguindo cada uma das ocorrências exemplificativas de fenômenos lingüísticos em discussão, encontram-se entre parênteses as indicações das fontes de onde foram extraídas, algumas já bastante difundidas, outras de uso mais restrito. Segue abaixo nota explicativa sobre essas fontes.

- PEUL/RJ: refere-se a amostras de fala da base de dados do *Programa de Estudos sobre Usos da Língua*, sediado na Faculdade de Letras da UFRJ. A Amostra 00 compreende entrevistas gravadas no período de 1980 a 1982, e a amostra-00, entrevistas gravadas partir de 1999.
- NURC: refere-se a amostras de fala do *Projeto Norma Urbana Regional Culta*, coletadas em cinco capitais do país: Porto Alegre (POA), Recife (REC), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (SSA) e São Paulo (SP). Os inquéritos foram gravados levando-se em conta três eventos diferentes de fala: Elocuções Formais (EF), Diálogos entre dois Informantes (D2) e Diálogo entre Informante e Documentador (DID).
- POP/SP: refere-se a amostras de fala do *Português Popular*, coletadas na cidade de São Paulo, de responsabilidade de Rodrigues (1987).
- RONDON/PA: refere-se a amostras de fala do português popular, coletadas na cidade de Rondon do Pará, de responsabilidade de Casseb-Galvão (1999).
- PROCON/JF: Refere-se a amostras de fala coletadas em audiências de conciliação do PROCON (Serviço de Proteção ao Consumidor) de Juiz de Fora (MG), de responsabilidade de pesquisadores da UFJF.
- **Outras amostras:** incluem amostras de escrita do português histórico e do português contemporâneo, extraídas de fontes diversas.

CAPÍTULO UM

TRATADO GERAL SOBRE GRAMATICALIZAÇÃO

SEBASTIÃO CARLOS LEITE GONÇALVES
MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES
VÂNIA CRISTINA CASSEB-GALVÃO
CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

1. INTRODUÇÃO

Dentre os vários processos de mudança lingüística, a gramaticalização é considerada um dos mais comuns que se tem observado nas línguas em geral. A constante renovação do sistema lingüístico — percebida, sobretudo, pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes — traz à tona a noção de "gramática emergente", concepção assumida de modo explícito ou não por vários estudiosos da gramaticalização. Hopper (1987), por exemplo, entende a gramática das línguas como constituída de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso. Subjazem a esse entendimento uma concepção de língua como atividade no tempo real e a postulação de que, a rigor, não há gramática como produto acabado, mas sim constante gramaticalização.

Os lingüistas que lidam com gramaticalização podem ser classificados segundo o tipo de trabalho ou método adotado para estudar a gramaticalização.

Nem sempre essa classificação é tão simples e clara, pois, a depender do fenômeno, as exigências para a apreensão de seu movimento são amplas. Para alguns, a gramaticalização pode ser *processo*, mas também pode ser *paradigma*, da mesma forma que pode ser um fenômeno diacrônico ou sincrônico.

A gramaticalização é considerada *paradigma* se observada num estudo da língua que se preocupe em focalizar a maneira como formas gramaticais e construções surgem e como são usadas. É considerada *processo* se se detiver na identificação e análise de itens que se tornam mais gramaticais. Pode, ainda, ser observada de duas perspectivas: *diacrônica*, se a preocupação do estudo estiver voltada para a explicação de como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua, ou *sincrônica*, se a preocupação estiver voltada para a identificação de graus de gramaticalidade que uma forma lingüística desenvolve a partir dos deslizamentos funcionais a ela conferidos pelos padrões fluidos de uso da língua, portanto, sob um enfoque discursivo-pragmático. A combinação dessas duas perspectivas (*pancrônica*) também é uma possibilidade metodológica.

Como originalmente concebida, a gramaticalização se instaura no momento em que uma unidade lingüística começa a adquirir propriedades de formas gramaticais ou, se já possui estatuto gramatical, tem sua gramaticalidade ampliada. Sob tal acepção, encontra-se enfatizada a diferença existente entre estatuto lexical e estatuto gramatical das formas lingüísticas. Essa definição preliminar parece, em princípio, desprovida de adequação descritiva, uma vez que, como aponta Castilho (2002), é-se forçado a admitir que itens lexicais não comportam propriedades gramaticais, como, por exemplo, as que permitiriam identificar suas classes morfológicas.

Ao se falar em gramaticalização, há muitas controvérsias que se aplicam essencialmente ao nome do processo. Castilho (2002a, 200b, 2006), por exemplo, adota a segmentação do processo em multissistemas, ou seja, para ele, a língua deve ser tratada como um sistema complexo e integrado, cujas categorias estão nucleadas à volta do discurso, da gramática, da semântica e do léxico. Nesse sentido, a gramaticalização seria um dos processos passíveis de análise e que seria estudado a partir de subprocessos simultâneos:

> A gramaticalização cinde-se, portanto, em três subprocessos: fonologização (alterações no corpo fônico das palavras), morfologização (alterações que afetam o radical e os afixos) e sintaticização (alterações que afetam as categorias lexicais, os arranjos sintagmáticos e a atribuição de funções na sentença) (2006, 25).

Tanto sob o rótulo *gramaticalização* (em sua acepção mais ampla) quanto sob o rótulo *multissistema*, o que ocorre é que, à medida que as propriedades de uma unidade lingüística vão se alterando, ela vai se tornando membro de novas categorias, em razão de uma reanálise categorial, o que permite enquadrar uma mesma forma em categorias diversas[1]. Da adoção de uma ou outra dessas abordagens (gramaticalização como um processo amplo ou língua como multissistema), naturalmente, decorrem exigências metodológicas e implicações quanto à extensão do tratamento lingüístico em cada subprocesso e nos demais processos. Esses movimentos podem ser apreendidos por três princípios: *ativação*, *reativação* e *desativação* (vide seção 3 deste capítulo).

Com o objetivo de tornar a exposição didática, é suficiente, por ora, entender a gramaticalização como as alterações de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade lingüística que promovem a alteração de seu estatuto categorial.

O emprego que aqui se faz de termos como *unidade lexical* e *unidade gramatical* serve simplesmente para diferenciar o conjunto de propriedades que identifica uma e outra categoria, o que não deve expressar um entendimento de que se está tratando a língua como portadora de categorias discretas. Assim, o predicado *ser lexical* identifica categorias prototípicas cujas propriedades fazem referência a dados do universo bio-psíquico-social, designando entidades, ações, processos, estados e qualidades, enquanto o predicado *ser gramatical* identifica categorias prototípicas, cujas propriedades cuidam de organizar, no discurso, os elementos de conteúdo, por ligarem palavras, orações e partes do texto, marcando estratégias interativas na codificação de noções como tempo, aspecto, modo, modalidade etc. Os exemplos são muitos em todas as línguas do mundo. Para ficar na língua portuguesa, falada ou escrita no Brasil, observem-se as ocorrências seguintes[2]:

(1) Tinha também o amolador de facas, que era um *tipo* humano muito interessante, e tinha o tripeiro que isso, me disseram que ainda existe até hoje lá na Tijuca, ou no subúrbio (NURC-RJ).

---

1. É importante lembrar que derivação pressupõe direção. O modelo multissistêmico é regido por três princípios, um deles a *desativação*, que pressupõe alteração a partir de uma forma-fonte.
2. Ocorrências exemplificativas de fenômenos de gramaticalização apresentadas ao longo desta obra provêm de dados efetivos de língua falada e escrita, cuja fonte encontra-se indicada ao final de cada uma.

(2) Caras que vivem de música, gravando e fazendo *shows*, parecem passar pela vida sem os dramas comuns, *tipo* vestibular. Mas nem diga isso a Dinho Ouro Preto, vocalista do Capital Inicial (Caderno Vestibular, *O Estado de S.Paulo*, out.2004).

Em (1), a palavra *tipo*[3] aparece como um substantivo, nomeando um referente humano, enquanto, em (2), a mesma palavra assume função que, para alguns, se encaixa no conjunto das preposições (exemplificativas) e, para outros, no conjunto das conjunções (comparativas). Ninguém, por certo, classificaria o segundo caso como substantivo. No primeiro caso, *tipo*, tal como é próprio da classe dos substantivos, recebe flexão de número e estabelece concordância com seu determinante e permite, também, modificação por um adjetivo (*tipo humano*); no segundo caso, *tipo*, funcionando como preposição ou conjunção, é invariável quanto à flexão e não admite modificador. Portanto, em (1) funciona como palavra lexical e, em (2), como palavra gramatical.

No quadro teórico em que a gramaticalização é tratada, muitas formas de abordá-la podem ser apontadas, desde as que se restringem à mudança de itens lexicais até as que preferem abordagens acima do nível da palavra. Na tentativa de contribuir para a explicitação desse quadro teórico, o presente capítulo oferece um breve histórico da gramaticalização em face de definições e tendências (seção 2), a explanação de seu estatuto teórico à luz de estágios, princípio básico, mecanismos e motivações (seção 3), seu alcance no que se refere aos objetos de investigação (seção 4) e uma avaliação do seu estatuto teórico (seção 5).

2. GRAMATICALIZAÇÃO: BREVE HISTÓRICO, DEFINIÇÕES E TENDÊNCIAS

Desde que a gramaticalização, no final da década de 1980, se difundiu como paradigma, uma gama de termos alternativos surgiu para rotular esse fenômeno de mudança lingüística. Enquanto o termo *gramaticalização* é o mais recorrente na literatura, aparecem também, na referência ao mesmo processo, e sem diferenças muito significativas, termos variantes como *gramaticização*

3. Essa análise é inspirada na tese de doutorado de Lima-Hernandes (2005), que empreendeu um estudo pancrônico dos itens de base comparativa *tipo, feito, igual* e *como*.

(Hopper, 1991; Givón, 1975; Matisoff, 1991), sendo que a distinção mais relevante que se observa é a tendência de uma maior relação do termo *gramaticalização* com a perspectiva diacrônica e de *gramaticização* com a perspectiva sincrônica da mudança contínua de categorias e significados[4]. Ocasionalmente, aparecem ainda como sinônimos de *gramaticalização* termos inadequados para a descrição do processo em si, porque identificam apenas suas características semânticas e/ou sintáticas, tais como: *reanálise*, *sintaticização*, bleaching [*desbotamento*] *semântico*, *enfraquecimento semântico*, fading [*desaparecimento gradual*] *semântico*, *condensação*, *redução* etc. (Heine et al., 1991a, 3).

Estudos iniciais passíveis de ser identificados como de gramaticalização datam do século X na China e continuam a se desenvolver no século XVII, com Condillac e Rosseau (na França) e com Tooke (na Inglaterra); e, no século XVIII, com Bopp, Schlegel, Humboldt, Gabelentz (na Alemanha) e Whitney (nos Estados Unidos). Finalmente, como hoje concebidos, chegam ao século XX, nas décadas iniciais (1912), tendo em Meillet (na França), a figura central. A partir daí podem ser citados vários lingüistas que, mais aprofundadamente, começaram a desenvolver pesquisas sobre gramaticalização, principalmente na Alemanha (Lehmann, Heine, Claudi, Hünnemeyer) e na Costa Oeste Americana (Givón, Hopper, Traugott, Bybee, Pagliuca, entre outros).

Todos esses estudiosos partilham o mesmo pensamento no que concerne a dois pontos:

(i) fazem a distinção entre itens lexicais, signos lingüísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, de um lado, e itens gramaticais, signos lingüísticos "vazios", classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias, do outro;
(ii) consideram que as últimas categorias tendem a se originar das primeiras.

A Meillet (1912, 131)[5] é atribuído o primeiro uso do termo *gramaticalização*, para se referir à "passagem de uma palavra autônoma à função de elemen-

4. Nesta obra, a escolha recai sobre o termo *gramaticalização*, em razão de ser esse o uso mais difundido.
5. O artigo "L'évolution des formes grammaticales", de Meillet, datado de 1912, é considerado obra fundante dos estudos de gramaticalização. Esse artigo, publicado originalmente na *Rivista di Scienza*, XII, n. 26, foi reimpresso, em 1958, na coletânea *Linguistique historique et linguistique générale*. Nessa

to gramatical", ainda que as noções que embasam a gramaticalização já estivessem presentes na lingüística oriental do século X, que já depreendia distinções relevantes entre símbolos lingüísticos plenos e signos lingüísticos vazios, estes considerados originários daqueles (Heine et al., 1991a, 5). Referência também deve ser feita a momentos anteriores a Meillet, representados pelo trabalho de Horne Tooke (1786, 1805, 1857, *apud* Heine, 2003), que já argumentava: a língua é concreta em seu "estágio original" e itens abstratos derivam de itens concretos, e de Wilhelm von Humboldt, que, em 1822, de modo não muito diferente do de Tooke, sugerira que a estrutura gramatical das línguas humanas era precedida por um estágio de evolução em que somente idéias concretas eram expressas (Hopper & Traugott, 1993, 18-19).

Em acordo, então, com a acepção mais clássica de gramaticalização, palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) podem passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposições, advérbios, auxiliares etc.), as quais, em momento posterior, podem vir até mesmo a se tornar afixos[6]. O critério relevante para essa classificação é a autonomia da palavra, e um esclarecimento sobre isso pode ser buscado no comportamento do verbo *vir* em português.

(3) A fonte, em forma de cabeça de cavalo, em bronze, é uma homenagem aos imigrantes e tropeiros que *vinham a* Curitiba para comercializar seus produtos ... (www.curitiba-parana.net/garibaldi.htm).

(4) Os soldados *vinham vindo, vinham vindo*. Nossa Senhora clamou pelos peixes do mar, mas eles estavam longe e não ouviram. Então apareceu um siri de carapaça... (www.jangadabrasil.com.br/janeiro17/im17010c.htm).

Em (3), *vir* apresenta-se como um verbo pleno, mais autônomo, pois tem sua significação mais concreta e básica expressa pelo ato de deslocamento de um corpo no espaço físico. É, assim, um verbo que tem seu argumento externo, o SN-sujeito (*imigrantes e tropeiros*), expresso à sua esquerda e suas informações satélites, adjunto adverbial de lugar (*Curitiba*), à sua direita. Diversamente, em (4), comporta-se como um verbo não-autônomo. Nesse caso, a perífrase *vir vindo*, constituída de dois verbos *vir* (V1 e V2), apresenta argumento externo, o SN-sujeito (*os soldados*), à sua esquerda, e o adjunto de lugar, definido por V2, está pressuposto no espaço enunciativo. Nesse contexto, V1 (*vinham*) é reanalisado como verbo auxiliar de V2 (*vindo*), ou seja, assume uma função mais gramatical, pois desempenha agora uma função em relação a outro verbo. Exemplo semelhante ocorre também, em português, com o verbo *ir*, marcador de futuridade, em perífrases constituídas de *ir + infinitivo*, podendo, inclusive, no registro coloquial, resultar em construções do tipo *vou ir*, em que, claramente as funções de *ir* são diferentes: a primeira, um auxiliar de futuro, e a segunda, um verbo de movimento[7].

Nos estudos pioneiros de Meillet, depreende-se, primeiramente, a idéia de gramaticalização como uma ferramenta da lingüística histórica, que buscava dar conta das origens e das mudanças típicas envolvendo morfemas gramaticais, o que vinha a complementar o campo da etimologia e da evolução histórica das palavras. Contudo, pela identificação e exemplificação de tipos de palavras fornecidas pelo próprio autor, pode-se depreender também a possibilidade de conceber a gramaticalização como um processo sincrônico. Como exemplo disso, Meillet (1912) distinguia três classes de palavras, entre as quais era possível perceber uma certa gradualidade: *as principais* (nomes, adjetivos, verbos e complementos circunstanciais), *as acessórias* e *as gramaticais* (preposições, conjunções e auxiliares). Para ilustrar essa sua classificação, Meillet valeu-se dos diferentes usos do verbo *être* do francês: como palavra principal (verbo: *estar* + adjunto de lugar), como palavra acessória (verbo de ligação: *ser* + adjetivo) e como palavra gramatical (verbo auxiliar: *estar* + verbo). Assim, na perspectiva diacrônica, palavras acessórias e palavras gramaticais podem se desenvolver de palavras principais

---

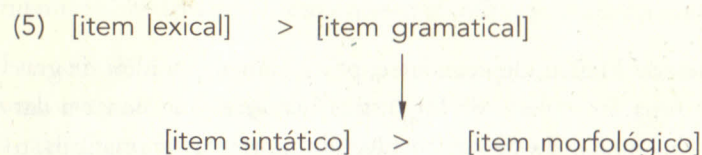
obra, as citações de Meillet referem-se exclusivamente a esse seu artigo. Por entender que foi com esse trabalho de Meillet que a gramaticalização de fato se difundiu, ele deve ser considerado, então, como o marco a partir do qual esse quadro se desenvolve.

6. Essa relação não é de mão única. Embora sejam raros, há casos de itens gramaticais que se tornaram lexicais, como, por exemplo, no inglês, em que o nome *bus* tem como forma-fonte a terminação latina de dativo plural de *omnibus* (Martelotta *et alii*, 1996, 51).

7. Em estudo sobre a gramaticalização de verbos plenos em auxiliares, Heine (1993, 60) sustenta que um dos indícios da mudança de verbo pleno a verbo auxiliar é a possibilidade de esse verbo combinar-se, numa perífrase, com verbo de mesma etimologia, como em (4), *vinham vindo* e, em inglês, em uma construção como: *Rachel has to have a new flat* ("Raquel tem que ter um novo apartamento"). Mesmo argumento é defendido por Longo & Campos (2002), que, ao propor uma visão não-dicotômica no tratamento de verbos plenos e auxiliares, sustentam que o fato de um verbo poder incidir sobre uma base idêntica indica que o verbo auxiliar e a base não são interpretados como sinônimos e que o auxiliar se esvaziou semanticamente, adquirindo um valor gramatical. Para esses autores, a relação entre verbos plenos e auxiliares pode ser mais bem compreendida através de um *continuum* de gramaticalização.

e, na perspectiva sincrônica, palavras acessórias e/ou gramaticais e sua forma-fonte principal podem conviver num mesmo recorte de tempo.

Nessa época, o conceito de gramaticalização foi necessário em razão de a analogia sozinha não ser capaz de explicar as fontes dos morfemas gramaticais. Estava no léxico a origem de muitos morfemas que, como tais, eram produtos de enfraquecimentos e generalizações de significados. A gramaticalização, como proposta por Meillet, envolve essencialmente a passagem *[léxico]* > *[gramática]*, com o lado gramatical comportando a seqüência interna *[sintaxe]* > *[morfologia]*, conforme representado no esquema em (5), sugestivo de *clines* de mudança envolvidos:

(5) [item lexical] > [item gramatical]
↓
[item sintático] > [item morfológico]

Não distante do uso pioneiro do termo, Lehmann (1995 [1982], 11-12), na conceituação de gramaticalização, assume a definição clássica de Kurilowicz, que concebe a gramaticalização como um processo de morfologização, que pode levar à mudança de estatuto de um item não somente de lexical a gramatical, mas também do menos para o mais gramatical. Nessa mesma linha, coloca-se a definição adotada por Heine et al. (1991a, 3):

> [a gramaticalização consiste n]o crescimento dos limites de um morfema que avança de um valor lexical para um valor gramatical ou do menos para o mais gramatical, i.e., de um formante derivacional para um formante flexional.

Hopper & Traugott (1993, 7) admitem que uma forma em processo de gramaticalização segue um *cline* de mudança, como sugere o esquema em (6) abaixo, fornecido por eles, o qual enfatiza o caráter categorial do léxico.

(6) [item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > [afixo flexional]
(Hopper & Traugott, 1993, 103)

Numa formulação de caráter mais restrito, a gramaticalização poderia, então, ser definida como um processo por meio do qual alguns elementos de conteúdo lexical se desenvolvem, no decorrer do tempo, e se tornam elementos gramaticais e, se gramaticais, passam a mais gramaticais ainda, apresentando-se mais previsíveis no que diz respeito a seu uso. É o que afirmam, por exemplo, Heine et al. (1991a, 2).

> Estamos lidando com a gramaticalização, um processo que pode ser encontrado em todas as línguas conhecidas e que pode envolver qualquer tipo de função gramatical, quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical, ou quando uma unidade gramatical assume uma função ainda mais gramatical.

Várias das definições de gramaticalização encontradas em dicionários e em manuais de lingüística permitem entrever, em sua base, a definição clássica de Meillet (1912), mas não são suficientes quanto ao alcance desse termo, pois, como argumenta Braga (1999), o campo dos fenômenos que podem ser examinados sob o enfoque da *gramaticalização* sofreu alargamento e atualmente inclui o estudo do itinerário percorrido por formas lingüísticas e também por construções gramaticais emergentes.

Com relação ao recorte temporal, Traugott & Heine (1991) defendem que o termo *gramaticalização* remete a um processo lingüístico tanto diacrônico quanto sincrônico de organização categorial e de codificação, ainda que, em momentos anteriores, remetesse a um processo unicamente diacrônico[8]. Há, contudo, os que privilegiam somente a sincronia. Isso é possível quando, numa perspectiva voltada para a codificação gramatical, o interesse primeiro é o exame da organização sincrônica (Thompson & Mulac, 1991) e pancrônica (Frajzyngier, 1996; Myhill, 1988; Givón, 1979; Du Bois, 1985; Traugott & Heine, 1991) da estruturação gramatical.

No que se refere à direção da mudança, alguns autores investigam o processo de gramaticalização partindo do discurso para a morfossintaxe. Givón (1979)[9], por exemplo, defende a existência de um processo cíclico: *discurso* > *sintaxe* > *morfologia* > *morfofonêmica* > *zero*, perspectiva adotada também por Genetti (1991), Givón (1991), Haiman (1991), Herring (1991), Hook (1991), Hopper (1991), Lichtenberk (1991) e Shibatani (1991), todos trabalhos compilados por Traugott & Heine (1991).

Outras concepções têm sido apresentadas e, a título de exemplo, considere-se aquela proposta por Votre (1999, inédito):

---

8. O recorte estabelecido pelos historicistas do final do século XIX resulta de uma visão predominante à época, pois a grande escola que abria caminhos de pesquisa no ocidente obedecia a uma orientação histórico-comparativista.

9. Givón fundamenta-se na proposta de Hodge (1970, *apud* Castilho, 1997), que admite dois estágios: 1. sintaxe forte e morfologia fraca; 2. sintaxe fraca e morfologia forte. Ao primeiro é atribuído o *slogan* "a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje".

Processo de regularização que se verifica num fenômeno qualquer, à medida que a generalização progressiva do uso vai fazendo com que ele passe do nível do discurso, em que há ampla liberdade de variação, para o nível da gramática, em que se regulariza e em que diminui ou cessa a liberdade de variação. O conceito aplica-se também aos itens já presentes na gramática, que evoluem para uma conformação ainda mais gramatical, se admitimos que os itens da gramática não são entidades discretas, e sim pólos de um contínuo, em que certas classes de itens estão mais próximas do léxico, enquanto outras ocupam diferentes posições no *continuum* da gramática. Assim, o advérbio é mais gramatical do que o adjetivo.

Aqui se verifica a preocupação com o processamento sincrônico, que promove deslizamentos funcionais menos perceptíveis, justamente por nem sempre configurar mudança de classe gramatical.

Uma terceira fase dos estudos, que tem em Givón seu precursor, procurou ampliar as propriedades definitórias do termo, para serem nele inclusos fenômenos gerais de mudanças constitutivos da gramática das línguas. Assim, cresce o interesse na integração da gramaticalização com trabalhos teóricos em lingüística descritiva e histórica, sem, contudo, invalidar a acepção inclusa na definição clássica de gramaticalização como um processo que vai do menos para o mais gramatical, independentemente do nível de análise a partir do qual o processo se instaura. O caráter historicista da gramaticalização torna-se paralelo a outra forma de abordá-la: a partir de uma perspectiva sincrônica, que a concebe primeiramente como um fenômeno sintático, pragmático e discursivo, a ser investigado a partir dos padrões fluidos de uso da língua.

Extrapolando os módulos do léxico e da morfologia, essa nova etapa é alcançada já com os trabalhos de Givón (1979), que introduz o discurso como um parâmetro maior para o entendimento da estrutura da língua, em geral, e o desenvolvimento de estruturas e categorias gramaticais, em particular[10]. Givón, que anteriormente (1971, 413) afirmara que "a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem" (parafraseando Hodge, 1970), adita esse slogan para afirmar que "a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem" (Givón, 1979, 208-209), argumentando que, no processo de gramaticalização, o modo mais pragmático de comunicação abre caminho para um modo mais

10. Nos termos de Givón, "discurso" deve ser entendido como macrossintaxe e não como modelo de interação.

sintático; com isso, expressões lingüísticas com vinculação sintática fraca se transformam em expressões sintáticas fortemente ligadas[11].

Como exemplo da dicotomia *modo sintático* vs. *modo pragmático*, Givón coloca, de um lado, a linguagem da criança, as línguas pidgins e a linguagem informal (fala), como portadoras de estruturas mais "frouxas", em oposição respectiva com a linguagem do adulto, as línguas crioulas e a linguagem formal (escrita), como portadoras de estruturas mais "compactadas". Na verdade, a concepção original da precedência do modo pragmático sobre o modo sintático é do neogramático Hermann Paul[12] (1966[1886]). Essa distinção, que parece abonar a existência de estágios primitivos de surgimento da linguagem, mereceria uma discussão crítica mais aprofundada, uma vez que associar estruturas pragmáticas a um modo reduzido de comunicação e estruturas sintáticas, a um modo mais bem desenvolvido, apontaria para uma visão bastante simplista dos fatos de linguagem, principalmente no tocante à oposição *língua escrita* vs. *língua falada* e *linguagem infantil* vs. *linguagem do adulto*. Entretanto, isso parece ser uma verdade no tocante à eficácia comunicativa que diferencia pidgins de crioulos.

É em razão desse entendimento que Givón (1979) prefere o termo *sintatização* a gramaticalização. Esse novo modo de encarar os estudos de gramaticalização não se atém mais simplesmente à reanálise do léxico e da gramática[13]. O discurso, entendido como um modo não-planejado de comunicação informal, passa também a ser um favorecedor da emergência de novos modelos gramaticais (p. 209).

O estudo do papel da gramaticalização na interface discurso/gramática tem aberto um importante campo de pesquisa. Existe, hoje, por exemplo, uma crescente conscientização do fato de que as categorias de tempo e de aspecto podem se desenvolver a partir de funções discursivas (Bybee et al., 1994); que

11. Veja, por exemplo, Li & Thompson (1976, 484), para os quais "sujeitos são essencialmente tópicos gramaticalizados".
12. "Em todos os campos da vida da língua é possível uma evolução suavemente graduada e essa graduação suave mostra-se, por um lado, nas modificações sofridas pela linguagem individual, por outro, no comportamento recíproco das linguagens individuais. Mostrar isso em pormenor é o fim único de toda a minha obra" (Paul, 1966, 41).
13. O próprio Meillet já sugeria, na finalização de seu artigo de 1912, que a ordem das palavras, pelo menos em algumas línguas, poderia ser vista como um tipo de gramaticalização. Ele faz especificamente referência à passagem do latim para o francês, quando a ordenação dos constituintes sentenciais assume valor gramatical, em razão da perda de caso morfológico.

coordenação e subordinação em gramática surgem de estruturas que, freqüentemente presentes no discurso, tornam-se convencionalizadas e, conseqüentemente, gramaticalizadas (Hopper & Traugott, 1993); e que a combinação de orações pode ser interpretada como uma gramaticalização da organização retórica do discurso (Matthiessen & Thompson, 1988). Nessa direção de entendimento, alguns autores têm restringido o uso do termo *gramaticalização* à transição de estruturas pragmáticas para sintaxe. Hyman (1984, *apud* Heine et al. 1991a), por exemplo, observa que a pragmática fornece muito da substância da sintaxe e reserva o termo *gramaticalização* para o atrelamento [*harnessing*] da pragmática a uma gramática.

Numa outra linha, emerge outro esquema para o entendimento da gramaticalização, em que princípios de mudança de significado passam a ser a maior preocupação. Elizabeth C. Traugott, cujas contribuições serão brevemente comentadas na seção seguinte, é apontada como a principal representante dessa vertente. Entretanto, é com Heine & Reh (1984) que se levanta a questão dos mecanismos internos da gramaticalização, em contraposição aos trabalhos anteriores, cuja preocupação esteve mais voltada para "onde começa" e "onde termina" o processo.

Além do fato de ser recente o ressurgimento do interesse da lingüística descritiva pela gramaticalização, a diversidade de termos e tendências sob uma mesma rubrica é um primeiro indício de que a gramaticalização ainda se encontra em constituição como paradigma explanatório definitivo. A esse respeito, deve-se reconhecer que os trabalhos que há atualmente ainda não se desenvolveram a ponto de se situarem numa perspectiva teórica sólida, a exemplo de outras disciplinas lingüísticas. É com esse espírito que questionamentos à gramaticalização têm sido formulados. Castilho (2002a), por exemplo, expressa bem essa preocupação ao apontar a necessidade de uma teoria multissistêmica da língua que capte todo o seu dinamismo. Sua preocupação com a gramaticalização assim se traduz:

> Para escapar da estatividade, poderíamos assumir que a língua é um multissistema dinâmico, que pode ser graficamente representado — bem, parece que nunca escaparemos das metáforas geométricas! — numa forma radial, tendo ao centro o léxico e à volta o discurso, a semântica e a gramática. Cada um desses sistemas dispõe de categorias próprias. Situações de interface podem ocorrer, porém não implicam em derivação nem em subordinação.
>
> Nossa mente deve operar simultaneamente sobre esses conjuntos de categorias, e os produtos lingüísticos que daí resultam podem ser representados como uma constelação. Quero com isto dizer que qualquer expressão lingüística exibe simultaneamente propriedades discursivas, semânticas e gramaticais, variando embora o grau de saliência entre elas. Essa postulação retira da agenda da gramaticalização a problemática distinção entre *itens lexicais* e *itens gramaticais* (p. 7-8).

Esse modelo proposto por Castilho tem sofrido sucessivas reformulações, norteadas em especial pelos resultados de pesquisas e também por contribuições teóricas que têm advindo especialmente da área de cognição[14].

O histórico e as definições aqui expostos são de interesse geral para as partes posteriores desta obra. Resumidamente, e numa escala evolutiva dos estudos de gramaticalização, há:

(i) a versão de Meillet, que concebe a gramaticalização como a passagem do *[lexical] > [gramatical]*;

(ii) a oferecida por Kurilowicz, que adiciona ao *cline* de Meillet a passagem do *[- gramatical] > [+ gramatical]*;

(iii) as versões dos estudos atuais: *[qualquer material lingüístico] > [+ gramatical]*.

Com as ressalvas já feitas, assumem-se nesta obra, mais estritamente, as duas primeiras concepções, e, secundariamente, outras considerações decorrentes da terceira concepção, estabelecida para análises de fenômenos de gramaticalização que extrapolem o nível lexical.

Nas próximas seções, busca-se encaminhar uma discussão acerca do estatuto teórico da gramaticalização. Para tanto, evocam-se os princípios e mecanismos que visam identificar um fenômeno como de gramaticalização, reportando-se, ao mesmo tempo, às críticas que recaem sobre tal abordagem e à pertinência das argumentações que as sustentam.

3. O ESTATUTO TEÓRICO DA GRAMATICALIZAÇÃO

Na literatura corrente sobre gramaticalização, nem todos os autores distinguem, com clareza, processos, princípios, mecanismos e critérios/parâmetros que identificam formas gramaticalizadas ou em gramaticalização. Para uma melhor compreensão desse processo, é necessário antes distinguir suas partes componentes.

14. Sobre as bases dessa discussão serão tecidas algumas considerações na seção 5, deste capítulo.

Como já se argumentou, a gramaticalização, para alguns lingüistas, é apenas um dos processos constitutivos da língua e pode co-ocorrer com dois outros principais processos que têm implicação direta no sistema lingüístico: a *semantização* e a *discursivização*[15]. Esses processos apontam para os módulos a partir dos quais a língua tacitamente se constitui: a gramática, a semântica e o discurso (Castilho, 2002a).

Como toda proposta inovadora, o modelo multissistêmico, desenvolvido já há alguns anos por Ataliba T. de Castilho, inicia seus debates pela desmontagem do modelo anterior, a partir de incongruências observadas. A motivação do novo modelo, que privilegia um método de observação da atuação nos vários sistemas da língua, é fruto justamente das obscuridades metodológicas em cada trabalho e, de modo especial, da falta de unidade da própria concepção assumida de *língua*. Daí a pergunta central desta seção: seria a gramaticalização uma teoria ou seria esse apenas um rótulo destinado a cobrir a parte dos estudos que se refere a um dos sistemas observáveis?

Em seu mais recente desenvolvimento, Castilho amplia o conjunto de subsistemas. Assim, *lexicalização*, *semanticização*, *discursivização* e *gramaticalização* (Castilho, 2006) passam a ser reconhecidas como processos de criatividade lingüística, orientados pelos seguintes princípios:

(i) *ativação*, ou princípio de projeção pragmática;
(ii) *reativação*, ou princípio de correção;
(iii) *desativação*, ou princípio do silêncio.

O fundamento desses princípios está nas estratégias de gestão dos turnos conversacionais, o que situa a conversação como a manifestação discursiva por excelência. Segundo o autor, "os princípios aqui propostos assentam, portanto, em observações empíricas, não precedem os dados da língua, não são apriorísticos. Sua postulação aparece em versões anteriores deste texto, sucessivamente alteradas" (Castilho, 2006, inédito)[16].

---

15. É relevante esclarecer que essas afirmações referem-se a uma proposição inicial do modelo multissistêmico publicada em Castilho (2002a).
16. Muitos trabalhos desenvolvidos no interior do Projeto História do Português de São Paulo orientam-se por essa metodologia (Módolo, 2004; Kewitz, 2007; Simões, 2007; dentre outros).

Esse se fazer constante da gramática, observável pela variação e pela mudança lingüística, bem como pela gramaticalização, um tipo especial de mudança, revela-se em instâncias diversas, como morfologia, fonologia, semântica e sintaxe. Não é, contudo, um privilégio da língua portuguesa. É um movimento contínuo e altamente produtivo em todas as línguas naturais. Pode-se sintetizar esse movimento pelo princípio cognitivo proposto por Werner & Kaplan (1963, 403, *apud* Heine et al., 1991a): princípio de exploração de velhas formas para novas funções. Com base nesse princípio, afirma-se que conceitos concretos são mobilizados para o entendimento, explanação e descrição de um fenômeno menos concreto, processo que envolve transferência conceptual (metáfora), aproximando domínios cognitivos diferentes, motivação pragmática e reinterpretação induzida pelo contexto (metonímia).

Não obstante os desacordos sobre os limites da gramaticalização (veja, em especial, Ramat & Hopper, 1998), parece haver um consenso entre os vários estudiosos desse assunto: a gramaticalização é sempre concebida como um processo (Heine et al., 1991a, 4), que pode ver esgotado todo o percurso de mudança de um item, conforme escala dada em (6), mas que também pode se interromper em um ponto dessa escala de mudança (Hopper & Traugott, 1993, 95); muito freqüentemente é vista como uma ferramenta lingüística necessária para recuperar o percurso diacrônico de algumas formas lingüísticas, ou que pode também ser empregada para a reconstrução interna da gramaticalidade de padrões sincrônicos. Como processo, as mudanças que se caracterizam como gramaticalização se implementam sempre de maneira gradual, numa escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade/abstratização.

Dessa base consensual[17], uma primeira objeção recai sobre o entendimento da gramaticalização como processo (Campbell, 2001; Joseph, 2001; Newmeyer, 2001)[18]. É equivocada, segundo, por exemplo, Newmeyer (2001), a idéia de

---

17. Repare que, segundo a proposta de Castilho (2002a), subjaz a esse modo consensual de encarar a gramaticalização a concepção da língua como uma combinação linear de itens separáveis, com o qual ele não concorda, embora reconheça o caráter processual da gramaticalização.
18. Um exemplo atual de críticas à gramaticalização é o conjunto de trabalhos reunidos na revista *Language Science* (2001), vol. 23, que, preterindo o valor "teórico" da gramaticalização e conferindo-lhe apenas um valor heurístico, desconstroem-na como paradigma teórico, detendo-se na análise de suas partes componentes: unidirecionalidade, mudança semântica (*bleaching*), erosão fonética, reanálise, analogia, extensões metafóricas e metonímicas, freqüência de uso etc., atributos julgados

que simplesmente os caminhos unidirecionais e determinísticos da gramaticalização a habilitariam a ser tratada como um processo. Esse autor considera que, para ser tratada como processo, de fato, a gramaticalização necessitaria de um conjunto próprio de leis, o que, a ele, parece faltar. Desse modo, sugere que "fenômeno a ser explicado" seria o mais aplicável à gramaticalização do que o termo "processo" em si. Ele assim se expressa:

> Agora, o termo 'processo' é sempre usado informalmente para significar nada menos do que 'fenômeno a ser explicado'. Algumas das referências à gramaticalização como um 'processo' parecem simplesmente ter isso em mente. Entretanto, o termo tem outro sentido, muito mais forte. Nesse caso, um processo é um fenômeno *de um tipo particular*, a saber, fenômeno guiado por um conjunto diferente de princípios *que regem o fenômeno sozinho*. Chamemos tal tipo de fenômeno de 'processo distinto'. [...] Uma vez que um 'processo distinto' requer 'uma teoria distinta', não é surpresa ver referências na literatura a uma 'teoria da gramaticalização', que faz 'previsões' acerca de sua matéria (Newmeyer, 2001, 189-190; grifos no original).

Nesse particular, o argumento usado por esse e outros autores (Campbell, 2001; Joseph, 2001) para não considerar a gramaticalização como portadora do *status* de 'teoria' mais parece confundir do que esclarecer o leitor acerca do que seja, de fato, uma 'teoria' e o que seja um 'processo'. Mesmo ausente no texto de Newmeyer (e também do de todos os outros autores que com ele compõem o volume 23 da revista *Language Science*, 2001) uma postulação clara do que seja uma teoria, o argumento "ser resultante de processos distintos de mudança" parece válido para se preterir o valor de teoria *per se* da gramaticalização, mas não sua concepção de processo, já que é esta que permite captar o dinamismo do sistema lingüístico, seu caráter evolutivo e as regularidades subjacentes às mudanças que colocam a língua e sua gramática em estágios de algum modo diferenciados.

Não é o caso, entretanto, de advogar aqui que a gramaticalização seja de fato um *processo distinto*, com leis próprias. Amplamente falando, do modo mais neutro possível, ela pode ser concebida como um subconjunto de mudanças/alterações translingüísticas recorrentes, que envolvem correlações entre propriedades semânticas, gramaticais, discursivas e, algumas vezes também, fonológicas. Também não é o caso de argumentar que a gramaticalização, com seu princípio diretor (a unidirecionalidade), seja um processo irreversível. Essas são afirmações muito fortes. Entretanto, a gramaticalização, com todas as suas implicações teóricas, pode ser postulada como hipótese possível de ser testada[19].

pelos diversos autores como nem necessários nem suficientes para caracterizar a gramaticalização como teoria, uma vez que qualquer um desses componentes, independentemente, pode se instanciar em outros tipos de mudança que nada têm a ver com gramaticalização, ou seja, separadamente, esses mecanismos não seriam suficientes para diagnosticar a gramaticalização e, portanto, esta não poderia ser considerada um processo distinto.

Interessa, nesse momento, deter-se um pouco mais no processo de gramaticalização, expondo as fases, o princípio e os mecanismos que o facultam e que têm sido comprovados em várias línguas. Quando necessário, princípio e/ou mecanismos de discursivização e semantização serão também evocados, uma vez que tanto um processo quanto o outro podem co-ocorrer com a gramaticalização.

3.1. Estágios da mudança

Em gramaticalização, relativamente às categorias lexicais, podem ser identificados estágios ou fases que caracterizam a mudança do *[lexical] > [gramatical]* ou do *[- gramatical] > [+ gramatical]*. É, sobretudo, em Lehmann (1995 [1982]) que se identificam, de modo simplificado, os seguintes estágios, que, brevemente, serão comentados e a exemplificados: *sintatização, morfologização* e *desmorfemização*. No esquema abaixo, extraído desse autor, identificam-se essas fases da gramaticalização, relacionadas ao nível de atuação e à técnica interposta na análise dos itens em mudança.

Figura 1: Fases da gramaticalização (Lehmann, 1995 [1982, 13]).

19. É o que será mostrado especialmente no capítulo 3 desta obra, que apresenta alguns estudos de casos para dados do português brasileiro.

De acordo com as definições de gramaticalização já expostas, a *sintatização* tem lugar quando um item ou construção recorrente no discurso começa a adquirir propriedades que o deslocam de sua classe categorial de origem, procedendo a uma recategorização. Assim é que essa fase da mudança atende a princípios como o da "descategorização" (Hopper, 1991, 1996), por meio do qual um item lexical "perde" ou "neutraliza" as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos que caracterizam as formas plenas como nomes e verbos, vindo assim a assumir atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, como advérbios, preposições, clíticos, afixos, podendo, em alguns casos chegar a zero[20]. Essa fase marca então a transição dos níveis *[discurso] > [sintaxe]* e da técnica *[isolante] > [analítico]*, por meio da qual uma forma não mais é analisável como livre, a exemplo das palavras lexicais.

O estágio seguinte à sintatização é a *morfologização*, por meio da qual surgem na língua as formas presas, sejam elas afixos flexionais ou afixos derivacionais. Um exemplo recorrente na literatura sobre gramaticalização vem do Tok Pisin, uma língua pidgnizada falada na Papua Nova Guiné, na qual um marcador de futuridade se desenvolve de uma expressão adverbial temporal ([*bambai* 'bye-and-bye'] > [*bai*]) (Hopper & Traugott, 1993, 211). Observa-se que em [*bambai*] > [*bai*] há a atuação do princípio de "erosão" fonética, que leva a uma perda considerável de massa sonora e, assim, a forma original se ajusta à classe das formas presas no que diz respeito à quantidade de material fonológico. Tem-se assim, nessa fase de gramaticalização, a passagem dos níveis *[sintaxe] >[morfologia]* e da técnica *[analítico] > [sintético-aglutinante]*.

A fase da desmorfemização pode levar um morfema a desaparecer por completo, sendo sua função assumida por outros itens com os quais ele co-ocorre. Um exemplo de desmorfemização ainda em curso pode ser encontrado no sistema descontínuo de negação do francês, instanciado na estrutura *ne ... v... pas*, em que *ne*, na fala vernacular, pode ser omitido por completo, como resultado da gramaticalização de *pas*. No francês antigo, nomes semanticamente independentes podiam ser usados como reforço da partícula de negação *ne* (*pas* 'passo',

20. Contrariamente a essa visão é que Castilho (2002a) propõe, na sua teoria multissistêmica, a existência dos princípios de *ativação, reativação* e *desativação* de propriedades lexicais que, combinadas nos vocábulos, constroem a dimensão discursiva, semântica e gramatical dos itens lexicais.

point 'ponto', *gote* 'gota', *mie* 'migalha'). O nome de reforço *pas*, entretanto, inicialmente era empregado somente quando V era um verbo de movimento. Posteriormente, *pas* se estende e passa, compulsoriamente, a se combinar com qualquer *v*, assumindo o papel de marcador de reforço de negação. No francês vernacular, *pas* assume por completo as funções de *ne*, podendo este ser apagado por completo (Hopper & Traugott, 1993, 58). Caso semelhante, mas mais prototípico, pode ser verificado em alguns dialetos do português brasileiro, que registram a negação duplamente, pré- e pós-verbalmente (*não v... não*), em que a posição pós-verbal surge como reforço em razão do enfraquecimento do advérbio de negação anteposto ao verbo, posição não-marcada. Esse enfraquecimento é tal que, em algumas circunstâncias, surge um zero na posição pré-verbal, prevalecendo o padrão de negação pós-verbal (*v... não*).

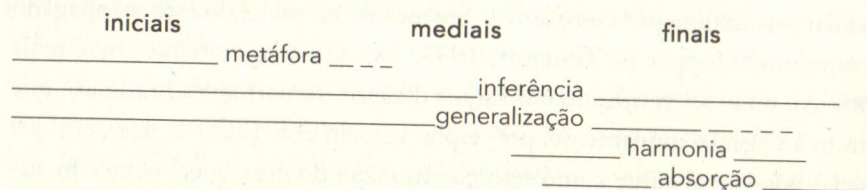
Outra forma de "medir" a gramaticalização de um item/estrutura é baseada nos valores semânticos, aplicável a uma esfera mais conceptual. A transferência de um sentido 'literal' para outro 'figurado' e o de um domínio de conceptualização para outro promovem o deslizamento de um sentido mais concreto para um mais abstrato. Essa movimentação normalmente é intermediada por uma ambigüidade semântica (Heine et al., 1991a) que representaria o 'elo perdido' da recategorização.

Podem-se ainda tomar como subsídios as discussões de Bybee et al. (1994) acerca dos mecanismos motivadores da gramaticalização, quais sejam: *extensão metafórica, inferência, generalização, harmonia* e *absorção*. A *extensão metafórica* caracteriza-se por meio de duas propriedades:

(i) mudança de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato;
(ii) preservação de algum traço da estrutura relacional original.

A *inferência* remete diretamente à implicatura, pois enquanto o falante obedece ao princípio da informatividade e da economia, o ouvinte extrai todos os significados necessários à compreensão da asserção. A *generalização* representa a perda de traços específicos de significado, com a conseqüente expansão de contextos apropriados para o uso. Para esse mecanismo, a freqüência de uso mostra-se bastante relevante. A *harmonia*, um mecanismo restrito a elementos gramaticais que se encontram desprovidos da maior parte de seu conteúdo semântico, é aplicável a estágios mais avançados da gramaticalização. Por fim, a *absorção* representa a fase

em que há a completa gramaticalização do item observado, referido no trabalho de Bybee et al., como o momento da criação de um morfema (*gram*) *zero*. Segundo Bybee et al. (1994), esses mecanismos de mudança operam em diferentes estágios do processo de gramaticalização, como representado a seguir:

iniciais	mediais	finais
________	metáfora _ _ _	
________	________ inferência	________
________	________ generalização	________ _ _ _
	________	harmonia ________
	________	absorção ________

Esquema 1: Estágios do processo de gramaticalização (Bybee et al., 1994, 297).

Diante do exposto, pode-se considerar a gramaticalização como um processo dinâmico que reflete não somente o movimento contínuo em torno da estrutura (nas relações estabelecidas), mas ainda como uma atividade cognitiva com reflexos na própria estrutura. Nesse processamento, que se inicia por motivações devidas aos usuários da língua, sobreposições da combinação sentido/forma geram ambigüidades, polissemias, que se traduziriam numa assimetria. Tal assimetria, por se constituir um problema comunicativo ao falante-ouvinte, será resolvida pela reanálise e analogia que provocariam a paradigmatização da nova forma. Portanto, a movimentação do processo de gramaticalização pode ser representada num *continuum* que tanto envolve a variação conceptual quanto a contextual.

3.1.1. Redução fonológica

Ainda que não explicitado no modelo de Lehmann, a *redução fonológica* costuma vir associada aos estágios de gramaticalização. Entretanto, toda a justificativa que lhe dá sustentação como um estágio muito adiantado de gramaticalização revela uma argumentação circular: uma forma-fonte perde traços semânticos rumo a um conceito mais abstrato, como o das relações gramaticais, porque perde material fonológico. Seria essa a rota de mudança ou seria a perda de material fonológico conseqüência de sua dessemantização?

Principalmente nos casos de morfologização, a redução fonológica parece atuar sobre a forma em gramaticalização para ajustá-la ao domínio dos itens gramaticais, cuja grande maioria apresenta pouca substância fonética, por conta do "pouco" conteúdo de expressão. Mantêm-se, assim, as relações icônicas da língua, atendendo-se ao *princípio da quantidade*, que dita que o tamanho de um item lingüístico é proporcional à quantidade de informações que ele codifica. Considerando tal princípio, se confrontadas as propriedades semânticas que caracterizam itens lexicais e itens gramaticais, a erosão fonética parece ser um mecanismo atuante na gramaticalização para ajustar formas antes lexicais ao domínio das formas gramaticais, normalmente composto por palavras de curta extensão fonológica, como é o caso dos pronomes, preposições, conjunções, clíticos, afixos etc.

À "erosão" fonética liga-se também a *freqüência relativa de uso*, uma vez que quanto mais presente no discurso, maior a possibilidade de desgaste de um item, em razão de sua previsibilidade em contextos discursivos apropriados (Bybee, 2003; Bybee & Hopper, 2001).

Uma das mais notáveis características dos itens gramaticais nas construções em que eles ocorrem é sua freqüência textual, extremamente alta quando comparada à freqüência das formas lexicais. Entretanto, como adverte Bybee (2003), a freqüência não é resultado da gramaticalização, mas apenas uma contribuição primária para a identificação do processo, uma força ativa na investigação envolvendo esse tipo de mudança.

Aplicando os aspectos da ritualização aos processos de gramaticalização, Bybee (2003) argumenta que a repetição freqüente de uma forma desempenha um importante papel nas seguintes mudanças que ocorrem durante o processo:

(i) a alta freqüência de uso leva ao enfraquecimento de forças semânticas pela habitualidade — processo por meio do qual um organismo deixa de responder, com a mesma eficácia, a um estímulo repetido;
(ii) mudanças fonológicas de redução e de fusão de construções gramaticalizadas são condicionadas por sua alta freqüência e por seu uso em porções do enunciado que contêm informação velha ou de fundo;
(iii) o aumento de freqüência leva a uma maior autonomia de uma construção, o que significa que componentes individuais da construção (tal como flexão em todos os modos e tempos, estrutura argumental etc.) enfraquecem ou perdem sua associação com outras ocorrências do mesmo item (os usos menos gramaticalizados);
(iv) a perda de transparência semântica que acompanha a separação entre os componentes da construção gramaticalizada e seus congêneres lexicais

permite o uso da forma em novos contextos com novas associações pragmáticas, levando à mudança semântica;

(v) a autonomia da forma de uso freqüente torna-a mais enraizada [*entrenched*] na língua e freqüentemente condiciona a preservação de algumas das suas características morfossintáticas obsoletas.

Exemplar, nesse sentido, é a freqüência de uso da forma de tratamento *vossa mercê*, muito provavelmente em crescente ascensão ao longo dos últimos séculos na competição com a forma de 2ª pessoa *tu*, reduzida hoje a apenas alguns dialetos do português brasileiro. Certamente o aumento de freqüência levou à fusão e à redução fonológica da forma (*vosmecê* > *você* > *'cê*), de modo a ajustá-la totalmente ao paradigma das formas pronominais do caso reto, no máximo dissilábicas, ou formas clíticas, geralmente monossilábicas.

Assim, relativamente à circularidade que envolve a redução fonológica e a dessemantização, o certo é que se, por um lado, é possível falar em "perda" de conteúdo semântico, por outro, é possível atribuir "ganho" funcional, próprio das categorias gramaticais.

Nem todos os estudiosos da gramaticalização concordam em que, num processo de gramaticalização, possa haver perda de significado ou "desbotamento" semântico. Sweetser (1990), por exemplo, fala de uma projeção metafórica, que vai de um domínio-fonte para um domínio-meta. Nessa projeção, já há aquisição de novos significados, o que descartaria a consideração da existência de dessemantização envolvida no processo. De igual posição são Traugott e König (1991), que julgam que a consideração de (des)semantização implica ter de admitir uma espécie de empobrecimento, de perda de integridade dos itens.

Mesmo não esclarecendo a natureza do processo, uma maneira de tentar caracterizar a mudança semântica que acompanha a gramaticalização é focalizar a transição da forma-fonte para a forma-alvo, com base na distinção lógica entre *intensão* e *extensão*: na gramaticalização, o conteúdo intensional do conceito é reduzido, enquanto a extensão é ampliada. Em outras palavras, comparada à estrutura-alvo, a estrutura-fonte tem maior extensão e menor intensão (Heine et al., 1991a).

No processo de gramaticalização das diferenças de significado verificadas entre o uso de uma forma-fonte (lexical) e o uso de uma forma-alvo (gramatical), o que parece certo é que traços semânticos não desaparecem, mas são

substituídos por traços discursivo-pragmáticos. Isso implica reconhecer para a forma-alvo funções antes não cumpridas pela forma-fonte, principalmente nos casos em que as duas coexistem no sistema de uma língua.

Resumidamente, os mecanismos atuantes na gramaticalização, sob o enfoque da unidirecionalidade, prevêem as seguintes mudanças nos diferentes níveis de análise:

Nível	Mudança unidirecional	Processo
Fonologia	mais material fonológico > menos material fonológico	redução fonológica
Morfologia	lexical > gramatical > mais gramatical (forma livre > forma presa)	recategorização (morfologização)
Sintaxe	menor coesão > maior coesão	reanálise (alteração da fronteira de constituintes)
Semântica	concreto > abstrato	Dessemantização, processos metafóricos
Pragmática	estruturas pragmáticas > estruturas sintáticas	sintaticização

Quadro 1: Unidirecionalidade *vs.* mecanismos de gramaticalização.

Nas mudanças via gramaticalização, a passagem de um estágio para outro é instanciada pelo atendimento a um princípio e a alguns mecanismos reveladores da regularidade na evolução, os quais passam a ser tratados na próxima seção.

3.2. Princípio e mecanismos da gramaticalização

Entendendo princípio como um preceito, uma lei geral, determinante da constituição/identificação de um fenômeno, parece que ao processo de gramaticalização só poderia ser atribuído um único e fundamental princípio: o **princípio da unidirecionalidade**, verificável, como hipótese, por meio da atuação dos vários **mecanismos**, partes constitutivas do fenômeno da gramaticalização, que, num sentido *lato*, podem também ser entendidos como suas causas ou motivações. Em outras palavras, os mecanismos considerados atuantes num processo de gramaticalização (*bleaching*, *reanálise*, *analogia*, *"erosão" fonética*, *gradualidade do processo*, *au-*

mento de freqüência de uso etc.), se concluído ou em curso, são regidos pelo princípio da unidirecionalidade, este único e essencial, aqueles variáveis em número e espécie e, portanto, não necessários nem suficientes para caracterizar um processo de gramaticalização como tal. Assim, necessária se faz a apresentação conjunta dos mecanismos e do princípio que regem a gramaticalização.

3.2.1. O princípio da unidirecionalidade

Assumir uma definição para *unidirecionalidade* exige, antes, que se tome conhecimento da falta de consenso sobre o tema entre os pesquisadores que se dedicam ao estudo da gramaticalização.

Campbell (2001) identifica o ponto dessas desavenças como situado entre as formas de conceber a unidirecionalidade:

(i) como uma hipótese passível de verificação empírica, como fazem Hopper & Traugott (1993);

(ii) como propriedade definitória do processo, como fazem Heine et al. (1991a, 4).

Ziegeler (2004), similarmente, postulou a ambivalência da unidirecionalidade: como um fenômeno colateral da gramaticalização; como uma entidade manifestada independentemente do viés analítico.

As seguintes questões emergem neste ponto da discussão: a que esfera de categorias se refeririam esses autores? Teria a unidirecionalidade comportamento paralelo em todas as esferas categoriais? A unidirecionalidade aferida diacronicamente seria apreensível em sincronia?

Alguns autores utilizam o rótulo *continuum*[21] para tratar dos deslizamentos entre classes de palavras. Traugott (1988), por exemplo, observa que de um mesmo *continuum* apreende-se o desenvolvimento de advérbios ou preposições em conectivos oracionais, de conectores concessivos a partir de temporais. Também Traugott (1980) evidencia o deslizamento de demonstrativos a artigos definidos no inglês, o mesmo ocorrendo no húngaro (Tompa, 1972, *apud* Heine & Kuteva, 2002). Similar rota empreende o verbo *ir*, que desliza para o morfema de futuro no português e em outras línguas, como o inglês (Pérez, 1990) e o tâmil, língua dravídica falada no sul da Índia (Lehmann, 1988).

Outros autores citam o *continuum* para representar os deslizamentos empreendidos por categorias semânticas, como a passagem de um valor temporal a causal (Traugott & König, 1991) ou de um valor volitivo a um de futuridade (Hopper & Traugott, 1993) ou, ainda, de um valor modal a um comparativo (Bisang, 1998).

Em muitos trabalhos, para explicar um deslizamento representado em linha, é incluída mais de uma categoria, como ocorre na trajetória parcial da palavra *tipo*, objeto de estudo de Lima-Hernandes (2005). Os exemplos postulados como mais antigos, os mais aceitos pela norma culta, associam a palavra *tipo* à categoria *nome* e, ao mesmo tempo, aos traços semânticos *[+ humano, + animado, + concreto]*, como nos exemplos de (7a) a (7c); e aos traços *[- humano, - animado, - concreto]*, como de (7d) a (7f).

(7) a. Esse *tipo* freqüenta este bar assiduamente.
b. Que *tipinho* mais esquisito esse menino!
c. Ele é um *tipão*!
d. O *tipo* utilizado neste formulário é diferente.
e. Gosto desse *tipo* de perfume.
f. Comprei pulseiras, colares e coisas desse *tipo*.

Claramente existem diferenças entre os dois conjuntos de exemplos e também entre cada um dos exemplos de cada conjunto, mas nada que se compare aos usos mais abstratos de caráter mais gramatical ou discursivo, como em (8):

(8) a. Viajei as férias todas, *tipo*... esqueci que trabalho existe.
b. Ricardo come *tipo* um elefante.
c. Nessas feirinhas se vende *tipo* o quê?

Alguns usos, como em (8a), correspondem a categorias gramaticais, configurando uma trajetória *nome > juntor*; outros usos, como em (8b) e (8c), revelam *tipo* no desempenho de uma função na organização e hierarquia conversacionais.

Em número mais recorrente estão os trabalhos que mobilizam categorias cognitivas num *continuum* para explicar os deslizamentos funcionais das pala-

21. Segundo Hopper & Traugott (1993), *continuum* ou *cline* devem ser compreendidos num trabalho de análise sincrônica, como metáforas por meio das quais os lingüistas organizam os dados numa linha imaginária. É o que fazem, por exemplo, Braga & Paiva (2003) ao analisarem a palavra *aí*.

vras/estruturas. Talvez essa maior recorrência se deva à pertinência dessa postulação aos fenômenos, até o momento, estudados.

Heine et al. (1991a) apresentam uma ordenação de categorias cognitivas, como mostrado em (9), por meio das quais se pode observar um processo de abstratização.

(9) pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade

Essa hierarquia e a unidirecionalidade implicam que as mudanças são operadas sempre da esquerda para a direita e, nesse caso, de categorias cognitivas mais próximas do indivíduo, [+concretas], para categorias cognitivas mais distantes do indivíduo [– concretas]. Um exemplo comumente citado para ratificar a unidirecionalidade é o desenvolvimento de locativos originados de termos ligados a partes do corpo, cujo percurso remete a *corpo > objeto > processo > espaço > tempo > qualificação* ou, ainda, partes do corpo para a identificação de regiões geográficas num espaço físico, como, por exemplo, em *Costa Atlântica*. Também partes do corpo podem marcar a posição hierárquica numa cadeia, como *cabeça > chefe, braço direito > auxiliar, assessor*, e outras expressões complexas como a apresentada em *fulano é meus pés e mãos*. Também palavras para indicar direção são mobilizadas para significar tempo, como em *vá em frente em seu projeto, siga em frente toda a vida*. Note-se que, aqui, a trajetória discriminada reflete o ordenamento de categorias cognitivas, mas nem todas são exemplos de rotas de gramaticalização.

No plano da fonologia, há evidências de que a unidirecionalidade pode ser apreendida em estágios mais avançados da gramaticalização de um item-fonte. Muitos estudos apontam para a redução ou apagamento de segmentos fônicos dos itens. Muitas vezes, durante o processo de gramaticalização, a perda de material fônico manifesta-se pela dependência mais acentuada de outra forma presente na cadeia sintagmática, podendo o item vir a se comportar como um clítico. É o que se vê, por exemplo, na gramaticalização do pronome de 2ª pessoa discursiva *você* que, originado da forma de tratamento *vossa mercê*, de 3ª pessoa gramatical, concorre, em alguns contextos específicos, com o papel de sujeito em sua forma ainda mais reduzida *'cê*.

Os estudiosos da gramaticalização advertem, ainda, que a unidirecionalidade pode ser rompida em muitos poucos casos, o que não invalida seu uso. Essas idéias encontram eco nas seguintes palavras de Sweetser (1990, 9):

> Ainda mais crucialmente, a ordenação histórica na qual os sentidos são adicionados a palavras polissêmicas diz-nos algo sobre as relações direcionais entre sentidos; ela afeta nosso entendimento da estrutura cognitiva que permite perceber que o vocabulário universalmente espacial adquire significados temporais, e não o contrário.

Casos como esses fizeram Frajzyngier (1996) postular a hipótese da bidirecionalidade da gramaticalização. Analisando as orações temporais e condicionais das línguas chádicas, apresentou evidências de dois *continua*, quais sejam, orações desenvolvidas de condicionais para temporais e também de temporais para condicionais. Tendo em vista que o autor considera que, cognitivamente, tempo é categoria mais básica do que condição, então, pelo menos nesse âmbito cognitivo, há uma reversão da direção esperada em se tratando do segundo fenômeno.

Com base nessa argumentação, Braga (mimeo.) afirma que a unidirecionalidade é "um recurso analítico que permite organizar e melhor compreender os diversos usos associados a determinada forma". Por meio desse recurso, generalizações metafóricas são favorecidas com vistas ao tratamento de dados empíricos. Metaforicamente falando, a unidirecionalidade seria o bisturi que recorta um tipo específico de mudança, a que promove o rebaixamento de categoria de um elemento, rumo a uma estrutura mais gramatical, e nunca o contrário. Assim é que nem toda mudança pode ser identificada como envolvendo gramaticalização (veja Ramat & Hopper, 1998, especialmente a parte introdutória da obra), mas toda gramaticalização, necessariamente, pressupõe estágios de mudança. É sobre a unidirecionalidade que recaem as pesadas críticas formuladas à gramaticalização, as quais serão comentadas mais adiante.

Hopper & Traugott (1993), na definição da unidirecionalidade, enfatizam a especificidade dos contextos discursivos que propiciam a gramaticalização e afirmam que a passagem de *[lexical] > [gramatical]* não é direta. Assim, a escala *[item lexical usado em contextos lingüísticos específicos] > [sintaxe] > [morfologia]* representa que itens lexicais que se tornam gramaticalizados cumprem, primeiramente, funções necessariamente discursivas, tornando-se em seguida sintaticamente fixos e, posteriormente, vindo a constituir um morfema. A postulação básica, dizem os autores, "é que existe uma relação entre dois

estágios A e B, tal que A ocorre antes de B, mas não o inverso. Isso é o que se entende por unidirecionalidade" (Hopper & Traugott, 1993, 95).

3.2.2. Os mecanismos da gramaticalização

No processo de gramaticalização, atua um princípio cognitivo específico — princípio de exploração de velhas formas para novas funções. Com base nesse princípio, pode-se dizer que conceitos concretos são mobilizados para o entendimento, explanação e descrição de um fenômeno menos concreto. É o que afirmam Heine et al. (1991b, 150).

> Por meio deste princípio, conceitos concretos são empregados para entender, explicar ou descrever fenômenos menos concretos. Desse modo, entidades claramente delineadas e/ou claramente estruturadas são recrutadas para conceitualizar entidades menos claramente delineadas ou estruturadas, experiências não-físicas são entendidas em termos de experiências físicas, tempo em termos de espaço, causa em termos de tempo, ou relações abstratas em termos de processos cinéticos ou relações espaciais etc.

Justamente por essa razão, Heine (1994) defende que, para se dar conta da gênese e desenvolvimento de categorias gramaticais, é necessário analisar a manipulação cognitiva e pragmática, razão pela qual a transferência conceptual e os contextos que favorecem uma reinterpretação devem ser observados. Esse processo envolve dois mecanismos:

(i) a transferência conceptual (metáfora), que aproxima domínios cognitivos diferentes;

(ii)) a motivação pragmática, que envolve a reinterpretação induzida pelo contexto (metonímia).

3.2.2.1. A metáfora

Muitos lingüistas argumentam que a mudança semântica que ocorre em processos de gramaticalização é fortemente motivada por processos metafóricos (Sweetser, 1990; Bybee et al., 1994, Heine & Reh, 1984, Heine et al., 1991a). Associada a processos de (des)semantização, a metáfora, em gramaticalização, envolve a abstratização de significados, os quais, de domínios lexicais ou menos gramaticais, são estendidos metaforicamente para mapear conceitos de

domínios gramaticais ou mais gramaticais. Essa abstratização diz respeito à forma como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca. É nesse sentido que as coisas mais próximas são mais claramente estruturadas e delimitadas, menos abstratas, do que as que estão mais distantes. Na atuação desse mecanismo é que se identifica o *bleaching* semântico da forma-fonte de um processo de gramaticalização.

Essa observação permite reconhecer como conceitos-fontes aqueles que se referem a objetos concretos, processos e locações, os quais refletem as experiências humanas mais elementares. Um conceito só é fonte em relação a outro conceito mais abstrato.

Segundo Heine et al. (1991), a metáfora envolvida na gramaticalização, diferentemente daquela relacionada às figuras de linguagem, seria pragmaticamente motivada e voltada para a função na gramática. A partir dela não se formam novas expressões; predicações preexistentes são introduzidas em novos contextos ou aplicadas a novas situações por meio da extensão de significados: é a "metáfora emergente", cuja origem, que propicia a gramaticalização, seria de natureza "categorial". Esse sentido permite entender que o desenvolvimento das estruturas gramaticais pode ser descrito em termos de algumas categorias cognitivas básicas e parte sempre, unidirecionalmente, do elemento à esquerda — mais concreto —, numa escala como a mostrada em (9) acima e abaixo repetida, para maior clareza.

(9) pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade

A gramaticalização da palavra *tipo* exemplifica a implementação dessa escala de mudança cognitiva. No português, a palavra *tipo* serviu de fonte para novas funções na gramática. Contraste a ocorrência de *tipo* em (10), forma-fonte, com as ocorrências em (11) e (12), usos derivados deste primeiro.

(10) Os pontos mais difficeis do programma, taes como os que se referem á Prehistoria, aos primeiros **typos** sociaes, á sciencia da historia, da qual se deduzem os dados cosmologicos, physicos e psychologicos, foram tratados com toda a proficiencia e orientação didatica pelo *Senhor* Annibal Mascarenhas que, sem resfolhos, explanou estes variados assuntos de modo a facilitar sua comprehensão a todas as intelligencias [*A Bomba*, 10.out.1894].

(11) Corpo de Bombeiros. Recebem-se propostas, até o dia 3 de Outubro proximo vindouro, ás 11 horas da manhã, para a compra de 150 capacetes iguaes ao **typo** existente na estação central, sita á praça da Acclamação número 41, onde se informa acerca das condições do fornecimento [*Jornal do Commercio*, 1. out.1881].

(12) Finalmente| você não tem | mais que usar | um sabão em pó| diferente para cada | **tipo** de roupa. ||||Basta usar o Ariel específico para o seu **tipo** de máquina.|| A fórmula de Ariel Máquina frontal | tem o controle correto de espuma para deixar as roupas muito mais limpas também neste | **tipo** de máquina. Com Ariel, lavar roupa evoluiu tanto que você não precisa mais usar | um sabão diferente para cada **tipo** de roupa [*Revista Cláudia*, 06.jun.1999].

Enquanto em (10), a palavra *tipo* faz referência clara a um item com traço *[+humano]*, em (11) e (12), por sua vez, a mesma palavra faz referência a itens com traços *[-humano]* e *[-animado]*, deslizamentos que, curiosamente, obedecem a uma cronologia temporal (Lima-Hernandes, 2005). O *continuum* categorial se apresenta, portanto, assim: *pessoa* > *objeto*, num arranjo de abstratização metafórica exemplar.

Tomando como referência a transformação sofrida pelo verbo de ação *to go* (*ir*) para expressar tempo futuro no inglês, Heine et al. (1991a, 46) mostram algumas das propriedades de um processo metafórico envolvido na sua gramaticalização, quais sejam:

(a) envolve um significado reconhecido como "literal" e outro que é o "transferido" ou "metafórico";

(b) envolve transferência ou projeção de um domínio conceitual (espaço) em termos de outro (tempo dêitico);

(c) aparentemente envolve violação de regras e anomalias, como o caso de um verbo de movimento, que tipicamente requer um sujeito humano, vir a co-ocorrer com sujeito inanimado;

(d) envolve conceitos que se associam ao mundo humano para referir-se a conceitos inanimados;

(e) em contextos específicos, a expressão metafórica pode também ser entendida no sentido literal, não transferido, o que resulta em ambigüidade, principalmente homonímica.

Heine e seus colaboradores mostram como as categorias da escala metafórica dada em (9) refletem vários aspectos da estrutura das línguas. Começam por ilustrar a correlação entre classes de palavras e tipos de constituintes, conforme quadro 2, extraído desses autores.

Categoria	Classe de palavras	Tipo de constituinte
PESSOA	Nome humano	Sintagma nominal
OBJETO	Nome concreto	Sintagma nominal
ATIVIDADE	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
ESPAÇO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
TEMPO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
QUALIDADE	Adjetivo, verbo de estado, advérbio	Modificador

Quadro 2: Correlação entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte (Heine et al., 1991a, 53).

É possível ainda estabelecer uma correlação significante entre as categorias sintáticas e seus comportamentos semântico e pragmático. É de Croft (1984, *apud* Heine et al., 1991a, 54) a abordagem que procura combinar a teoria da marcação e a natureza prototípica das categorias sintáticas. Aos nomes, verbos e adjetivos, por exemplo, ligam-se as seguintes funções discursivas e classes semânticas, como mostra o quadro 3:

Categoria sintática	Função discursiva	Classe semântica
Nome	Referenciação	Objeto (físico)
Verbo	Predicação	Ação (física)
Adjetivo	Modificação	Propriedade (física)

Quadro 3: Correlação entre categoria sintática, função discursiva e classe semântica[22] (Heine et al., 1991a, 54).

Correlacionada à disposição das estruturas cognitivas dada em (9), Heine et al. (1991a) apresentam a hierarquia de casos, proposta por Givón (1984), como está no quadro 4:

22. Nesse quadro, parece pouco apropriado colocar sob o rótulo "Função discursiva" o que, na verdade, remete a processos semânticos e/ou sintáticos.

Função de caso	Categoria prototípica
Agente	Pessoa
Benefactivo	Pessoa
Dativo	Pessoa
Acusativo	Objeto
Locativo	Espaço
Instrumental e outros	Qualidade

Quadro 4: Correlação entre caso e categoria prototípica[23] (Heine et al., 1991a, 54).

A metáfora é somente um dos mecanismos desencadeadores do desenvolvimento de categorias gramaticais. O *continuum* de gramaticalização sugere também uma estruturação de natureza metonímica.

3.2.2.2. A metonímia

Para Lakoff & Johnson (1980), a *metonímia* tem uma função referencial que permite usar uma entidade em substituição a outra. Também funciona como mecanismo de entendimento, ou seja, aponta especificamente mais aspectos do que está sendo referido. Tais características demonstram que os conceitos metonímicos não são arbitrários, são sistematizados, fazem parte de pensamentos, ações e fala, e podem ser exemplificados, principalmente, através de relações de substituição "da parte pelo todo", "do produtor pelo produto", "do objeto usado pelo usuário", "do controlador pelo controlado", "da instituição pela pessoa responsável", "do lugar pela instituição", e assim por diante.

Apoiados em Taylor (1989, 122), Heine et al. (1991a, 61) definem a metonímia como "uma figura de linguagem por meio da qual o nome de uma entidade é usado para outra entidade de algum modo contígua à primeira", e defendem que esse é um mecanismo que contribui para o processo de gramaticalização, podendo desencadear uma reanálise estrutural, como veremos mais adiante.

23. Neves (1997, 138), ao se referir a Givón (1984), observa que em relação a determinada categoria "o protótipo é o membro que ostenta maior número das propriedades mais caracteristicamente importantes, e todos os demais membros devem ser classificados de acordo com o grau de semelhança com o protótipo". Cabe observar aqui que, na primeira coluna do quadro, os autores, também sem qualquer explicação adicional, parecem misturar caso e papel temático, para se referir às "funções de caso".

Segundo Taylor (1989) e Palmer (1986), a transferência por contigüidade é possível graças à função referencial da linguagem. Este último autor observa, no entanto, que, apesar de a metonímia ser altamente convencionalizada, nem sempre uma relação de substituição, como por exemplo, do autor pela obra, é produtiva. A função referencial deve ser sancionada por um corpo de conhecimentos e crenças envolvidos em uma estrutura, uma moldura apropriada, sanção relacionada às singularidades entre as entidades referidas. Tais observações sugerem que a metonímia estabelece conexões entre entidades que co-ocorrem dentro de uma estrutura conceptual dada. Taylor (1989) direciona o entendimento da metonímia para além da visão tradicional, que não exige contigüidade entre as entidades — no sentido espacial — nem que ela seja restrita a um ato de referência. A metonímia é vista, tal qual a metáfora, como uma categoria de extensão de significados, um processo fundamental de associação de significados baseados na contigüidade.

De acordo com Taylor, o léxico exibe inúmeros exemplos da extensão metonímica, que se instancia quando se perspectiviza algum componente de uma estrutura conceptual unitária, e esse conceito perspectivizado aparece associado a outra entidade. É o que surge na gramaticalização, quando elementos de um conceito lexical são associados a elementos referentes ao domínio gramatical.

Traugott & König (1991) apontam três tipos de contigüidades inerentes aos processos metonímicos:

(i) a "contigüidade na experiência sociofísica ou cultural", como a associação de comportamento com uma certa pessoa ou classe de pessoa;
(ii) a "contigüidade na expressão", que, muitas vezes, resulta em elipse, como por exemplo, *"um quadro pintado por Picasso"* > *"um Picasso"* e o francês *"ne...pas* > *pas"*;
(iii) "a sinédoque ou contigüidade na relação parte pelo todo".

A metonímia, em gramaticalização, remete também a um tipo de inferência pragmática, uma "associação conceptual" fundamentada no mundo discursivo, ou uma transferência semântica licenciada por contigüidade. É uma espécie de permuta que decorre do uso de uma palavra em uma frase na qual uma idéia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto.

A mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio "abdutivo", por meio do qual o falante observa determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que, a um uso posterior, pode ser aplicada essa mesma lei. A abdução tem sido reconhecida como a base da percepção humana e como o tipo de raciocínio que pode fazer gerar novas idéias. É o que acontece, por exemplo, na contigüidade de conceitos existentes em uma construção com o verbo *ir*, em uma frase do tipo *João vai comprar um carro*, à qual cabe tanto uma leitura de movimento (*Aonde João vai?*) quanto uma leitura de futuridade (*O que João vai fazer?*). Contextos como esses permitem que, em momentos posteriores, somente a leitura de futuridade esteja disponível, como em *O prédio vai cair*, deixando de lado a leitura de movimento, que exige um sujeito animado que se move (**Aonde o prédio vai?*).

3.2.2.3. Da relação entre metáfora e metonímia

As inferências metonímica e metafórica constituem processos complementares. O primeiro resulta da contigüidade de significações, favorecida pela proximidade de formas lingüísticas, ocorrendo, assim, uma associação entre o processo cognitivo de metonímia e o mecanismo de reanálise. O segundo permite a transferência de um domínio para outro por meio de um elo estabelecido entre os dois domínios conceptuais, ou seja, da associação do processo cognitivo de metáfora com o mecanismo da analogia resulta a metáfora.

Muitas vezes, na análise de um fenômeno já gramaticalizado, é possível observar a atuação de ambos os mecanismos em trechos específicos da mudança. Enquanto a metáfora resolve um problema de representação, a metonímia é associada com a resolução de problemas de informatividade e relevância na comunicação.

Nesse sentido, *metáfora* e *metonímia* ajudariam a explicar a mudança de um item lexical ou de uma estrutura maior em um item ou construção mais gramatical. A passagem de um item/construção de menos para mais gramatical só é possível por meio de um estágio intermediário em que um processo conceptual atua, favorecido pela aproximação sintática:

> A metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente, pelo qual conceitos que estão próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é mais abstrato e, conseqüentemente, mais difícil de ser definido. A metonímia diz respeito aos processos de mudança ou mudança por contigüidade, no sentido de que são gerados no contexto sintático (Martelotta et al., 1996, 54).

Segundo a grande maioria dos pesquisadores, ao processo de gramaticalização subjazem processos metafóricos que envolvem inferências a partir de limites conceptuais[24]. E as transferências conceptuais decorrentes desse processo poderão seguir um percurso de alteração unidirecional com base na hierarquia funcional. Isso pode ser captado pelo comportamento do item/estrutura em face dos estágios de gramaticalização discutidos anteriormente.

No quadro 5 estão apresentados os principais pontos diferenciadores da atuação da metáfora e da metonímia.

Metáfora	Metonímia
Opera no eixo sintagmático	Opera no eixo paradigmático
Opera na inter-relação sintática dos constituintes	Opera na inter-relação de domínios conceptuais
Opera por reanálise (abdução)	Opera por analogia
Envolve implicaturas conversacionais	Envolve implicaturas convencionais

Quadro 5: Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia.

As postulações de Heine et al. (1991a) sobre a atuação da metáfora como mecanismo desencadeador da gramaticalização são compartilhadas por Hopper & Traugott (1993), cuja atenção maior está voltada para as motivações da metáfora, reconhecendo como principais a reanálise, a analogia e as relações icônicas, a seguir descritas em algum detalhe.

3.2.3. Motivações da mudança: a reanálise, a analogia e as relações icônicas

A *analogia* se refere à atração de formas preexistentes por outras construções também já existentes no sistema e envolve inovações ao longo do eixo paradigmático. Se considerado apenas o eixo sintagmático, a analogia propicia

24. O argumento de Langacker (1987, *apud* Taylor, 1989) parece fundar essa idéia: "Uma entidade será assimilada a uma categoria se uma pessoa encontrar alguma razão plausível para correlacioná-la a um membro prototípico".

o surgimento de formas não situáveis no sistema lingüístico. Assim, itens analisáveis sobre o prisma da analogia não são criações gramaticais, mas resultados de extensão de regras operantes na língua.

Capta processos de analogia uma "proporção" ou "equação" do tipo *A:B::C:D*, em que *D* é a forma que surge por analogia. Na alternância singular-plural do inglês, por exemplo, a equação analógica seria a seguinte: *cat* :: *cats* = *child* ::X, X = *childs*.

Diferentemente dos processos analógicos, a *reanálise* permite a criação de novas formas gramaticais, à medida que, gradualmente, alteram-se as fronteiras de constituintes em uma expressão, levando uma forma a ser reanalisada como pertencente a uma categoria diferente da original. É nesse sentido que, diferentemente da analogia, que opera no eixo paradigmático, a reanálise opera no eixo sintagmático. Enfatizando a gradualidade das mudanças por reanálise, Langacker (1977, 58) assim define esse mecanismo: "Mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca em sua manifestação de superfície".

Processos metonímicos e reanálise encontram-se diretamente relacionados, porque a abdução leva à reanálise, que modifica representações subjacentes — sem que haja alterações na estrutura superficial —, sejam sintáticas ou morfológicas, e leva à mudança de regras. Um dos principais tipos de reanálise presentes na gramaticalização é a eliminação das fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no processo de desenvolvimento de novas categorias gramaticais. Gramaticalização e reanálise, no entanto, são dois fenômenos independentes, pois nem sempre, ao se instanciar a reanálise, uma categoria lexical muda para gramatical ou amplia um *status* gramatical preexistente.

Dada essa diferença fundamental entre reanálise e analogia, pode-se depreender que ambas são atuantes na mudança categorial, mas não definem a gramaticalização como tal. Como lembram Hopper & Traugott (1993, 62): "O subconjunto de processos próprios à gramaticalização são aqueles que, no tempo, transformam elementos mais independentes em menos independentes". Um exemplo da atuação da reanálise e da analogia na gramaticalização é oferecido por esses mesmos autores, para ilustrar a gramaticalização do auxiliar *be going to* do inglês, que se reduz a *gonna*. Segue na figura 2 o esquema exemplificativo:

Figura 2: Esquema de desenvolvimento do auxiliar *be going to* (Hopper & Traugott, 1993, 61).

As *relações icônicas*, por sua vez, decorrem de um princípio que contradiz a hipótese da arbitrariedade entre formas e funções nas línguas, conforme proposto por Saussure. Segundo Haiman (1985), as representações lingüísticas são exatamente o que parecem ser, e a língua não é somente um inventário de raízes (de palavra) arbitrárias; ela inclui um sistema de regras gramaticais que combinam essas raízes, a fim de expressar elementos complexos.

As relações icônicas também podem ser vistas em termos da "iconicidade imagética", um segundo tipo, que não diz respeito às relações lingüísticas, na qual um único signo se assemelha a seu referente em alguma característica (um exemplo seria a fotografia). São certas combinações de regras que revelam o aspecto diagramático da percepção do mundo. A noção de iconicidade diagramática remete a Peirce (1932, *apud* Haiman, 1985, 9), para o qual um diagrama é um signo complexo que representa um conceito também complexo, de forma a haver, contudo, uma correspondência entre as partes de um diagrama e as partes do conceito que ele representa. As partes de um diagrama não necessariamente se assemelham às partes do conceito correspondente. Mais do que um ícone de seus referentes, essas partes podem ser um símbolo.

Haiman (1985) distingue dois princípios através dos quais se instancia a iconicidade diagramática nas línguas: "isomorfismo" e "motivação". Por *isomor-*

fismo, entende-se uma correspondência biunívoca entre a forma e o significado, quer se trate de uma única palavra ou de uma construção gramatical. O isomorfismo é violado pelos usos de sinonímia, homonímia e polissemia. Por *motivação*, podemos entender a correspondência entre a relação das partes numa estrutura lingüística e a relação das partes na estrutura do que está sendo significado. O exemplo mais recorrente do caráter icônico diagramático das línguas e sua atuação por motivação é a tendência de a ordem de orações narrativas seguir a ordem dos eventos que elas descrevem. Neves (1997, 104) observa:

> A consideração de uma motivação icônica para a forma lingüística implica admitir (em maior ou menor grau, dependendo do nível de radicalização), por exemplo, que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual.

A esse tipo de complexidade subjaz a transferência metafórica que ocorre nos processos de gramaticalização, quando, por motivação icônica, um conceito mais concreto, do domínio lexical, é mapeado em um conceito mais abstrato, do domínio gramatical. É o caso, por exemplo, da gramaticalização do verbo *ir* anteriormente evocada. Pode-se dizer que a alteração categorial verificada em torno dos diferentes usos desse verbo encontra sua fundamentação cognitiva na transferência de um conceito do domínio espacial para o domínio temporal, motivada pela representação de deslocamento, antes no espaço, codificado por um verbo pleno, e, depois, no tempo, codificado por um verbo auxiliar.

4. O ALCANCE DA GRAMATICALIZAÇÃO: DO LÉXICO À ORAÇÃO

Os estudiosos da gramaticalização, como já deve ter ficado claro, ao tratarem desse processo de mudança, geralmente fazem referência à dicotomia *item lexical/item gramatical*. Cabe aqui indagar se esses itens estão mesmo em uma relação de polarização ou se há um *continuum* entre eles. A teoria funcionalista dos protótipos, nos termos em que é defendida por Taylor (1989), não constituiria um forte argumento contra essa polarização?

Contrariando o que propõe o modelo clássico de categorização lingüística (que admite apenas a pertinência ou não de membros a uma categoria dada — os

membros e os não-membros), a teoria dos protótipos entende que ser membro de dada categoria é uma questão de gradiência. Assim, de acordo com essa teoria, as categorias gramaticais possuem uma estrutura prototípica com membros centrais (os termos de nível básico[25]), que partilham mais atributos (semânticos e sintáticos) entre si. Além desses termos, possuem também membros marginais, que compartilham menos atributos (Taylor, 1989, 196). Não haveria, então, no elenco de palavras de conteúdo e de função, elementos mais centrais e outros mais marginais? Admitindo-se uma resposta positiva para essa pergunta, não seria justamente na margem de uma categoria em que ocorreria a reanálise de determinado membro? Como classificar itens que se encontram em contextos de ambigüidade (aqueles que provavelmente possibilitam a reanálise)? Todos esses questionamentos levam a refletir sobre os problemas de se trabalhar com modelos dicotômicos, sobretudo no que diz respeito à categorização lingüística. Parece perigoso afirmar que existem limites tão nítidos, definidos entre as categorias gramaticais. A migração de um membro de uma categoria para outra (que ocorre, por exemplo, em processo de gramaticalização) não seria uma evidência da ausência dessa estrita determinação de limites?

Os estudos de gramaticalização, além de focalizarem fenômenos morfológicos (i.e., mudança no estatuto categorial de um item lexical ou de um item já gramatical), também têm abordado fatos sintáticos. Já é consenso na literatura lingüística de orientação funcionalista que tais estudos também podem abranger os processos de combinação de orações (Hopper & Traugott, 1993; Lehmann, 1988; Cezario et al., 1996; Neves & Braga, 1998; Martelotta, 1998; Cezario, 2001; Braga, 1999*a*, 1999*b*; Votre et al., 2004).

A esse respeito, Braga (1999*b*) levanta a seguinte questão: sendo a gramaticalização, de acordo com a acepção clássica, um processo de morfologização, poder-se-ia indagar a legitimidade de se examinarem os processos de articulação de orações sob tal enfoque. Para ela, a essa questão se sobrepõe uma outra, que tem a ver com a definição dos limites da gramaticalização, i.e., com os

25. Um dos critérios utilizados para distinguir os termos de nível básico é a sua alta freqüência de uso. Em outras palavras, há uma tendência de que termos mais prototípicos sejam mais recorrentes do que os menos prototípicos. Taylor (1989, 52) adverte, porém, que a freqüência configura-se apenas como um sintoma de prototipicidade e não como a sua causa.

tipos de fenômenos lingüísticos que podem ser investigados sob tal prisma. A autora lembra que a ampliação dos domínios dos estudos de gramaticalização não é algo tão recente nas pesquisas lingüísticas: o próprio Meillet (1912) já inseria questões concernentes à ordem das palavras nesses domínios, e autores como Li & Thompson (1974), Givón (1979) Sankoff & Brown (1976), entre outros, já focalizavam, sob a perspectiva da gramaticalização, processos que levam à amalgamação, condensação de duas sentenças em uma só, com mudança no estatuto gramatical dos constituintes da oração inicial.

Hopper & Traugott (1993), na esteira de Givón (1990), afirmam que, se a gramaticalização é definida amplamente como um processo que compreende as motivações e o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais, o processo de articulação de orações está dentro de seus domínios. Ressaltam que, do ponto de vista da mudança lingüística, a formação inicial de uma oração complexa envolve a combinação de dois núcleos separados e autônomos mutuamente relevantes em uma estrutura mais integrada (Hopper & Traugott, 1993, 169). Essa formação de oração complexa é esquematizada pelos autores da seguinte forma:

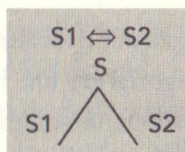



Figura 3: Formação de oração complexa (Hopper & Traugott, 1993, 169).

Matthiessen & Thompson (1988), Halliday (1985), Hopper & Traugott (1993), entre outros, defendem um modo tripartite para um entendimento mais satisfatório de como as orações se articulam num complexo oracional, propondo a seguinte separação: parataxe, hipotaxe e subordinação. Tal distinção é explicada por Hopper & Traugott com base no reconhecimento de diferentes graus de integração sintática, reveladores possivelmente de um percurso unidirecional de gramaticalização dessas orações.

Valendo-se, então, da combinação dos traços [dependência] e [encaixamento], Hopper & Traugott (1993, 170) propõem o seguinte *continuum*, para colocar de um lado os casos de relações táticas e, de outro, os casos de subordinação estrita:

	Parataxe	> Hipotaxe	> subordinação
[Dependência]	-	+	+
[Encaixamento]	-	-	+

Sob os critérios de *dependência*, *integração* e *tipo de ligação* entre as orações, propõem ainda os autores a seguinte caracterização das orações:

Parataxe (independência)	Hipotaxe (interdependência)	Subordinação (dependência)
núcleo	___	margem
integração mínima	___	integração máxima
ligação explícita máxima	___	ligação explícita mínima

A partir das propriedades dadas nessa esquematização, tem-se que a parataxe se caracteriza pela relativa independência e integração mínima entre as orações; a hipotaxe, pela relativa interdependência e por um grau intermediário de integração; e a subordinação, por total dependência e integração máxima entre as orações, ou seja, a margem é encaixada a um constituinte da oração-núcleo.

Rearranjando a classificação tradicional das orações complexas dentro desse esquema de combinação de orações, têm-se, então, sob a designação de *parataxe*, orações coordenadas e justapostas; sob a designação de *hipotaxe*, orações adverbiais e, por fim, sob o rótulo de *subordinação*, apenas as subordinadas substantivas e adjetivas restritivas.

Levando-se em consideração a trajetória *parataxe* > *hipotaxe* > *subordinação* e baseando-se no que foi postulado por Hopper & Traugott (1993), para o *cline* de gramaticalização de itens lingüísticos, verifica-se que:

(i) o padrão oracional à direita é mais gramaticalizado do que o outro à sua esquerda;

(ii) a mudança de um tipo de oração complexa para outro se dá de um ponto à esquerda para um ponto à direita, o que remete ao princípio de unidirecionalidade no processo de combinação de orações.

Nessa trajetória de gramaticalização de orações estabelecida no ponto das construções paratáticas, orações justapostas e coordenadas apresentam graus diferentes de gramaticalização, como expressam Hopper & Traugott (1993, 173):

Construções que consistem de núcleos adjacentes dentro de um contorno entoacional da sentença **e que têm uma ordem de conectivo explícita**, tal com o 'e', **são consideradas mais gramaticalizadas** do que aquelas que não têm, isto é, elas mostram uma clara morfossintaxe gramatical (grifos acrescidos).

Hopper & Traugott (1993, 184-185) salientam que, embora haja, no desenvolvimento de orações complexas, evidência substancial de mudanças de estruturas mais paratáticas para menos paratáticas, existem alguns contra-exemplos para o princípio da unidirecionalidade no processo de combinação de orações. Um dos contra-exemplos citados pelos autores é o uso da conjunção *although* por estudantes universitários americanos como se fosse *however*.

No que concerne à proposta de Hopper & Traugott, Braga (1999a) faz três observações que têm a ver com sua fonte, os pontos e os critérios do *continuum* sugerido por esses autores, e as motivações que levam à integração das sentenças:

(a) primeiro, Braga lembra que essa proposta remete aos dois modos comunicativos postulados por Givón (1979): o pragmático e o sintático. Segundo Givón (1979), existe uma relação diacrônica entre esses dois modos comunicativos: estruturas do modo sintático (que são mais integradas) provieram, via sintaticização, de estruturas do modo pragmático (que são frouxamente vinculadas);

(b) depois, a autora chama a atenção para o fato de que, embora o *continuum* de Hopper & Traugott seja bastante mencionado e utilizado por lingüistas funcionalistas, não é o único disponível na literatura. Faz referência ao *continuum* apresentado por Lehmann (1988) para o processo de articulação de orações, que se baseia em critérios diferentes[26] daqueles adotados por Hopper & Traugott, e apresenta mais tipos de sentenças complexas;

(c) por fim, cita que, para Givón (1979, 1991, 1994), Langacker (1991), Heine et al. (1991), Foley & Van Valin (1984), dentre outros, a motivação que propicia a incorporação das orações pode ser assim explicada: "a integração sintática reproduziria diagramaticamente a integração semântico-pragmática pelas orações que constituem as sentenças complexas" (Braga, 1999a).

Além de a gramaticalização poder ocasionar mudança de um tipo de oração complexa para outro, esse processo pode fazer com que uma oração complexa se

26. Tais critérios serão apresentados na seção 3 do capítulo 2 deste livro.

torne uma oração simples. Tal fenômeno tem sido observado no emprego dos chamados *parentéticos epistêmicos*. É o caso do trabalho de Thompson & Mulac (1991), cujos resultados indicam que verbos de atitude proposicional, tais como *think* e *guess*, no contexto de 1ª e 2ª pessoas do singular, respectivamente, estão sendo usados como parentéticos epistêmicos no inglês, semelhante a usos adverbiais como *maybe* (*talvez*), que indicam opinião ou um fraco comprometimento do falante em relação à verdade de um conteúdo proposicional.

No português brasileiro, ocorre esse mesmo uso com alguns verbos, tais como *achar* e *crer*, de um lado, e *parecer* de outro, propiciados pelo contexto de 1ª e 3ª pessoas do singular, respectivamente (Casseb-Galvão, 1999; Cezario, 2001; Gonçalves, 2003). Nesse uso, os verbos supracitados têm exibido, tanto em inglês como em português, as mesmas características semânticas e sintáticas, como demonstram as ocorrências em (13), extraídas de Thompson & Mulac (1991), e (14) a (16), extraída de Gonçalves (2003).

(13) a. *I think* Commander Dalgleish writes poetry.
b. Commander Dalgleish writes poetry, *I think*.

(14) Apenas eu e o Couto achamos a não inclusão do pneumatorax "escandalosa", como você fala. Indispensável, *achamos* (século XIX, MA, 340).

(15) Por mais solenidade que ouvesse, tudo *creo* terião por pouco (século XVI, CJ, 448).

(16) ...vindo tão embebidos de suas danças, tendo *parece* alguma notícia do que se passava (século XVI, CJ, 440).

Nessas quatro ocorrências, os verbos em destaque, como parentéticos epistêmicos, qualificam uma proposição; nesse caso, "o falante não está assumindo uma posição epistêmica, mas sim indicando o grau de validação da afirmação" (Hopper & Traugott, 1993, 202). Além de haver mudança no significado dessas formas, ocorre também uma mudança na sua sintaxe: as expressões *I think*, *achamos*, *cre(i)o* e *parece* passam a se comportar como um advérbio, não se restringindo mais a uma única posição na frase e ocorrendo sem os complementizadores *that* e *que*. Nessas ocorrências, da perspectiva da vinculação sintática, essas expressões parentéticas epistêmicas estão menos integradas às orações com que se articulam.

Do ponto de vista da gramaticalização de orações, estruturas sintáticas com parentéticos epistêmicos constituem exemplos de reanálise de uma oração complexa, anteriormente formada por um núcleo com um verbo de atitude proposicional e uma margem, em uma oração com um único núcleo. Assim, nessas estruturas, a oração que era margem se torna núcleo e a oração que era núcleo passa a um advérbio sentencial.

Lehmann (1988) acentua o papel da gramaticalização na mudança de estatuto de uma oração complexa para uma oração simples, que opera de dois modos:

(i) a gramaticalização do verbo da oração principal;
(ii) a dessentencialização da oração subordinada.

Observa-se, pois, que o processo de redução pode ocorrer tanto na oração principal como na subordinada. Nos termos de Lehmann (1988, 204), a gramaticalização pode fazer com que o verbo da oração principal se transforme até em um afixo que modifica o significado do verbo da subordinada; com a dessentencialização, a oração subordinada torna-se um constituinte simples da oração principal, uma vez que essa dessentencialização da subordinada implica perda de algumas das suas propriedades sentenciais (tais como tempo, modo, aspecto, flexão de pessoa, polaridade etc.) e aquisição de propriedades de nominais, tanto morfológicas como distribucionais.

5. GRAMATICALIZAÇÃO: UMA TEORIA?

Alguns estudiosos têm se referido a esse conjunto de postulados teóricos feitos sobre o fenômeno de gramaticalização como *teoria* (Bybee et al., 1994), *modelo* (Hopper & Traugott, 1993) ou *paradigma da gramaticalização* (Martelotta et al., 1996; Heine, 1997 *apud* Campbell & Janda, 2001; Cezario, 2001). Elevar os estudos sobre gramaticalização ao *status* de teoria ou paradigma parece hipervalorizar a alocação desses estudos dentro da lingüística. Uma designação mais neutra é encontrada em Naro & Braga (2000), que consideram a gramaticalização uma vertente dos estudos da mudança lingüística.

Relativamente aos mecanismos da gramaticalização, no processo de mudança não há nada de determinístico, ou seja, não é necessária a implementação

de todos esses mecanismos para que uma mudança seja identificada como gramaticalização, fato bastante enfatizado pelos seus estudiosos, mas que parece ignorado pelos seus detratores. Newmeyer (2001, 196-202), por exemplo, a certa altura de seu artigo, fornece, como parecendo um questionamento novo, evidências de que as partes componentes da gramaticalização podem ocorrer independentemente uma da outra. Para sua argumentação, o autor avalia três casos:

(i) o de mudanças semânticas relevantes sem reanálise ou redução fonética;
(ii) o de redução fonética sem mudança semântica;
(iii) o de reanálise sem mudança semântica ou redução fonética.

Como exemplo do primeiro caso, o autor apresenta a mudança semântica que leva à derivação de *month* (mês) a partir de *moon* (lua), por um processo metafórico por meio do qual uma noção temporal, mais abstrata, passa a ser codificada na língua a partir de uma noção mais concreta (OBJETO > TEMPO), consoante à escala de abstratização metafórica proposta por Heine et al. (1991, 157). A conclusão é a de que as mudanças semânticas ocorridas em gramaticalização não são diferentes das descritas e explicadas em bases puramente lexicais.

Para o segundo caso, o autor afirma que a redução fonética é explicável por forças outras que atuam independentemente da gramaticalização, como, basicamente, pela força da "lei do menor esforço", que relaciona a quantidade de material fônico à freqüência de uso de uma forma. Assim um item usado com mais freqüência tende a ser mais curto do que os de menor freqüência.

Para o terceiro caso, o exemplo vem de um dialeto do alemão, no qual ocorre a reanálise de um partícula verbal (*an*) — anteposta a um verbo, como *anfangen* (começar) — em complementizador de oração não-finita: [SN]+ [V *an*] + [oração não-finita] > [SN] + [V] + [*an* oração não-finita]. Nesse último caso, é ignorada a avaliação do estatuto gramatical da partícula envolvida.

O autor resume essa sua avaliação de uma forma esquemática, em termos conjúnticos, como mostra a figura 4, reproduzida de seu artigo e aqui renumerada. Dessa conclusão esquemática, Newmeyer (2001, 202) esclarece:

> Por uma convenção de uso (não particularmente útil), tornou-se comum usar o termo 'gramaticalização' somente quando a partir de uma reanálise o rebaixamento de *status* [categorial] coincide com certas mudanças semânticas e fonéticas que ocorrem inde-

pendentemente. A fig. 1 [4 abaixo] fornece uma ilustração esquemática de como a gramaticalização é simplesmente a união do conjunto das três mudanças históricas.

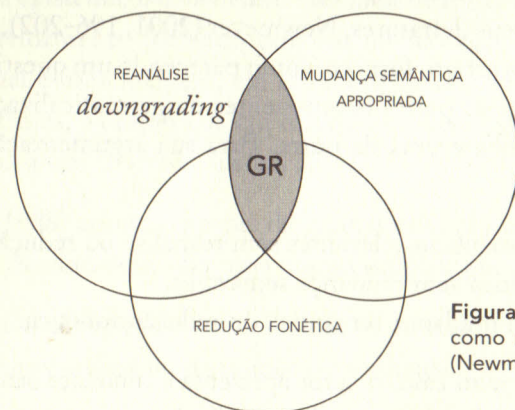



Figura 4: Gramaticalização como um epifenômeno (Newmeyer, 2001, 202).

Basicamente questionando os mesmos aspectos expostos acima, Campbell (2001) também tece considerações relativas à hipótese da unidirecionalidade que, como construto mais forte da gramaticalização, é a que se torna mais enfaticamente alvo de questionamentos vindos sob a forma de contra-exemplos, que, nem sempre significativos e adequados, restringem-se a mecanismos da gramaticalização tomados isoladamente (veja também Newmeyer, 2001 e Norde, 2001).

Parece óbvia a afirmação de que nem todas as mudanças exteriores à gramaticalização podem com ela ser identificadas, se não se buscam as motivações que a desencadeiam. Já Lehmann, em seu texto de 1982 (p. 126) chamava a atenção para isso. Ele assim se refere especificamente à "erosão" fonética:

> Ela [a 'erosão' fonética] desempenha seu papel não apenas na gramaticalização, mas afeta [...] praticamente todos os signos. [...] Conseqüentemente, seria errado inferir a gramaticalização a partir da atrição fonológica. Encontraremos a mesma situação para outros parâmetros. Nenhum deles é suficiente por si para definir a gramaticalização; é somente pelo efeito mútuo de todos eles que a gramaticalização ocorre.

Vale observar que, quando esses autores usam exemplos contrários à unidirecionalidade, grande parte deles envolve somente itens lexicais, chegando mesmo alguns a constituírem casos claros de lexicalização. Newmeyer (2001), por exemplo, descarta claramente de suas considerações sobre gramaticalização o nível acima da palavra. Isso leva a considerar que ainda é preciso um melhor entendimento das relações entre o léxico e a gramática, mesmo entre os partidários da gramaticalização. Torna-se, assim, questionável, em

gramaticalização, a argumentação em torno dos contra-exemplos para a unidirecionalidade. A dificuldade na admissão da "desgramaticalização", aqui entendida como a possibilidade de um item gramatical passar a lexical, está em que tais formas deveriam passar por um processo de ressemantização e de reforço fonológico. Exemplos claros desses processos não são fornecidos pelos detratores da gramaticalização, mesmo porque parecem não atestados.

Ainda nessa mesma direção, tampouco um item/construção necessita percorrer todo o trajeto de um *cline* de mudança rumo a uma estrutura completamente gramatical, como é o caso de clíticos e afixos. São palavras de Traugott (2001, 1;7), ao tratar de contra-exemplos para a unidirecionalidade:

> A mudança não tem de ocorrer. As regras não têm de atingir um ponto conclusivo. Um processo particular de gramaticalização pode ser, e sempre é, interrompido antes de ser completamente 'implementado', e a "conseqüência" da gramaticalização é sempre um subsistema incompleto e irregular que não está evidentemente se movendo para alguma direção identificável [...]. Não há nada na hipótese (1) [a da mudança de lexical a gramatical em contextos específicos] que exija que uma mudança seja completa, nem conheço qualquer definição que a exija.

Os autores da *Language Science 23* (2001) podem até ter razão, quando apresentam a unidirecionalidade como a propriedade definitória da gramaticalização, mas não quando a apresentam como hipótese a ser testada empiricamente. Diferentes desenvolvimentos a partir de uma mesma forma podem ser um ponto a favor da limitação do princípio da unidirecionalidade, quando se verificam percursos de mudanças de uma mesma forma tanto em direção ao léxico quanto em direção à gramática. Entretanto, em gramaticalização interessa considerar cada percurso individualmente e focalizar aquele em que uma mudança de estatuto categorial se implementa. A unidirecionalidade não deve ser entendida como percurso ou caminho único, mas como direção única para tantos quantos forem os caminhos de desenvolvimentos do léxico para a gramática.

Casos de *poligramaticalização* costumam também ser citados como contra-exemplos da unidirecionalidade. É de Craig (1991) o emprego desse termo, para identificar os múltiplos caminhos de mudança que uma forma simples desenvolve rumo a funções gramaticais em diferentes construções. O autor oferece como exemplo de poligramaticalização as várias funções que se desenvolvem em rama, uma língua da família macro-chibchana da Nicarágua, a partir do verbo de movimento *bang*, *ir*:

(i) no domínio verbal funciona como um marcador temporal;
(ii) no domínio nominal, como introdutor de oração de finalidade;
(iii) no domínio das sentenças complexas, como conjunção.

A poligramaticalização, como definida por Craig, não invalida o caminho unidirecional que se possa reconhecer entre formas caracterizadas como de "base lexical" e aquelas de "base gramatical". A esse respeito, Hopper & Traugott (1993, 112) dizem:

> O desenvolvimento para domínios gramaticais diferentes, via caminhos tão múltiplos, conforma-se à unidirecionalidade, uma vez que as formas resultantes são mais gramaticais (abstratas, reduzidas, generalizadas) do que as formas originais.

Esses casos de vários subcaminhos de gramaticalização são descritos em termos da metáfora de convergência em "espaço semântico". Anderson (1986), por exemplo, oferece um mapa de espaço mental para ilustrar o desenvolvimento da evidencialidade em várias línguas. Ele mostra que um verbo de percepção como *hear* (ouvir) muitas vezes muda historicamente ou para codificar gramaticalmente uma evidência auditiva ou uma evidência de boato [*hearsay*]. Até atingir esse ponto, ocorrem vários percursos divergentes.

Castilho (2002a), numa posição bastante crítica aos trabalhos feitos sob a rubrica da gramaticalização, recomenda que se abandone de vez o princípio da unidirecionalidade em favor de uma *multidirecionalidade*, o que, no seu entender, captaria melhor as relações que se estabelecem entre léxico, discurso, semântica e gramática. Sua proposta, a de uma teoria multissistêmica que explique o dinamismo das línguas naturais, no interior da qual a gramaticalização é apenas um dos processos de criatividade lingüística, decorre do fato de que, subjacente à maioria dos estudos da gramaticalização, está uma concepção estática das línguas. Castilho assim se expressa a esse respeito:

> Não é clara a teoria sobre a língua que os autores [da gramaticalização] esposam. Aparentemente, para eles a língua é um conjunto de peças sem uma articulação visível entre elas. Meu julgamento é baseado no fato de que os autores habitualmente situam no mesmo nível fenômenos tais como erosão fonética, descategorização morfológica, ampliação dos empregos sintáticos, perda semântica e pressões do discurso sobre o sistema. Esse ponto de vista os levou a dispor o discurso, a gramática e a semântica num "(c)line" — e aqui faço um jogo de palavras associando *line* e *cline* — admitindo implicitamente uma hierarquia entre eles. Pior que isso, às vezes uma derivação é assumida entre o discurso, a semântica e a gramática. Parece que o implícito aqui é que nossa mente funciona em termos de blocos estanques de instruções seqüenciais, isoladas umas das outras, podendo-se ir linearmente de um subsistema para o outro (p. 5).

Nessa perspectiva, Castilho argumenta que "qualquer expressão lingüística exibe simultaneamente propriedades discursivas, semânticas e gramaticais, variando embora o grau de saliência entre elas", fato que, se admitido, "retira[ria] da agenda da gramaticalização a problemática distinção entre *itens lexicais* e *itens gramaticais*" (p. 8). A esses subsistemas foi agregado o que, antes, figurava no centro ligando os demais: léxico. Na formulação mais recente, isso foi alterado, pois seria contraditório para o próprio modelo considerar que um seja central em relação aos demais. O que explica essa alteração são os seguintes pressupostos teóricos que sustentam esse modelo:

> (1) As línguas naturais podem ser consideradas do ângulo de sua produção ou do ângulo de seus produtos. O estudo das categorias da produção é privilegiado em relação aos estudos das categorias dos produtos.
> (2) Do ângulo de sua produção, as línguas são definíveis como um conjunto de processos mentais, pré-verbais, que operam
> (i) simultaneamente, não seqüencialmente,
> (ii) dinamicamente (não são entidades estáticas),
> (iii) multilinearmente (não são entidades unilineares).
> (3) Do ângulo dos produtos, as línguas se apresentam como um multissistema, composto por um conjunto de categorias agrupadas em quatro subsistemas:
> (i) Léxico,
> (ii) Discurso,
> (iii) Semântica,
> (iv) Gramática.
> (4) Os subsistemas lingüísticos serão considerados autônomos uns em relação aos outros. Eles não são mutuamente determináveis. Não serão postulados subsistemas centrais e subsistemas periféricos. Um subsistema não deriva de outro.
> (5) Princípios sociocognitivos de ativação, desativação e reativação de propriedades, inferidos das propriedades da conversação, gerenciam os subsistemas, funcionando como um núcleo central de ordenação, garantindo sua integração para os propósitos do uso.
>
> (Castilho, 2006, 23)

Nessa proposta, a combinatória de propriedades específicas de cada um desses subsistemas ocorre por recurso a três princípios que operam simultaneamente, a saber:

(i) O *princípio de ativação* (ou princípio da projeção) diz respeito à escolha de categorias cognitivas e ao agrupamento de traços que comporão a dimensão gramatical, semântica e discursiva do item. Resultam daí ativações nos vários sistemas: ativação de propriedades semânticas, com reflexos na referenciação, predicação, dêixis, foricidade e conjunção; ativação de propriedades discursivas (seleção e organização tópica, construção de unidades discursivas e suas conexões, a troca de turnos, dentre outras); ativação de propriedades gramaticais (formulação de frases ou sentenças, ordem de palavras, concordância, marcação de casos, papéis temáticos etc.).

(ii) O *princípio de reativação* (ou princípio da correção) é o movimento mental de uma nova ativação de traços lexicais. O efeito desse processamento no discurso pode ser apreendido por meio das retomadas textuais e nas relações coesivas sinalizadoras de ilustrações, exemplificações e esclarecimentos sobre partes textuais precedentes. Na semântica, são índices desse processamento as paráfrases e as sinonímias. E, na gramática, as recorrências de palavras em frases e sentenças.

(iii) O *princípio de desativação* (ou princípio do silêncio) refere-se ao processo de eliminação de traços previamente escolhidos nos vários sistemas lingüísticos. Esse processamento atua no sistema discursivo e tem como efeito a abertura de espaços para digressões, parênteses e/ou, mesmo, abandono do tópico em desenvolvimento; no sistema semântico, nota-se a atuação desse princípio concomitantemente a processamentos metafóricos ou metonímicos. Os reflexos desse princípio para a gramática é a produção de categorias vazias.

Como contribuição a esse novo modo de conceber a gramaticalização, algumas reflexões são pertinentes. O quadro apresentado por Castilho (2002a) parece mais apropriado para se tratar da gramaticalização somente no nível da "palavra", do "vocábulo", termos bastante recorrentes ao longo do seu artigo, além do próprio exemplo com o qual ele ilustra suas argumentações (a forma *antes*, nas suas funções de advérbio temporal e locativo, de preposição locativa e temporal, de conjunção e de prefixo). A proposta seria extensível a ponto de enquadrar também, sob o enfoque da gramaticalização, o tratamento de unidades maiores que a palavra, como sintagmas e orações, por exemplo, tratamento já mostrado adequado dentro de tal enfoque?

A proposta também apresenta fortes sustentações empíricas para funções que coexistem numa mesma forma, como é o caso do vocábulo *antes*, que, num recorte

sincrônico, permite agrupamentos de propriedades variadas, dos quais resultam empregos diferenciados que captam a interação de parâmetros semânticos, sintáticos e discursivo-pragmáticos. E quando, num recorte sincrônico da língua, determinados agrupamentos, não mais atuantes, colocam de vez uma palavra, antes de base "lexical", numa categoria diferente da de sincronias anteriores? Também nesses casos não seria adequado considerar a "gradualidade" da mudança e a unidirecionalidade como fatores que promovem alterações no sistema lingüístico? O ponto, a se considerar aqui, parece ser o da variação e da mudança lingüística, que pode propiciar a estabilidade de uso de certos padrões lingüísticos, estabilidade determinada não só por fatores intralingüísticos, mas também sociais.

Como nesta obra será mantida a abordagem clássica da gramaticalização, encerram essas discussões, as palavras de Heine et al. (1991a, 4-5), sobre a possibilidade de reversão de processos unidirecionais, as quais são aqui também assumidas.

> A terceira característica que [...] tem sido freqüentemente mencionada como propriedade intrínseca do processo é que a gramaticalização é unidirecional, i.e., que ela leva uma unidade do menos para o mais gramatical, mas não vice-versa. [...] Embora tanto a desgramaticalização como a regramaticalização tenham sido observadas, elas são estatisticamente insignificantes e serão ignoradas neste trabalho. Observe-se que muitos casos de uma desgramaticalização alegada discutidos na literatura resultam comprovadamente de uma análise inadequada.

6. EM RESUMO...

Depois de apresentar as tendências correntes em gramaticalização, foram explicitados seu princípio diretor e suas partes componentes. Procurou-se avaliar em que medida os "defeitos" que a ela são atribuídos estão bem fundamentados ou mesmo se são negligenciados pelos seus partidários. O que parece faltar nas considerações dos críticos é a referência à base fundante do processo, ou seja, a ênfase na alteração de estatuto categorial, e a atuação conjunta de outros mecanismos que ocorrem paralelamente no processo. A análise de casos de mudanças que envolvam apenas um dos aspectos que tomam parte na gramaticalização não coloca necessariamente o item analisado numa categoria diferente da da sua forma original, e ignora o próprio papel da semântica e do discurso na constituição da forma-alvo. Isso já constitui um indício suficiente de que a análise disjunta de tais fatores não seria contra-argumentação suficientemente forte para questionar se,

de fato, a gramaticalização é um processo operante ou não e constituída de princípios próprios. A rigor, se se tiver de considerar como teoria apenas os paradigmas regidos por leis próprias, somente as áreas do núcleo duro da Lingüística assim deveriam ser consideradas: a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe.

Nesse sentido, vários estudiosos da gramaticalização já haviam alertado para tal fato: o de que todo fenômeno de gramaticalização pressupõe mudança, mas nem toda mudança pressupõe gramaticalização. Ressalta-se aqui que, nesse tipo de mudança em especial, há a atuação conjunta de vários desses mecanismos, não necessariamente todos, o que constitui argumento para afirmar que a gramaticalização não se define pelos mecanismos que a constituem, mas, basicamente, pelo apelo ao estatuto categorial do elemento lingüístico identificado na mudança, concepção que se enfatiza nesta obra.

Assim, os mecanismos caracterizadores da gramaticalização, sem relação com uma teoria mais forte que os sustente, é o que faz com que muitos autores não a concebam como um paradigma teórico, mas apenas como um conjunto de critérios definidos no interior de outras disciplinas já firmadas (Fonética, Morfologia, Sintaxe, Semântica, Discurso etc.), um epifenômeno, nos termos de Newmeyer (2001). Essa tem sido uma das preocupações mais recentes de autores que reconhecem a gramaticalização como um dos processos de criatividade lingüística, fundado no dinamismo natural das línguas, sob o qual não cabe a primazia de qualquer de suas partes componentes sobre a outra. Assim, têm razão os autores do *Language Science* 23, na crítica que fazem ao estatuto de "teoria" da gramaticalização em si mesma. Entretanto, todos parecem ignorar a ênfase dada ao processo, a alteração gradual de estatuto categorial a que se submete um elemento lingüístico. Grande parte dessas críticas deve-se à ampliação dos limites da gramaticalização e à falta de sua relação com uma teoria mais geral de mudança lingüística.

Por fim, concebendo a gramaticalização como um conjunto de princípios, ela é capaz de fornecer um aparato teórico-metodológico para a identificação de processos que, simultaneamente atuantes, permitem reconhecer mudanças categoriais na língua, propiciadas por alterações que se consubstanciam a partir da interação de suas partes componentes: a semântica, o discurso e a gramática. Seja sob o enfoque da unidirecionalidade ou da multidirecionalidade, a gramaticalização deve ser proposta como uma hipótese a ser investigada, a partir do dinamismo e dos padrões fluidos da língua.

CAPÍTULO DOIS

CRITÉRIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Cristina dos Santos Carvalho

1. INTRODUÇÃO

Concebida por Kurilowicz (*apud* Heine et al., 1991a) como um processo de morfologização, a gramaticalização, desde seus princípios, assistiu a uma indecisão quanto a seus limites. Assim é que já Meillet sustentava que, pelo menos em algumas línguas, a ordem dos constituintes poderia ser vista como um tipo de gramaticalização. Algumas décadas mais tarde, Givón (1979) também iria distender os limites da gramaticalização. Uma questão crucial, porém, ainda persiste e aflora recorrentemente: como identificar e delimitar esse campo de investigação dentro do campo maior da mudança? Ou, abordando o problema sob um enfoque um pouco diferente: os processos que operam na gramaticalização são diferentes daqueles que levam à mudança em geral? Afinal, como estabelecer a diferença entre um tipo de mudança e outro?

A esse respeito, a posição de Hopper (1991) é mais radical. Para ele, a gramática das línguas é sempre emergente, ou seja, novas funções para formas já existentes estão sempre emergindo. Dada essa sua concepção, Hopper defende que os processos que levam à gramaticalização não são distintos daqueles que propiciam a mudança semântica (Hopper, 1991, 33):

A questão é: desde que a gramaticalização é sempre uma questão de grau, não um absoluto, os critérios que controlam essa gradação não se restringem à gramaticalização, mas são simplesmente critérios gerais de mudança. A implicação dessa observação é que não há partes para uma língua (módulos, estratos etc.) que sejam alvos distintos para a mudança, sujeitos a um tipo especial de mudança, e assim por diante; isto por sua vez deve ser visto como um argumento contra estruturas holísticas estáveis de gramática.

O que parece ser consenso é que a gramaticalização pressupõe, necessariamente, a mudança, mas o inverso dessa proposição não é verdadeiro. Nem todos os estudiosos da gramaticalização adotam a mesma postura de Hopper. Ao contrário, salientam que certos domínios funcionais são mais permissivos e, neles, conseqüentemente, um maior número de formas pode se gramaticalizar. Coerentes com tal crença, os partidários dessa vertente procuram verificar as condições que favoreceriam ou não a gramaticalização de determinado item/construção.

Cumpre indagar se, depois de executados casos clássicos, quando um item já se morfologizou, haveria parâmetros (critérios ou fatores) que auxiliassem o investigador na sua decisão de sancionar o estatuto gramatical de determinada forma.

Duas propostas bastante conhecidas são a de Lehmann (1995 [1982]) e a de Hopper (1991, 1996). O primeiro propõe critérios para aferir o grau de autonomia de formas em estágios mais avançados de gramaticalização, enquanto os critérios propostos pelo segundo visam a formas em estágios incipientes. Dada a especificidade de cada proposta, seus respectivos critérios acabam por recortar objetos distintos, dificultando a aplicação sistemática e consistente a um mesmo fenômeno de gramaticalização, como já salientaram Omena & Braga (1996), na análise da gramaticalização da forma *a gente*.

Para além desses critérios, que servem mais para a identificação da gramaticalização de itens particulares de uma língua, também outro conjunto de critérios é oferecido por Lehmann (1988) para checar o grau de gramaticalização no nível da combinação de orações.

O presente capítulo tem duplo propósito: apresentar os critérios de Lehmann (1995 [1982]) e os de Hopper (1991) como ferramentas que auxiliam na aferição do grau de gramaticalização de itens (seção 2); e expor os critérios de Lehmann (1988) para a identificação do grau de gramaticalização de orações (seção 3).

2. IDENTIFICAÇÃO DA GRAMATICALIZAÇÃO DE ITENS LEXICAIS

Nem sempre é fácil aplicar consistentemente a um mesmo fenômeno todos os parâmetros que identificam a gramaticalização. Entretanto, nesta seção, faz-se uma tentativa, recorrendo a dois fenômenos lingüísticos particulares. O primeiro trata de perífrases aspectuais constituídas de verbos da família de *começar* (*botar, danar, desandar, dar, entrar, pegar, por* e *principiar*) extraídos de Travaglia (2006), para discutir a gramaticalização do aspecto inceptivo no português brasileiro, ou seja, a referência às fases iniciais de um dado estado-de-coisas. Seguem abaixo exemplos oferecidos pelo autor, que vão aqui renumerados e que serão utilizados para exemplificar a aplicação dos parâmetros de gramaticalização de Lehmann (1995 [1982]).

(1) a. Ah! Sr. Cirino, isto de filhos, são pedaços do coração que a gente arranca do corpo e *bota a andar* por êsse mundo de Cristo (EA27, culto, homem, séc. XIX, dissertativo).

b. A gente fica olhando para a cara do outro e *dana a rir* (ouvido em aula de dança, 19/09/2001, Professor, homem, 18 anos, carioca, dissertativo, estudante do 2° grau).

c. O presidente deu a ordem e o general *desandou a prender* todo mundo (ouvido, 15/09/2001 – Peça de teatro ambientada na década de 1950, escrita por Miguel Falabella) (Mulher – Carmem Miranda, 40 anos).

d. .... então ele *(um professor)* ria dela... fazia piada dela... a turma *dava de rir* e eu ficava séria... eu achava aquilo uma covardia... né? (NURC-RJ/DID-261, 4ª faixa, mulher, descritivo).

e. Um dia os lucros *entraram a escassear* (texto 91, Machado de Assis, 1906, narrativo).

f. Daí em diante o rio *pegava a estreitar*-se entre barrancos atacados, até cair na cachoeira (texto 95, 1944, escrito, culto, homem, descritivo).

g. Às vezes eu paro e fico a pensar / e sem perceber me vejo a rezar / o meu coração *se põe a cantar* / para a Virgem de Nazaré (canto religioso – Pe. Zezinho, contemporâneo, homem, mais de 50 anos).

h. Ana Rosa *principiou a emagrecer* visivelmente (EA22, culto, homem, séc. XIX, narrativo).

O segundo fenômeno a ser utilizado para ilustrar a aplicação dos princípios de Hopper (1991) refere-se à gramaticalização da forma *a gente*, cujo estatuto gramatical é discutido por Omena & Braga (1996) em contraposição à forma *nós* de 1ª pessoa do plural.

2.1. Os parâmetros de Lehmann (1995 [1982])

Lehmann (1995 [1982]) define a gramaticalização como um processo que transforma lexemas em formativos gramaticais e formativos gramaticais em mais gramaticais ainda. Sincronicamente, ela deve ser tomada como um princípio de acordo com o qual subcategorias de uma dada categoria gramatical podem ser arranjadas em uma escala, representada pelo símbolo $x > y$, usado para expressar que *y é mais gramatical do que x*, subentendo-se daí um processo evolutivo da forma *x* a *y*.

Buscando contemplar os efeitos da gramaticalização de um item a partir dos eixos paradigmático e sintagmático, o autor propõe seis parâmetros, na sua maioria estritamente formais, que visam à aferição do grau de autonomia de um item, o que, por conseqüência, mede seu grau de gramaticalidade, uma vez que a autonomia de um signo é postulada como contrária a seu estatuto de "gramatical". É com esse entendimento que Lehmann enfatiza que o que seus parâmetros conjuntamente possibilitam é a identificação não da gramaticalização, mas da autonomia de um signo.

O quadro 1, adaptado do autor, resume essa sua proposta. Os seis parâmetros de Lehmnann expostos neste quadro resultam da combinação dos aspectos *peso*, *coesão* e *variabilidade* com os dois eixos de distribuição dos signos da língua. Para ser autônomo, um item deve possuir certo peso no paradigma e no sintagma de que participa (*integridade* vs. *escopo*), propriedade que o diferencia dos membros de sua classe e lhe dá certa proeminência. Paradigmática e sintagmaticamente, essa autonomia diminui à medida que o item contrai certas relações de coesão (*paradigmaticidade* vs. *conexidade*) com outros signos, e aumenta quanto maior sua variabilidade, mobilidade ou alternabilidade com

outros itens (*variabilidade paradigmática* vs. *variabilidade sintagmática*). É dessa forma que se constituem as propriedades de um item em estágio avançado de gramaticalização, como mostra a última coluna do quadro 1.

	Parâmetros	GR incipiente	Processo	GR avançada
Eixo paradigmático	Integridade (peso)	Item possivelmente polissilábico, com muitos traços semânticos.	Atrição	Item geralmente monossilábico, com poucos traços semânticos
Eixo paradigmático	Paradigmaticidade (coesão)	Participação "frouxa" do item em um campo semântico	Paradigmaticização	Item integra paradigma pequeno, altamente integrado
Eixo paradigmático	Variabilidade paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as intenções comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Eixo sintagmático	Escopo (peso)	Relação do item com constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica a palavra ou a raiz
Eixo sintagmático	Conexidade (coesão)	Justaposição do item independentemente	Coalescência (união)	Item é afixo ou traço fonológico
Eixo sintagmático	Variabilidade sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

Quadro 1: Correlação de parâmetros da gramaticalização (adaptado de Lehmann, 1995 [1982], 164).

Esses seis parâmetros são indiferentes quanto às funções específicas envolvidas nos canais de gramaticalização. Quanto à correlação e à dependência desses parâmetros, eles são teoricamente dependentes um do outro, dada a base dedutiva comum da sua constituição. Entretanto, Lehmann diz que não há base teórica para se esperar uma correlação de 100% entre eles. E acrescenta (Lehmann, 1995 [1982, 124]):

> A única coisa que podemos, seguramente, assumir é que eles se correlacionarão em um grau significativo. Por outro lado, cada um dos parâmetros pode ser examinado independentemente um do outro: eles são metodologicamente independentes um do outro. Desse ponto de vista, a questão é se o grau com que eles se correlacionam pode legitimamente ser considerado uma questão empírica. E se eles se correlacionam, esta correlação pode ser explicável pela teoria.

Os seis processos aqui expostos captam a natureza gradual da gramaticalização, levando em conta o item em estágio avançado, o que pode tornar sua aplicação problemática quando se trata de um processo de gramaticalização em curso.

Passa-se, a seguir, à exposição de cada um desses parâmetros.

2.1.1. Parâmetros paradigmáticos

No eixo paradigmático, analisa-se a integração dos traços semânticos do item, seu grau de participação no domínio funcional das formas de expressão do quadro de que ele faz parte e a possibilidade de sua escolha às expensas de outros itens de mesmo valor semântico-pragmático.

2.1.1.2. Peso vs. *paradigmatização: integridade*

Da relação entre o fator peso e o aspecto paradigmático, tem-se o parâmetro da *integridade*, o qual se refere ao tamanho substancial de um signo, em termos de sua matriz semântica e fonológica. Lehmann refere-se ao parâmetro do *peso paradigmático* como a propriedade que diferencia um signo dos demais membros de sua classe e que lhe dá certa proeminência no contraste com outros signos. Assim, esse parâmetro pode ser apreciado sob duas perspectivas: a da atrição fonológica (ou erosão fonética, nos termos de Heine et al., 1991a) e a da dessemantização ou *bleaching* semântico. Parece sem resposta definitiva ainda a circularidade na relação de causa-conseqüência que se estabelece entre esses dois processos. No entanto, vários estudos recentes têm apontado o crescimento de freqüência de uso como causa motivadora tanto do desgaste semântico quanto do fonológico.

Bybee & Hopper (2001), entre outros, reconhecem na gramaticalização os desgastes semânticos e fonológicos ao considerarem o papel da repetição, caracterizada por esses autores como o processo por meio do qual uma seqüência de palavra ou morfema freqüentemente usado se torna automatizado como uma unidade única de processamento. Em outras palavras, a repetição no discurso é a responsável pela automatização da forma lingüística, i.e., saber como executar um comportamento lingüístico sem ter de pensar sobre suas partes componentes. A partir dessas crenças tem-se então que itens pouco freqüentes no discurso são mais resistentes à mudança, que, no caso da gramaticalização, pode também ser considerada foneticamente motivada. Papel crucial na emergência de novos conceitos para formas já existentes é atribuído à repetição, que leva ao desgaste semântico e fonológico, à medida que um item/construção avança na sua trajetória rumo a uma estrutura mais gramatical. Esse processo parece ser inalienável na integração da forma/construção, antes lexical, ao novo paradigma das formas gramaticais.

Na consideração desse parâmetro, as ocorrências em (1) mostram que, no funcionamento como verbos auxiliares, os verbos lá destacados têm seu conteúdo semântico esvaziado, quando comparado com o seu uso como verbos plenos, como mostram as ocorrências em (2).

(2) a. o estatístico é o homem que senta numa barra de gelo e *bota* a cabeça dele dentro do forno e diz que a temperatura média está ótima... (NURC-REC/D2-05).

b. ler no escuro pode *danar* a vista / *danou*-se no espinho da roseira (Houaiss, 2001).

c. o amendoim tende a *desandar* o intestino / a maionese *desandou* / a multidão *desandou* para os bares (Houaiss, 2001).

d. toda hora preciso interromper no meio de um negócio para::...levar um ao banheiro para *dar* uma comida para outro::... (NURC-SP/D2-360).

e. então o estudante já *entra* na na escola de calça Lee::com seu blusão::seu o cabelo grande::levando/...arrastando chinelo né?...(NURC-SSA/DID-231).

f. o professor *pega* uma prova bem redigida mas que não tem muito conteúdo (NURC-SSA/DID-231).

g. *pôr* a cesta de frutas sobre a mesa (Houaiss, 2001).

h. as aulas já *principiaram* / *principiou* o almoço pela sopa (Houaiss, 2001).

No cotejo dos usos dos mesmos verbos em (1) e (2), é facilmente perceptível uma abstratização de um uso ao outro. Enquanto os primeiros são empregados num sentido mais abstrato, codificando aspecto inceptivo, os segundos são empregados no sentido mais concreto, indicando ações ou processos.

O que se evidencia do contraste entre os diferentes usos das mesmas formas verbais é que eles não sofrem desgastes fonológicos, mas, no deslizamento semântico que sofrem em favor da marcação aspectual, casos mostrados em (1) perdem traços originais que os identificam com os verbos plenos, casos mostrados em (2). Ocorre, portanto, uma alteração categorial (de verbos plenos para auxiliares) identificada como sendo de uma gramaticalização ainda incipiente, dada a baixa freqüência com que são empregados na língua.

2.1.1.2. Coesão vs. *paradigmatização: paradigmaticidade*

A paradigmaticidade diz respeito ao grau de coesão de um item com outros em um paradigma. Mede-se esse parâmetro verificando-se o tamanho e a homogeneidade do paradigma, isto é, pela quantidade de similaridades entre seus membros integrantes e pela regularidade nas diferenças entre eles. Assim, deve-se levar em conta, na aferição desse parâmetro, a integração formal e semântica de um paradigma como um todo e a integração formal e semântica do item em análise dentro desse paradigma.

Lehmann diz que um aspecto bastante problemático é precisar o tamanho do paradigma que o item em gramaticalização passa a integrar. Entretanto, aponta para o fato, já bastante difundido, de que paradigmas altamente gramaticalizados tendem a ser menores do que os menos gramaticalizados.

Por exemplo, quando comparado o paradigmas dos verbos plenos ao dos auxiliares, verifica-se que o dos verbos plenos constitui um paradigma aberto, enquanto o dos auxiliares constitui um paradigma fechado e mais coeso, dadas as combinações que permitem na constituição de perífrases, por exemplo, as de caráter aspectual. Assim, o número de verbos integrantes do paradigma dos auxiliares aspectuais é restrito, e eles são, conseqüentemente, mais gramaticalizados. Admitir o *status* de categoria dos verbos aspectualizadores emergentes também é um reflexo taxionômico dessa observação. Por exemplo, os usos diferentes de verbos da família de *começar*, extraídos de Travaglia (2006), mostram que, de verbos plenos, passam a constituir perífrases aspectuais marcando aspecto inceptivo, portanto, usos mais gramaticalizados em relação às formas-fontes de que se originam.

Ao se aplicar esse parâmetro aos verbos *botar*, *danar*, *desandar*, *dar*, *entrar*, *pegar*, *pôr* e *principiar*, como mostrado nos usos em (1), constata-se sua mudança de

domínio funcional: do domínio das formas nocionais (categoria referencial, verbos plenos) para o domínio das formas gramaticais (categoria epistemológica, verbos aspectualizadores), um paradigma bastante restrito no português brasileiro, dada a existência de poucas formas codificando um mesmo tipo aspectual, como, por exemplo, o uso preferido do verbo *começar* na expressão de aspecto inceptivo. Há de se reconhecer que à medida que esses verbos avançam na escala de gramaticalização, formalmente mudam de uma classe aberta, a dos verbos plenos, para uma classe fechada, a dos auxiliares. Semanticamente, deixa para trás traços semânticos que os identificam como verbos plenos e passam a codificar aspecto inceptivo, como já discutido na aplicação do parâmetro anterior.

Entretanto, por não ser de uso obrigatório (ou mesmo preferido) na tarefa de qualificar aspectualmente um estado-de-coisas, pode-se considerar que esses verbos apresentados em (1) participam escassamente do paradigma dos verbos aspectualizadores, o que, em princípio, revela-os como itens fracamente gramaticalizados, quando comparados a sua principal forma concorrente *começar*.

2.1.1.3. Variabilidade paradigmática

A variabilidade paradigmática refere-se à possibilidade de uso de um outro item em lugar daquele em processo de gramaticalização. Em termos pragmáticos, refere-se à liberdade com a qual o usuário da língua escolhe um signo dentre aqueles pertencentes a um mesmo paradigma ou não escolhe nenhum deles, deixando em seu lugar uma categoria genérica (ou não-marcada) disponível para aquele contexto de uso.

Como já apontado no exemplo acima das perífrases aspectuais que marcam aspecto inceptivo, verbos como *botar*, *danar*, *desandar*, *dar*, *entrar*, *pegar*, *pôr* e *principiar*, por passarem a integrar um paradigma bastante restrito, como o da inceptividade, admitem várias paráfrases, como segue mostrado em (3).

(3) a. o meu coração *se põe a* cantar.
b. o meu coração *começa/dana/desanda/entra/pega/ principia/se bota a* **cantar**.

Essa possibilidade de alternância paradigmática revela que a mudança pela qual passam esses verbos não lhes garante uma restrição de uso no seu novo

domínio funcional, uma vez que passam a competir com a forma preferida (já gramaticalizada) na codificação de aspecto inceptivo.

Interessante verificar a freqüência de uso dessas formas alternantes, que pode revelar usos sociolingüisticamente determinados, ou mesmo condicionantes de ordem estilística, atuantes no avanço da gramaticalização de uma dessas formas. Aspectos sociais correlacionados ao uso da língua parecem assumir papel importante na escolha de uma forma em detrimento da outra, fato que aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados na interface sociolingüística/gramaticalização, como sugerido por Naro & Braga (2000).

Ainda para o exemplo das alternantes de aspecto inceptivo, elas não parecem ser formas que se alternam com uma variante que não seja lexicalmente expressa, ao menos para o português brasileiro, o que significa dizer que a inceptividade só se manifesta segmentalmente. Se comutada com zero, a qualificação aspectual do estado-de-coisas já não é a mesma. Assim, é possível dizer que não existem restrições lingüísticas no emprego das formas alternantes de *começar*; pode haver a interferência de condicionantes ligadas a fatores de ordem social ou estilística. Em outras palavras, não há contexto obrigatório para o seu uso. Assim, a variabilidade paradigmática é um parâmetro negativo na aferição do grau de menor autonomia dessas formas que codificam aspecto inceptivo.

2.1.2. Parâmetros sintagmáticos

No eixo sintagmático, tentam-se captar as relações que o item mantém com outros constituintes das diferentes construções de que ele participa, sua colocação e seu grau de mobilidade na construção.

2.1.2.1. Peso vs. *sintagmatização: escopo*

O peso sintagmático ou escopo de um item refere-se à extensão da construção que ele ajuda a formar. Para esse parâmetro, Lehmann afirma que, com o aumento do grau de gramaticalização de um item, seu escopo diminui (p. 143). Melhor explicitando: na mudança, via "condensação", de um estado da língua para outro, o item passa da relação com constituintes de complexidade arbitrária para a relação com palavra ou com radical, mudança que os casos das alternantes aspectuais de inceptividade mostradas em (1) ilustram bem.

A aplicação desse parâmetro aos casos das perífrases aspectuais aqui consideradas requer que se recorra à estrutura argumental dos verbos em questão. Contraste, inicialmente, os usos dos verbos destacados em (1), com os respectivos usos mostrados em (2).

Em (2), os verbos em destaque, no que é propriedade inerente dos verbos plenos, são responsáveis pela estruturação da predicação, formada pelo predicado e seus argumentos. Em (2a), por exemplo, o predicado *botar* coloca em relação os argumentos *estatístico*, *cabeça* e *forno*, formando a predicação como um todo; essa mesma análise de cálculo da estrutura argumental é extensível aos demais casos e revela que o escopo do predicado atinge seus argumentos. No contraste com (1), os predicados que constituem auxiliares aspectuais escopam, modificam, somente o verbo principal da perífrase que ajuda a formar, o qual é o responsável pela estruturação da predicação.

Nas construções perifrásticas, portanto, observa-se que o escopo dos verbos em análise diminui, consoante o que prevê o parâmetro *escopo*.

2.1.2.2. Coesão vs. *sintagmatização: conexidade*

A conexidade ou coesão sintagmática refere-se à coesão de um item com outro, isto é, ao grau com que se liga a outros signos ou ao grau com que deles dependa. Embora esse critério aplique-se mais a casos de morfologização, vale aqui a tentativa de sua aplicação aos casos das formas alternantes de codificação de aspecto inceptivo.

Nos aspectos sintagmáticos, do uso como verbo pleno, como em (2), ao uso como verbo auxiliar na constituição de perífrases aspectuais, como em (1), pode-se verificar que as formas alternantes de *começar* usadas na codificação de inceptividade contraem relações mais fixas no interior da frase. Na relação auxiliante/auxiliado, essas formas não constituem predicados, como constituem em (2), uma vez que não mais definem a estrutura argumental da predicação, passando apenas a marcar a fase inicial de realização de um estado-de-coisas.

Como verbo auxiliar que modifica o predicado principal definidor da estrutura de predicação, todas as formas arroladas em (1) mantêm um grau de maior coesão na construção perifrástica que ajuda a formar do que nos usos que funcionam como verbos plenos em (2), conforme já mostrado na análise

do parâmetro anterior. Observa-se que, numa escala de gramaticalidade, a aplicação desse parâmetro ao caso das alternantes de aspecto inceptivo correlaciona-se positivamente com o parâmetro conexidade.

2.1.2.3. Variabilidade sintagmática

A variabilidade sintagmática de um item refere-se à possibilidade de sua mobilidade na construção em que ele ocorre. A posição fixa do item dentro de um sintagma é indício de seu aumento de gramaticalidade, como ocorre quando um item lexical atinge um grau alto de morfologização, o que ainda não é o caso dos verbos aqui analisados, que marcam aspecto inceptivo.

Entretanto, esse parâmetro resulta positivo na análise de verbos auxiliares de construções perifrásticas, uma vez que assumem uma posição fixa em relação ao predicado que modificam, ligando-se a este por meio de uma preposição (*bota a andar, dana a rir, desanda a prender, dava de rir, entraram a escassear, pegava a estreitar-se, põe-se a cantar, principia a emagrecer*), como é o caso dos verbos auxiliares.

Resumidamente, nas análises da aplicação dos parâmetros de Lehmann aos casos das perífrases aspectuais aqui consideradas, observa-se que os parâmetros do plano paradigmático revelam que se trata de itens fracamente gramaticalizados, proposição que se reverte quando considerados os parâmetros do plano sintagmático, como mostrado no quadro 2. Como adverte Lehmann, aplicados a um mesmo caso, não se pode esperar uma correlação de 100% entre esses parâmetros. Para o caso em análise, é possível concluir que se trata de itens ainda em fase de gramaticalização ou fracamente gramaticalizados.

Parâmetros	Correlação
Integridade (peso)	-
Paradigmaticidade (coesão)	-
Variabilidade paradigmática (variabilidade)	-
Escopo (peso)	+
Conexidade (coesão)	+
Variabilidade sintagmática (variabilidade)	+

Quadro 2: Aplicação dos parâmetros de Lehmann (1995 [1982]) a perífrases de aspecto inceptivo.

2.2. Os princípios de Hopper (1991)

Hopper (1991) afirma que a gramática de uma língua é sempre emergente, ou seja, estão sempre surgindo novas funções/valores/usos para formas já existentes e, nesse processo de emergência, verificável a partir de padrões fluidos da linguagem, é possível reconhecer graus variados de gramaticalização que uma forma vem a assumir nas novas funções que passa a executar, tornando-se imperioso, então, contar com recursos que permitam identificar os primeiros estágios desse processo de mudança. Assim é que os objetivos de Hopper (1991) parecem ser o de suplantar as afirmações de Lehmann (1995 [1982]) e de Heine & Reh (1984), focalizando a gramaticalização em seus estágios mais incipientes, quando desenvolvimentos óbvios, tais como a fusão de formas em radical + afixo, ainda não ocorreram. Esse artigo de Hopper vem constituir-se como um guia empírico para a identificação de tendências de gramaticalização, apreensíveis na língua em uso. Além de fornecer um guia prático, o autor alerta para o fato de que os tipos de mudança que seus princípios captam não são especialmente mudanças gramaticais e empenha-se em mostrar que os limites entre fenômenos lexicais e gramaticais são muito difusos.

Hopper defende, então, ser necessário outro conjunto de parâmetros diferentes dos de Lehmann e sugere cinco: *estratificação, divergência, especialização, persistência* e *descategorização*. Como será visto, esses princípios acentuam o caráter gradual da gramaticalização, uma vez que conferem aos elementos analisados o grau de "mais" ou "menos" gramaticalizados, não visando, portanto, verificar se eles pertencem ou não à gramática. Em outras palavras, esses princípios não discriminam os processos de mudança que resultam em gramaticalização e os que não resultam.

Passa-se a seguir à apresentação dos princípios de Hopper, com sua aplicação ao caso da forma *a gente*, que no português brasileiro está se tornando uma forma pronominal concorrente da forma *nós* (Omena & Braga, 1996). Como se poderá observar, grande parte deles já foi exaustivamente discutida na seção anterior, uma vez que a não-aplicação dos parâmetros de Lehmann parece implicar a aplicação dos de Hopper, o que mostra que eles, de alguma forma, são complementares, dados os objetivos a que cada um se direciona.

2.2.1. *Estratificação* [layering]

Segundo o princípio da *estratificação*, em um domínio funcional amplo, novas "camadas" estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas. Essa diversidade decorreria do fato de que, ao surgirem as novas formas funcionais, a substituição das equivalentes preexistentes não é imediata ou pode até mesmo não vir a acontecer, trazendo, como conseqüência, a interação e a coexistência de "camadas" novas e antigas em um mesmo domínio. Essas diversas camadas, codificando funções similares ou idênticas, podem correlacionar-se a itens particulares ou a registros sociolingüísticos. A diferença entre os itens envolvidos é tênue, podendo servir como variantes estilísticas.

No português brasileiro falado, o caso da forma *a gente* ilustra bem esse princípio. O uso pronominal origina-se do substantivo *gente*, proveniente da forma latina *gens, gentis*, usado para nomear um número indeterminado de pessoas, agrupadas por algum traço de identidade (interesse, profissão, idéias, parentesco etc.), conforme registram Houaiss et al. (2001).

Omena & Braga (1996) apontam que, no português brasileiro, em alguns contextos, a expressão *a gente* passou a competir com as formas de 1ª pessoa, *eu* e *nós*, mais freqüentemente com *nós* do que com *eu*. Em (4), seguem ocorrências exemplificativas de contextos de uso alternante da forma *nós* e *a gente*, apresentados pelas autoras e aqui renumerados.

(4) F: Porque a única coisa que não vai bem é o seguinte: que *nós* temos aqui uma dificuldade muito grande de colocar a documentação do bar em dia.

(5) F: Então, *a gente* tem condições de fazer uma documentação certa para que eles não tenham o direito de interferir no nosso movimento, entendeu?

(Omena & Braga, 1996, 78-89; grifos acrescidos).

Observa-se no uso de *a gente* é uma alteração da forma-fonte, do ponto de vista tanto semântico quanto gramatical. A esse respeito afirmam as autoras:

> Semanticamente, acrescenta-se ao significado, originalmente indeterminador, a referência à pessoa que fala, deiticamente determinada. Gramaticalmente, a forma deixa de ser substantivo e passa a integrar o sistema de pronomes pessoais, conservando, porém, com o verbo a mesma relação sintática de 3ª pessoa gramatical (Omena & Braga, 1996, 79).

Como bem observa Hopper, a estratificação não surge para a eliminação das formas antigas e a substituição pelas formas novas, mas pelo "amontoamento", num mesmo domínio funcional, de formas sutilmente diferenciadas que têm, aproximadamente, o mesmo significado.

2.2.2. *Divergência*

Esse princípio se superpõe ligeiramente ao anterior e dita que a unidade lexical que dá origem ao processo de gramaticalização pode manter suas propriedades originais, preservando-se como item autônomo e, assim, estar sujeita a quaisquer mudanças inerentes a sua classe, inclusive sofrer um novo processo de gramaticalização.

Segundo Hopper, a divergência poderia ser interpretada como um caso especial de estratificação, embora com diferenças significativas. Apesar de ambas visarem aferir graus de gramaticalização de estratégias gramaticais, suas atuações incidem sobre campos distintos: a estratificação remete às diferentes codificações de uma mesma função, enquanto a divergência remete aos diferentes graus de gramaticalização de um mesmo item lexical e é aplicável aos casos em que um mesmo item lexical autônomo se gramaticaliza em um contexto, deixando de o fazer em outros.

Esse princípio explica a existência de formas etimologicamente iguais, porém funcionalmente divergentes, como é o caso da construção *a gente*, cujo substantivo permanece no sistema da língua como item autônomo, sem qualquer alteração fonológica, como mostram as ocorrências em (6), extraídas dos inquéritos do Projeto NURC.

(6) a. realmente deve ser uma delícia ter uma família gran/ bem grande com bastante *gente*... (NURC/SP).

b. é... é preciso marcar uma reunião pra gravar com essa *gente* (NURC/REC).

c. nós estamos numa interpretação, está claro até aí? essa *gente* tá quieta por quê? (NURC/POA).

A alteração que se nota fica por conta da forma gramaticalizada, que cristalizou a relação determinante-determinado, não mais analisável como a união de um artigo a um substantivo e entre os quais não se aceita nenhum modificador.

Assim, como se observa, coexistem, num mesmo recorte temporal, tanto a forma-fonte, como mostrado em (6), quanto a forma gramaticalizada, como mostrado em (5).

2.2.3. Especialização

O terceiro princípio, *especialização*, tem relação com a questão do estreitamento da escolha de formas pertencentes a um mesmo domínio, ou seja, relaciona-se com o estreitamento de opções para se codificar determinada função, à medida que uma dessas opções começa a ocupar mais espaço porque mais gramaticalizada. Uma conseqüência — indício, portanto, dessa especialização — é o aumento na freqüência de uso da forma mais adiantada no processo de gramaticalização.

Na tabela 1, reproduzida do trabalho de Omena & Braga (1996, 80), observa-se, em termos freqüenciais, a larga preferência pela forma *a gente* em quase todas as posições sintáticas.

	TODOS		ADULTOS		CRIANÇAS	
	N Tot	%	N Tot	%	N Tot	%
Sujeito	1.979/2.701	73	1.454/2.063	70	525/638	82
Complemento	199/277	72	133/204	65	66/73	90
Adjunto adverbial	57/68	84	37/48	77	20/20	100
Adjunto adnominal	35/253	14	26/210	12	9/43	21
Total	2.270/3.299	69	165/2.525	65	620/774	80

Tabela 1: Freqüência de uso de *a gente* vs *nós* em todas as funções (Omena & Braga, 1996, 80)

Chama a atenção o fato de as crianças (menos de 14 anos) estarem usando mais a forma *a gente* do que os adultos, embora a freqüência entre estes também suplante o uso de *nós*[1], um forte indício da especialização de uso da forma gramaticalizada. Outro fato que pode explicar a acentuada preferência pela forma *a gente* em posição de sujeito é a estratégia de que lançam mão os falantes do português brasileiro, principalmente os de mais alto nível de escolaridade, de se evitar qualquer desvio da concordância verbal em 1ª pessoa do plural, uma vez que não é raro que, na variedade popular, não-padrão, a forma *nós* assuma flexão verbal de 3ª pessoa do singular, a exemplo do que já acontece com a forma gramaticalizada *a gente*.

2.2.4. Persistência

O princípio da *persistência* é o que prevê a manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma gramaticalizada, o que pode ocasionar restrições sintáticas para o uso da forma gramaticalizada.

A aplicação desse princípio revela que a idéia de coletividade do substantivo *gente* é retida na forma gramaticalizada *a gente*, o que contribui para sua referência indeterminadora. Os resultados de Omena & Braga (1996) mostram que há uma maior probabilidade (.72) de uso de *a gente* na referência a um grupo grande e indeterminado de pessoas do que a um grupo pequeno e determinado (.50).

As restrições sintáticas ficam por conta de a forma inovadora não admitir modificação por quantificadores, numerais, especificadores, enquanto a forma conservadora o faz sem restrições. Observe que as ocorrências em (7), oferecidas pelas autoras na explicitação desse princípio, não são parafraseáveis por *nós*, como mostrado em (8).

(7) a. Fal: Porque *todos nós* procuramos ter é uma velhice tranqüila junto dos seus.

b. Fal: Então, *nós três* juntos, estamos até hoje, quatorze anos, certo? (Omena & Braga, 1996, 81; grifos acrescidos).

1. Em razão de se ter como variável dependente as formas *nós* e *a gente*, os resultados expostos na tabela 1 para a forma *nós* devem ser interpretados como complementares aos da forma *a gente*, de modo a se totalizar 100%.

(8) a. * *todos a gente ...*
b. * *a gente três ...*

2.2.5. *Descategorização*

Esse último princípio remete à perda, por parte da forma em processo de gramaticalização, dos marcadores opcionais de categorialidade e de autonomia discursiva. Por exemplo, os nomes deixam de identificar participantes no discurso e os verbos, de reportar novos eventos. Em outras palavras, a forma em gramaticalização tende a perder ou neutralizar as marcas morfológicas e os privilégios sintáticos que caracterizam as formas plenas como nomes e verbos, vindo a assumir atributos das categorias secundárias, mais gramaticalizadas, como advérbios, pronomes, preposições, clíticos, afixos, podendo, em alguns casos, chegar a zero.

Essa assertiva pode ser verificada nos processos morfossintáticos que afetam o substantivo *gente*, mas que não se aplicam à forma gramaticalizada *a gente*, como exemplificado no quadro 3.

Processos morfossintáticos	Substantivo *gente*	Pronome a *gente*
Flexão de número	+ (gentes)	-
Grau	+ (gentinha)	-
Derivação	+ (gentalha, gentarada)	-
Quantificador	+ (toda gente)	-
Determinante	+ (a gente)	-
Possessivo	+ (nossa gente)	-
Adjetivação	+ (gente boa / boa gente)	-

Quadro 3: Diferenças morfossintáticas entre as formas *gente* e *a gente*.

A despeito dessas diferenças, um traço morfossintático que une as duas formas é a flexão do verbo que as acompanha, mormente na 3ª pessoa do singular. Contudo, observa-se na fala de crianças e de pessoas menos escolarizadas a concordância do verbo em 1ª pessoa do plural com a forma *a gente*, um indício da forte integração desta forma ao sistema pronominal. É de Omena & Braga (1996, 81, grifos acrescidos) a ocorrência em (9).

(9) Fal: *a gente começamos* a bater papo, e *a gente começamos* a se conhecer.

Observa-se, por fim, que os princípios de Hopper (1991) aplicam-se consistentemente ao caso de gramaticalização de *a gente*, o que evidencia que se trata de um caso de gramaticalização em curso, que vem alterando o sistema pronominal do português brasileiro, a exemplo do que ocorreu com a gramaticalização da forma pronominal de 2ª pessoa, *você*, cujas origens remontam à forma de tratamento *Vossa Mercê*.

3. CRITÉRIOS PARA A GRAMATICALIZAÇÃO DE ORAÇÕES (LEHMANN, 1988)

Dentro do quadro de referência teórica funcionalista, muitos autores têm apresentado novas propostas de identificação e classificação das sentenças complexas. Entre essas propostas funcionalistas, será aqui apresentada a de Lehmann (1988), que, ao considerar que os processos de articulação de orações não podem ser descritos através das dicotomias coordenação/subordinação e parataxe/hipotaxe, estabelece uma tipologização das sentenças complexas a partir de *continua* que levam em conta níveis de maior ou menor vinculação sintática entre orações.

Lehmann (1988) postula seis parâmetros semântico-sintáticos, que julga relevantes para o estudo da articulação de orações em qualquer língua e a formulação de uma tipologia de frases complexas:

(a) rebaixamento hierárquico da oração subordinada;
(b) nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se vincula;
(c) dessentencialização da subordinada;
(d) gramaticalização do verbo principal;
(e) entrelaçamento das duas orações;
(f) explicitude da articulação.

Esses seis parâmetros são agrupados pelo autor em três pares — (a)-(b), (c)-(d) e (e)-(f) —, tendo em vista alguns aspectos da vinculação de sentenças

que tais parâmetros podem sinalizar. Esses aspectos são os seguintes: autonomia ou integração da oração subordinada; expansão ou redução da sentença subordinada ou da principal; isolamento ou articulação das orações. A correlação entre esses aspectos e os parâmetros de Lehmann é assim explicada: o primeiro e o segundo parâmetros podem sinalizar autonomia ou integração da oração subordinada na principal; o segundo e o terceiro podem constituir indícios de expansão ou redução da oração subordinada ou da principal; o quinto e o sexto podem indicar isolamento ou articulação das orações.

Cada um desses parâmetros é analisado a partir de um *continuum* que se estende entre dois extremos: um pólo de máxima *elaboração* e outro de máxima *compressão* (ou condensação) de informação lexical e gramatical, como mostra a figura 1.

elaboração ◄──► compressão	
Rebaixamento hierárquico da oração subordinada	
fraca	forte
parataxe	encaixamento
Nível sintático	
alto	baixo
sentença	palavra
Dessentencialização	
fraca	forte
oração	nome
Gramaticalização do verbo principal	
fraca	forte
verbo lexical	afixo gramatical
Entrelaçamento	
fraco	forte
orações de disjunção	orações de sobreposição
Explicitude da articulação	
máxima	mínima
síndese	assíndese

Figura 1: *Continua* da articulação de orações (Lehmann, 1988, 217).

A cada extremo desses *continua* corresponde um tipo de oração: o primeiro equivale a uma combinação de sentenças sintaticamente iguais e interligadas por um conectivo (sentenças paratáticas); o segundo, a uma combinação de sentenças com um dos predicados reduzidos, encaixamento na oração principal em um constituinte de nível sintático baixo e nominalização (sentenças encaixadas). Em outras palavras, esses *continua* partem de um pólo em que o nível de vinculação sintática entre as orações combinadas é mais frouxo para um pólo em que esse nível de vinculação é mais estreito. Ainda existem entre esses dois pólos tipos intermediários: orações correlatas, orações nominais fraca ou fortemente dessentencializadas, orações adverbiais fortemente nominalizadas, serialização verbal etc.

Nos termos de Lehmann (1988, 214-215), os seis parâmetros citados anteriormente nem sempre atuam isoladamente no processo de combinação de orações, o que implica dizer que também podem ser estabelecidas correlações entre eles. A título de ilustração, podem-se citar as seguintes:

(a) uma gramaticalização forte do verbo principal pressupõe uma dessentencialização avançada ou um forte grau de entrelaçamento. Isso se dá pelo fato de essa gramaticalização poder transformar o verbo da oração principal em um operador gramatical da sentença subordinada, reduzindo o escopo sintático desse verbo, ou ocasionar uma dessentencialização da oração subordinada (quando essa passa a ser empregada na forma não-finita) ou ainda o entrelaçamento de sentenças (por exemplo, por processo de alçamento de constituinte);

(b) o entrelaçamento de orações por operação de alçamento de constituinte pressupõe rebaixamento hierárquico e, por conseguinte, integração da oração subordinada. Isso ocorre porque essa operação de alçamento é controlada pela oração principal, o que, em outros termos, equivale a dizer que a sentença subordinada é regida pela principal;

(c) o entrelaçamento de orações mediante controle do sujeito da sentença subordinada leva à dessentencialização dessa sentença, uma vez que esse controle de sujeito tende a favorecer uma construção subordinada não-finita, o que implica uma forte dessentencialização. O autor ressalta que essas correlações representam tendências e não leis.

No que diz respeito, mais especificamente, à gramaticalização, Lehmann (1988, 201) a define como um processo diacrônico e um *continuum* sincrônico que levam um item de lexical a gramatical. Cita que é por intermédio desse processo que verbos plenos se tornam modais e auxiliares. Por considerar que aquilo que se gramaticaliza são essencialmente palavras, afirma que a oração

subordinada possui uma relação gramatical com apenas uma palavra da matriz. Salienta que, quando essa palavra é um verbo, a gramaticalização da palavra superordenada produz tipos de estruturas subordinadas especiais. Ilustra, a partir de sentenças complexas de diferentes línguas, alguns tipos dessas estruturas subordinadas com construções causativas e desiderativas: primeiro, oferece exemplos em que essas construções ocorrem com verbos lexicais plenos na matriz, como em (10) e (11), e, depois, menciona casos de gramaticalização de verbos da oração matriz nessas construções, como em (12), (13) e (14b).

(10) **Latim**
Sol efficit [ut omnia floreant]. 'O sol faz com que tudo floresça'

(11) **Latim**
Opto [ut in hoc iudicio nemo improbus ... reperiatur].
'Desejo que, nesse julgamento, ninguém seja considerado mau'

(12) **Italiano**
Ho fatto prendere a mio figlio un'altra professione.
'Eu fiz meu filho escolher outra profissão'

(13) **Francês**
Je veux [aller au cinema]. 'Eu quero ir ao cinema'.

(14) **Sânscrito**
a. *deva-h soma-m piba-ti.* 'O deus bebe soma'.
b. *deva-h soma-m pi- pa-sa-ti.* 'O deus quer beber soma'.

O autor explica que, em (10) e (11), ocorrem, na matriz, verbos lexicais plenos (causativo e volitivo, respectivamente) que subcategorizam sentenças completivas finitas e não estão em um estágio de gramaticalização. Em (12), o verbo da matriz se encontra em um percurso de gramaticalização, porque se combina diretamente com o verbo da encaixada, formando estrutura analítica causativa. Em (13), o verbo volitivo é um modal cujo estágio avançado de gramaticalização advém do fato de o verbo da encaixada ser subcategorizado por aquele na forma infinitiva sem o emprego da preposição *de*. Em (14b), ocorre uma derivação verbal: o morfema que expressa desejo — *sa* — está completamente gramaticalizado como um sufixo acrescido ao verbo da encaixada.

Assim, levando em conta os diferentes comportamentos sintáticos do verbo principal, Lehmann (1988) propõe um percurso de gramaticalização para essa categoria (veja figura 2 a seguir). De acordo com o autor, no *continuum*

proposto, cada extremo se opõe completamente em termos do processo de gramaticalização: o primeiro assinala um estágio de não-gramaticalização do verbo da matriz (que ainda se configura como um item lexical pleno); o segundo, uma completa gramaticalização do verbo da matriz (que aparece incorporado ao verbo subordinado como um afixo). Uma questão que se delineia aqui é a seguinte: já que o autor está lidando com a noção de *continuum*, em vez de se referir a um estágio de não-gramaticalização para os verbos plenos, não seria mais apropriado ele falar de um primeiro estágio de um *continuum* de gramaticalização?

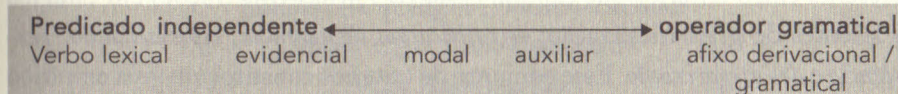



Figura 2: Gramaticalização do verbo principal (Lehmann, 1988, 204).

Note-se que os exemplos de (10) a (14) ilustram pontos diferentes desse *continuum*, uma vez que representam etapas distintas de gramaticalização em que verbos de determinada língua podem se encontrar. Nesse *continuum*, esses exemplos variam de um ponto menos gramaticalizado, como em (10) e (11), para mais um gramaticalizado, como em (14b).

Convém destacar, por fim, que, no *continuum* de Lehmann, não está previsto outro estágio de gramaticalização, que corresponderia, em estruturas complexas, à mudança na classe gramatical de um dado item verbal (o que retomaria a noção de gramaticalização no sentido estrito). É justamente o que acontece, no português, com um uso do verbo **ver**, que comporta um sentido equivalente ao advérbio de dúvida *provavelmente*, quando empregado na expressão *vai ver que*; nesse caso, não só esse verbo, mas toda a expressão traduz esse sentido (Carvalho, 2004).

4. EM RESUMO...

Neste capítulo foram apresentados parâmetros/critérios que permitem identificar formas/construções gramaticalizadas ou em processo de gramaticalização.

Buscando contemplar os efeitos da gramaticalização de um item lexical a partir dos eixos paradigmático e sintagmático, Lehmann (1995 [1982]) propõe seis parâmetros, na sua maioria estritamente formais, que visam detectar for-

mas em estágios avançados de gramaticalização, aplicando-se, portanto, mais a casos de morfologização. Na verdade, os parâmetros *integridade*, *paradigmaticidade*, *variabilidade paradigmática*, *escopo*, *conexidade* e *variabilidade sintagmática* medem o grau de autonomia de uma forma/construção e não o seu grau de gramaticalização, uma vez que a autonomia de uma forma/construção é contrária à sua gramaticalização. Assim, quanto mais avançado o grau de gramaticalização de uma forma/construção menos autonomia ela apresenta.

Complementarmente aos parâmetros de Lehmann, Hopper (1991, 1996) apresenta cinco critérios que captam casos de formas/construções em estágios incipientes de gramaticalização: *estratificação*, *divergência*, *especialização*, *persistência* e *descategorização*. Esse conjunto de critérios constitui um guia empírico para a identificação de tendências de gramaticalização, passíveis de serem apreendidas na língua em uso. O que a aplicação desses princípios revela não são especialmente mudanças gramaticais, mas os limites difusos entre formas/construções lexicais e gramaticais.

Finaliza este capítulo a seção que apresenta os seis parâmetros sintático-semânticos para tratar da gramaticalização de orações. Lehmann (1988) considera que quanto mais entrelaçadas estão duas orações, maior a sua gramaticalização, e torna relevante então investigar o modo como as orações se articulam abordando os seguintes parâmetros: *rebaixamento hierárquico da oração subordinada*; *nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se vincula*; *dessentencialização da oração subordinada*; *gramaticalização do verbo principal*; *entrelaçamento das duas orações*; *explicitude da articulação*. A correlação entre esses parâmetros é assim explicada: o primeiro e o segundo parâmetros podem sinalizar autonomia ou integração da oração subordinada na principal; o segundo e o terceiro podem constituir indícios de expansão ou redução da oração subordinada ou da principal; o quinto e o sexto podem indicar isolamento ou articulação das orações.

CAPÍTULO TRÊS

ESTUDOS DE CASO

SEBASTIÃO CARLOS LEITE GONÇALVES
SANDERLÉIA ROBERTA LONGHIN-THOMAZI
MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES
NILZA BARROZO DIAS
ANGÉLICA TEREZINHA CARMO RODRIGUES
CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

1. INTRODUÇÃO

Feitas as explanações teóricas sobre a gramaticalização nos dois capítulos precedentes, o presente capítulo apresenta resultados de pesquisas, desenvolvidas nos últimos cinco anos, sobre o tema.

Abordam-se aqui estudos de caso que abrangem fenômenos de gramaticalização desde o nível da palavra até o nível dos processos de combinação de orações. Todos eles amparam-se empiricamente em dados de uso da língua em situações reais de comunicação, quer na modalidade falada, quer na escrita, esta última requisitada, sobretudo, para as investigações diacrônicas.

O capítulo está assim organizado: a seção 2 traz o estudo da gramaticalização das conjunções *logo*, *assim* e *porém*, todas constituídas a partir de usos adverbiais; na seção 3, tratando da gramaticalização de construções, encontram-se um estudo da construção *quer dizer* e de um outro tipo especial de construção,

ainda pouco investigado no português brasileiro: as chamadas *construções do tipo foi fez*; na seção 4, a última, abordam-se os processos de combinação de orações em dois estudos: o primeiro tratando das orações completivas de verbos causativos e perceptivos, e o segundo, das diferentes orações que manifestam relação de temporalidade.

Além de oferecer trajetórias de gramaticalização percorridas por itens, construções ou orações, uma reflexão teórica acompanha cada um dos trabalhos aqui apresentados, constituindo assim uma importante contribuição da lingüística brasileira para o quadro explanatório da gramaticalização, ainda carente de pesquisas.

2. GRAMATICALIZAÇÃO DE CONJUNÇÕES[1]

Dos muitos fenômenos de gramaticalização de itens, a formação de conjunções tem se mostrado um domínio extremamente fértil, visto que, na história das línguas, essa classe de palavras sempre esteve sujeita à renovação (Meillet, 1912). Particularmente, no campo das conjunções de coordenação, os estudiosos concordam que a fonte diacrônica é, até certo ponto, transparente. Paul (1886) já afirmava que as conjunções ("palavras de ligação", em sua terminologia) derivam historicamente de advérbios conjuncionais ou de alguns usos de pronomes conjuncionais, itens que já serviam para ligar orações antes mesmo de se transformarem em conjunções propriamente ditas. Said Ali (1964) também destaca o papel de advérbios e pronomes na formação de conjunções, afirmando que "serviram para este fim advérbios (...) e também pronomes do tipo relativo-interrogativo".

Câmara Jr. (1975), por sua vez, é mais categórico e defende que "geneticamente, a conjunção coordenativa é sempre um advérbio". Além disso, ele chama a atenção para o fato de que, em português, as conjunções não são os únicos mecanismos gramaticais que dão conta de expressar a coordenação

1. Esta seção compreende resultados de pesquisas de Longhin-Thomazi (2007), decorrentes do projeto "Gramaticalização de conjunções na história do português", financiado pela Fapesp e desenvolvido na Unesp de São José do Rio Preto, SP.

sindética. Ao lado delas, há uma série de advérbios que, simples ou em locução, estabelecem um elo coordenativo entre orações e até mesmo porções maiores de texto. Essa correlação estreita entre advérbio e conjunção também é mostrada no trabalho de Mithun (1988). A partir do estudo das formas de coordenação em línguas tipologicamente diversas, a autora mostra que as conjunções coordenativas tendem a derivar principalmente de advérbios discursivos. As pesquisas sobre gramaticalização de conjunções (Traugott, 1982; Traugott & König, 1991) têm contribuído, sobretudo, para a ampliação das maneiras de reconstruir a mudança semântica. Há um consenso de que as alterações no significado são conduzidas por dois mecanismos complementares. Um deles é a metáfora, de natureza cognitiva, que consiste na projeção, em passos discretos, de significados de um domínio cognitivo mais concreto para um mais abstrato, e o outro é a metonímia, de natureza pragmática, que consiste na transição gradual e contínua de um significado a outro, por meio da reinterpretação contextual.

É nessa perspectiva que serão analisados os processos histórico-diacrônicos que levaram à formação de três itens que, dentro da tradição gramatical, são reconhecidos como conjunções coordenativas. Trata-se das conclusivas *assim* e *logo*, e da adversativa *porém*. Para tanto, será utilizada uma base de dados que reúne documentos representativos de várias sincronias do português[2].

2.1. O caso de *logo*

Enquanto conjunção conclusiva, *logo* é definido tradicionalmente como um item que serve para ligar à anterior uma oração que exprime conclusão ou conseqüência (Cunha & Cintra, 1985), podendo ser parafraseado por *portan-*

2. Para a análise, foi feita uma seleção de trechos dos seguintes textos: séc. XIII: *A demanda do Santo Graal* (13DSG); *Foro Real de Afonso* X (13FR); *Testamento de D. Afonso II* (13TDA); *Notícia do Torto* (13NT); *Inquirições de Afonso III* (13IA); séc. IV: *Crónica Geral de Espanha de 1344* (14CGE); *Orto do Esposo* (14OE); *Primeyra Partida* (14PP); *Bíblia Medieval Portuguesa* (14BMP); séc. XV: *Boosco Deleitoso* (15BD); *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram* (15LO); *Crónica D. Fernando* (15CDF); *Crónica D. Pedro I* (15CDP); *Leal Conselheiro* (15LC); séc. XVI: *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia* (16CSD); *Historia da prouincia de Sãcta Cruz a que vulgame[n]te chamamos Brasil...* (16HSC); *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (16CDM); *Os Sete Únicos Documentos de 1500* (16OSD); *Desengano de Perdidos* (16DP); séc. XVII: *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portvgal* (17JV); *Peregrinaçam* (17P); *Chronica Del Rey D. Ioam I* (17CDJ); *Sermão da Sexagésima* (17SS); *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (17CA).

to, por conseguinte, como em (1), cuja construção apresenta as seguintes características: *logo* articula duas orações gramaticalmente autônomas, ocupa posição fixa no início da oração e faz remissão à oração precedente, pesando-a, para então introduzir uma conclusão.

(1) João é um indivíduo perigoso, **logo** fique longe dele.

Do ponto de vista argumentativo (Maingueneau, 1997), a conjunção *logo* funciona como um operador, que atua numa construção de implicação do tipo "P *logo* Q", em que o antecedente P aparece como um fato definitivo, e o conseqüente Q aparece legitimado por princípios admitidos pela comunidade, o que justifica o caráter polifônico da construção. No caso de (1), o segmento P ("João é um indivíduo perigoso") implica o segmento Q ("fique longe dele"), numa relação necessária de causa-efeito ou argumento-conclusão. Essa relação garante a rigidez na ordem das orações articuladas por *logo*.

2.1.1 Percurso histórico-evolutivo de logo

Os dicionários etimológicos (Ferreira, 1983; Cunha, 1986) indicam que o item *logo* do português é proveniente do *locus-i* latino, que era empregado em sentido espacial (lugar, local, morada, país), em sentido temporal (época, ocasião, situação), e ainda em sentidos diversos tais como situação social, emprego, ponto, questão, matéria, assunto e capítulo.

Os dados investigados sugerem que no português arcaico parece ter havido um afunilamento nas possibilidades semânticas do item, pois, nas ocorrências relativas ao século XIII, verifica-se a coexistência de apenas dois usos de *logo*: o substantivo *logo* e o advérbio *logo*, itens que sinalizavam, respectivamente, sucessão espacial e sucessão temporal, como mostram as ocorrências (2) e (3).

(2) Mandamos que quando ouuyre morte Del rey, todos guarde senhorio e os dereytos del rey aaquel que reynar **en seu logo** e os que algua cousa teuerem que perteesca a senhurio Del rey (13FR, 132) [...*todos guardem o poder e os direitos de rei àquele que reinar em seu lugar...*].

(3) E Galvam filhou **logo** o escudo e depois deitou-o ao colo (13DSG, 8) [*Galvam tomou em seguida (ou imediatamente) o escudo e depois colocou-o no colo*].

Como substantivo, de que (2) é exemplo, *logo* equivale a "lugar" e integra o sintagma preposicional "en seu logo", no qual *logo* indica mais precisamente posição física e social e acrescenta a noção de deslocamento ou sucessão. Já como advérbio, de que (3) é exemplo, *logo* é muito mais freqüente no *corpus* investigado. Nesse caso, o item indica uma relação de posterioridade temporal ("em breve", "em seguida") ancorada na situação externa e que pode alternativamente ser entendida como particularizada pelo imediatismo da relação, corroborando uma afirmação de Cunha (1986), de que no português arcaico, *logo* funciona como "imediatamente".

Por outro lado, há contextos em que o advérbio temporal *logo* está ancorado em um momento já especificado no próprio texto. Nesse caso, *logo* sinaliza uma sucessão temporal, em que um evento se realiza após outro, recuperável no co-texto precedente. Para isso, *logo* retoma anaforicamente o evento anterior que, em geral, é introduzido por uma conjunção de tempo, como mostram as ocorrências abaixo:

(4) Tanto que viu Galvam Erec **logo** o conheceu (13DSG, 65) [*Assim que viu Galvam Erec logo (= que o viu) o reconheceu*].

(5) Quando Galaaz ësto ouviu, filhou **logo** sas armas e guisou-se o mais toste que pôde (13DSG, 145) [*Quando Galaaz ouviu isto, tomou logo (= que ouviu isto) suas armas....*]

Nos dados relativos a esse período da língua, não há ocorrências do uso conjuncional de *logo*. Só no material referente ao século XVII é que apareceram as primeiras ocorrências. A ocorrência em (6) traz uma delas.

(6) Para hum homem se ver a si mesmo, são necessarias tres cousas: olhos, espelho, & luz. Se tem espelho, & he cego; não se póde ver por falta de olhos: se tem espelho, & olhos, & he de noyte; não se póde ver por falta de luz. **Logo** ha mister luz, ha mister espelho, & ha mister olhos (17SS, 18).

Em (6), há uma estrutura do tipo "C1. *Logo* C2", em que os segmentos C1 e C2 são gramaticalmente independentes, separados por uma pausa representada por ponto. Cada segmento é constituído por orações estruturadas em tema e comentário. Essa relação tema/comentário se sustenta também entre C1 e C2, estruturando-os, uma vez que o segundo deve ser interpretado à luz do primei-

ro. Ou seja, C2 acrescenta um pensamento, uma avaliação conclusiva acerca de C1, evidenciando assim a relação de sentido, que é condição para a coordenação.

A relação coesiva entre os segmentos C1 e C2 é garantida por *logo* ou, mais particularmente, pela foricidade de *logo* que, encabeçando o comentário, promove simultaneamente um movimento de retorno ao já dito, em que reitera todo o C1, e um movimento de avanço, fazendo com que as orações se constituam em texto. Em C2, não é só uma parte do conteúdo de C1 que é reativada, mas também a própria orientação argumentativa de C1 é retomada em C2.

Além de mostrar que o uso conjuncional de *logo* é mais recente que os demais, a investigação evidenciou ainda que o contexto que teria favorecido a reinterpretação do advérbio *logo* como conjunção é aquele exemplificado em (7).

(7) (...) e he chamado mar morto, porque nem pexes, nem aves nom vivem em ele, nem pode em ele andar navio, nem outra matéria nenhua, senon for bitumada, e se algua cousa morta hi lançarem, **logo** se afonda, e se for cousa viva, **logo** saae a cima pero seja amerguda per força (14BMP, 40) [... *e se alguma coisa morta lançarem ali, logo afunda, e se for coisa viva, logo sai para cima*].

Configura-se, nesse caso, uma situação de ambigüidade. Em uma interpretação, *logo* atua como advérbio fórico de tempo posterior, admitindo paráfrase com "em seguida". Por outro lado, dado o contexto contíguo, *logo* integra uma construção condicional do tipo "Se P, *logo* Q", cujo significado reside numa relação de implicação entre P e Q, na qual "se temos P, devemos ter Q". Assim, conforme (7), o fato de "lançar alguma coisa morta" implica conseqüentemente "afundar", da mesma forma que "lançar coisa viva" implica "sair acima". Nessa relação de implicação, *logo* veicula um sentido de conseqüência ou conclusão, que é fortemente baseado nas crenças e expectativas do falante/escritor. Acrescente-se a isso que o item, nesse contexto, ocupa posição inicial na oração, tal como uma conjunção prototípica. Nessa condição híbrida, *logo* revela a fluidez categorial entre o advérbio de tempo e a conjunção conclusiva, isto é, a face não discreta da mudança.

Segundo essa análise, o embrião da conjunção conclusiva *logo* é o uso mais referencial de *logo*, o dêitico temporal, que passou a ser empregado em determinados contextos como um item de coesão textual, retomando anaforicamente

orações precedentes e indicando sucessão temporal. Nesses termos, um item empregado para sinalizar sucessão temporal no mundo real teve seu uso estendido para sinalizar sucessão temporal entre eventos mencionados no texto. A natureza pronominal do advérbio *logo* foi determinante para a constituição da conjunção conclusiva — que até hoje preserva essa característica do advérbio —, já que na relação de conclusão há um movimento de retroação, a partir do qual o falante/escritor retoma o conteúdo anterior e então introduz uma conclusão.

A alteração de sentido aponta para a abstratização e a pragmatização crescentes do significado: a posterioridade temporal de *logo* passou a ser entendida, metaforicamente, como posterioridade no discurso: aquilo que vem depois no tempo foi projetado para designar aquilo que vem depois no discurso, a saber, um efeito ou uma conclusão. Essa projeção evidentemente não foi abrupta, mas propiciada pelo contexto contíguo de implicação que, além da leitura de tempo posterior, permitia a leitura de conclusão.

Assim, de um lado, a foricidade de *logo* criou condições para que o item ganhasse gradativamente estatuto conjuncional e, de outro, a transferência metafórica e a reinterpretação contextual determinaram a emergência de um novo sentido, mais abstrato e mais subjetivo que o primeiro.

2.2. O caso de *assim*

Segundo a tradição gramatical, *assim* integra o conjunto dos advérbios modais, itens que têm a propriedade de qualificar ações, processos e estados. Acrescente-se a isso a natureza pronominal de *assim*, que ora aponta para elementos presentes na situação comunicativa, ora para passagens precedentes ou subseqüentes do próprio texto. Em outro uso, *assim* funciona como uma conjunção coordenativa (Cunha & Cintra, 1985) que estabelece entre os segmentos que articula uma relação de conseqüência ou conclusão.

No entanto, não há consenso a respeito do estatuto conjuncional de *assim*, o que se deve principalmente ao fato de que, em certas situações, embora *assim* associe um argumento a uma conclusão, tal como uma conjunção conclusiva, ele não reúne todas as propriedades que lhe garantem o pertencimento ao rol das conjunções prototípicas (Neves, 2002). Mais particularmente, há casos

em que *assim* tangencia as categorias de advérbio e conjunção, já que apresenta mobilidade posicional ou co-ocorre com outras conjunções.

2.2.1. *Percurso histórico-evolutivo de* assim

O advérbio *assim* provém do composto latino *ad sic*. Segundo Ernout e Meillet (1951), em latim, *ad* exercia tanto o papel de preposição, com sentido de aproximação no tempo ou no espaço *em direção a*, *para*, como também reforçava formas adverbiais — *adpost, adpressum, adprope* —, conferindo a elas um valor de aproximação, direção ou adição. Já *sic*, do antigo *seic*, era advérbio modal "dessa maneira". Nos dados do português arcaico, *assi* já apresentava usos de base anafórica, conforme ocorrência em (8).

(8) e porẽ lhe rogava que lhe outorgasse de lhe chamarẽ rey de Portugal, e que lhe **assi** o chamasse ẽ suas cartas e privilégios. [*pedia que lhe outorgassem chamarem-no de rei de Portugal, e que assim o chamassem nas cartas*] (14CGE, 6).

Nos contextos em que há sucessão de dois fatos no tempo, o fórico modal *assi*, além da manobra de remissão, permite uma leitura de conclusão ou conseqüência a respeito do que foi dito antes, como é o caso de (9).

(9) Eno terceiro dia juntou Deos as auguas, que eram sô o firmamento, em hũ logar, e **assi** apareceu a terra, e assi lhe chamou nostro Senhor [*e no terceiro dia Deus juntou as águas, que estavam sob o firmamento, em um lugar, e por isso (dessa forma) apareceu a terra*] (14BMP, 22).

Nessa condição híbrida, *assi* articula um estado-de-coisas a um acontecimento, estabelecendo entre eles uma relação imediata (sem intervenção de implícitos) de causa-efeito ou de argumento-conclusão. Na realidade, é o estado-de-coisas que possibilita o acontecimento, como se observa na ocorrência em (9), em que o fato de Deus juntar as águas possibilitou o surgimento da terra. Desse ponto de vista, é possível sustentar que a conclusão já estava, de certa forma, contida no antecedente, e que, portanto, *assi* está fundamentalmente orientado para o conteúdo que vem antes.

Em (10), há mais uma ocorrência que permite a leitura de conclusão:

(10) E quando amanhece as mais das vezes está o ceo todo cuberto de nuuẽs, & **assi** as mais das manhaãs choue nestas partes, & fica toda cuberta de nevoa (16HSP, 8) [*E quando amanhece, na maioria das vezes, o céu está todo coberto de nuvens, e por isso chove na maioria das manhãs, nessas partes*].

Similarmente às ocorrências da conjunção *logo*, também é possível sustentar para *assim* uma estrutura do tipo "C1, e *assi* C2", em que os segmentos C1 e C2 são independentes e estruturados em tema e propósito. Tal relação também se sustenta entre C1 e C2, uma vez que o segundo deve ser interpretado à luz do primeiro. Ou seja, C2 traz um pensamento, uma avaliação, um comentário conclusivo acerca de C1, justificando assim a relação de sentido enquanto condição necessária. A relação coesiva, por sua vez, é garantida em parte por *assi* ou, mais especificamente, pela foricidade característica de *assi*, que promove simultaneamente um movimento de retomada e um movimento de progressão seqüencial.

2.3. O caso de *porém*

Porém é um articulador de coordenação que tem estatuto categorial discutível: enquanto a tradição gramatical o classifica como conjunção coordenativa, os estudos descritivos o consideram advérbio juntivo (Neves, 2000). Essa natureza imprecisa de *porém* pode ser justificada como resultado do processo de sua constituição.

2.3.1 *Percurso histórico-evolutivo de* porém

Os estudiosos da história da língua portuguesa (Said Ali, 1964; Câmara Jr., 1975; Cunha, 1986) são unânimes em afirmar que o português arcaico fez uso da locução prepositiva *porende* e de sua forma abreviada *poren*, ambas filiadas ao advérbio latino *proinde* (< *per ĭnde*). Da fonte adverbial latina, asseguram os autores, *poren~porende* preservou o sentido de explicação/conclusão ("por causa disso", "por isso"). Ali (1964), em particular, afirma que "o uso geral deu preferência ao termo mais curto, de modo que *porende*, cada vez mais raro, acabou por extinguir-se, ficando desconhecido no português moderno". O

autor acrescenta ainda que *poren* sofreu transformações semânticas, nas quais gradativamente deixou de veicular explicação ou conclusão e passou a estabelecer oposição de idéias, tornando-se, mais tarde, uma conjunção adversativa. Resta explicar que contextos propiciaram essas mudanças.

Sobre as mudanças semânticas experimentadas por *poren*, o trabalho de Mattos e Silva (1984) é pioneiro. Ela discute os processos de alteração semântica sofridos por *pero* e *poren* na fase arcaica da língua, mostrando que, embora ambos compartilhem o valor etimológico conclusivo-explicativo, e tenham adquirido com o tempo o valor adversativo, tais processos não se deram simultaneamente.

Na amostra do século XIII, foram identificados três usos de *porém* (e de suas variantes livres *porende, porem, porẽ*), dois adverbiais e um conjuncional. Em todos os casos, prevalece o valor explicativo-conclusivo proveniente do étimo latino. Como advérbio juntivo, de que (11) e (12) são exemplos, *porém* segue a aditiva "e" na coordenação de orações ou aparece em diferentes fronteiras de constituintes. Já como advérbio correlativo enfático, exemplificado em (13), *porém* depende de uma oração causal/explicativa, com a qual se relaciona, para exercer função reiterativa. O uso conjuncional, por sua vez, foi atribuído às ocorrências em que *poren~porende* articula unidades gramaticalmente autônomas, ocupa posição inicial e faz remissão ao conteúdo precedente, para então introduzir uma explicação/conclusão, conforme (14).

(11) E quando Estor viu que se guisava de batalhar assi a pee como estava, prezou-o mais que ante e esmou que era alguũ dos da Mesa Redonda; e **porém** quis saber quem era, ante que i mais fezesse (13DSG:39) *[E quando Estor viu que se preparava para lutar assim a pé como estava, prezou-o mais do que antes e pensou que era algum daqueles da Távola Redonda; e* ***por isso*** *quis saber quem era...]*

(12) E quẽ quer que contra isto ueer ou fazer algũa cousa moira **porende** e nõ seya leyxado uiuo (13FR:129) [*E quem quer que contra isto veja ou faça alguma coisa morra* ***por isso*** *e não seja deixado vivo*].

(13) (...) e porque i é onrra de nos e de nossos reynos, **porẽ** queremos mostrar como se guarden por todo tempo as cousas das eygreyas (13FR:134) [*e porque aqui está nossa honra e de nossos reinos,* ***por isso*** *queremos mostrar como se guardam por todo tempo as coisas das igrejas*].

(14) Todo saber esquiua nõ saber, ca é escripto que quẽ nõ quis entender nõ quis bem fazer. **Porẽ** estabelecemos que nenguu nõ pensse de mal fazer porque diga ca nõ sabe as leys nen dereyto, qua se fezer contra a ley non se pode escusar de culpa por nõ saber a ley (13FR:140) *[Todo saber afasta o não-saber, pois está escrito que quem não quis entender não quis fazer bem.* ***Por isso/portanto*** *estabelecemos que ninguém pense em fazer mal porque diz que não sabe as leis nem o direito].*

Nesse período, não há indícios do valor adversativo de *poren*. Os dados revelam que, para a relação de adversidade, a língua dispunha de três partículas: *mas, ante* e *pero*.

Nos dados do século XIV, *poren* mantém estável o valor explicativo-conclusivo. O dado mais relevante é a descoberta de um contexto em que *poren* é correlativo enfático não de uma construção causal, mas de uma concessiva, como mostra (15). Nessa ocorrência, *poren* é ambíguo, prestando-se tanto a uma leitura causal/explicativa ("por isso"), quanto a uma leitura adversativa ("apesar disso"). Esse contexto contrastivo, característico das concessivas, aliado à ocorrência de negação, pode ter pressionado *poren* a assumir o valor adversativo.

(15) E dise-lhe o tirãno que, se nõ cessasse de chamar o nome de Jhesu, que lhe mãdaria talhar a língua, e dise-lhe Sancto Ignácio: Posto que me talhes a língua, nõ cessarey **poren** de chamar o nome de Jhesu, porque o tenho scripto emno meu coraçom (14OE:10) [*E disse-lhe o tirano que se não parasse de chamar o nome de Jesus, que mandaria cortar-lhe a língua, e disse-lhe Santo Inácio: ainda que me cortes a língua, não pararei* ***por isso/ apesar disso*** *de chamar o nome de Jesus].*

Os dados do século XV revelam uma expansão dos contextos em que *poren* é empregado, fato que indicia gramaticalização. Um dos aspectos desse período que merece destaque é que o advérbio correlativo enfático já aparece sem ambigüidade, exclusivamente com a leitura adversativa ("apesar disso"), como é o caso de (16). O contexto continua aquele de construção concessiva, mas já não é possível recuperar o significado do item-fonte.

(16) Este Rei acreçentou muito nas comtias dos fidallgos, depois da morte del Rei seu padre, ca nom embargando que el Rei Dom Affonsso fosse comprido d'ardimento e muitas bomdades, tachavam-no **porem** de seer escasso e apertamento de grandeza (15CDP:64) [... *embora o Rei Dom Afonso fosse bem dotado de coragem e de muitas bondades, tachavam-no,* ***apesar disso****, de ser escasso e mesquinho*].

Por fim, os dados do século XVI evidenciaram que o valor adversativo de *poren* (*porende* já não aparece mais) é crescente — a soma equivale a 69% dos casos — enquanto o valor etimológico sofre um recuo. Mais próximo de um protótipo de conjunção coordenativa adversativa está a ocorrência em (17), na qual *poren* põe em contraste as orações. Desse modo, a pesquisa não deixa dúvidas de que o valor adversativo é realmente mais tardio, o que corrobora o estudo de Mattos e Silva (1984).

(17) No tempo dos ponentes he muy quieto e abrigado **porém** nos dos leuantes disem que he sogeito a grandes mares por onde neste tempo seraa milhor surgir ao longo do lado daloeste (16MNS:327) [*No tempo dos poentes é muito quieto e protegido,* ***mas*** *nos dos nascentes dizem que está sujeito a grandes mares* ...]

Em suma, o estudo de *porém* na sucessão de sincronias revelou que, por longo tempo, o item preservou seu valor etimológico explicativo/conclusivo, e que a diferença entre os usos estava restrita à fluidez entre os estatutos de advérbio e de conjunção. Só no material do século XV, momento em que houve expansão máxima de contextos, é que *porém* assume o valor adversativo, favorecido inicialmente por determinado tipo de contexto.

As análises aqui apresentadas focalizaram principalmente a relevância da reinterpretação baseada no contexto para a explicação dos processos de mudança lingüística. Além disso, serviram para reforçar a hipótese de que as conjunções de coordenação têm uma origem por excelência: são criadas preferencialmente a partir de advérbios pronominais que, além de exprimirem circunstâncias, atuam como mecanismos de coesão, ligando partes do texto e estabelecendo relações de sentido.

3. GRAMATICALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES

Conforme discutido e evidenciado no capítulo 1, a gramaticalização pode atingir uma estrutura maior do que um item, menor do que uma oração, muitas vezes não-segmentável e por vezes inexplicável quanto à motivação inicial.

Lidando com o produto, entretanto, é possível reconhecer que, na interação, informações velhas ou inferíveis vão sendo elididas, reforçadas, renovadas etc. O que está por trás de todo esse movimento em torno da estrutura, entretanto, é a comunicação e o atendimento às máximas da conversação.

Na literatura mais recente sobre gramaticalização, o estudo de processos de mudança que afetam segmentos acima do nível da palavra e abaixo do nível oracional pede, então, uma concepção mais ampla de gramaticalização, como, por exemplo, a oferecida por Bybee (2003, 602), transcrita abaixo:

> Na literatura recente sobre gramaticalização, parece consenso que não é suficiente definir gramaticalização como o processo pelo qual um item lexical torna-se morfema gramatical, mas, ao contrário, é importante dizer que esse processo ocorre em contexto de uma construção particular (...). De fato, parece mais adequado dizer que é uma *construção com seus itens lexicais* particulares que se torna gramaticalizada do que dizer que é o item lexical que se gramaticaliza (grifos nossos).

É sob essa concepção que se apresentam nesta seção os estudos de mudanças identificados com a gramaticalização envolvendo dois tipos especiais de construção: *quer dizer* e as chamadas *construções do tipo "foi fez"* (CFF).

3.1. O caso da construção *quer dizer*[3]

Para compreender os usos da construção *quer dizer*, deve-se levar em consideração que, como conector discursivo, manifesta a idéia base de *significa* com "extensões de significados", especialmente a paráfrase e a avaliação conclusiva, quer em construções apositivas, em fronteiras de constituintes, quer como redirecionador de tópico conversacional em entrevistas. A persistência da idéia-

3. O estudo apresentado nesta seção decorre dos resultados de projetos de iniciação científica orientados por Nilza Barrozo Dias, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, e desenvolvidos pelos bolsistas Fábio da Silva Fortes (FAPEMIG) e Josué Ferreira (CNPq).

base deve-se à origem verbal da construção, em que o verbo *querer* modaliza um verbo *dicendi*, *dizer*, de uso mais geral, mas os dois verbos na construção, juntos, especializam-se em um uso específico, o de manifestar significação. O texto que se segue exemplifica tais considerações.

3.1.1. As construções apositivas

As *construções apositivas* são constituídas de unidade base ou matriz (A) e unidade apositiva (B). Segundo Halliday (1985), a unidade apositiva expande a unidade A, elaborando o significado de A, promovendo maior caracterização de um termo anteriormente nomeado, tornando mais clara a informação para o interlocutor, fornecendo detalhes ou adicionando atributos. Está sendo considerada, nessa investigação, a unidade B (apositiva), constituída de oração, orações ou períodos, em conexão com a unidade A (base ou matriz), constituída de sintagmas, orações ou períodos.

A aposição apresenta sintaticamente uma relação de gradação quanto às suas características, ou seja, algumas construções são semântica e sintaticamente mais prototípicas do que outras (Meyer, 1992; Nogueira, 1999; 2005; Dias, 2005).

As construções apositivas podem ser divididas em dois grandes grupos: aquelas que apresentam a unidade apositiva introduzida por conector zero (Ø) e aquelas que apresentam os conectores discursivos, tais como *quer dizer*, *ou seja*, *isto é*, *vale dizer* e *por exemplo*. As unidades apositivas introduzidas por conectores discursivos de base verbal apresentam a função semântica de paráfrase e a função textual-discursiva de avaliação (ou avaliação conclusiva), como as mais recorrentes. As unidades apositivas introduzidas pelo conector com finalidade argumentativa, caso de *por exemplo*, estabelecem uma relação todo-parte com a unidade base, exemplificando ou particularizando-a. Aquelas introduzidas por conector Ø também apresentam a paráfrase como a mais recorrente, seguida da identificação e da particularização, numa relação predominantemente catafórica entre base e aposição (Meyer, 1992; Nogueira, 1999, 2005; Dias, 2005).

Observe-se a ocorrência em (18).

(18) RDO = tá ... tudo bem ... < o que a gente fala é o seguinte > *é::: quando há uma, uma fraude com cartões, o primeiro, o primeiro*

passo nosso é pesquisá qual terminal que foi, onde que foi, essas coisas todas, certo? então, nós identificamos que foi no Santa Cruz Shopping, naquele banco vinte e quatro horas do Santa Cruz Shopping (PROCON/JF).

Em (18), temos uma audiência de conciliação do PROCON, em que o reclamado esclarece, detalha o elemento base "o seguinte", constante na unidade-base, sublinhada, estabelecendo uma relação catafórica com a informação que esteja na unidade apositiva (Nogueira, 1999). Todas as orações sublinhadas funcionam como uma unidade apositiva por ser usada pelo reclamado para esclarecer, detalhar uma atitude dele, funcionário do banco. A unidade B não tem conector discursivo. Observe-se agora (19).

(19) Mais importante seria a construção de centros ortopédicos e geriátricos de qualidade internacional, o que nos traria ainda mais divisas. E aqui, caro leitor, vem o ponto crucial. Esses investimentos levam tempo para ser feitos. E, uma vez construído, um hospital cardiológico ou ortopédico lava no mínimo dez anos para ganhar reputação internacional. *Ou seja, já estamos atrasados e podemos perder também esse barco, porque nunca pensamos nos jogos do futuro, somente nos erros do passado* (*Revista Veja*. 30.mar.2003).

Na ocorrência (19), a unidade-base é constituída por toda a informação que está sublinhada e a unidade apositiva é introduzida pelo conector discursivo *ou seja*. A unidade apositiva elabora o significado, torna mais clara a informação já veiculada em A, através de um julgamento feito pelo jornalista acerca de centros ortopédicos e geriátricos. Ele avalia e conclui que estamos atrasados em relação ao presente e ao futuro, por pensarmos somente nos desacertos do passado. Tem-se, assim, em B, uma conclusão avaliativa.

É interessante observar que, normalmente, as unidades apositivas introduzidas por conector Ø são, geralmente, constituídas de várias orações, portanto, mais *pesadas* lingüisticamente, enquanto as unidades apositivas introduzidas por conectores discursivos de base verbal apresentam poucas ou uma oração, o que as torna mais *leves*. O falante estabelece uma "correferência do ponto de vista do locutor", porque ele vê um ponto em comum entre as unidades constitutivas da construção.

As relações semânticas (de *parte/todo*, de *catáfora*, de *sinonímia*, de *hiponímia* e de *atribuição*), quanto às classes semânticas (de *identificação*, de *exemplificação*, de *particularização*, de *paráfrase* e de *autocorreção*) propostas por Meyer (1992), foram identificadas na análise de Nogueira (1999). Os resultados apresentados neste trabalho revelam os seguintes valores semântico-discursivos: *ressalva*, *avaliação (conclusiva)*, *ratificação*, *especificação*, *paráfrase (explicação)*, *focalização*, *contraste*, entre outros.

Na investigação das construções apositivas, foram testados ainda o que seria aposição central e o que seria aposição periférica, trocando a posição das unidades ou apagando uma delas (Meyer, 1992). Fatores de ordem discursiva tornaram o teste inviável em grande parte dos dados. Foi testada ainda a retirada dos conectores discursivos, para a verificação dos resultados. No apagamento do conector, foi encontrada a ausência da fala do locutor, ou seja, desaparece a sua introjeção e corporificação no texto. Passou-se então ao estudo dos conectores discursivos *quer dizer*, *ou seja*, *isto é*, *vale dizer* e *por exemplo*, sendo que *quer dizer* e *por exemplo* estão sendo investigados, segundo a teoria da gramaticalização.

Para este trabalho, foi selecionado o conector discursivo *quer dizer*, que ocorre preferencialmente nas construções apositivas, mas que pode ocorrer também fora das construções apositivas. O objetivo é mostrar o processo de gramaticalização em curso, que ocorre na língua portuguesa do Brasil, mais especificamente em dados de fala, porque tais construções são raríssimas em dados de escrita. As ocorrências em que as análises se baseiam provêm de amostras de fala e de escrita diferenciadas, a saber: amostra PEUL/RJ, amostra PROCON/JF e amostra do Projeto NURC/Brasil, para dados de fala, e amostras do português histórico, provenientes da coletânea de textos escritos organizada por Tarallo (1991).

3.1.2. Percurso de gramaticalização de quer dizer[4]

O processo de gramaticalização do item lexical *quer dizer* não ocorre de modo abrupto, mas se realiza gradualmente, de forma que, para uma análise o mais próxima possível do fenômeno lingüístico estudado, a tipologia traçada por

4. Por uma questão de delimitação, não será tratada aqui a construção *quer dizer que*.

Lehmann (1985) mostrou-se inadequada, por descrever processos já em estágios avançados de gramaticalização, e o caso de *quer dizer* é um processo em curso.

Partindo dos dados pesquisados, pode-se esboçar um percurso de gramaticalização para o item *quer dizer* pesquisado. Sua forma não-gramaticalizada constitui-se do verbo volitivo *querer*, que funciona na sentença como modalizador do verbo *dicendi dizer*. Ambos os verbos preservam sua autonomia sintático-semântica, mantendo, portanto, todas as características categoriais de seu estatuto verbal, o que permite afirmar que é a partir dessa construção que o processo de gramaticalização se desencadeia. Essa estrutura é comum tanto em dados do português diacrônico quanto em dados de fala contemporâneos. As ocorrências em (20) e (21) comprovam esse postulado.

(20) Dizede, minha senhora, porque chorades, e eu vos porrei i alguu~ conselho, ca já mais serei leda em mentre vos fordes triste. E a donzela non lhe *quer dizer* porque chorava (português histórico).

(21) Não é bem isso, vamos ver (interferência de aluno) certo, (es)tá certo Maria, tu *quer(es) dizer* alguma coisa? (...) a minha pergunta (...) mas, não, não fala em interpretação, vamos ficar com translação, resumo, é ela, a Maria já (ininteligível) não é Maria? (NURC/SP).

Embora (20) e (21) sejam ocorrências separadas no tempo por sete séculos, visto que a primeira provém de uma cantiga popular medieval (século XIII) e a segunda é fragmento de uma elocução formal do projeto NURC (século XX), a ocorrência de *quer dizer* que ambas apresentam é lingüisticamente semelhante. Em ambos os casos, a presença do verbo volitivo (*querer*) atua modalizando o verbo *dicendi* (*dizer*), preservando ambos seu caráter verbal.

Essa independência entre os dois verbos na construção não-gramaticalizada de *quer dizer* é comprovada com a relação de concordância entre o sintagma verbal e o sujeito, que se revela tanto nos dados do português antigo quanto do contemporâneo. No exemplo (21), o verbo volitivo eventualmente concorda com o sujeito de 2ª pessoa singular: *tu queres*.

Entretanto, à medida que começa a sofrer o processo de gramaticalização, a estrutura *quer dizer* tende a ser reanalisada[5], enquanto estrutura única, sinôni-

5. Nos termos de Heine & Reh (1991), a *gramaticalização* é um tipo especial de *reanálise*. De fato, o processo reanalítico está na base da mudança lingüística.

ma de *significa*, tornando pouco claras as fronteiras dos constuintes. Nesse estágio, configura-se um segundo momento da gramaticalização de *quer dizer*. Observe (22):

(22) Repeendimẽnto tanto *quer dizer* como teer o home por mal a cousa que ha feyta ssem guisa e auer võontade de se partir della. E por ende en latĩ diz o que sse repeende "peniteo me" (português histórico).

Como na ocorrência em (22), as estruturas sinônimas de *significa* evidenciam um estágio inicial de gramaticalização, visto que, embora sintaticamente os verbos se comportem de forma autônoma, no plano semântico o significado é unitário.

Carneiro (2006) atesta a função de verbo com um sentido único, a de *significa*, como realização bastante rara nos dados investigados, conforme ocorrência em (23).

(23) então não dá para eles chegar e desfilar à vontade e se acabar porque eu acho que ali o negócio também e ficar aquelas moça muito nua e não dizendo (no pé) não *quer dizer* nada eu prefiro mais ver a cabrocha no chão e dizendo no pé (riso) ("eu") sou mais de (fala rindo) ver (PEUL/RJ/Amostra 00).

A relação entre essa construção gramaticalizada e a não-gramaticalizada, apresentada anteriormente, pode ser explicada pela hipótese da *unidirecionalidade*, segundo a qual "os significados lexicais sujeitos à gramaticalização são costumeiramente gerais ([...]); os itens lexicais que se gramaticalizam são tipicamente o que se conhece como 'palavras básicas'" (Hopper & Traugott, 1993, 97). De fato, o fenômeno de modalização que ocorre no *quer dizer* não-gramaticalizado pode ser encontrado, também, nos dados do português antigo, em outras construções alternativas, com o verbo *significar*.

Essa instância de *quer dizer* — que nomeamos *intermediária* —, sinônima de *significa*, apresentou diferentes realizações sintáticas nos dados do *corpus* do português antigo e contemporâneo. Como a ocorrência em (22) demonstra, nos séculos XIII e XIV, era comum a presença dos elementos intervenientes *tanto (X)* e *como (Y)* em construções com *quer dizer*.

Por outro lado, observamos, nos dados do português moderno, a construção intermediária de *quer dizer* não somente sem esses elementos intervenientes

comuns nos séculos XIII e XIV, mas também seguida da conjunção *que*, introduzindo oração encaixada. É como se *quer dizer* (com acepção de *significa*) fosse, nos dias de hoje, mais freqüentemente utilizado em enunciados complexos, como o mostrado em (24).

(24) bom... visita MESmo... a gente visita TÃO POUco hoje em dia e ainda ainda domingo passado ainda li no jornal um artigo...não sei se vo/ se vocês leram..., a respeito justamente de negócio de visita né?... e ah::.... a gente se encontra sempre todos os meses nesse janTAR...com os amigos... *quer dizer que POUco fora disso a gente não se encontra*... (NURC/SP).

A estrutura *quer dizer que* tem o mesmo valor semântico de *significa que*, que subcategoriza a oração seguinte. O exemplo assinala o princípio da *descategorização*, nos termos de Hopper (1991), pois aí existe uma restrição das propriedades verbais dos verbos que constituem a construção *quer dizer*. Embora se mantenham sintática e morfologicamente independentes, semanticamente formam uma estrutura unitária.

X quer dizer Y
quer X dizer Y
quer dizer XY
quer dizer

Quadro 1: *Quer dizer* intermediário em dados do século XIII e XIV[6].

O terceiro estágio detectado é o do *conector discursivo*. À medida que a gramaticalização avança, *quer dizer* abdica de todas as suas funções verbais, passando a atuar meramente como um organizador textual, conector de duas orações, com, também, outras funções pragmáticas, ocorrendo, por exemplo, em fronteiras de constituintes.

Resumidamente, com base nos dados, assim se esboça a gramaticalização de *quer dizer* em três estágios:

- **Estágio 1. Construção não-gramaticalizada**: corrente desde os séculos mais iniciais da história do português e ainda em coexistência com as construções em mudança nos dias de hoje. Isso instancia o princípio hopperiano da

6. X equivale à *tanto*, e Y, a *como*.

divergência. Trata-se da modalização de *dizer*, pelo verbo *querer*, verbos sintática e semanticamente autônomos.

● **Estágio 2. Construção intermediária**: os verbos constituintes da expressão *quer dizer* não mais guardam autonomia sintático-semântica. Funcionam na expressão já cristalizada, que tem a acepção de *significa*. Das várias alternativas de modalização que existiam em ocorrências originais (*quer dizer, quer significar, significa dizer, pode dizer* etc.), especializou-se aquela de acepção mais geral, em observância aos princípios da *especialização* (Hopper, 1991) e ao parâmetro da *obrigatoriedade* (Lehmann, 1995 [1982]). Além disso, constata-se o princípio da *persistência*, uma vez que se manteviveram, em relação ao estágio 1, traços semânticos do caráter verbal original.

● **Estágio 3. Conector discursivo**[7]: o item *quer dizer* modifica seu estatuto de proposicional para textual, abdicando de suas propriedades categoriais originais. Em outras palavras, isso significa que seu caráter verbal não mais permanece, o item passa a participar do conjunto das categorias textual-discursivas da língua, acumulando diferentes funções pragmáticas. Temos, portanto, patente o princípio da *descategorização* de Hopper. Esse estágio começa a aparecer, na língua portuguesa, no século XVI, e tem sua freqüência ampliada no século XX, sobretudo em dados orais.

3.1.3. *As funções semântico-pragmáticas de* quer dizer

O conector discursivo *quer dizer* representa a fala do locutor, uma espécie de introjeção deste no texto, a fim de corporificar a própria voz. Em virtude de o conceito de *marcadores discursivos* estar longe de ser consenso entre os lingüistas atuais, e também devido ao fato de *quer dizer* também superpor às funções discursivas a função de conector, adota-se aqui, para uma maior clareza, a terminologia de Koch & Villela (2001) acerca de estruturas como essa: será denominada, portanto, *conector discursivo* essa instância de *quer dizer*.

---

7. Embora Traugott (1995) utilize-se da terminologia "marcadores discursivos", opta-se aqui por especificar mais o conceito, uma vez que *quer dizer* é uma categoria limítrofe dentro da possível classe dos marcadores. Adiante há uma discussão mais detalhada de seu estatuto; por ora cabe ressaltar que, diferentemente dos marcadores em geral, *quer dizer* tem a função gramatical de conexão de sentenças, além de suas funções discursivas.

Como conector discursivo, *quer dizer* introduz uma unidade apositiva que geralmente parafraseia uma unidade-base representada por um sintagma ou por oração ou orações, transmitindo *outra maneira de significar*. Desse modo, a unidade apositiva com conector discursivo manifesta a idéia-base de *significa* (de dizer de outra maneira o já mencionado ou "indicado" por inferências por parte do locutor), com extensões de "significados" tais como *ressalva/retificação, avaliação (conclusão), avaliação, conclusão, paráfrase/ repetição/explicação, ratificação, causalidade, especificação* e *contradição*, que geralmente são expressas com unidades lingüísticas mais leves ou muito leves, quando, por exemplo, tem-se a explicitação da avaliação do locutor. Segundo Traugott (2005), os marcadores discursivos constituem um canal eficaz para que o falante expresse sua avaliação não do conteúdo daquilo que é dito, mas do modo como é enunciado. Ou seja, os marcadores têm uma *função metatextual*.

Unidades apositivas introduzidas por *quer dizer* com função parafrástica são, portanto, os casos mais típicos de aposição, em que a paráfrase ou repetição esclarece, elucida, algum ponto obscuro oração(ões) anterior(es). Em outras palavras, *diz de outra maneira o já mencionado ou indicado por inferências.*

(25) Dav: (falando da filha) já está comendo bastante, toma sopa com legume, essas coisa toda. Suco de laranja, ele queria que desse com um mês, com dez dia eu passei a dar. *Quer dizer, com dez dias ela (x) comecei a dar suco de laranja lima, porque ela tinha muita prisão de ventre* (PEUL/RJ/Amostra 00).

Observe, na ocorrência supra, uma relação de sinonímia textual com a unidade matriz anterior. A estrutura *quer dizer* introduz uma unidade apositiva que apenas repete o conteúdo proposicional da sentença-matriz anterior: o fato de se ter antecipado à prescrição médica de ministrar suco de laranja à filha. Esse tipo de relação é esperado nos enunciados apositivos, podendo, de certa maneira, ser considerado bem prototípico, visto ocorrer não apenas em enunciados conectados com *quer dizer*.

Transcendendo a paráfrase propriamente dita, encontramos inúmeros exemplos que justificam o valor semântico do item *quer dizer*. Ou seja, a unidade com conector discursivo manifesta a idéia-base de *significa*, com "extensões de significado" tais como os já mencionados e alguns deles exemplificados a seguir.

(26) então como eu ia *explicando*, no início do século XX ou melhor no século XIX, só existiam a Europa e a Ásia; bom... formadas por culturas diferentes, atravessando situações históricas de feudalismos diferentes, mas, tanto a Ásia quanto a Europa, já... passavam por passados, e que não acontecia com América e com a África, tá(,) *quer dizer a colonização e o desenvolvimento da América Latina e da África é um fenômeno do século XX* (NURC/RJ).

Em (26) a unidade apositiva destacada constitui uma *conclusão* do locutor a partir das *evidências* apresentadas por ele como convincentes para o fechamento do tópico. A unidade-base representa toda a informação que a antecede, constituída de várias orações, portanto, lingüisticamente *pesada*. A unidade apositiva, contudo, é mais *leve*.

A ocorrência abaixo representa o que há de mais recorrente nas unidades apositivas introduzidas por *quer dizer*:

(27) E: Nossa, (não é)? Que loucura. Você pretende se mudar?
Dav: de Cordovil? Pretendo, nem que seja mais para cima um pouco, está? Com toda a dificuldade, mas quero morar, assim, numa casa porque apartamento, realmente, para mim não dá, é um saco porque, olha só o regulamento que tem dentro do apartamento — tem — você não pode ligar um som alto, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, não pode bater um papo na rua porta — ou você manda a pessoa entrar ou você tem que descer para conversar na rua. *Quer dizer, isso tudo é chato à pampa* (PEUL/RJ/Amostra 00).

A unidade apositiva *leve* constitui uma *avaliação conclusiva* do locutor acerca do que seja regulamento de um condomínio. A unidade-base sublinhada representa o elemento de referência, sendo lingüisticamente *pesada*. Por estar "desgarrada" (Decat, 2005; Dias, 2005), a unidade apositiva denota ainda o foco dado pelo locutor a sua própria avaliação. A construção *quer dizer* aponta para a corporificação da fala do locutor — tal como ocorre com os marcadores discursivos (Traugott, 1980). Nos termos de White (2001), há um julgamento de padrões sociais de comportamento, com seqüências de comportamento na unidade-base, e com elementos lingüísticos avaliativos *chato* e *à pampa*, na apositiva, que introduz uma espécie de "adendo", resumindo e fechando as considerações feitas.

Foram encontradas, nas amostras de fala do PEUL/RJ e do NURC, as unidades introduzidas por *quer dizer que* que apresentam algumas características semelhantes àquelas das unidades introduzidas por *quer dizer*. Podem ter função semelhante à de conector no que diz respeito ao valor textual-discursivo de avaliação e de avaliação conclusiva, representando a fala do locutor tal como ocorre com os marcadores discursivos. Servem também para elaborar, ou dar mais detalhes da informação contida na unidade base. A construção *quer dizer que* não apresenta ou recupera sujeito anafórico, o que nos leva a considerá-los uma única forma.

Observem-se as ocorrências abaixo com *quer dizer que*:

(28) há muitos anos era guria.., e era no:: no FUNDÃO mesmo... até o professor naquele tempo queria que eu competisse porque eu eu era:: pela iDAde eu era peQUEna mas *quer dizer que eu era muito desenvolVIda*... então ele queria... que eu competisse porque... tinha uns bração assim comPRIdo ele achava que eu ia... pela iDAde compreende? eu era desenvolvida (NURC/POA).

A unidade destacada funciona como uma conclusão avaliativa em relação a toda a informação que a antecede. Ou seja, há uma relação de oposição entre pouca idade e muito desenvolvimento da informante, sendo que o *quer dizer que* põe em foco o desenvolvimento sob a forma de um sintagma adjetivo, o que representa uma apreciação feita pelo locutor, ao mesmo tempo em que se processa um julgamento segundo padrões socialmente estabelecidos para a competição. Assemelha-se, assim, ao *quer dizer* na função textual-discursiva da avaliação, conforme também encontrado por Carneiro (2006). Parece ainda que o elemento destacado em itálico funciona como uma parentética, em que o locutor focaliza a auto-avaliação.

Na ocorrência (29), a seguir, observa-se que o *quer dizer que* mostra-se como uma estrutura com duas leituras possíveis. A primeira seria a de um comportamento semelhante ao da ocorrência anterior, uma função textual-discursiva de avaliação, que serve para fechar o assunto em foco, uma conclusiva. A segunda seria a de denotar o valor semântico *significa*, ressaltando o infreqüente na vida social dos componentes. A não-explicitude do sujeito torna o *quer dizer que* uma unidade que apresenta um funcionamento semelhante ao do conector discursivo *quer dizer*.

(29) *Inf* bom... visita MESmo... a gente visita TÃO POUco hoje em dia e ainda ainda Domingo passado ainda li no jornal um artigo... não sei se vo/ se vocês leram.., a respeito justamente de negócio de visita né?... e ah::... a gente se encontra sempre todos os MEses nesse janTAR... com os amigos... *quer dizer que POUco fora disso a gente não se encontra...* (NURC/POA).

A ocorrência em (30) representa um raro caso de ressalva:

(30) seu irmão gravou é ago::ra...de modo que isso é importante...agora é uma uma coisa curiosa o o o cantador do TIpo do Dimas e de Otacílio...porque eles são::...são cultos...eles não são incultos não...eles cantam os repentes deles fazendo referências culturais/ CLARO que eles não têm uma cultura filTRAda nem cristalizada...mas tem um bom verniz de cultura é uma coisa curiosa...não é não é a poesia a poesia popular autêntica não *quer dizer éh: éh:...se a gente considerar o povo como sendo inculto como sendo apenas apenas espontâneo* (NURC/REC).

A unidade-base tem como referência os cantadores de repente, que representam a cultura popular. O locutor ressalta que eles não são incultos, já que eles fazem algumas referências culturais em suas cantorias, embora o locutor reconheça que não se trata de uma cultura filtrada, cristalizada, mas de um verniz de cultura. A unidade apositiva em destaque representa uma ressalva ao dito anteriormente, com a unidade apositiva no subjuntivo, o que relativiza a sua opinião. De fato, o locutor situa, com a ressalva, todo o texto anterior no plano da hipótese, livrando-se de qualquer resposta repreensiva do interlocutor quanto a considerar o povo inculto e espontâneo.

3.1.4. O uso de quer dizer *fora das construções apositivas: redirecionamento de tópico e focalização de informação*

A construção *quer dizer* denota *outra maneira de significar*, encontrada por um interlocutor (nos dados de fala, o entrevistador) para redirecionar o tópico conversacional. Desse modo, o interlocutor utiliza o conector discursivo para manifestar novamente o que havia proposto e redirecionar o tópico. Para tanto, normalmente manifesta a idéia-base de significa com a "extensão de significado", que se pode denominar *conclusiva* (ou talvez também avaliativa).

Já foi observado que a construção *quer dizer* pode ocorrer, com certa freqüência, junto de "então". Como observaram Pezatti & Bechara (2007), a relação semântica de "então" é geralmente a de conclusão. Parece que, ao utilizar então juntamente com *quer dizer*, confirma-se duplamente a intenção de controlar o tópico conversacional. Carneiro (2006) encontrou o *quer dizer* antecedido de "escuta". O falante os utiliza para, primeiro, trazer a atenção do leitor para o ato de fala e, segundo, evidenciar o que vai ser dito. Esse tipo de ocorrência aparece nos dados de fala provenientes de entrevista, geralmente no turno do entrevistador. Parece que, neste caso, *quer dizer* projeta o entrevistador para o próprio ato de fala, conectando com a informação que virá. Observe (31), em que *quer dizer* ocorre no turno do entrevistador (E).

(31) M: Agora eu conheço muita gente, assim, inclusive mais velha do que eu, que não sabe nem o que vai fazer amanhã, nem hoje, (não) sabe o que vai fazer (nem) agora — **quer dizer**... sabe, agora eu conheço, assim, a maior parte dos meus amigos sabem o que eles querem da vida.
E: *Quer dizer*, você acha que você está bem situada no mundo que você vive.
M: Acho.
E: Eu estou te perguntando isso, porque nós fomos apresentados a você através de um amigo seu. Como é que é teu relacionamento com Alex e esse pessoalzinho aí da rua? Você curte? (PEUL/RJ/Amostra 00).

Nessa ocorrência, o conector discursivo *quer dizer* pode ocorrer nas fronteiras de constituintes, como mostram Tarallo et al. (1996), como acontece com outros conectores introdutores de aposição, *por exemplo* e *ou seja*. Segundo eles, a freqüência de preenchimento decresce à medida que as fronteiras caminham para a direita. Embora a fronteira de marcação de caso, representada por *Verbo... Complemento*, restrinja a ocorrência de marcadores discursivos, no caso de *quer dizer*, a construção ocorre também nesta fronteira, e serve para apontar a informação que o sucede, salientando a importância do que vai ser dito na posição de complemento. Tem-se então a estratégia da focalização (Decat, 2006).

Observe agora o comportamento de *quer dizer* em (32):

(32) Meu filho já fez essa- então ele gostou muito e eu estava com vontade de- de ir passear com a minha esposa. Eu já fui... *quer dizer*... o sul, não é? Ela já conhece o norte, conhece o sul. Sair para- para uma outra que ela não conhece, o- o exterior ela não- não conhece (PEUL/RJ/Amostra 00).

A ocorrência em (32) tipifica o uso do conector discursivo *quer dizer* não-oracional; percebe-se, portanto, que esse conector não retoma nada, e sim aponta para o que vem depois, fato que revela que o falante dispensa uma maior importância para o que será dito, e, assim, pretende, ao utilizar o *quer dizer*, focalizar o constituinte sul, que se refere à região sul do Brasil. Embora seja uma ocorrência possível, contextos de fronteira de caso não favorecem a ocorrência deste tipo de *quer dizer*.

3.1.5. Considerações sobre os processos de gramaticalização

A construção *quer dizer* está em processo de gramaticalização. Os princípios mencionados por Hopper (1991) se aplicam consistentemente aos dados investigados.

O surgimento de novas camadas (*princípio da estratificação*) não elimina as antigas, que podem coexistir: a construção *quer dizer* coexiste com outras de mesmo valor semântico, com a acepção de *significa*, como, por exemplo, *significa, significa dizer*.

O *princípio da divergência* se aplica pelo fato de a construção não-gramaticalizada ser corrente desde os primórdios da língua portuguesa e ainda coexistir com as construções em mudança nos dias de hoje. Trata-se da modalização de *dizer*, pelo verbo *querer*. Pode-se observar também que os verbos constituintes da expressão *quer dizer* não mais guardam autonomia sintático-semântica, pois funcionam na expressão já cristalizada, que tem a acepção de *significa*.

Das várias alternativas de modalização que existiam em ocorrências originais, mais antigas (*quer dizer, quer significar, significa dizer, pode dizer*), especializou-se aquela de acepção mais geral, em observância ao *princípio da especialização* (Hopper, 1991) e ao parâmetro da *obrigatoriedade* (Lehmann, 1995 [1982]).

Constata-se, ainda, a aplicação do *princípio da persistência*, uma vez que o sentido básico presente em *quer dizer* (modalizador + *dicendi*) permanece ao chegar ao estágio de conector discursivo, ou seja, a idéia básica de *significa* persiste. O conector discursivo *quer dizer* modifica seu estatuto de proposicional para textual, abdicando de suas propriedades categoriais originais. Em outras palavras, isso significa que seu caráter verbal não mais permanece, e o item passa a participar do conjunto das categorias textual-discursivas da língua, acumulando diferentes funções pragmáticas. Tem-se, portanto, patente a atuação do *princípio da descategorização* de Hopper (1991). Esse estágio começa a aparecer, na língua portuguesa, no século XVI, e tem sua freqüência ampliada no século XX, sobretudo em dados do português oral.

3.2. O caso das construções do tipo *foi fez*[8]

Nesta seção, serão retomados alguns argumentos sobre a gramaticalização com o fim de aplicá-los a um novo objeto de investigação, a saber, as construções que se distinguem de um item, caso mostrado na seção 3.1., e das orações, como se verá nas duas próximas seções. Feito isso, apresentam-se as propriedades das construções chamadas *construções do tipo foi fez*, abreviadamente, CFFs, e, ao final, cotejam-se os movimentos empreendidos por essas estruturas com os de outras construções também recorrentes no português brasileiro.

Muitos desses fenômenos, que assumem uma relevância semântica em outras esferas que não as gramaticais, ainda são tratados num ambiente mais tradicional sob o rótulo de período composto por coordenação, casos das CFFs, ou por subordinação, usos inovadores de verbos como *achar* e *parecer*.

Os dados que servem de comprovação empírica para as análises das CFFs foram extraídos também das amostras de fala do banco de dados do Projeto PEUL.

3.2.1.O movimento das CFFs

Muitas são as propostas de definição daquilo que se entende por gramaticalização. Contudo, qualquer que seja a concepção que se adote, observa-se que o

8. Este trabalho é resultante das reflexões contidas na tese de doutorado de Rodrigues (2006).

processo de gramaticalização é sempre descrito tendo em vista sua instanciação a partir de itens gramaticalizados ou em processo de gramaticalização. O termo *item* não dever ser entendido apenas como uma unidade lingüística independente. Subjaz aos estudos de gramaticalização a premissa de que as mudanças lingüísticas se instanciam a partir de unidades maiores que lexemas, ou seja, em construções. Bybee et al. (1994), por exemplo, defendem que novas funções gramaticais emergem em contextos delimitados e específicos ou em construções. Bisang (1998, 20) postula que a construção fornece um ambiente favorável dentro do qual as unidades sintáticas ou os componentes semânticos podem ser reanalisados. Traugott (2003, 645), por sua vez, propõe uma definição de gramaticalização que inclui a noção de construção. Destarte, alternativamente, a gramaticalização é definida pela autora como "o processo por meio do qual ao material lexical, em contextos pragmáticos e morfossintáticos altamente restritos, é atribuída uma função gramatical, e, se já gramatical, é atribuída uma função mais gramatical ainda, como a de um operador".

O caso da gramaticalização de verbos auxiliares pode ser aqui usado para exemplificar essa situação. Em estudo desenvolvido a respeito da gramaticalização de auxiliares em várias línguas, Heine (1993) pontua que o desenvolvimento de auxiliares envolve construções inteiras, não somente uma palavra. O que era um verbo pleno seguido por um complemento nominal ou nominalizado na construção-fonte passa a ser um marcador gramatical, seguido por um verbo principal, na estrutura auxiliar resultante. Portanto, o desenvolvimento de auxiliares envolve uma mudança morfossintática pela qual uma construção lexical do tipo (A) se desenvolve numa construção gramatical do tipo (B), como mostrado em (33), esquema adaptado de Kuteva (2001).

(33) *(A) verbo-complemento*
(B) marcador gramatical - verbo principal

Essa mudança morfossintática apresenta implicações para o desenvolvimento dessa nova construção gramatical. Uma dessas implicações diz respeito à cristalização do que representaram outrora duas palavras independentes em uma construção. Ao abordar a questão da gramaticalização de verbos plenos em auxiliares no português brasileiro, Castilho (2002b) e Longo & Campos (2002) defendem que a presença de algum elemento interveniente entre os verbos da perífrase indica um grau fraco de gramaticalização, na medida em que, num estágio avançado de gramaticalização, os verbos principal e auxiliar formam um conjunto indissociável[9].

O termo *construção*, embora recorrente na literatura lingüística, durante muito tempo foi usado sem que nenhuma corrente científica tivesse se preocupado em descrevê-lo teoricamente. De modo geral, uma construção é identificada como uma unidade lingüística maior do que uma palavra. A partir de meados da década de 1980, entretanto, são publicados alguns trabalhos, como o de Fillmore (1985), o de Fillmore, Kay & O'Connor (1988), o de Kay & Fillmore (1999) e o de Goldberg (1995), cujo objetivo principal é justamente propor, por um lado, uma abordagem teórica do conceito de construção e, por outro, advogar a favor do reconhecimento das construções como unidades básicas da língua. Dá-se início, assim, a uma nova perspectiva de análise lingüística, identificada como *gramática de construções* (*construction grammar*).

Os estudos desenvolvidos a partir de então se preocuparam em mostrar que nem toda seqüência de palavras dá origem a uma construção. Logo, a gramática de construções (GC, daqui em diante) define uma construção como uma unidade com forma e significado, cujos aspectos de sua forma e de seu significado nem sempre estão previstos pelos elementos individualmente presentes em sua composição, nem por outras construções preexistentes na língua (Goldberg, 1995, 4).

Trabalhos mais recentes têm atentado para a relevância da aproximação dos estudos de gramaticalização e da GC, uma vez que se compreende que as reflexões a respeito do desenvolvimento e funcionamento das construções suscitadas nas análises construcionistas são também relevantes para o estudo dos fenômenos de gramaticalização. É em conformidade com essa perspectiva que as CFFs foram analisadas por Rodrigues (2006). O desenvolvimento desse trabalho levou em consideração, principalmente, o pressuposto, defendido por gramáticos construcionistas, como Fillmore (1985), Goldberg (1995), Kay & Fillmore (1999) e Croft (2001), de que todas as construções da língua, mesmo

9. Castilho (2002b) e Longo & Campos (2002) advogam uma não-dicotomia no tratamento de verbos auxiliar e pleno, já que a relação entre eles pode ser mais bem compreendida através de um *continuum* de gramaticalização.

as mais marginais e idiomáticas, podem e devem ser sistematicamente descritas tendo em vista suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Em Rodrigues (2006), portanto, argumentou-se que as CFFs apresentam regularidades no tocante às suas propriedades sintáticas e à sua função discursiva, permitindo que sejam analisadas como um caso de construção gramatical do português brasileiro.

O estatuto construcional das CFFs é validado tanto por seu valor discursivo, que não decorre nem da composicionalidade de seus elementos individuais, nem do sentido lexical destes elementos, quanto por suas propriedades sintáticas, que extrapolam os limites da coordenação e da auxiliarização verbal (Rodrigues, 2006).

3.2.2. Apresentando as CFFs

As CFFs formam-se a partir de uma seqüência mínima de dois verbos, V1 e V2, em que V1 e V2 partilham sujeito e flexões modo-temporais e número-pessoais. V1[10] é quase sempre um dos verbos *ir*, *chegar* e *pegar*[11], e V2 representa uma classe relativamente aberta[12]. As ocorrências abaixo são representativas dos casos de CFFs com *ir*, *chegar* e *pegar*, respectivamente.

(34) F- Fazer um arroz?

I- É, como é que faz?

F- Como é que eu faço?

I- É.

F- Eu boto a água para ferver, aí cato o arroz, aí *vou lavo*. Aí boto alho na panela com a banha, aí deixo o alho corar, aí jogo o arroz dentro, aí espero refogar. Tem que botar sal. Mexe, aí depois boto água, aí deixo (rindo) cozinhar mas não me agrada fazer comida, não!. Não gosto (PEUL/RJ/Amostra 80).

(35) E- Como é que é, antes de desfilar as pessoas ficam todas atrás, não é?

F- Fica. A gente se prepara, fica na concentração até eles dá o toque. Quando eles dão o toque, a gente vai entrar. Agora tem aquelas escola que diz para o componente: (imitando) "Ah, você, quando chegar em frente os palanque dos jurado, vocês mostra no pé." Eu acho que não tem nada a ver porque eles só estão querendo mostrar o carnaval para os jurado. E sim para o público eles não estão mostrando o carnaval que eles devia de apresentar. Enquanto o Em Cima da Hora e outras escolinha pequena, eles procura mostrar o que tem porque eles tem mais espaço, assim, liberdade para sambar. Porque, por exemplo, você vê uma Beija-Flor entra com não sei quantos componente, então, aquilo fica tudo espremido. E o limite de tempo deles são curto, então não dá para *eles chegar e desfilar à vontade* e se acabar. Porque eu acho que ali o negócio também de ficar aquelas moça muito nua e não dizendo no pé não quer dizer nada. Eu prefiro mais ver a cabrocha no chão e dizendo no pé (riso). Eu sou mais de (fala rindo) ver (PEUL/RJ/Amostra 80).

(36) E- Jupira, assim, parece um nome indígena, não é?

F- Indígena. É isso mesmo. Foi minha vó, uma mulher a mulher que eu nasci na rua eu nasci no meio da rua, não é? Nasci na Chácara do Céu, mas nasci na rua. Aí, essa dona me pegou para casa dela. Aí, pegou, ela me botou roupa, lá. Ela disse que quando eu acabei de nascer, ela viu uma cabocla no portão, e essa cabocla era cabocla Jupira. Ela pediu, insistiu para o meu pai botar esse maldito desse nome, que eu tenho um ódio. Aí, *meu pai pegou botou esse nome em mim*: Jupira, Jupira! Isso até me cansa. Jupira. Nome feio para caramba (riso). Eu não gosto, não! Tenho pavor desse nome. Não sei para quê meu pai foi botar esse nome em mim! Foi por causa dela. Ela disse que quando eu acabei de nascer ela viu uma cabocla. E essa cabocla era cabocla Jupira. Aí, botou esse nome em mim: Jupira! Cabocla Jupira. Não tenho nada de cabocla, aqui (riso) (PEUL/RJ/Amostra 80).

10. Verbos como *virar* e *vir*, entre outros, também ocorrem em construções semelhantes, mas não serão discutidos aqui. *Virar* parece ter um uso mais lexicalizado, uma vez que sempre aparece em sentenças marcando mudança de turno em discurso relatado, como em *Ele virou falou assim... Vir*, por sua vez, tem um comportamento similar ao dos verbos *ir* e *chegar*; contudo exemplos com *vir* são mais ambíguos e se mostraram mais problemáticos no que diz respeito à distinção de seu emprego como forma lexical original ou não. Sendo assim, *vir* também ficou fora do escopo desta investigação.
11. Observações assistemáticas indicam que, em português, pelo menos no estado de São Paulo, também o verbo *catar* pode ocorrer no lugar de *pegar*.
12. É possível que haja certa restrição semântica quanto ao tipo de verbo que pode ocupar a posição V2, já que os verbos estativos e os verbos que indicam posse parecem não ocorrer nas CFFs, como se pode notar em: **Pego/vou/chego estou doente/ *Pego/vou/chego tenho uma bicicleta.*

As CFFs podem apresentar-se na forma de dois tipos. No tipo 1, V1 e V2 estão interligados pela conjunção *e*, ocorrências (37) a (39). No tipo 2, V1 e V2 se justapõem, ocorrências (40) a (42).

(37) A gente, a gente que fica lá embaixo, brincando. Que que que a gente vai fazer aqui em cima? Meu pai está no trabalho, minha mãe fica estudando negócio aí da Jafra, que ela está fazendo, minha irmã fica com o namorado dela, eu vou ficar olhando assim; *eu vou e desço.* Eu e meu irmão fica jogando pingue-pongue (PEUL/RJ/Amostra 80).

(38) Chega lá, você não- você não entende, não fala castelhano, fica o rádio falando castelhano, como é?- "Ih, mas é mesmo! Aí, não quero não." (rindo) *chegou e devolveu* **o** rádio. (risos) Essa é uma, essa é uma das. (risos) e aí, por aí a fora, não é? (PEUL/RJ/Amostra 80).

(39) Prefiro não — não fazer — não — não continuar não. Vou terminar meus estudos primeiro, aí, depois, eu vou ver! Tanto que ele me convidou para continuar lá e tal- falei: "Ah! Mas não vou continuar não, porque não vai dar." Aí, *eu peguei e saí do coisa.* Aí, continuou a amizade e tal, mas, aí, *eu peguei e saí* (PEUL/RJ/Amostra 80).

(40) Então ela chegou para mim e falou: "Cristina, aí, tem um concurso aí da Gretchen- você está a fim de entrar?" Antes de ser a rainha do carnaval, falei: "Pô, Margarida, até que é uma boa, vou entrar." E na época a Gretchen usava aqueles shortezinho bem entrando lá mesmo, não é? Aí *eu peguei falei*: "Tudo bem. Eu vou entrar." Aí, *minha mãe foi fez um short para mim* de cetim branco, um collant azul, sandália alta, não é? (PEUL/RJ/Amostra 80).

(41) Ele se mantém também tem um (inint.), ele está com trinta e poucos ano, mas mantém a forma. Porque, senão, *a pessoa chega começa a ficar barriguda* (PEUL/RJ/Amostra 80).

(42) Ele disse: "não, não desliga não que eu quero lhe falar uma coisa." Eu não estou conhecendo a voz mesmo. Eu disse: "olha, vou desligar, hein? Até amanhã." *Ele pegou deu uma gargalhada.* Eu disse: "espera aí, fala outra vez". Aí ele falou, eu disse: "bandido, você me acordando agora e tal (riso)" (PEUL/RJ/Amostra 80).

Não obstante se verifique a existência desses dois tipos de CFFs, as propriedades abaixo arroladas, comuns a todos os casos de CFFs, corroboram a hipótese de que estamos tratando de um mesmo grupo de construções.

(i) Os sujeitos das CFFs tendem a preceder V1. Sujeitos precedendo V2 não são esperados. Um sujeito adjacente a V2 é muito marcado e constituiria um caso [-prototípico] de CFFs;
(ii) outros elementos que não a conjunção *e* podem ocorrer entre V1 e V2, tais como a partícula lá, marcadores etc.; essa posição pode ser ocupada ocasionalmente pelo sujeito posposto de V1.
(iii) V1 nunca pode receber negação[13]. O advérbio de negação, *não*, precede V2, mas tem escopo sobre toda a construção:

(43) E- E você é supersticiosa?
F- Está aí. Eu não sei lá. Eu- tem gente que fala: "faz mal passar por debaixo de escada". Aí ***eu vou e não passo.*** Mas se tiver que passar, eu passo (inf. 23 – Amostra b80).

(44) Porque meu marido tem um <tempe-> ele é [um ótimo]- um (hes) ótimo pai, mas ele é como um português daquele autoritário, que foi educado assim. Ele é um homem de instrução, também. ("Ele") chegou a fazer exame para marinha portuguesa e ***foi e não passou.*** Mas ainda conserva aquele espírito que o português é: o pai é (hes) autoridade! (Inf. 48 – Amostra 80).

(iv) *Ir*, *chegar* e *pegar*, quando ocupam a posição V1, perdem transitividade e a sofrem mudança semântica[14];
(v) V1 e V2 exibem uma ordem sintática fixa;
(vi) V1 nunca pode ser alvo de interrogação:

(45) **Asserção:** Ela pegou morreu.
Pergunta aceitável: Morreu mesmo?
Pergunta inaceitável: * Pegou mesmo?

13. Aparentemente não há impedimento formal para a realização do morfema de negação antes de V1 nas CFFs. O fato de V1 raramente ser precedido por negação diz respeito mais a questões de ordem semântica do que formal.

14. O desbotamento semântico de V1 é um importante aspecto para diferenciar as CFFs de outras estruturas do português. Casos em que os verbos na posição V1 possam ser analisados como verbos lexicais plenos deixam de configurar instâncias de CFFs e estão fora do escopo deste trabalho. Evidentemente, há casos ambíguos, em que há superposição de significados. Esses casos não serão discutidos aqui.

(vii) E, finalmente, as CFFs possuem uma função pragmática específica, na medida em que V1 dramatiza ou enfatiza os eventos descritos em V2.

Quanto aos tempos e modos verbais usados nas CFFs, é possível observar comportamentos específicos relacionados ao tipo de V1. As CFFs com *ir*, por exemplo, caracterizam-se pelo maior uso do pretérito perfeito e do presente do indicativo. As CFFs com *chegar*, assim como as CFFs com *ir*, caracterizam-se pelo maior uso de presente do indicativo e de pretérito perfeito, embora essas construções também sejam muito usados no infinitivo, o que caracteriza uma especificidade desse grupo. Já as CFFs com *pegar* caracterizam-se pelo maior uso de pretérito perfeito, embora o presente do indicativo também seja usado.

Todas as propriedades descritas acima asseguram o estatuto construcional das CFFs. É preciso, no entanto, enfatizar que essas propriedades e o valor discursivo desse tipo de construção não estão relacionados nem com a composicionalidade dos elementos individualmente envolvidos, muito menos com os sentidos lexicais desses elementos.

3.2.3. Gramaticalização e CFFs

Tendo em vista os diferentes usos de *ir*, *chegar* e *pegar*, que envolvem desde os significados mais referenciais até os mais abstratos, como no caso das CFFs, é possível pensar que esses verbos estão dispostos num *cline* de gramaticalidade. Todavia, é preciso entender que, no caso das CFFs, as mudanças sofridas por esses verbos se deram num contexto específico.

Análises mais tradicionais e até mesmo análises associadas à lingüística, durante muito tempo, negligenciaram a análise de construções como as CFFs e outros idiomatismos de classe diferente, como, por exemplo, *chutar o balde*, por considerar que os mecanismos envolvidos tanto na formação quanto na interpretação desse tipo de enunciado não podiam ser depreendidos a partir das regras sintáticas gerais da língua. Os idiomatismos, portanto, eram considerados exceções à sintaxe da língua e, como tal, não eram passíveis de análise sistemática. Diferentemente do que se espera, as construções ou os idiomatismos são resultantes de um movimento dinâmico da língua e, como todas as estruturas da língua, podem ser analisadas em relação tanto a sua origem quanto a sua função.

Uma análise tradicional das CFFs — dada a rigidez dos rótulos adotados pela NGB, bem como a utilização apenas de critérios sintáticos — certamente tentaria incluí-las no conjunto das orações coordenadas. Embora se reconheçam similaridades entre as construções coordenadas e as CFFs, ambas as estruturas possuem propriedades suficientemente delimitadas que garantem um estatuto construcional independente. Com base nas propriedades descritas em (46), a análise contrastiva entre os dois tipos de construções revela que não é possível definir as CFFs como um caso de coordenação, ou seja, as CFFs apresentam propriedades particulares que asseguram sua identificação como um caso de construção do português brasileiro.

(46) Propriedades que distinguem as CFFs de orações coordenadas

i. Em orações coordenadas, diferente de CFFs, é possível que V1 e V2 tenham sujeitos diferentes[17].
ii. Orações coordenadas com sujeitos correferenciais tendem a marcar o sujeito apenas em V1, sendo que o sujeito em V2 é anafórico (anáfora zero). Contudo, se os sujeitos aparecem explícitos em todas as orações, não há nenhuma mudança semântica substancial. Já em CFFs, a ocorrência de sujeito em V2 é muito marcada e foi apenas verificado em muitos poucos casos no *corpus*.
iii. Verbos de orações coordenadas em português não precisam compartilhar a mesma flexão, embora algumas vezes isso aconteça. Em CFFs, os verbos sempre compartilham flexão.
iv. Em orações coordenadas, os verbos podem ser negados separadamente ou não. Já em CFFs, o marcador de negação, o advérbio *não*, sempre precede V2.

A ausência de dados diacrônicos, em razão do seu uso específico na modalidade falada, impede uma análise mais precisa a respeito do desenvolvimento das CFFs. Partindo, entretanto, de dados sincrônicos, é possível postular uma hipótese a respeito da origem dessa construção. Observe-se que a análise aqui empreendida, diferentemente daquela tradicional criticada acima, não tem como

15. V1 e V2 estão sendo usados aqui também para se referir aos verbos presentes nas orações coordenadas apenas por motivos de economia de termos.

objetivo apenas analisar estruturas da língua em função de outras, e sim tentar compreender sua origem e funcionamento, através da observação dos fatos de língua e da formulação de hipóteses.

As ocorrências em (47) a (49) abaixo, em que os verbos *ir*, *chegar* e *pegar* são seguidos por seus complementos, e aquelas em (50) a (52), representativas de casos ambíguos de CFFs, podem sustentar a hipótese de que as CFFs teriam se originado a partir das construções coordenadas.

(47) Aí eu falei: "meu filho, você não deve ficar repetindo ("você teria") que *chegar para tia Rosa e falar* (PEUL/RJ/Amostra 80).

(48) Aí, você (risos) *vai na casa dessa vizinha, pergunta se é banana prata* e pede três banana prata a ela (PEUL/RJ/Amostra 80).

(49) E- Você já esteve lá?
F- Na favela do Aço?
E- É.
F- Já estive. Minha tia mora lá. (est)
E [lá]- lá, antigamente, a barra estava pesada. Teve uma vez que- meu tio morava lá, sabe? Aí, *eles pegaram meu tio lá [e]- e bateram a beça no meu tio*, aí meu tio- ficou de cama (est) um tempão. (barulho) Eles chutaram meu tio, que ele estava na cama não podia nem se virar que ele sentia dores (PEUL/RJ/Amostra 80).

(50) Vamos fazer isso: *vocês vão me esperam num caramanchão lá nas barca*, que eu vou dar o almoço a ele (PEUL/RJ/Amostra 80).

(51) É verdade.
E [num]- num domingo, num sábado como é que é o seu dia? Que que você faz num sábado aqui?
F- Sábado eu acordo cedo, vou correr com meu primo (est) de manhã. Aí *a gente chega toma um banho*, eu fico em casa, sentado, vendo televisão, aí o dia vai passando (PEUL/RJ/Amostra 80).

(52) E- É, isso é uma boa! E o que mais? Mas era muito dinheiro. (est) Que mais que você ia fazer com o resto dois)?
F- *O resto do dinheiro eu pegava e botava na caderneta de poupança* (PEUL/RJ/Amostra 80).

Essas ocorrências explicitam uma relação entre as CFFs e a coordenação de orações, na medida em que parecem representar um tipo de estrutura intermediária. Isto é, é possível que as CFFs tenham se originado a partir das construções coordenadas, movimento que não ocorreu abruptamente. As alterações das propriedades sintáticas e semânticas envolvidas nessa mudança ocorreram gradualmente, criando espaço para a emergência de construções ambíguas.

Considerando, portanto, que todas as mudanças na língua são graduais, e recorrendo a dados sincrônicos, é possível postular também uma hipótese a respeito de outro uso de *ir*, *chegar* e *pegar* em construções como as mostradas em (53) a (56), cujo valor discursivo, observado nas CFFs, é preservado, embora o contexto seja diferente.

(53) Ali onde tem uma casa nova, morava uma colega minha. Aí pegou a casa dela caiu foi em novembro. Foi em novembro foi em novembro sim. A casa da minha colega caiu (PEUL/RJ/Amostra 80).

(54) Uma moça de 19 anos morreu, daí, quando ela estava morta, estava no caixão, eles abrem o caixão para ver, ainda vestir, a moça estava lá, vestidinha de preto, com a mão assim, a moça levantou do caixão e se sentou.
E- Como é que é?
F- *Foi*, a moça levantou do caixão e se sentou. *Pegou*, tiraram todo mundo de lá, daí veio um médico, estava cheio de polícia lá. Veio um médico, daí o médico daí, acho que mandaram dar injeção na moça para moça morrer, daí a moça daí enterraram a moça de novo (PEUL/RJ/Amostra 80).

(55) F- Deixa eu contar outra. Era uma vez, um português, está? Ele tinha três filhas. Então, ele queria que as três filhas se casassem no mesmo dia e passassem a lua-de-mel no mesmo dia, est? Então, ele tinha três, tinha quarto reservado: um era para ele dormir e (hes) o- os três outros eram para as filhas deles. Quando casasse cada um passasse, não é? num quarto a lua-de-mel. Aí, tudo bem, não é! Aí, ele pegou, reuniu um jantar para ele e mais os futuros genros ele, não é? Aí *chegou*. Aí ele falou assim aí elas estavam comendo, não é? Aí ele chegou e falou assim para uma filha dele que a filha dele estava falando de boca cheia, não é? "Minha filha, você nunca <fa-> faz isso que você está fazendo agora." Ele: "Que papai?" Ela: "Que papai?" Aí,

ele: "Você está comendo de boca cheia- (hes) falando de boca cheia." Ela: "Mas papai, que que tem?" "Faz mal. É falta de educação." Ela: 'tudo bem, papai." Aí, tudo bem (PEUL/RJ/Amostra 80).

(56) E- Jupira, assim, parece um nome indígena, não é?

F- Indígena. É, isso mesmo. Foi minha vó, uma mulher a mulher que eu nasci na rua eu nasci no meio da rua, não é? Nasci na Chácara do Céu, mas nasci na rua. Aí, essa dona me pegou para casa dela. Aí, *pegou*, ela me botou roupa, lá. Ela disse que quando eu acabei de nascer, ela viu uma cabocla no portão, e essa cabocla era cabocla Jupira. Ela pediu, insistiu para o meu pai botar esse maldito desse nome, que eu tenho um ódio. Aí, meu pai pegou, botou esse nome em mim: Jupira, Jupira! Isso até me cansa. Jupira (PEUL/RJ/Amostra 80).

Esse outro uso de *ir*, *pegar* e *chegar*, identificado aqui como *seqüenciador intensificador*[16], estaria, portanto, vinculado aos primeiros movimentos de mudança que deram origem às CFFs. Em relação a seus usos no contexto das CFFs e com função de *seqüenciador intensificador*, *ir*, *pegar* e *chegar* sofrem uma perda gradativa das propriedades sintáticas, que vai desde as propriedades de subcategorização de argumento interno e externo, até a restrição à negação e a cristalização da forma de 3ª pessoa do pretérito perfeito (não há variação de tempo e modo).

Resumem-se, em (57), as propriedades de *ir*, *chegar* e *pegar* como *seqüenciadores intensificadores*:

(57) Propriedades de *seqüenciadores intensificadores*
- (i) não exibem mobilidade, ocorrem sempre em posição inicial do enunciado;
- (ii) estão fora dos limites da sentença;
- (iii) não subcategorizam complemento;
- (iv) não subcategorizam argumento interno nem externo;
- (v) realizam-se sob a forma fixa de 3ª pessoa do pretérito perfeito;
- (vi) não aceitam negação;
- (vii) são quase sempre precedidos por *aí*;
- (viii) aparecem em contexto de seqüência de eventos;
- (ix) podem se antepor a verbos em outros tempos com flexão de número diferente.

16. Essa definição é motivada tanto pela (a) pela função desempenhada por esses verbos nos enunciados, de conectar porções textuais que obedecem à mesma ordem dos acontecimentos no mundo real, quanto (b) pela força pragmática que imprimem a esses contextos. Entende-se que o valor pragmático desses verbos é equivalente àquele presente nas CFFs, isto é, de dramatização ou ênfase.

Com base na premissa de que as mudanças lingüísticas se instanciam a partir de unidades maiores que lexemas, ou seja, em construções, uma hipótese sobre o desenvolvimento do uso *seqüenciador intensificador* é a de que eles se originaram ou, pelo menos, se definiram no contexto das CFFs, que, por sua vez, estão vinculadas às construções coordenadas.

É interessante destacar que o que aos olhos dos normativistas pode parecer um "desvio", é, na verdade, um tipo de estrutura recorrente na língua. A discussão a seguir mostra que esse uso dos verbos *ir*, *chegar* e *pegar* remete aos estudos de Casseb-Galvão (1999) e Gonçalves (2003) sobre os verbos *achar* e *parecer*, respectivamente. Em todos esses casos, é possível distribuir os vários usos desses verbos numa escala ascendente de gramaticalização. Observe, pela discussão que se segue, que o que os autores rotulam de $achar_4$ e $parecer_5$, usos mais gramaticalizados desses verbos, exibem propriedades formais que se aproximam dos itens com função de *seqüenciador intensificador* em questão.

Casseb-Galvão (1999) identificou, no português brasileiro, quatro estágios do verbo *achar* de acordo com seu grau de gramaticalização. Numa escala de gramaticalização, $achar_1$, verbo pleno, e $achar_4$ representam os extremos de uma trajetória de mudança, sendo este último, o item mais gramaticalizado. Interessam aqui, particularmente, os casos de $achar_4$, que se referem às realizações de *achar* que

- (i) aparecem fora de uma estrutura sentencial, apresentando propriedades que se afastam significativamente daquelas inerentes aos verbos plenos;
- (ii) exibem um comportamento muito semelhante ao dos itens que exercem a função gramatical de advérbio, como já comentado na seção 4 do capítulo 1 deste livro.

As ocorrências abaixo, extraídas de Casseb-Galvão (1999), são representativas desse uso de *achar*.

(58) (Em relação a você) até que eu compro bastante coisa, *eu acho*.

(59) Tristeza, *acho*, sei lá.

A autora constatou que *achar*$_4$ não aceita variabilidade de modo, tempo, pessoa e número, isto é, tem a forma fonológica cristalizada na 1ª pessoa do singular — que pode ou não vir realizada foneticamente na forma pronominal —, tempo presente, modo indicativo. Ademais, não subcategoriza argumento interno e tem grande mobilidade na cadeia sintagmática, podendo aparecer anteposto, posposto ou interposto à sentença, sem que haja alteração do seu significado.

Nesse sentido, *achar*$_4$, segundo a autora, deixa de manifestar, gradativamente, as propriedades de verbo pleno, descategorizando-se como tal. Como indício desse processo, a autora considera

(i) a perda gradativa da variabilidade de tempo e modo e o uso restrito na 1ª pessoa do singular; e
(ii) a perda do argumento interno.

Construções com *achar*$_4$ têm uma função modalizadora que codifica a incerteza do falante em relação àquilo que está afirmando, mas demonstra um comportamento diferenciado em relação a outros tipos de *achar* encontrados na modalidade falada do português brasileiro. Apresenta algumas propriedades que se afastam daquelas inerentes aos verbos e passa a funcionar como item que exerce a função gramatical de advérbio.

Gonçalves (2003), por sua vez, analisa cinco usos do verbo *parecer* e assim como Casseb-Galvão, identificou que este verbo exibe graus de gramaticalização diferentes a depender da construção em que ocorre. O autor distribui os variados usos numa escala de gramaticalização, segundo a qual *parecer*$_5$ corresponde ao valor mais gramaticalizado, caracterizado pela completa ausência do "complementizador" *que* e por uma total independência sintática, podendo ocorrer em posições iniciais, como em (60), mediais, como em (61), ou finais, como em (62).

(60) Esse homem que não é ou não se diria ser um homem RICO é um trabalhador simples ... ele mora decentemente ... não sei se ganha bem ... *me pa-re-ce se eu bem entendi o salário mínimo é trezentos dólares*, o que está muito acima do salário mínimo brasileiro (NURC/RJ)

(61) Tinha festa de orfanato. Aquela ali é a festa, também, muito relacionada ali, dada às crianças. Ali, é a coisa <bo-> é no 1º de maio. Esse ano não teve, caiu no domingo, onde – <dom-> Domingo – então, *eles preferiram transferir parece para o dia das crianças*, porque, em geral, os – a religião dele, aos domingos, [não] – não – é dia completamente de – que não tem comércio, não é? (PEUL/RJ/Amostra 80).

(62) Naquele tempo não se tomava uísque, tomava-se chope, então tinha um barrilzinho de cho:pe uns... uns sanduíches... *naquele tempo devia ser presunto e queijo ... parece* ... eu não me lembro bem ((risos)) mas devia ser assim (NURC/RJ).

Gonçalves defende que esses casos de *parecer*$_5$ exercem a função de *satélite atitudinal*, "em razão de constituir uma informação adicional, mas relativamente saliente no contexto de interação verbal, avaliada pelo falante como de importância para que o ouvinte interprete adequadamente o conteúdo proposicional ao adicioná-lo a sua informação pragmática" (Gonçalves, 2003, 138).

O autor entende que, do uso de *parecer*$_1$ ao de *parecer*$_{4,5}$, verifica-se uma completa redução de "sua estrutura argumental, justificada em termos de seu esvaziamento semântico: bi- ou monoargumental (*parecer*$_1$) > monoargumental (*parecer*$_{2,3}$) > não-argumental (*parecer*$_{4,5}$), correlato estrutural que se coaduna com a passagem do uso *[+ concreto]* > *[- concreto]*" (*ibidem*, 203).

Ir, *pegar* e *chegar*, na função de *seqüenciador intensificador*, compartilham algumas propriedades formais com os casos de *achar*$_4$ e *parecer*$_5$, acima apresentados. *Ir*, *pegar* e *chegar*, como *seqüenciador intensificador*, realizam-se fora do nível sentencial e perdem definitivamente suas propriedades de subcategorização, tanto em relação ao argumento externo quanto interno, além de assumirem uma forma fixa de 3ª pessoa e de pretérito perfeito. Contudo, diferentemente de *achar*$_4$ e de *parecer*$_5$, esses verbos não desfrutam de uma mobilidade posicional, ocorrendo sempre no início da sentença. Além do mais, *achar*$_4$ e *parecer*$_5$ estão a serviço da modalidade e adquiriram, pois, uma função gramatical. Já *ir*, *pegar* e *chegar* mantiveram a mesma função pragmática de dramatização e ênfase verificada nos contextos das CFFs, embora, como *seqüenciador intensificador*, esses verbos ocupem uma posição distinta, mais características dos elementos conjuntivos.

Tendo em vista os usos de *ir*, *pegar* e *chegar*, tanto nas ocorrências apresentadas em (47) a (52) como estruturas intermediárias entre construções coordenadas e CFFs, quanto nos casos prototípicos de CFFs e com função de *seqüenciador intensificador*,

acredita-se ser possível propor uma hipótese a respeito da trajetória de mudança, ainda que sincronicamente, dos verbos em questão, como mostrado em (63).

(63) Hipótese da trajetória de mudança dos verbos envolvidos nas CFF

Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3
construções intermediárias	>	***CFFs***	>	***seqüenciador intensificador***

No estágio 1, *ir*, *pegar* e *chegar* ainda preservam seus complementos, mas o valor referencial tanto dos verbos quanto dos complementos é opaco, o que atribui a essas construções um caráter ambíguo.

No estágio 2, os verbos sofrem alterações sintáticas e semânticas significativas se cotejados a seus empregos com valor lexical. Em sua acepção lexical, *ir* e *chegar* são verbos de movimento deiticamente orientados. *Ir* representa um movimento na direção oposta ao centro dêitico, enquanto *chegar* representa um movimento em direção ao centro dêitico. Contudo, quando usados nas CFFs, esses verbos perdem essa noção semântica de movimento[17]. Além da mudança semântica, *ir* e *chegar* também sofrem uma mudança sintática. Como verbos plenos são considerados verbos transitivos circunstanciais (Rocha Lima, 2001, 340), uma vez que requerem um complemento adverbial de lugar (Kury, 1993, 32). Já nas CFFs, esses verbos perdem transitividade e deixam de requerer complemento.

Pegar aparece em inúmeras construções do português brasileiro (Borba et al., 1990). Como verbo pleno, *pegar* é classificado como transitivo direto e seu significado básico é "*agarrar*", "*tomar posse*". Nas CFFs, no entanto, *pegar*, além da noção semântica, também perde transitividade, deixando de subcategorizar objeto direto[18].

Já no estágio 3, *ir*, *chegar* e *pegar*, além da alteração semântica, perdem outras propriedades sintáticas, uma vez que deixam de subcategorizar também argu-

17. Castilho (comunicação pessoal) e Ilari (comunicação pessoal) sugeriram que a noção semântica de movimento de *ir* e *chegar* pode ter, de alguma forma, se mantido nas CFFs através do que eles propuserem ser uma "dêixis abstratizada". Nesse caso, teríamos um "movimento fictício para um lugar abstrato". Argumentação semelhante é encontrada em Stefanowitsch (1999, 2000), que defende a existência de uma sistematicidade subjacente aos significados associados a construções *go-and-verb*, que deve estar de algum modo relacionada ao significado do verbo *to go* em inglês.

18. Em relação a alguns exemplos em que V2 é preenchido por outro verbo transitivo, pode-se argumentar que há compartilhamento de objeto direto por V1 e V2, o que não caracterizaria um caso de CFFs. Sendo assim, os casos mais prototópicos de CFFs com *pegar* correspondem àqueles em que V2 não é um verbo transitivo, o que mostra claramente que não há compartilhamento de objeto direto.

mento interno, têm restrição quanto à negação e apresentam uma cristalização da forma de 3ª pessoa do pretérito perfeito (não há variação de tempo e modo).

Pode-se concluir, a partir da análise do movimento dos verbos *ir*, *chegar* e *pegar*, que as mudanças instanciam-se na língua gradualmente e envolvem um contexto específico, ou seja, a construção, que permite a reanálise de itens lingüísticos. Espera-se, assim, ter sido possível mostrar, por meio da reflexão a respeito de uma classe específica de construção, que nenhum fato lingüístico é irrelevante e que reduzir os usos mais inovadores desses itens a simples notas de rodapé, como se não fossem passíveis de uma análise sistemática, impede qualquer discussão mais produtiva a respeito do funcionamento da língua. Esta seção é, portanto, acima de tudo, um convite à pesquisa, uma vez que poucos ainda são os trabalhos que se ocuparam do estudo de construções do português brasileiro.

4. GRAMATICALIZAÇÃO DE ORAÇÕES

A gramaticalização pode também ser abordada para o tratamento dos processos de combinação de orações.

Saindo do nível da construção e atingindo o nível da oração, nesta seção, são discutidos e analisados casos de gramaticalização envolvendo o complexo oracional mais amplo. Primeiramente, serão abordados casos de orações completivas de verbos causativos e perceptivos, e, em seguida, casos de orações complexas que se articulam na expressão de temporalidade.

4.1. O caso das orações complexas com verbos causativos e perceptivos[19]

No que concerne à abordagem de orações complexas sob a ótica da gramaticalização, tem sido observada na literatura lingüística (Foley & Van Valin, 1984; Givón, 1990; Hopper & Traugott, 1993; dentre outros) uma tendência a estabelecer uma relação entre os fenômenos de gramaticalização e integração

19. Este estudo traz em parte os resultados do trabalho de doutorado de Carvalho (2004).

sintática. Tal relação tem sido traduzida da seguinte forma: sentenças mais integradas sintaticamente estão mais gramaticalizadas.

A integração sintática entre duas orações é explicada pelo subprincípio da proximidade, que, direcionado para os processos de combinação de sentenças, estipula que tal integração decorreria de uma vinculação semântica entre os dois eventos codificados pelas orações articuladas (Foley & Van Valin, 1984; Givón, 1990). Em outras palavras, a integração pode ser "entendida como incorporação ou fusão dos elementos morfossintáticos e semânticos de duas orações", tomando essa definição emprestada a Cezario (2001, 11). Nos termos de Givón (1990, 516), existe um isomorfismo sistemático entre as dimensões semântica e sintática em determinados tipos de frases complexas (por exemplo, nas construções de complementação): "Quanto mais forte for o nível de integração semântica entre dois eventos, maior será a integração sintática entre as sentenças que codificam tais eventos".

O nível de integração entre duas sentenças pode ser observado a partir da atuação de propriedades formais ou semântico-pragmáticas. Tais propriedades se manifestam através do compartilhamento ou não de constituintes dessas sentenças. No primeiro caso, inserem-se fatores como correferencialidade e formas de expressão de sujeito, correlação modo-temporal, concordância negativa etc.; no segundo, fatores como ordem verbo-sujeito, posição da sentença etc.

Hopper & Traugott (1993, 171), ao abordarem o grau de integração entre orações paratáticas, hipotáticas e subordinadas, fazem referência a Lehmann (1988) e Givón (1990). Citam que, nos termos de Lehmann (1988), um caso especial de integração sintática tem a ver com o entrelaçamento de categorias gramaticais pelas orações que constituem uma sentença complexa. Esse entrelaçamento implica:

i. compartilhamento de participantes (por exemplo, mesmo sujeito), tempos e modos verbais entre orações interligadas;
ii. entrelace de orações separadas originalmente na estrutura superficial da matriz, o que é denominado de entrelaçamento sintagmático; tal entrelace pode ocorrer, por exemplo, mediante o alçamento de um constituinte da sentença encaixada para a matriz, como mostra (64), em comparação com (65)[20]:

20. Exemplos retirados de Hopper & Traugott (1993, 170-171).

(64) She seems to be smart.
'Ela parece ser esperta'.

(65) It seems that she is smart.
'Parece que ela é esperta'.

Os autores explicam que, em (64), embora o constituinte *she* esteja na matriz, é, de fato, o sujeito da oração encaixada, conforme pode ser visto em (65). Mencionam que, para Givón (1990), existe, em estruturas complexas, um paralelismo cognitivo entre forma e função. Ainda com relação à integração entre orações, os dois estudiosos assumem que o uso explícito e independente de recursos (por exemplo, o emprego do conectivo *that*) para a articulação de orações está correlacionado a uma integração semântico-pragmática mínima, enquanto a não-explicitação desses recursos representa uma integração semântico-pragmática máxima, como mostra a figura 1, dada a seguir e já apresentada no capítulo 1.

Parataxe (independência)	Hipotaxe (interdependência)	Subordinação (dependência)
núcleo	———	margem
integração mínima	———	integração máxima
ligação explícita máxima	———	ligação explícita mínima

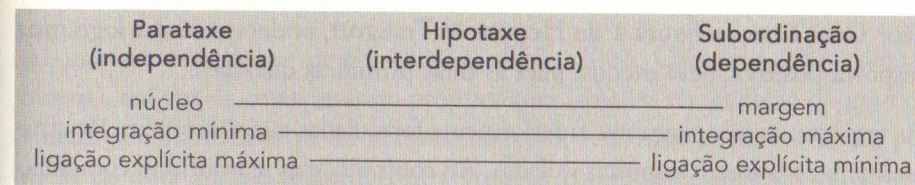



Figura 1: Propriedades relevantes do *cline* de combinação de orações (Hopper & Traugott, 1993, 171).

O exame dessa figura permite evidenciar que Hopper & Traugott (1993) fazem uma associação entre os fenômenos integração sintática e gramaticalização, já que, na figura, integração mínima corresponde ao grau de menor gramaticalização (parataxe), enquanto integração máxima, ao grau de maior gramaticalização (subordinação). Tal associação pode ser sintetizada no seguinte princípio: quanto maior o nível de vinculação entre as sentenças interligadas, mais avançado estará o processo de gramaticalização e vice-versa.

Braga (1999b) questiona os critérios independência, integração e juntores utilizados na proposta supracitada de Hopper & Traugott (1993), sintetizada na figura 1. Segundo a autora, os pontos problemáticos dessa proposta são os seguintes:

> (...) arrola, como critérios distintos, independência, núcleo e integração mínima; não explicita o que vem a ser a dependência, isto é, não apresenta as características a partir aos quais se poderia aferir a maior ou menor dependência de determinado

processo de junção; e, por fim, o conceito de elos maximamente explícitos é ambíguo. Estariam os autores se referindo à presença de um conectivo tal como conjunção, marcador discursivo, subordinador ou qualquer outra marca formal de dependência? O contorno entonacional seria um "elo maximamente explícito" com estatuto igual ao dos conectivos? (Braga, 1999b, s.p).

Embora faça essas indagações, Braga (1999b), ao examinar, sob o enfoque da gramaticalização, as sentenças completivas no português falado do Brasil e no português de contato, utiliza-se da proposta de Hopper & Traugott pela seguinte razão: por oferecer uma possível trajetória para os processos de junção de orações (*parataxe* > *hipotaxe* > *subordinação*), ela é sedutora (tomando aqui emprestadas as palavras da própria autora).

Podem-se realmente associar, no estudo de frases complexas, as noções de gramaticalização e de integração? Integração pode ser entendida como um indício de gramaticalização? Parâmetros considerados na medição do nível de integração sintática entre orações são, de fato, relevantes para a gramaticalização? Com base na figura 1 de Hopper & Traugott, poder-se-ia dar logo uma resposta positiva, pelo menos, para as duas primeiras questões.

As respostas às três perguntas anteriormente formuladas não são, porém, tão simples nem constituem respostas isoladas. Ao contrário, elas se imbricam completamente. Antes de mais nada, cabe aqui uma observação: neste primeiro momento, será feita mais uma reflexão acerca do problema do que significa a apresentação de respostas imediatas para as questões aqui discutidas. Parece que, em alguns casos, a depender da categoria lingüística que se leve em conta para aferir o grau de integração sintática entre duas orações, a associação entre gramaticalização e integração sintática é possível. A propriedade *grau de finitude* da completiva ora se mostra produtiva, ora não. Nesse sentido, essa categoria pode remeter a diferentes níveis de integração sintática e gramaticalização. Por exemplo, a realização da completiva na forma não-finita assinala tanto uma maior vinculação sintática (Givón, 1990) como uma maior gramaticalização (Bolinger, 1980; Lehmann, 1988) entre as sentenças articuladas. No português brasileiro, uma ilustração de convergência entre integração sintática e gramaticalização pode ser evidenciada no uso de *deixar* com sentido de 'parar'/'terminar' (66)[21], codificado sempre pela estrutura

21. Exemplo extraído de Cezario (2001, 173).

deixar de + infinitivo, que é o uso mais integrado e mais gramaticalizado desse verbo, porque, além de constituir uma única unidade conceptual com o infinitivo com que se combina, passou de núcleo da oração principal para marcador de aspecto terminativo (Cezario, 2001).

(66) Acho que a família deve ser preservada... uma sociedade sem esses... sem esses... princípios básicos... a família eu acho que é sagrada... *se ela deixar de existir a humanidade* vai... vai sucumbir... entendeu? (ITA4, 0, L).

As noções de integração sintática e gramaticalização parecem se intercruzar em algum caminho. Resta saber

(i) em que ponto(s) exatamente se dá esse cruzamento;
(ii) quais são as categorias lingüísticas que, de fato, podem dar conta da convergência entre integração sintática e gramaticalização;
(iii) se a atuação dessas categorias se dá separada ou conjuntamente.

Alguns autores (Bybee et al., 1994; Cezario, 2001; Carvalho, 2004, dentre outros), em vez de considerarem propriedades isoladas na medição do grau de vinculação sintática e/ou de gramaticalização, têm optado por verificar, por meio de uma análise quantitativa, a atuação conjunta de diversas categorias lingüísticas (formais e/ou semântico-pragmáticas).

O problema que se esboça nas questões sobre a atuação do fenômeno de integração sintática no processo de gramaticalização será retomado e discutido a partir de dados empíricos do português brasileiro, provenientes do banco de dados do PEUL[22], mais especificamente, de construções complexas com verbos causativos e perceptivos em que se dá encaixamento de orações completivas, analisadas por Carvalho (2004).

Em frases complexas, os verbos causativos, como o próprio rótulo já sugere, expressam uma relação de causatividade entre dois eventos, o causador e o causado, que são codificados, respectivamente, pelas sentenças matriz e completiva. Quando a construção causativa possui sujeitos animados, pode haver uma manipulação do referente-sujeito da matriz, que pode ser ou não

22. Vide nota de rodapé 5 deste capítulo.

bem-sucedida, sobre o referente-sujeito da completiva. É nesse sentido que as orações desses verbos podem exprimir, por exemplo, uma ordem (67) ou uma permissão (68) dada pelo referente-sujeito da matriz (o agente manipulador) ao referente-sujeito da encaixada (o ser manipulado).

(67) Eu trato é "sim senhor", "sim senhora". Às vez, *uma pessoa manda fazer aquilo, apanhar uma bolsa do carro, levar no apartamento*. Aí, eu vou, apanho, levo, aí, né, sempre sai na gorjetinha- é até bom. É legal! (PEUL/RJ/Amostra 80)[23].

(68) Só que a minha irmã foi morá cum meu pai, aí botô meu pai pro fundo do poço, depois dele tá lá em cima ele teve que vendê o apartamento que meu irmão deixô pra ele... Nem era do meu pai, era do meu irmão! *Mas o meu irmão deixô ele morá*... entendeu? (PEUL/RJ/Amostra 80).

Nas ocorrências acima, os conteúdos semânticos expressos nas matrizes implicam os eventos descritos nas completivas; daí decorre a relação de causatividade entre esses eventos. Em (67), as ações realizadas pelo informante (que é porteiro) ocorrem em função de ordens dadas por algum morador do prédio onde ele trabalha. Em (68), o pai da informante morava no apartamento do filho porque este permitiu isso, já que era o proprietário do imóvel.

Já os verbos perceptivos, em orações complexas, selecionam complementos oracionais que indicam algo que resultou da percepção sensorial (69) ou intelectual (70) do referente-sujeito da matriz. Nesse caso, ao contrário do que acontece em estruturas causativas, o referente-sujeito da matriz não pode manipular o referente-sujeito da sentença completiva.

(69) Ah! É um pânico, a gente sempre, se olha vê se não tá ferido, a gente sempre procura alguma coisa, se está ferido que realmente o projétil *a gente só sente queimar*, quando procura já tá ferido (PEUL/RJ/Amostra 80).

(70) Ah... baile funk... é aquele tipo [de-] [de-] de coisa que a senhora sempre vê na televisão. É briga, é divisão... Eu já fiquei naquele meio,

23. Na reprodução dos exemplos, manteve-se a transcrição grafemática original das entrevistas que compõem as amostras do Projeto PEUL.

mas (hes) isso aí já era tempo... Mas eu já... parei com isso que *eu vi que isso aí não dá "camisa" a ninguém* (PEUL/RJ/Amostra 80).

Em (69), o verbo *sentir* significa 'experimentar sensação física', referindo-se unicamente a uma percepção sensorial. Nesse trecho, o informante fala da sensação desagradável (a de queimação) que uma bala provoca no corpo humano. Já em (70), *ver* exprime percepção intelectual, tendo a acepção de 'chegar à conclusão de algo'. Nessa parte da entrevista, o informante descreve o ambiente do baile *funk* e diz que, após freqüentar esse tipo de ambiente, chegou à conclusão de que participar do baile *funk* não traz nenhum tipo de benefício a uma pessoa.

Nota-se, então, que, nas estruturas com verbos causativos e perceptivos, as sentenças matriz e encaixada codificam eventos com diferentes níveis de vinculação no plano conceptual: naquelas com causativos, os eventos são mais dependentes do que naquelas com perceptivos.

Tendo em vista as hipóteses formuladas para as sentenças completivas de causativos e perceptivos, Carvalho (2004) comprova que

(i) tais completivas se distinguem não só por atributos semânticos, mas também por atributos sintáticos e
(ii) constituem diferentes níveis de integração sintática.

Na definição do perfil sintático dessas completivas, observa-se que elas estão alocadas em pontos à direita dos *continua* de articulação de orações formulados por Lehmann (1988) e Hopper & Traugott (1993), já que constituem instanciações de orações subordinadas (nos termos desses) e encaixadas (nos termos daquele). No entanto, nesses *continua*, essas completivas não se situam exatamente no mesmo ponto. Tal fato decorre justamente da atuação dos parâmetros lingüísticos (tanto semântico-pragmáticos como formais) que não são partilhados por essas orações.

As categorias lingüísticas que distinguem as estruturas com verbos causativos e perceptivos são as seguintes: *controle*, *grau de finitude*, *presença/ausência de conectivos*, *negação* e *formas de expressão de sujeitos*. Com respeito a essas categorias, as construções causativas exibem os seguintes atributos: as suas completivas são mais codificadas na forma não-finita (e, por conseguinte, sem conectivos) e apresentam sujeitos controlados pelos sujeitos das matrizes, expressos sob a

forma de anáfora pronominal (independentemente de sua correferencialidade); quando há negação, esta se dá no predicado da matriz. Nas construções com perceptivos, há uma tendência inversa em relação aos fatores controle, grau de finitude, presença/ausência de conectivos e negação. No que se refere às formas de expressão de sujeito das completivas de perceptivos, essas sentenças ocorrem com sujeitos codificados por anáforas zero ou pronominal (quando correferentes) e por sintagma nominal pleno (quando não-correferentes). Verifica-se, então, que, quanto aos fatores supracitados, com exceção do último, as orações encaixadas em verbos causativos e perceptivos se encontram em distribuição complementar. Ainda convém destacar que todos os cinco parâmetros acima são responsáveis por aferirem distintos graus de integração semântico-sintática entre as completivas de causativos e perceptivos e suas matrizes.

Contudo, contrariando as hipóteses anteriormente mencionadas, as construções causativas e perceptivas também apresentam alguns atributos comuns. As propriedades que indicam superposições entre essas construções têm a ver com traços dos sujeitos (*explicitude*, *correferencialidade* e *animacidade*) das completivas, concordância de tempos e modos verbais e proximidade/distância gramatical entre essas sentenças e suas matrizes. De acordo com essas propriedades, as construções causativas e perceptivas apresentam as seguintes características: sujeitos das completivas explícitos, animados e não-correferentes aos das matrizes; ausência tanto de material interveniente como de partilha de tempos verbais entre as orações combinadas.

Como os resultados obtidos por Carvalho (2004) revelam não só divergências, mas também convergências entre as construções em pauta com relação a seu comportamento no português contemporâneo, tal fato, à primeira vista, parece sinalizar, além de uma incompatibilidade entre os parâmetros lingüísticos considerados na pesquisa, uma contradição na interpretação dos dados quanto à atuação do *subprincípio da proximidade*. Segundo Foley & Van Valin (1984), incongruências como estas não invalidariam a hipótese da iconicidade; todavia, é necessário que algum resultado seja consistente com o princípio. No que concerne às estruturas causativas e perceptivas, os resultados obtidos para as propriedades grau de finitude, controle e negação demonstram essa consistência com o *princípio da iconicidade* e, mais especificamente, com o *subprincípio da proximidade*.

Sendo assim, não resta qualquer dúvida de que, nas construções complexas com verbos causativos e perceptivos, há, de fato, a atuação do *subprincípio da*

proximidade; em outras palavras, nessas construções, as diferenças no plano conceptual (os conteúdos expressos tanto pelos verbos das matrizes como pelos complementos oracionais) se refletem na configuração morfossintática das completivas. Desse modo, nas estruturas com verbos perceptivos, as orações matriz e encaixada tendem a codificar conceptualmente conteúdos autônomos. Nesse caso, as sentenças encaixadas exprimem estados de coisas que resultaram de uma percepção — sensorial ou intelectual — do referente-sujeito da matriz e a realização desses estados de coisas independe da vontade desse referente-sujeito. Já nas estruturas causativas, as orações matriz e completiva tendem a codificar eventos com uma menor independência do ponto de vista semântico, devido às seguintes razões: pela própria relação de causatividade que se estabelece entre esses eventos e pela tentativa de manipulação do referente-sujeito da matriz sobre o referente-sujeito da completiva.

Tal constatação contraria, completamente, a visão tradicional de que as sentenças subordinadas substantivas (aqui referidas como completivas) devem ser descritas apenas em termos da função sintática que desempenham no período composto, sem que se levem em consideração aspectos semânticos do verbo da chamada oração principal (aqui designada matriz). Ademais, as diferenças registradas para as completivas de causativos e perceptivos (sobretudo aquelas relacionadas à dimensão sintática) configuram-se como um forte argumento contra estudos, por exemplo, os de Mateus et al. (1989) e o de Maier (1997), que só descrevem essas orações como detentoras de um mesmo perfil sintático.

Além de detectar distintos graus de integração semântico-sintática entre as completivas dos dois grupos semânticos investigados, Carvalho (2004) verifica que os verbos dentro da sua classe semântica nem sempre se comportam da mesma forma. Com base no *continuum* de Lehmann (1988) de gramaticalização do verbo da matriz (vide figura 2 do capítulo 2), a autora demonstra que os seis itens verbais examinados — *mandar*, *deixar*, *fazer* (causativos) e *ver*, *ouvir* e *sentir* (perceptivos) — apresentam empregos que se localizam em diferentes pontos desse *continuum*. *Sentir* e *ouvir* possuem usos como verbos lexicais, como em (69) e (71), respectivamente, e empregos que se aproximam de um evidencial, como em (72) e (73). Já *deixar* apresenta diferentes usos como lexical, como em (68), e um uso como auxiliar (embora, nesse caso, não tenha mais o sentido causativo), como em (74); no entanto, não é empregado como

evidencial ou modal, o que sugere que não é necessário que dado verbo percorra toda a trajetória, desde os estágios de lexical a modal para chegar à etapa de auxiliar. Ainda há itens verbais, tais como *mandar* e *fazer*, que só se instanciam como verbos plenos, como em (67) e (75). Também há casos de verbos, como *ver*, que possuem diversos usos como lexicais, como em (70) e (76), e um uso como item gramatical, mais especificamente, como advérbio, como em (77). Da perspectiva sincrônica, o tratamento desses seis verbos num *continuum* permite identificar, além dos estágios de gramaticalização em que cada uso se encontra, os itens verbais que apresentaram empregos mais e menos gramaticalizados.

(71) Hoje em dia é difícil quem pode pegar um livro e ler esse livro de ponta a [ponta,] então passaria resumos. Você tem falange não sei de quê, que eu *ouço* anunciar, à noite; tem filme- até ("os- esses") filmes espaciais têm violência para- são os <is->- os filmes de- para o futuro (PEUL/RJ/Amostra 80).

(72) Ele (= Roberto Carlos) é muito romântico, (hes) eu bati um papo assim- eu não sei (hes) se eu contei para vocês, no outro dia, (est.) uma coisa, assim, inesperada, não é? Você vê, completamente informal, tranqüilo. E eu *sinto* que ele é uma pessoa como ele aparece nas músicas: (est.) uma pessoa tranqüila, romântica, doce. Eu acho ele uma criatura incrível (PEUL/RJ/Amostra 80).

(73) E eu sei que esses pessoal tem casa. Eles vão pra ali pedi esmola, porque eles são safado. *Ouvi* dizer que eles tão até alugando, se você... mendigo da rua, tão até alugando o filho da pessoa pra pedi esmola! (PEUL/RJ/Amostra 80).

(74) Eu rezo muito muito, eu tô sempre falando em Deus. Deus, Deus, Deus. Ele deve tá falando assim: "Pô, esse cara é chato pra caramba (riso e), esse cara, pô!" mas Ele pode me chamá de chato, Ele pode: mas hora alguma vou *deixá* de falá no nome d'Ele (PEUL/RJ/Amostra 80).

(75) Eu já sabia que ia apanhar, não é? Não- "("Agostinho"), vem cá." Aí eu corri, não é? Ele veio, correu atrás de mim. Eu *fiz* ele dar umas (rindo) cinco volta no quintal, não é? (risos) (PEUL/RJ/Amostra 80).

(76) Então, ("eu") sempre gostei de mecânica. Eu *via* uma pessoa mexendo num automóvel, eu ficava maluco (PEUL/RJ/Amostra 80).

(77) Gíria é uma coisa que sempre existiu. Agora, só que são - as coisa são outras, as gírias... (hes) *Vai ver que* as gírias no tempo dele tinha alguma coisa a ver (est) com aquilo que se fala. Ai, agora, nós não fazemos isso (PEUL/RJ/Amostra 80).

Em alguns usos dos verbos analisados, Carvalho (2004) ainda observa a atuação de alguns princípios formulados por Hopper (1991) para o processo de gramaticalização. Há uma *descategorização* de *sentir*, quando empregado como evidencial (modalizador de opinião), e de *ver*, quando utilizado na estrutura *p(a)ra ver se/como*[24], como em (78). Tal *descategorização* se explica pelo seguinte perfil característico desses usos: *sentir* só ocorre na 1ª pessoa do singular e no presente do indicativo, e *ver* não se realiza com explicitação de sujeito. Pode-se dizer que a *persistência* atua na configuração sintática da oração encaixada do emprego de *ver* como advérbio de dúvida (na expressão *vai ver que*); gerado no contexto de estrutura finita, esse emprego possui uma restrição quanto à sua ocorrência com orações não-finitas. A coexistência do marcador conversacional *deixa eu ver*, como em (79) e da sua construção original (a estrutura causativa que tem essa mesma forma fonológica), como em (80), exemplifica o princípio da *divergência*.

(78) O próprio trabalhador é que ainda tem que se esforçar *para ver se consegue ter algum dinheiro* (buzina) que ele já devia ter tido há muito tempo. (est) ah, não! isso está tudo errado (PEUL/RJ/Amostra 80).

(79) Por aí assim aqui mesmo, mas já morei dez ano ... morei, *deixa eu ver*, morei em Nova Iguaçu [vinte]... vinte e dois anos e morei no Largo do Bicão dez anos, agora faz sete que eu moro aqui (PEUL/RJ/Amostra 80).

(80) O que que tem que (hes) ver com boneca, não é? Aí ela está brincando com a filha da vizinha, eu digo: "*Marina, deixa eu ver a tua boneca?*" "Não!" Aí a filha da vizinha, não é? Pediu, ela deu a boneca. Aí eu fiquei danado, não é? Tomei a boneca da mão da filha da vizinha (...) (PEUL/RJ/Amostra 80).

---

24. Assim como Cezario (2001), Carvalho (2004) optou por distinguir esse uso do verbo *ver* de outros usos que também remetem a uma percepção intelectual pelo fato de o sentido de 'verificar algo no futuro' geralmente ocorrer no contexto sintático de cláusula hipotática final.

Alguns dos resultados obtidos por Carvalho (2004) suscitaram um questionamento de pressupostos teóricos comumente associados ao fenômeno da gramaticalização. Eles apontaram, por exemplo, que a correlação entre as noções de integração sintática e gramaticalização deve ser relativizada, pois elas nem sempre percorrem uma mesma trajetória. Levando-se em consideração o parâmetro *grau de finitude* (que tem sido utilizado, na literatura lingüística, para a aferição tanto de níveis de integração sintática como de graus de gramaticalização de dada construção lingüística), alguns empregos dos verbos aqui investigados configuraram-se como contra-evidências dessa correlação. A título de ilustração, os usos mais gramaticalizados de *ver*, como em (77), e *sentir*, como em (72), respectivamente, como advérbio e modalizador de opinião, somente ocorreram com completivas finitas, que equivalem a estruturas menos integradas sintaticamente. Até o emprego de *ver* na estrutura *p(a)ra ver se/como*, como em (78), que parece estar se gramaticalizando, também só subcategorizou sentenças na forma finita. É interessante ressaltar que todos esses usos parecem estar em um estágio inicial de gramaticalização, o que talvez explique a falta da correlação supracitada. Já um dos usos de *ver* como verbo pleno, expressando acepções que remetem ao domínio físico, como em (76), se realizou mais com encaixadas não-finitas, que correspondem a estruturas mais integradas sintaticamente.

Por fim, tendo em vista os dados que constituíram contra-evidências de postulados funcionalistas sobre a relação entre a noção de integração sintática e o processo de gramaticalização, retomam-se aqui as seguintes questões:

(i) Quais são os parâmetros lingüísticos, além do grau de finitude, que podem dar conta da (não)correspondência entre integração sintática e gramaticalização?
(ii) Como nem sempre há, em orações complexas, convergências entre as categorias lingüísticas utilizadas para a medição dos níveis de gramaticalização, existiriam aquelas que seriam mais atuantes nesse processo?
(iii) Pensando-se em termos de implementação da mudança no sistema lingüístico e do caráter gradual desse processo, será que é preciso haver uma consolidação do processo de gramaticalização de uma dada construção para que essa construção passe a ocorrer em estruturas mais integradas sintaticamente?

Espera-se que essas questões possam constituir preocupação de trabalhos futuros sobre orações complexas.

4.2. O caso da combinação de orações de tempo[25]

A proposta desta seção é discutir a relação estabelecida entre os processos de combinação de orações e os processos de gramaticalização. Para tanto, lança-se mão de um caso específico do português: as sentenças complexas relacionadas pela noção de tempo.

A idéia que subjaz à gramaticalização dos processos de combinação é aquela que se relaciona com a aquisição da linguagem pelas crianças, sustentada especialmente pela *hipótese parataxe*. Crianças aprenderiam primeiramente as orações paratáticas e, somente mais tarde, as orações hipotáticas, devido a sua maior complexidade. A gramaticalização aparece nessas discussões, portanto, como um processo de incorporação de usos inovadores por falantes naturais de uma língua específica.

4.2.1. Aquisição dos processos de combinação de orações

Harris & Campbell (1995) discutem os processos de junção das orações, questionam a unidirecionalidade da mudança e examinam como as estruturas renovam-se na língua. Essa discussão funda-se na idéia de que uma língua desenvolve-se de estruturas simples e desconexas para estruturas complexas e mais elaboradas.

Os autores apresentam duas razões para a crença de que a hipotaxe é derivada da parataxe. A primeira razão advém de que a parataxe é mais comum nos estágios mais recentes de uma língua escrita do que o encaixamento; e a segunda é baseada na idéia de que subordinadores em muitas línguas surgiram a partir dos pronomes interrogativos. A segunda hipótese, de acordo com os estudos dos autores, não se sustenta por falta de evidências lingüísticas.

Para Harris & Campbell, a mais aceitável explicação para o surgimento das construções complexas estaria baseada na reanálise de estruturas. Como evidência, apresentam o caso do *thaβ (das)* que, já no alemão antigo, foi usado

25. Este estudo é parte dos resultados da dissertação de mestrado de Lima-Hernandes (1998).

para marcar subordinadas, sendo reanalisado, então, como complementizador. Essa reanálise explicaria uma forma gráfica que distingue o pronome demonstrativo *das* do complementizador *dass (daß)*. Evidência disso também pode ser encontrada, segundo as autoras, no inglês com a reanálise de *the while that* em *while* e, no francês, de *par ce que* em *parce que*.

Quanto à unidirecionalidade, esses mesmos autores consideram bastante questionável que se conceba uma mudança lingüística sempre da estrutura menos complexa para a mais complexa. A evidência apresentada pode ser observada em qualquer língua viva, uma vez que nelas continuam a existir estruturas simplificadas e não apenas as mais complexas (lembre-se dos princípios de Hopper [1991] sobre *persistência* e *estratificação*).

Com relação à renovação, os autores remetem ao processo contínuo de substituição ou revisão dos tipos de construções utilizadas, não sem antes desmontar o consenso de que a hipotaxe é um recurso mais sofisticado, enquanto a parataxe é recurso primitivo. Afirmam que essa idéia pode ser parcialmente aceita, se restringirmos a hipotaxe a orações finitas; entretanto temos hipotáticas não-finitas. Ainda que a produtividade seja evidenciada[26], Harris & Campbell questionam a aproximação que normalmente se faz entre freqüência e primitividade.

Se, por um lado, Harris & Campbell (1995, 310) refutam a *hipótese da parataxe*, por outro, defendem o *princípio do uniformitarismo* laboviano, segundo o qual um processo que opera num tempo pré-histórico é o mesmo que opera no tempo histórico. Querem dizer com isso que todas as evidências da existência primitiva rondam o momento presente, e isso invalida a idéia de que uma estrutura hipotática tome o lugar da paratática na fala das pessoas.

Os argumentos mais fortes para essa afirmação são construídos com base na mudança por processo de *reanálise* (vide capítulo 1). Reanálise é a explicação mais aceitável para o surgimento das hipotáticas porque, crêem os autores, nenhum mecanismo especial é necessário para a explicação de como surgem essas orações. Corre nessa direção a grande maioria dos argumentos que sustentam a teoria da mudança lingüística.

26. Serviram de ponto de partida para essa inferência os argumentos de Chafe (1982) que apontaram para um maior índice de subordinadas finitas na escrita do que na fala.

É fato que toda língua que tenha formas verbais não-finitas tem o potencial para introduzir uma oração subordinada finita. Também a etimologia de um conectivo não poderia explicar a estrutura original do tipo oracional, pois a subjunção pode ser extensiva a um tipo diferente de oração, por reanálise.

O estudo da origem das subordinadas, em muitas línguas, enriqueceu o conhecimento do desenvolvimento de seu sistema gramatical, como ocorreu com as línguas chádicas (Frajzyngier, 1996). Aqui, parte-se da noção específica de *tempo* para compreender como os falantes codificam-na na língua portuguesa.

4.2.2. Gramaticalização da noção de tempo nos processos de combinação oracional

O ponto de partida para essa análise é a maneira como os falantes codificam sintaticamente o valor temporal no momento de fala[27]. Dessa maneira, orações que seriam tradicionalmente classificadas como adjetivas ou substantivas podem fazer parte desse rol de ocorrências, porque a perspectiva para a seleção dos dados é semântica. Assim, identificou-se a relação proposicional de tempo, independentemente da codificação estrutural.

Segundo a abordagem tradicional, as orações de tempo, no português-padrão, podem ser introduzidas por conjunções subordinativas ou locuções conjuntivas, também chamadas orações desenvolvidas. Essas orações podem ser, ainda, construídas com verbos na forma não-finita, sendo chamadas reduzidas.

Tendo em vista, contudo, o movimento contínuo da gramática da língua, como argumentado nos capítulos precedentes, é natural que se encontrem orações combinadas pela relação de tempo, sem necessariamente ligarem-se por conectores de tempo. Lembrem-se as categorias cognitivas explicitadas em Heine et al. (1991b): *pessoa > objeto > espaço > tempo > qualidade*. Esse movimento é contínuo e certamente afeta as orações subordinadas adverbiais de tempo, do que daremos evidência nesta seção[28].

27. Os dados utilizados nesta análise provêm de duas amostras: português popular de São Paulo (Rodrigues, 1987) e português carioca (PEUL).
28. As construções de tópico, construções clivadas e orações com verbos 'haver' e 'fazer', embora sejam dados muito interessantes para a compreensão dos processos de combinação de orações, não

É certo que, ao se tratar das unidades coexistentes de mesmo sentido, basicamente se aborda o *princípio da estratificação* ou *layering* (Hopper, 1991), que pode ser entendido como camadas de uso, sentido muito próximo ao de *variantes* utilizado pela sociolingüística laboviana. A diferença é que no caso da gramaticalização, consideram-se sempre 'contínuos', e isso não é preocupação do variacionismo.

O trabalho de identificar em *layering* as estratégias temporais não pressupõe o rastreamento histórico de conectivos ou idade de cada estratégia empregada, embora em alguns momentos seja necessário o recuo no tempo para evidenciar o fenômeno como possível ou recorrente na história do português, portanto, passível de ocorrer atualmente.

É na perspectiva sincrônica da gramaticalização que se insere essa investigação, uma vez que se busca traçar aqui o contínuo de estágios de gramaticalização das orações complexas que codificam o tempo. Assume-se, para tanto, o contínuo de Hopper & Traugott (1993), retomado no quadro 2, como realidade no português do Brasil, com a ressalva de que, a fim de evitar a confusão de rótulos decorrente do emprego do termo *subordinação*, se o substitui pelo termo *encaixamento*.

PARATAXE > HIPOTAXE > ENCAIXAMENTO

Quadro 2: Gramaticalização de processos de combinação de orações.

As setas da representação acima visam reproduzir em processos estruturas oracionais do menor estágio de gramaticalização para o maior estágio de gramaticalização. Essa representação não esgota os tipos de estruturas que podem emergir nos intervalos, como ocorre com as focalizações que serão objeto de algumas observações em momento posterior. Isso se explica porque a gramaticalização de estruturas prevê estágios intermediários de usos e é influenciada, segundo Heine et al. (1991, 150), por vários fatores não-estruturais, tais como contato entre línguas, interferência entre a forma escrita e a forma falada, contexto sociocultural, dentre outros.

---

foram incluídas na classificação apresentada aqui. Exemplos desses tipos: a) então *quando eles iam i* que eu ia junto né? [POP/SP]; b) vou lá, como bolo, aí *depois que eu vou lá brincar* [PEUL]; c) *teve um tempo* que nós brigamo tanto eu e ele [POP/SP]; e d) *há tanto tempo* que eu não fui lá [PEUL].

29. O rótulo *estruturação* está sendo usado como sinônimo de 'camada', como um dos princípios de gramaticização de Hopper, aqui aplicado à sintaxe da frase.

Uma vez que algumas estruturas complexas estudadas não correspondiam, de fato, a nenhum dos processos citados, fez-se uma tentativa de classificação por aproximação aos processos já citados, que foram nomeados de *estruturação intermediária*[29].

(a) Parataxe: foram consideradas orações de tempo combinadas por parataxe as *estruturações justapostas* e as *estruturações intermediárias 1*.

a.1. Estruturação justaposta

A justaposição constitui o processo pelo qual o falante apresenta orações lado a lado, sem o emprego de conectivos explícitos, portanto numa seqüência formalmente desconexa. A interpretação de tempo é resultado da leitura da seqüência das duas orações justapostas, com entonação especial[30]. São exemplos, as ocorrências (81) a (83):

(81) Isso, eles vive dizendo isso, *eu nem sonhava em ter filho ainda* [PEUL 143].
(82) Ela... *o cachorrinho morreu*... ela enterrô encostadinho na parede nossa aí [POP/SP].
(83) Porque... *cheguei*... já tinha passado a reunião [POP/SP].

a.2. Estruturação intermediária 1

Foram classificadas como estruturas intermediárias 1 as ocorrências em que as orações estivessem acompanhadas de seqüenciadores narrativos do tipo , *então*, *aí* e *depois*, como mostram (84) a (87).

(84) *Aí eu estava jogando bola*, ele me chamou para mim ir [PEUL 62].
(85) *Então eu acabava o meu/ a minhas coisas de casa... lição... tudo...* corria pra casa da dona [POP/SP].
(86) *E eu chego*... tá tudo em orde [POP/SP].
(87) *Depois chegá na hora*... não é da gente [POP/SP].

Numa seqüência coordenada prototípica, as orações apresentam o conector entre as duas orações, diferentemente de outras orações analisadas. Em todas as ocorrências analisadas, o elemento coordenativo aparece no início da pri-

---

30. Segundo Dubois *et alii* (1973, 217), elementos de informação afetivos, conotativos, estéticos estão contidos na entonação e unem-se à expressão de idéias. Com base nessas informações, nos resultados dos testes não sistemáticos de leitura dos exemplos encontrados e na audição das gravações do Português Popular de São Paulo, observou-se a diferença entonacional citada.

meira oração, o que impede de classificá-las como coordenada. Portanto, a análise deteve-se em orações cuja relação seja tempo, numa estruturação não-prototípica, daí o rótulo *estruturação intermediária.*

(b) Hipotaxe: As orações que indicam circunstancialmente o tempo da oração-núcleo foram classificadas como *hipotáticas de realce.* Essas orações equivalem às subordinadas adverbiais temporais, numa perspectiva tradicional, e aparecem no *corpus* sob duas formas: orações finitas e orações não-finitas.

b.1. Orações finitas

As orações de tempo rotuladas de hipotáticas de realce correspondem às ocorrências em que o processo sintático consistiu no explicitamento do elemento conector por uma conjunção subordinativa. Essas orações equivalem, numa perspectiva tradicional, às subordinadas adverbiais temporais desenvolvidas. Estão, portanto, incluídas nessa classificação as orações hipotáticas de realce cujo conectivo, amplamente aceito como conector temporal, esteja explícito. Exemplificam esta classificação as ocorrências (88) a (91).

(88) Ela fica apavorada *quando a gente sai* [PEUL 56].

(89) *Depois que teve essa briga com a minha mãe e meu pai*, eu, sei lá, tomei pavor do lugar [PEUL 147].

(90) *Quando eu tava fazendo isso...* as coisas aqui era pió [POP/SP].

(91) *Enquanto o vizinho aí do lado tá falando...* você não consegue dormi [POP/SP].

b.2. Orações não-finitas

Essas orações têm por característica o emprego de verbos em suas formas nominais e, quando transformadas em desenvolvidas, equivalem a uma oração temporal, com conectivo prototípico presente na estrutura de superfície. Compõem o grupo das hipotáticas não-finitas orações introduzidas por verbos na forma nominal, como mostram (92) e (93).

(92) Fica todo mundo pacato, *vendo aquele filme* que aparece de Natal [PEUL 53].

(93) *Passando o cemitério...* o ônibus faz aquelas voltinha [POP/SP].

Não foi encontrada qualquer ocorrência de oração reduzida de particípio ou de infinitivo, que fossem interpretadas como orações hipotáticas de

tempo e que, na estrutura desenvolvida, tivessem um conectivo prototipicamente temporal.

(c) Encaixamento: O rótulo aplicado ao conjunto das orações apresentadas a seguir remete às estruturas que reclamam um complemento, que será fornecido em outra estrutura oracional. A seqüência que integra a primeira oração, conhecida na tradição como principal, aqui é chamada matriz e a oração integrada àquela é chamada oração constituinte ou encaixada. Seguindo esse raciocínio, consideramos estruturas de encaixamento as seguintes: *estruturação intermediária 2* e *estruturação de encaixamento prototípico.*

c.1. Estruturação intermediária 2

Fazem parte deste conjunto de estruturas aquelas orações que são compostas por oração matriz e oração de tempo numa noção de encaixamento próxima ao da formação por relativização, na tradição rotulada de orações adjetivas. A diferença resume-se em dois aspectos: ao tipo de pronome relativo empregado e à equivalência morfológica da oração.

Nos dados, foram encontrados exemplares de orações combinadas num processo muito próximo ao da 'relativização' em dois níveis: um nível mais encaixado, mais integrado, mais necessário para o sentido da oração matriz, e outro nível menos encaixado, mais independente, menos necessário para o sentido da oração matriz. Esses dois níveis de encaixamento com o emprego do conectivo *quando* resultaram em dois tipos de orações, que seguem apresentados a seguir.

- **Determinativa**

Chamou-se *determinativa* a estrutura oracional que contém na oração encaixada a palavra *quando* desempenhando a função sintática de relacionar a proposição posterior ao termo antecedente, restringindo ou especificando. É, assim, uma informação imprescindível ao sentido pretendido pelo falante. Essas orações aproximam-se das adjetivas restritivas, como se observa de (94) a (96).

(94) Antigamente... *quando um cara falava assim...* ela já pensava que era verdade mesmo [POP/SP].

(95) Porque eu sempre, *quando eu era pequeno*, não é? eu ficava lá [PEUL 70].

(96) Sexta-feira, *quando eu apanhar meu filho no colégio*, eu vou para lá [PEUL 148].

● **Apositiva**

Foram chamadas *apositivas* as estruturas oracionais que contêm na oração encaixada a palavra *quando* desempenhando a função sintática de relacionar a proposição posterior ao termo antecedente. O relativo *quando,* neste tipo de oração, introduz uma informação acessória. As orações apositivas representam, portanto, uma informação prescindível em relação ao termo antecedente, parte da oração matriz. Nesse sentido, as orações apositivas funcionam como conteúdo dispensável, como elemento facultativo, uma seqüência acessória. Essas orações desempenham função similar à da adjetiva explicativa, como mostram (97) a (99).

(97) Antigamente... *quando eu vim pra São Paulo...* naquele tempo os campeonato era só sábado e domingo né? e era só no Pacaembu... eu ia todo sábado e domingo [POP/SP].

(98) Naquele tempo... *quando a gente criô lá na roça...* eles não registrava os filho home...só as mulhé né? [POP/SP].

(99) Em 80, *quando eu cheguei aqui,* foi o papai noel no Maracanã [PEUL 105].

Esse comportamento relativizador das orações de tempo pode ser explicado, em parte, pelo *princípio da informatividade* (Atlas & Levinson, 1981), segundo o qual o falante é tão informativo quanto possível, dada a necessidade da situação. Traugott & König (1991, 192) discutem esse princípio de uma perspectiva histórica e afirmam que "o princípio da *informatividade* e relevância, presumivelmente, leva os falantes a tentarem ser mais e mais específicos na codificação gramatical e, mais especialmente, a convidar os ouvintes a selecionarem a interpretação mais informativa". Assim, se o falante observa, ao falar, que a marcação do tempo pelo advérbio conferiu ao enunciado baixa informatividade, intercala, então, uma oração que restrinja ou explique o sentido temporal pretendido.

c.2. Estruturação de encaixamento prototípico

As orações consideradas encaixadas representam parcialmente as chamadas subordinadas pela gramática tradicional, uma vez que identificam, nos dados, as orações que desempenham funções de substantivo e de adjetivo dentro de outras orações.

c.2.1. Encaixamento prototípico com função substantiva

Todas as orações que funcionam como constituinte sintático substantivo da oração matriz fazem parte deste conjunto de encaixamento prototípico.

● **Subjetiva**

As orações encaixadas prototípicas subjetivas desempenham função sintática de sujeito da oração matriz e são introduzidas por conjunção não integrante, cuja noção seja tempo, como mostram (100) e (101).

(100) Mas é ruim demais *quando a gente descobre* [POP/SP].

(101) Ainda mais, *quando tu marca um gol,* que tu vê aquele pessoal todo gritando o seu nome, é um desespero [PEUL 118].

● **Objetiva**

Estão incluídas sob o rótulo de orações encaixadas prototípicas objetivas as orações que desempenham a função sintática de objeto direto da oração matriz e que são introduzidas por conectivo típico de orações temporais, como mostram (102) e (103).

(102) Eu reconheço *quando estou errada* [PEUL 37].

(103) Adorava *quando a gente ia pra fazenda* [POP/SP].

c.2.2 Encaixamento prototípico com função adjetiva

Fazem parte deste conjunto todas as orações combinadas pela noção de tempo, mas que tradicionalmente seriam classificadas como orações adjetivas. Nos dados, essas orações foram identificadas sob duas formas: finitas e não-finitas.

● **Adjetivas finitas**

Essas orações foram agrupadas num mesmo conjunto por serem introduzidas pelo pronome relativo *que,* antecedido por um sintagma nominal, como em (104). A diferença entre essas orações e aquelas classificadas anteriormente como 'relativas' (vide item c.1 - *Estruturação intermediária 2*) está na palavra empregada como conectora, ou seja, naquelas, o conector é a palavra *quando* funcionando como pronome relativo e, nessas, o conector é a partícula polifuncional *que.*

(104) A hora *que eles chega...* aí eles roba [POP/SP].

Na ocorrência (104), a partícula conectora *que* é interpretada como parte de uma oração intercalada, entretanto à pergunta "quando eles roubam?" obtém-se como resposta toda seqüência anterior à pausa, como mostram (104a) e (104b).

(104) a. Quando eles roubam? A hora que eles chegam.
b. Quando eles roubam? * a hora.

Dessa maneira, a resposta apresentada em (104b) é incompleta e somente a seqüência apresentada em (104a) é satisfatória. Essa aproximação do sintagma nominal à partícula *que* sugere a possibilidade de interpretar a seqüência como uma locução, tal é o grau de integração de seus componentes.

Adjetivas não-finitas

Todas as orações que compõem este conjunto apresentam seus verbos na forma infinitiva, precedidos por uma seqüência do tipo *advérbio de tempo* + *preposição*, como ilustra (107).

(107) *Na hora de dormir*... aquela sirene ali fica tocando [PEUL 165].

De posse dessas informações, é possível construir um quadro que contenha todas as estruturações contidas nos processos de combinação de orações analisados nesta seção.

<table>
<tr><td rowspan="2">Parataxe</td><td colspan="3">Estruturação justaposta</td></tr>
<tr><td colspan="3">Estruturação intermediária 1</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Hipotaxe</td><td colspan="3">Estruturação finita</td></tr>
<tr><td colspan="3">Estruturação não-finita</td></tr>
<tr><td rowspan="6">Encaixamento</td><td rowspan="2">Estrutura intermediária 2</td><td colspan="2">determinativa</td></tr>
<tr><td colspan="2">apositiva</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Encaixamento Prototípico</td><td rowspan="2">função substantiva</td><td>subjetiva</td></tr>
<tr><td>objetiva</td></tr>
<tr><td rowspan="2">função adjetiva</td><td>finita</td></tr>
<tr><td>não-finita</td></tr>
</table>

Quadro 3: Estruturações identificadas nos processos de combinações de orações.

No processo de *parataxe*, observa-se a existência de duas estruturações: justapostas e intermediárias 1. As *justapostas* se manifestam pela junção de duas orações, sem a presença formal de um conector. As *intermediárias 1* poderiam ser nomeadas de coordenadas, com base em dois argumentos: primeiro, porque se aproximam daquelas em vários aspectos, tais como conector e ordem; segundo, porque esse rótulo não ofereceria dúvidas sobre o seu papel dentro do contínuo de gramaticalização, ou seja, estrutura em estágio de gramaticalização maior do que as justapostas e menor do que as *hipotáticas*. Entretanto, optou-se por um termo mais neutro que não gerasse confusões com os rótulos da tradição gramatical.

No processo de *hipotaxe*, encontram-se também orações com dois graus diferentes de gramaticalização: estruturações finitas e estruturações não-finitas. As finitas trazem conectores explicitados e parecem menos integradas do que as não-finitas, que dependem de informações expressas na oração-núcleo para que alguns vazios semânticos possam ser inferidos em sua estrutura. Essas últimas funcionariam como *estrutura intermediária*, mais integrada do que as finitas e menos integrada do que as encaixadas.

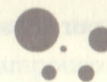
No processo de *encaixamento*, há o maior número de estruturações que poderiam ser umas mais integradas do que as outras. Distribuíram-se essas estruturas em dois grandes conjuntos. No primeiro conjunto, foram reunidas orações que partilhassem características do processo anterior, *hipotaxe*, mas também mostrasse características de encaixamento, razão de terem sido chamadas *estruturas intermediárias 2*.

O segundo tipo de encaixamento identificado foi aquele em que as orações temporais desempenham função sintática de orações *substantivas* ou *adjetivas* dentro da oração matriz. Essas estruturas foram rotuladas de *estruturação de encaixamento prototípico*. As funções substantivas conjugadas à noção de tempo foram a de sujeito e de objeto direto. A única função adjetiva identificada foi a de adjunto adnominal, apresentada em orações sob duas formas: finita e não-finita.

Por meio de uma simples incursão por duas amostras de variedades distintas, apresentaram-se evidências de que a categoria cognitiva de tempo está na base de muitas estruturações sintáticas, prova suficiente de que mesmo depois de gramaticalizado, o valor de tempo não mais interrompe seu processo de contí-

nua gramaticalização. Esses dados também são evidências de que, após a gramaticalização de um item-fonte (no caso uma estrutura) em um item-meta, ambos passam a conviver, daí a proliferação de codificações sintáticas, aparentemente para um mesmo fim nas línguas. Eis a gramática em seu movimento, gramaticalizando-se.

5. EM RESUMO...

Neste capítulo, foram apresentados resultados de pesquisa norteadas por uma abordagem funcionalista da gramaticalização. Três são as subseções por meio das quais se exemplificaram tanto o encaminhamento metodológico que se vem dando aos estudos de gramaticalização quanto os questionamentos que se vêm fazendo sobre o comportamento de itens diversos. Na seção 2, apresentaram-se conjunções em seus percursos de gramaticalização, na seção 3, a atuação da gramaticalização em construções com proeminência discursivo-pragmática e, na seção 4, dois estudos que refletem a preocupação com unidades maiores: a combinação de orações.

CAPÍTULO QUATRO

GRAMATICALIZAÇÃO E ENSINO

VÂNIA CRISTINA CASSEB-GALVÃO
MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, sugere-se um método que favorece a apreensão do estatuto da mudança sob a perspectiva da gramaticalização e da sociolingüística, buscando aproximar esses dois vieses, já que, conforme discutido nos capítulos precedentes, motivações internas e externas se imbricam em muitos trajetos de deslizamentos funcionais, tal como postulado para os estudos de caso apresentados no capítulo anterior. Outra preocupação é atentar para a polissemia, a funcionalidade comunicativa e os efeitos de sentido decorrentes do uso de elementos em processo de gramaticalização, como é caso dos modalizadores epistêmicos *achar* e *parecer*, referenciados nos capítulos anteriores, e que serão aqui retomados para uma reflexão mais aprofundadada dos recursos expressivos da subjetividade enunciativa, conhecimento de fundamental importância para o ensino-aprendizagem da língua materna.

A escolha do título deste capítulo remete à primeira preocupação que todo cientista — e também professor — deve ter quando vai introduzir (ou ensinar) um público muito amplo e heterogêneo (como o de uma sala de aula) em um novo tema: tornar comuns os rótulos adotados durante a exposição e preen-

cher a lacuna de diálogo alimentada por anos de silêncio entre escola e cientistas da língua portuguesa.

Para tanto, as discussões se iniciam resgatando os pontos nevrálgicos das definições sobre gramaticalização, sobre os pressupostos teóricos que subjazem a esse tema e sobre os princípios que sustentam a teoria da mudança lingüística para, aos poucos, ir construindo um caminho para o tratamento pedagógico do tema. Essas discussões visam especialmente a uma aplicação no âmbito universitário, como suporte para a formação do *acadêmico-pesquisador* da área de Letras. Num segundo momento, as discussões se voltam para a prática de ensino de língua portuguesa no ensino médio, na tentativa de contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno.

2. A ESCOLA DO SÉCULO XXI E OS AVANÇOS DA CIÊNCIA CHAMADA *LINGÜÍSTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA*

Retomando os pontos mais relevantes para a abordagem metodológica do tema proposto, é necessário lembrar que os estudos sobre gramaticalização no ocidente têm suas bases em questionamentos feitos por pesquisadores de várias áreas na segunda metade do século XIX, mas alcançou seus maiores desenvolvimentos na interação entre cientistas da linguagem (sociolingüistas, formalistas, lingüistas históricos e funcionalistas num viés gramatical) e cientistas da cognição (vide capítulo 1).

O termo *gramaticalização* por si só denuncia que se trata de um processo dinâmico associado à gramática (na polissemia do termo: gramática da comunidade lingüística, compêndio gramatical, gramática interna). Comumente, ele é atrelado a rótulos como inovação, mudança, movimento, derivação, direção e rotinização. Esses aspectos serão tratados mais adiante.

Diferentemente do que fez a escola do século XX com o ensino de língua portuguesa em qualquer série, em que muito se lê, muito se exercita e pouco se identifica da atuação do indivíduo nessa mesma gramática (o ensino estático), com os desenvolvimentos mais recentes da ciência, especialmente em gramaticalização, torna-se necessária uma revisão de postura por parte de todos aqueles que lidam com língua e ensino.

É importante que a consciência sobre os movimentos lingüísticos — que não são caóticos, desordenados nem tampouco inapreensíveis — seja ampliada para que sejam respondidas perguntas simples, como: "De onde vêm as conjunções do português?", "como fazer o aluno compreender as motivações de um predicado verbo-nominal?", "por que a gramática não trata de objetos direto e indireto ocultos?"

Como lidar com as mudanças lingüísticas na sala de aula é o alvo deste capítulo.

A escola — incluindo aí também a faculdade e a universidade — do século XXI precisa refundar sua vocação para o ensino com base no pensamento crítico. Nesse sentido, a discussão sobre gramática deve deslocar o papel do falante, do escrevente, do redator, enfim, do usuário da língua, para um ponto de relevância, porque é ele a mola da dinâmica gramatical.

Retomando-se as palavras do francês Antoine Meillet (1912, 131) sobre o que é gramaticalização: "A passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical", observa-se que uma palavra autônoma, portanto plena em significação, passa a desempenhar a função de uma palavra gramatical, como ocorre com o uso da a palavra *igual* nos exemplos em (1).

(1) Os homens são todos *iguais*.
(2) Aqueles homens comem *igual* a um leão (comeria).

Em (1), *igual* é adjetivo, que qualifica o substantivo *homens*, e, como tal, manifesta flexão de número e estabelece relações de concordância com o substantivo. Em (2), assumindo a função de conjunção, *igual* passa a ligar duas orações e não admite flexão de número nem relação de concordância. É um adjetivo (palavra lexical plena) que também desenvolveu a função de conjunção (palavra gramatical). Como todos os movimentos na língua, processos semelhantes repetem-se em proporções diferentes com outros itens, podendo-se chegar, assim, ao reconhecimento de uma das possibilidades de direção de mudança lingüística: palavras de categorias lexicais plenas, tais como nomes, verbos e adjetivos, tornam-se categorias gramaticais, como são as preposições, advérbios e auxiliares.

Esse tipo de mudança implica alterações morfológicas (mudança de classe de palavras), semânticas (mudança de sentido) e sintáticas (mudança de contex-

tos e funções nas relações entre palavras). Por conseguinte, a *gramaticalização* não pode ser traduzida unicamente como mudança morfológica, mas, sim, como uma mudança global que afeta também a semântica e a sintaxe, podendo, em alguns casos, afetar até mesmo a fonologia (McMahon, 1996). Embora apresentem-se aqui dados de língua portuguesa, esse processo de mudança lingüística é universal, ou seja, ocorre em todas as línguas naturais.

O capítulo 1 mostrou que algumas palavras associam-se ao termo *gramaticalização* com maior freqüência. São elas *transformação, evolução* e *processo.*

Cada época, contudo, vai lidar com a *gramaticalização* de acordo com os questionamentos prioritários para os grupos de pesquisa em sintonia com os desenvolvimentos lingüísticos. Foi o caso, por exemplo, de Meillet, inserido num momento em que a diacronia (estudos históricos) era priorizada por seus pares[1]. Atualmente, no Brasil, os estudos lingüísticos passam por um momento de questionamento, após o grande *boom* dos estudos sincrônicos sobre língua falada em sincronia (estudos descritivos de momentos específicos), e a *gramaticalização* ressurge como alternativa, relacionando-se tanto com estudos sincrônicos, quanto diacrônicos, mas, especialmente, pancrônicos (descrições sincrônicas combinadas ao estudo da evolução histórica), por meio dos quais se lida com a fluidez entre categorias e estruturas.

Luft (1978), por exemplo, um gramático perspicaz, focaliza a mudança categorial numa visão bastante típica de uma abordagem centrada no sistema gramatical bipartido, marcado por uma seta. Ao postular a mudança *significação externa > significação interna*, o autor pretende assinalar a possibilidade de um mesmo item sofrer deslizamentos funcionais menores, que redundem em pequenas alterações semânticas, muito tênues e muitas vezes imperceptíveis ao falante comum.

No famoso dicionário de lingüística de Dubois et al. (1973), a *gramaticalização,* ainda associada à mudança unicamente diacrônica, vincula-se à gênese das línguas. Está assim expressa a idéia de que, em um período de tempo maior, as

1. Essa era também a perspectiva dos historicistas do século XIX (Bopp, Humboldt e Gabelentz), época em que a grande escola que abria caminhos de pesquisas no ocidente obedecia a uma orientação histórico-comparativa.

línguas alteram sua configuração, a ponto de se tornarem outra língua, a depender do lapso temporal, como, por exemplo, o que se constata na passagem do latim vulgar para o português. É, por assim dizer, uma perspectiva macro da gramaticalização, porque envolve um processo de gestação lingüística.

Na primeira metade do século XX, aqui no Brasil, Mattoso Câmara Jr. vislumbrou um fenômeno diacrônico de formação de palavras, manifestado sincronicamente nos casos de derivação imprópria[2], como *gramaticalização.* Seria uma derivação imprópria, para a tradição gramatical, a passagem de *feito* (particípio passado do verbo *fazer*) para conjunção (*o menino nada feito um peixe*), uma vez que os casos de derivação imprópria na gramática tradicional constituem exceção ao processamento normal e padrão?[3]

O grupo de alemães mais conhecido que lida atualmente com gramaticalização é constituído pelos professores Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991a,b), os quais sustentam que o conceito de *gramaticalização* é mais abrangente, pois pode, além de envolver um item ou estrutura lexical assumindo uma função gramatical, abarcar também os casos de um item já gramatical que assume funções mais gramaticais ainda. Com isso, mostram-se conscientes com respeito a movimentos, muitas vezes tão curtos, que não são reconhecidos em suas diferenças pelos usuários da língua, como ocorre com a palavra *tipo*, que segue exemplificada em (3) e (4).

(3) Carlos é mesmo um *tipo* muito especial.
(4) Luíza é um *tipo* de pessoa em quem se pode confiar.

Nesses dois exemplos, a palavra *tipo* classifica-se como substantivo. Qual é, contudo, a diferença entre esses dois usos? A primeira equivale a "pessoa" [+concreto], enquanto a segunda equivale a "espécie" [-concreto]. São mudanças gramaticais que podem ser explanadas à luz da teoria da gramaticalização e, na sala de aula, em seus movimentos sociolingüísticos.

2. O rótulo "derivação imprópria", empregado de forma típica na gramática tradicional como mudança de classe gramatical sem modificação na forma, revela uma concepção de uso extraordinário. Tal concepção reforçaria a oposição erro/acerto, rejeitada numa perspectiva lingüística. Outros rótulos mais neutros que alternam com aquele seriam conversão, habilitação, hipóstase (cf. comunicação pessoal com Sebastião C. Gonçalves).
3. Para Cunha & Cintra (1985, 104), a derivação imprópria, "a rigor, [...] não deve ser incluída entre os processos de formação de palavras (...), pois pertence à área da semântica, e não à da morfologia".

Para a apreensão desse movimento, a combinação dos vieses sincrônico e diacrônico oferece os melhores resultados. Recuar no tempo, mesmo que em lapsos temporais não tão distantes, pode favorecer a observação das abstratizações sofridas pelo termo/estrutura.

Como se pôde notar durante as discussões dos capítulos anteriores, ao se trabalhar com gramaticalização, em sua acepção mais ampla, quase numa mistura entre paradigma e processo, tem-se a liberdade de observar qualquer dos multissistemas em sua dinâmica concomitante de situação da fala, em que os princípios de ativação, desativação e reativação (Castilho, 2006) vão se revelando aos estudantes de uma forma bem tranqüila e didática. Um exemplo interessante é a trajetória dos pares correlativos *não só... mas também*, ou mesmo as conexões estabelecidas pelo conector temporal *quando*, casos tratados mais adiante.

O assunto é fascinante porque não aprisiona o aprendiz numa "gavetinha" de conhecimento específico, mas abre a toda e qualquer incursão possível que se apresente associada ao fenômeno investigado. É essa liberdade que tem desencadeado as mais novas perguntas na área da lingüística do português e muitos trabalhos sobre a mudança nas línguas. A transferência desse conhecimento em forma de ferramentas metodológicas para o ensino até o momento ainda não havia sido formalizada, daí a idéia dessa proposta.

Eis, então, o propósito deste capítulo, que oferece uma discussão alinhada com as descobertas científicas na área de língua portuguesa e, ao mesmo tempo, oferece uma ferramenta interessante para o professor que busca uma forma de aliar o ensino e a pesquisa como frentes pedagógicas na disciplina de língua portuguesa.

2.1. De bem com a gramática

A maioria das escolas tem virado as costas para a gramática da língua portuguesa já há algumas décadas, e os professores — ainda que insatisfeitos com a produção e desenvolvimento de seus alunos na disciplina de língua portuguesa — não têm tido forças suficientes (ou argumentos consistentes) para arriscar uma defesa de revisão de seu papel na escola.

A intenção aqui não é discutir os benefícios e malefícios da presença de um ensino reflexivo sobre a gramática da língua materna, mas auxiliar na reflexão de algumas inconsistências no ensino dessa disciplina e, em conseqüência, na formação de opinião acerca de alguns problemas sociais durante a escolarização. Um deles diz respeito ao silenciamento da massa crítica derivada do corpo docente (motivado pelo apostilamento de cursos e engessamento programático) e o outro se refere à desorientação do corpo discente (motivado pelas incompreensões e pela falta de sentido de muito do que se ensina na escola).

Quando se fala em gramaticalização, é natural que se pense que o sufixo *lização* assuma ali um caráter imperativo do estar-em-contínuo-movimento. Esse movimento ronda as pessoas e ronda as estruturas lingüísticas também. O movimento entre as pessoas pode ser fotografado numa simples observação das faixas etárias que convivem em determinado momento ou situação (são costumes, objetos e coisas, nomes e formas de falar distintos e típicos de gerações sucessivas — camadas de língua viva); o mesmo se dá com as gramáticas da língua portuguesa (são camadas gramaticais que não se compreendem totalmente, porque não interagem totalmente).

2.2. Revisita à orientação metodológica

É certo que as indagações do pesquisador determinam, em grande medida, os encaminhamentos metodológicos, mas um ponto de partida interessante é se permitir fazer perguntas sobre fatos e coisas estabelecidos e sacramentados. Se uma ponta de dúvida surgir, uma boa pergunta pelo menos poderá ser feita e é esse o *locus* da pesquisa científica e, no reverso da moeda, da preparação pedagógica. Em se tratando de gramaticalização e seu estudo, é bastante comum, num primeiro contato com a matéria, perguntas como as seguintes:

(i) quais são os mecanismos que favorecem os deslizamentos funcionais das palavras?
(ii) Quando os lingüistas tratam da unidirecionalidade, a que tipo de categoria se referem?
(iii) Haveria um gatilho social para a expansão de usos na comunidade de fala?

A tais perguntas subjazem tarefas bastante distintas que convergem para a compreensão da mudança lingüística, quais sejam:

(i) identificar todas as ocorrências do objeto investigado, agrupando-os simultaneamente por padrões funcionais e contexto de uso;
(ii) rastrear a etimologia e as acepções do termo registradas em dicionários contemporâneos;
(iii) identificar diacronicamente outras camadas de usos do item ou estrutura estudados;
(iv) confrontar a ordem de inserção na língua escrita com os usos registrados em dicionários e gramáticas;
(v) postular uma escala sincrônica de usos a partir da abstratização das acepções;
(vi) apreender a dinâmica social de usos.

As duas primeiras tarefas, pertinentes aos pressupostos teóricos da gramaticalização, remetem à situação interativa, à cena comunicativa e, em conseqüência, aos movimentos lingüísticos na comunidade de fala. Explicando: quando a mudança categorial é operada, um rearranjo paradigmático[4] é desencadeado e, nesse momento, nota-se a expansão de uso do elemento gramaticalizado. Para apreender essa expansão, a sociolingüística oferece métodos diversos, dois deles baseados no tempo de acompanhamento do informante (tempo real) e um deles baseado numa comparação de usos por falantes diferentes[5]:

(i) estudo em tempo real de longa duração, por meio do qual se acompanha linearmente o informante, observando seus movimentos sociais (redes sociais e contatos) e o reflexo disso para seus hábitos lingüísticos;
(ii) estudo em tempo real de curta duração (estudo painel), por meio do qual se fazem dois contatos com um mesmo informante em dois momentos distintos, invariavelmente distantes em aproximadamente 10 anos;
(iii) estudo do tipo tendência, por meio do qual se faz um primeiro contato com o informante e algum tempo depois se identifica um informante com as mesmas características do primeiro.

4. Hook (1988) rotula esse evento de 'paradigmatização', estágio mais tardio do processo de gramaticalização.
5. Há outro modo de lidar com o tempo passado, do qual não se tem gravações para o estudo. Esse método é baseado na teoria clássica do tempo aparente.

As implicações de cada escolha são grandes para os resultados a que se chegará. A melhor técnica dentre essas é aquela em que o pesquisador promove amostras de cada tipo para checar em que medida os pressupostos da teoria do tempo aparente correspondem à realidade dos fatos no Brasil, por exemplo. Do mesmo modo, o pesquisador teria como saber se, ao longo do tempo, a gramática de um mesmo indivíduo pode mudar (estudo de tipo painel) ou saber se está lidando com uma mudança em progresso ou apenas um movimento geracional.

Vê-se que o estudo e avaliação da incorporação/expansão de padrões funcionais pode ser favorecido pela combinação de métodos sociolingüísticos. Nesse sentido, o estudo de Lima-Hernandes (2006) mostrou que a expansão de formas inovadoras (e de comunicação social) depende, em grande medida, das relações interpessoais, muito mais do que da idade ou de escolaridade. Resultados de estudos como esse revelam os pontos cruciais para a atuação política e social. Ao mesmo tempo, fornecem pistas do que é necessário discutir com os alunos em sala de aula com relação à dinâmica gramatical.

Quanto à abrangência dos resultados, o método de estudo painel possibilita inferências atinentes à expansão de usos em cada indivíduo. Logo, seguindo esse modelo baseado na interpretação dos dados em tempo real, é possível avaliar como os indivíduos mudam ou não seus usos durante suas vidas. Um estudo desse tipo também favorece o reconhecimento da interpenetração entre modalidades de língua (falada e escrita).

Pertinentes à sociolingüística, mas também à gramaticalização, são as implicações dessa estabilidade/diminuição/aumento de usos, por pressupor o já citado rearranjo paradigmático. A esse respeito, Hopper (1991) discute a inserção de novos usos que irão conviver com formas antigas como a estratificação, uma propriedade para a identificação dos estágios iniciais do processo de gramaticalização, por meio do que se apreenderiam modos diferentes de o falante dizer o mesmo (vide capítulo 2). Assim sendo, a expressão *novas camadas* pode ser lida como *variantes lingüísticas*, no sentido empregado por Labov (1972).

Desse modo, o diálogo entre as variantes lingüísticas e os deslizamentos funcionais de palavras pode ser estreitado. Ilustram esse fato as seguintes sentenças, que podem ser agrupadas segundo a função sintático-semântica desempenhada pelas palavras *tipo*, *como*, *igual* e *feito*:

(5) a. A prova foi difícil *tipo* um exame de seleção.
b. A prova foi difícil *como* um exame de seleção.
c. A prova foi difícil *igual* a um exame de seleção.
d. A prova foi difícil *feito* um exame de seleção.

Em (5a), a palavra *tipo* é empregada como um conector recorrente no uso cotidiano dos jovens adolescentes em centros urbanos brasileiros. Em (5b), o conector *como* integra uma estrutura comparativa típica do português-padrão. Já, nos exemplos (5c) e (5d), as palavras *igual* e *feito* estabelecem a relação de comparação entre as orações num uso típico do dia-a-dia de pessoas de qualquer nível de escolaridade, sem grandes preocupações com a formalidade lingüística[6]. Alguns falantes os concebem como regionalismos.

Na perspectiva de Downes (1984), exemplos como esses são usos legítimos, por serem inteligíveis aos usuários da língua portuguesa. Dados contextuais podem determinar, contudo, o prestígio que cada uma dessas sentenças pode conferir ao uso/usuário. O processo comum na comunidade lingüística, segundo o autor, é partir de uma forma equivalente àquela que representa uma identidade nacional — por assumir uma função integrativa e um valor utilitário dentro da sociedade — e depreciar as estruturas que dessa divergem. Considerando-se o uso indicado pela norma-padrão da forma *como*, outras formas de mesmo valor podem ser depreciadas e até estigmatizados se vinculadas a grupos restritos.

2.3. Para que serve o *corpus*?

Inicialmente, é relevante enfatizar que não se podem apreender deslizamentos funcionais ou, em outros termos, mudança em andamento na língua sem o real contato com a produção lingüística de falantes de épocas distintas, a depender das restrições derivadas de objeto, de movimentos lingüísticos e geográficos. O sistema abre o leque das possibilidades, mas somente a realidade dos fatos produzidos pode gerar uma série de fotografias instantâneas de sua dinamicidade.

6. Essas formas, no meio acadêmico, são marcadas e carregam o estigma. Consultados professores de português sobre a inclusão desses termos na gramática normativa, as respostas mostram-se reticentes. Os qualificativos por meio do que se caracterizavam, nas respostas, esses usos eram *regional* e *popular*. Os questionários escritos distribuídos foram 100% indevolutos pela categoria profissional de professores. Optou-se, posteriormente, pela consulta informal.

Uma das perguntas que comumente se fazem a respeito do trabalho com gramaticalização diz respeito à necessidade de, inicialmente, se constituir um *corpus* motivado pelas perguntas que se fazem sobre o objeto a ser investigado. Essa deve ser a preocupação do professor-pesquisador em todo momento, pois a adequação do material de onde sairão as ocorrências para análise é uma fórmula que se aprende por meio de ensaios ou estudos-piloto. Em outras palavras, toda e qualquer análise se inicia mesmo com outra análise ainda menor em extensão de *corpus* e de dados. Não se pode prever para alguns fenômenos a motivação de gramaticalização de um item ou estrutura, pois parte da resposta para seu deslizamento funcional já está embutida no tipo de amostra que se deve buscar.

Um exemplo interessante disso é o que tem mostrado o estudo sobre o deslizamento funcional do verbo *buscar* no português (Barroso, 2006), de advérbios (Vicente, 2006; Spaziani, 2006) ou, ainda, de estruturas imperativas (Sartin & Lima-Hernandes, 2006). Barroso (2006) tem estudado o desenvolvimento de um item verbal com configuração sintática de quase-auxiliar a partir do item *buscar*, verbo pleno que envolve primitivamente o deslocamento de algo no espaço físico. Em seu levantamento de dados, o autor evidenciou que o uso inovador assume maior recorrência em textos acadêmicos, especialmente em suas partes introdutórias e conclusivas, seja de seções menores, de capítulos, ou de macrotextos, identificados aleatoriamente por meio do mecanismo de busca Google, na internet:

(6) *Buscamos* palestrantes ...consultores ... (num *site* sobre empregos).
(7) Este roteiro *busca* apresentar alguns espaços do edifício CCSP (no *site* do Centro Cultural São Paulo).

Note-se que a recorrência de 1ª pessoa do plural associa-se com a busca, sem deslocamento físico, de objetos e agentes, podendo a forma ser parafraseada por *procuramos*, e o exemplo (7), comumente apresentado por um argumento interno não-humano evidencia um propósito numa estrutura perifrástica de V1 (verbo na forma finita) + V2 (verbo na forma não-finita), o que permite a reanálise de V1 como verbo quase-auxiliar. Sabendo-se que sujeitos não-humanos associados a estruturas de propósito são encontrados em textos dissertativos de cunho acadêmico, pode-se, posteriormente, construir uma amostra que favoreça a análise de dados mais produtivos e variados em seus usos.

Vicente (2006) e Spaziani (2006), por sua vez, se detêm na trajetória assumida pelos chamados advérbios do português. Mostram que os advérbios *ao+ final* e *fora* têm empreendido uma trajetória em direção a um operador argumentativo (de conclusão e de exceção, respectivamente) com produtividade marcada em determinadas variedades do português. Decorre desses estudos a identificação das seguintes rotas de gramaticalização no português: *localização espacial* > *conclusão* e *locativo* > *exclusão*.

Sartin & Lima-Hernandes (2006), com a finalidade de identificar as rotas de gramaticalização de estruturas imperativas, iniciam a empreitada pelo rastreamento de verbos de natureza semântica volitiva, motivadas pela idéia de que a volição é fonte de estruturas que manifestam a vontade necessária para se realizar algo ou fazer realizar algo. Está por trás desse encaminhamento o mecanismo de transformação gramatical rotulado por Bybee et al. (1994) de extensão metafórica, que nomeia o processo de deslizamento funcional de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato (*volição* > *imperativo*), ao mesmo tempo em que preserva traços de estrutura original (oração subordinada substantiva com sujeitos não-idênticos). Partem, então, para a identificação de amostras que poderiam obter um alto índice freqüencial de estruturas desse tipo e chegam à conclusão de que os *blogs* constituiriam o alvo primário de sua investigação, já que nesse *locus* teriam um escrevente normalmente codificado pela 1ª pessoa em relatos do momento passado, mas também em suas realizações, desejos e aspirações como resposta aos impasses do dia-a-dia.

Nem todo objeto de estudo sofre, contudo, restrição quanto ao tipo de *corpus* e pode ser explorado de uma forma mais simples em sala de aula. É o que ocorre com o verbo *achar* em sua trajetória de pleno a epistêmico (Casseb-Galvão, 1999), também com o verbo *parecer* em rota similar (Gonçalves, 2003) e, ainda, com o verbo *esperar* (Santos, 2006), que desliza de *tempo* > *locativo* > *volitivo*, chegando em algumas situações específicas, determinadas pelo contexto discursivo-pragmático, a codificar um imperativo (conselho, ordem). Ocorrências exemplificativas desses usos seguem em (8).

(8) a. ...*acho* que o assassino está à margem da história... (*site* do Uol).
b. ...porque sempre *achei* o sol de sábado mais claro... (*site* de respostas Yahoo).
c. ...veja com quem você se *parece*... (*site* do forum Valinor).

d. ...*parece* que brasileiro só compra carro pequeno... (*site* sobre automotivos).
e. ....*espero* o melhor do terceiro filme do Homem Aranha... (*site* sobre cinema Yahoo).
f. *Espero* que no próximo milênio todos se conscientizem disso e busquem o melhor (redação de vestibular – 2006).

É clara a movimentação no sistema lingüístico, e essa convivência de funções distintas pode ser explorada pelo professor-pesquisador como um indício de que camadas sociolingüísticas convivem e que camadas mais antigas, se produtivas, terão continuidade em sua rota de gramaticalização na fala do segmento mais jovem. Reconhecer as restrições sintático-semânticas e pragmáticas de cada camada é um exercício interessante a ser feito.

Fenômeno similarmente mais livre quanto ao tipo de *corpus* é a negação no português. Estudos mostram que o desenvolvimento de itens e estruturas no português, como em diversas línguas, evidencia que a presença de uma partícula negativa pode desencadear um jogo de prevalência da polaridade negativa sobre a positiva. Provavelmente devido à alta recorrência desses usos, a negação é incorporada à estrutura de polaridade positiva desencadeando um novo uso, como mostrou Lima-Hernandes (2006). Por esse trabalho, pode-se alertar o estudante-pesquisador de que nem sempre o *corpus* sincrônico apresenta a totalidade do movimento lingüístico. Daí a sugestão de uma combinação de amostras sincrônicas e diacrônicas. A autora mostra que nem sempre se pode explicar a sintaxe da negação de modo global, posto que itens sofrem pressões distintas a depender não apenas de sua funcionalidade sincrônica, mas também de sua trajetória etimológica.

Algumas rotas de gramaticalização da negação no português foram identificadas pela autora, que baseou sua explicação em processos de metonímia muito comuns no movimento gramatical da língua. Algumas das rotas identificadas foram a indefinitude, como vemos em (9) e (10), a base temporal ou aspectual ligada à noção de adição, como em (11), negação de foco gerando inclusão, como em (12), a aproximação de condição à volição, gerando exclusão, como em (13).

(9) E mãdo que o que eu der d'aquesta mãda en mia uida que *no'no* busque *nengũ* de pos mia morte (demanda – século XV).

(10) ...e suas vergonhas tam nuas ecom tamta jnoçemçia descubertas que *nõ* avia hy *nhũũa* vergonha (Caminha – século XVI).

(11) ...outros pedindo varias couzas superfluas para eles, e suas familias, outros que nunca *ja mais* se acomodavaõ nem estavaõ satisfeitos, outros pedindo licença para se auzentarem. As mulheres que nunca *ja mais* saõ boas de contentar, huãs com dores de barriga, outras pejadas, e na hora do parto, por estes motivos... (diário – século XVIII).

(12) ...porque nós temos condições de mostrar prá ele muito doente que é o importante porque medicina você sabe que é prática *não é só* teoria... então a aula prática é muito mais interessante do que a aula teórica (NURC/SSA - século XX).

(13) Oh! que sine-cura! He director das escolas da provincia do Rio de Janeiro, ou cousa que o valha, e ouvi dizer que Sua Senhoria trata tanto de resto as suas obrigações, que *nem se quer* dá ao trabalho de responder às communicações que lhe são dirigidas em officios. E que virão os nobres Doutores Redactores. O tira teimas (carta de jornal – século XIX).

A contribuição metodológica desse trabalho diz respeito aos cuidados que se deve ter com o recorte estabelecido. Ao que parece, o foco de busca deve ser muito mais o efeito causado do que propriamente o item lexical. De época para época, os movimentos da língua podem gerar estruturas 'cansadas' e desgastadas, que precisam num momento seguinte receber o reforço. Nem sempre esse reforço ou deslocamento se opera com o mesmo tipo de item. Nessa direção, vão as conclusões de Lima-Hernandes & Galvão (2006) com relação à polaridade interna e externa dos itens na língua portuguesa.

Com toda a exposição precedente, não se pretende afirmar que a cada trabalho ou cada grupo deva ter o seu *corpus* de estudo. Nem sempre isso é possível. É possível e interessante, contudo, que os professores tenham acesso às informações sobre onde encontrar amostras interessantes e utilizá-las com seus alunos.

Antes, porém, cabe distinguir amostra e *corpus*. Chama-se *corpus* à totalidade do material reunido para a investigação científica ou o estudo que se pretende realizar. *Amostras* são parcelas que constituem esse *corpus*. Uma ilustração de composição de *corpus* a partir de amostras seria a recolha de 10 laudas de edições semidiplomáticas (controlados os espaçamentos e tamanho de letra)

de documentos oficiais dos séculos XIX e XX. Haveria então duas amostras de modalidade escrita compondo um *corpus* de 20 laudas. Nesse *corpus*, o pesquisador irá rastrear todos os usos de seu objeto de interesse.

Nada impede que o professor seja prático e peça a seus alunos que recolham amostras de modalidade escrita na própria internet, desde que oriente as características que eles devem observar para essa composição. É um bom momento para o professor trabalhar a noção de gênero textual e graus de formalidade. O mesmo exercício pode ser empreendido para as amostras de língua falada. Existem *corpora* prontinhos para pesquisa disponibilizados via internet. Eles podem ser utilizados na íntegra ou na composição de amostras.

Há muitos materiais disponíveis para se ensinar a pesquisar ou mesmo para se aprender a identificar usos inovadores. Há o *site* da Fuvest, que disponibiliza provas de vestibular da Universidade de São Paulo, onde se pode acessar uma variedade de redações digitalizadas de alunos aprovados na segunda fase, ano a ano. Há ainda o projeto Tycho Brahe, coordenado por Charlotte Galves (Unicamp), que reúne uma amostra de textos representativos da história do português[7]. Há também o do PEUL e do NURC, incluídos no *site* da UFRJ, pioneiramente. Nesses dois últimos, encontram-se os mesmos falantes da amostra do primeiro contato. Para tanto, à época do segundo contato (década de 1990), de posse das fichas com informação sobre os informantes do primeiro contato (décadas de 1970 e 1980), empreenderam novas gravações de entrevistas. Todas as etapas do processamento do primeiro contato foram cuidadosamente reproduzidas, desde a composição das fichas, com roteiro similar, até o próprio experimento lingüístico.

Basta um breve levantamento dos informantes do PEUL, por exemplo, para notar que, ainda que sejam os mesmos falantes, 50% deles tiveram progressão escolar. O intervalo médio para o recontato foi de 17 anos, e estiveram ali representadas todas as faixas etárias estabelecidas *a priori* pelos pesquisadores do PEUL. Sempre há problemas em se tratando de língua falada. Por exem-

7. Consulte também www.unesp.cdp.ibilce.unesp.br, para a obtenção de um *corpus* diacrônico do português, e www.iboruna.ibilce.unesp.br, para a obtenção de amostras de fala do português falado no interior paulista. Ambos os projetos, desenvolvidos na Unesp de São José do Rio Preto, foram financiados pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

plo, no PEUL, na segunda amostra, há um desequilíbrio de distribuição quanto ao sexo do informante, uma vez que 68,7% dos informantes recontatados são do sexo feminino. Além disso, o fato de a segunda amostra não ser aleatória impede todo tipo de generalização.

É bastante comum a indicação dos fatores *escolaridade* e *idade* para explicar a incorporação de usos inovadores feitos pelos falantes. Espera-se que os mais escolarizados dominem mais apropriadamente a norma culta e evitem inovações ainda não integrantes de dicionários; da mesma forma, tem-se a idéia de que padrões funcionais inovadores pouco aceitos pela comunidade lingüística adulta são empregados por grupos fechados como forma de 'contestação', daí a vinculação à faixa etária mais rebelde, a adolescência.

Lima-Hernandes (2006), no entanto, mostra que essas correlações não são totalmente válidas, ainda que, em alguns casos, seja possível afirmar que, quanto maior a progressão escolar do informante, maior o leque de funções observadas para os itens analisados. Argumenta-se a favor da extensão dos contatos sociais como recurso para promover ou facilitar a incorporação de usos inovadores pelos falantes. Assim, a integração em várias malhas sociais é discutida como fator relevante para explicar a expansão funcional[8] e, conseqüentemente, as rotas de mudança lingüística.

Parece que a integração social do indivíduo pode representar importante papel na transmissão dos usos inovadores. Em contrapartida, o isolamento dos indivíduos ou a ocorrência de muitos e duradouros movimentos geográficos também podem gerar conseqüências à comunicação espontânea. A ruptura no processo de incorporação dos deslizamentos funcionais das palavras, pela movimentação natural para fora de uma comunidade, pode ser uma dessas conseqüências.

A seguir, encontra-se um quadro que resume as informações sobre as amostras do primeiro contato (Amostra 80) e do segundo contato (Amostra 00) com esses falantes cariocas[9]:

8. *Expansão de padrões funcionais* refere-se à adesão de novos empregos/valores de uma palavra pelo informante. Emprega-se o termo *padrões funcionais* como sinônimo de *usos, valores, funções, empregos, types*.

9. Para uma categorização pormenorizada dos informantes do PEUL, pode-se consultar Oliveira Silva & Scherre (1996) e Paiva (1999).

Perfil social		Amostra 80			Intervalo de tempo	Amostra 00	
Inform.	Sexo	Data	idade	escol.		idade	escol
E59	F	1983	9	fund1	16	25	médio
A57	F	1983	10	fund1	16	26	fund2
A63	F	1983	12	fund2	16	28	univ.
F23	F	1981	15	médio	18	33	mag.
S39	F	1981	15	médio	18	33	univ.
J06	F	1982	18	fund1	17	35	fund1
L38	M	1981	18	médio	18	36	univ.
L04	F	1981	25	fund1	18	43	fund1
D42	M	1980	31	médio	17	48	médio
J26	M	1983	32	fund2	16	48	fund2
E43	F	1982	42	médio	17	59	médio
M48	F	1981	52	médio	18	70	médio
J03	M	1981	56	fund1	18	74	fund1
N36	F	1982	57	fund2	17	74	fund2

Quadro 1: Informantes do Projeto PEUL – contato e recontato.
Fonte: PEUL/UFRJ

De posse dos dados, o pesquisador deve proceder ao levantamento das ocorrências em que o item estudado aparece, utilizando como base de dados somente as amostras pertinentes aos 16 informantes recontatados. Por meio dessa análise, deve-se avaliar a expansão/estabilidade de usos na conversa dos indivíduos de uma comunidade lingüística.

No Projeto NURC, encontram-se alguns dados similares. Veja-se que, no Projeto "Norma Urbana Culta da cidade do Rio de Janeiro", também sediado na UFRJ, todos os informantes possuem o curso universitário desde o primeiro contato. Se há progressão na formação, certamente essa se traduz na busca de especializações e de titulações necessárias à vida profissional e acadêmica. Trata-se de 11 informantes — 6 mulheres e 5 homens. Esses foram entrevistados em dois momentos/contatos (década de 1970 e década de 1990), distribuídos da seguinte maneira:

Corpus comparativo 70-90	Amostra Contato Década de 70		Amostra Recontato Década de 90	
Faixa etária/Sexo	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
1 (de 25 a 35 anos)	133 011	096 164		
2 (de 36 a 55 anos)	002 140	052 233	133r 011r	096r 164r
3 (de 56 a 73 anos)	373 347	071	002r 140r	052r 233r
4 (de 74 a 80 anos)			373r 347r	071r

Quadro 2: Informantes do Projeto NURC/RJ– contato e recontato.
Fonte: NURC/RJ[10]

2.4. Como selecionar os dados e perceber diferenças sutis?

A avaliação, especialmente nos domínios acadêmicos, faz com que o aluno vivencie uma situação de tensão pela exigência do conhecimento acumulado sobre determinado conteúdo programático e, ao mesmo tempo, pela exigência de uma redação mais cuidada, que reflita a incorporação da norma culta. Em avaliações de língua portuguesa, no que tange às modalidades de textos escritos, três são os aspectos primariamente observados no desempenho dos alunos: domínio do gênero textual, expressão do conhecimento temático e manifestação do conhecimento lingüístico. Espera-se, especialmente, que as redações possam demonstrar uma seleção mais consciente dos itens lexicais/estruturas lingüísticas, de modo que a norma culta esteja refletida nessas produções.

Não causa espanto a adultos em geral a afirmação de que *tipo* é gíria falada por adolescentes de várias classes sociais. Tratar, contudo, desse assunto com os próprios adolescentes torna-se uma situação complicada: eles empregam o termo de forma mais ou menos recorrente, mas não sabem explicar exatamente os motivos[11].

10. Os números que preenchem as colunas "Amostra contato" e "Amostra recontato" referem-se ao código do informante adotado na organização do *corpus*.
11. Muitos adolescentes, quando questionados, preferem negar que utilizam *tipo*, mesmo empregando-o como recurso para dar essa resposta.

Não é difícil constatar que esse comportamento por parte dos adolescentes e dos mais velhos tem um fundo de verdade. Basta que se olhe em volta: a mídia, a revista, o bate-papo dos jovens, as novelas, todo o universo parece marcar alguns padrões inovadores de *tipo*. Porém muito do que se diz a respeito desses usos pode estar, na verdade, fundado em mitos e comportamentos lingüísticos estereotipados.

Cabe ao pesquisador observar se em variadas amostras ocorrem os usos do item estudado. Não se deve desprezar nenhum dado, pois, como os deslizamentos funcionais muitas vezes são tênues, corre-se o risco de se elidir exatamente um dado que explicaria a passagem de um estágio a outro da mudança, o *elo perdido*.

Usos lingüísticos similares de *tipo* são encontrados em revistas, como a *Veja*, ou mesmo em crônicas em jornais de grande circulação na cidade de São Paulo, como atestam as ocorrências (14) a (17).

(14) ... a atriz Gabriela Duarte resolveu viajar para longe com o namorado, o fotógrafo Jairo Goldflus. Nada de roteiro clássico, *tipo* assim Ilha de Caras. Eles escolheram Vietnã, Laos, Camboja e Tailândia (*Revista Veja*, mar.2003).

(15) Caras que vivem de música, gravando e fazendo shows, parecem passar pela vida sem os dramas comuns, *tipo* vestibular. Mas nem diga isso a Dinho Ouro Preto, vocalista do Capital Inicial (Caderno Vestibular, *O Estado de S.Paulo*, out.2004).

(16) ...e resolveu arrumar um encontro entre os dois. A idéia era juntar a família dele e a dela numa festinha *tipo* relembrar os velhos tempos (reportagem de capa, *Revista Época*, jun.2004).

(17) A ética na cirurgia plástica acaba de ganhar uma rejuvenescida. (...) Corte na cirurgia plástica — Novas normas proíbem o anúncio *tipo* antes-e-depois (*Revista Veja*, abr.2003).

As ocorrências (14) e (15) permitem a interpretação do valor exemplificativo, num uso tipicamente preposicional; em (16) e (17), *tipo* tem uma função classificadora, numa apresentação formal um pouco diferente. Não incluem o sintagma preposicional esperado após o sintagma nominal que inclui a palavra *tipo*, como, por exemplo, em (18). Isso se deve a regras pragmáticas que impedem estruturas, como a apresentada em (19), em que a repetição se apresenta.

(19) ... Novas normas proíbem o **anúncio** do *tipo* de **anúncio** antes-e-depois.
(19) ... Novas normas proíbem o *tipo* de anúncio antes-e-depois.

Do ponto de vista dos falantes, esses usos podem não causar estranhamento algum, porque nem sempre implicam mudança categorial. Do ponto de vista do lingüista, entretanto, enxergar inovações pressupõe a prévia e minuciosa tarefa de observação também das *elisões*[12] superficiais que podem sinalizar alterações funcionais menos evidentes[13]. Qualquer tentativa de explicação em termos de 'erros' ou 'esquecimentos' deve ser recusada.

A ausência de alguns traços constitui-se, assim, indício de deslizamento funcional. Chama-se a atenção para o fato de que a recorrência de usos inovadores também não pode ser explicada em termos de modalidade e/ou estilo específicos. Tais ocorrências são observáveis também em textos com alto grau de formalidade. A título de ilustração, observem-se as funções de *tipo* extraídas de artigos científicos e de dissertação de mestrado.

(20) Em vez de uma resposta objetiva, *tipo* "inflação", tem início um longo trecho argumentativo em que o locutor (...) resolve desenvolver uma análise... (artigo científico, Callou, 1996).

(21) ...com verbos de movimento, precedido ou não de preposição (*tipo* "viemos ver")... (artigo científico, Ilari, 1992).

(22) ...pode-se dizer que o sujeito dos verbos inacusativos, *tipo* nascer, morrer, chegar, exprime um papel semântico típico do objeto direto... (artigo científico, Ribeiro, 1996).

(23) Com os verbos não-ergativos, *tipo* trabalhar, chorar, sorrir, o sujeito é o agente da ação verbal (artigo científico, Ribeiro, 1996).

(24) A variedade de emprego de uma conjunção *tipo* — como — que, além de comparativa, ocorre na causal e na conformativa, não é passível de explicação pelo critério sintático (dissertação de mestrado, Salles, 1979).

12. O termo *elisão* aqui é empregado com o sentido de ausência de elementos esperados na cadeia sintagmática.
13. Refere-se aqui à alteração de traços semânticos, sintáticos e até mesmo pragmáticos. O simples fato de uma seqüência não mais exigir um SN com traço [+animado], [+humano] e [+concreto] pode ser indício de deslizamentos funcionais em desenvolvimento.

Nesses exemplos, observa-se o item *tipo* em deslizamentos categoriais a partir do item-fonte, em textos voltados para um público mais especializado, professores e pesquisadores da área de lingüística. Usos como esses nem sempre são percebidos como inovadores pelos usuários da língua, contudo a inovação é evidente já que *tipo*, em determinado contexto, funciona como preposição introdutora de exemplos.

Talvez esses valores inovadores de *tipo* sejam mais ou menos perceptíveis em decorrência de quem os emprega. Nesse sentido, *tipo-delimitador aproximativo* ou *tipo-preposição exemplificativa*, dentre outros, seriam vistos como não-inovadores em textos de revistas ou mesmo em textos mais formais. A hipótese de que eles não são inovadores pode ser afetada, do ponto de vista do professor de língua, se essas mesmas noções forem surpreendidas em textos escritos por escolares.

Na comunicação entre jovens, esses usos podem ser incluídos como marca de informalidade e de identidade entre os falantes. Essa justificativa seria aplicável, dentre outros casos de comunicação escrita informal, às produções escritas mediadas pelo computador. Observe a ocorrência seguinte, em que dois falantes, alunos de curso superior, utilizam a comunicação simultânea, via internet[14].

(25) F. 22:53: eu to pensando em fazer algo com textos bons ...analizes de fatos historicos, discussões de assuntos de atualidade, *tipo* um fórum, *tipo* chamando algumas pessoas que tem opiniões interessantes... fazer discussões de alguns assuntos. tem coisa melhor do que discutir?

D. 22:53: mas pode ter música, também, e arte no geral?

D. 22:58: Perfeito! mas pode ter música, também, e arte no geral?

F. 22:59: pode ter de tudo... tem que ter uma base de informações para os visitantes... *tipo* historia, geografia, humanidades em geral.

Pode-se argumentar sobre a mistura de modalidades de língua, sobre a predominância de traços de oralidade[15], normalmente recorrente na comunicação

14. Como *corpus* de controle, para verificar os usos de *tipo* na escrita virtual, foram consultadas amostras de 130 monografias, elaboradas como instrumento de avaliação por alunos do 2º semestre de Letras da disciplina Introdução aos Estudos de Língua Portuguesa II, em que foi analisada a linguagem virtual de ICQs. Nesses materiais, foram investigadas estratégias conversacionais a partir de salas virtuais por idade (os usuários tinham entre 15 e 20 anos). A recorrência de *tipo* mostrou-se bastante acentuada. Na ocorrência, há dois universitários, na faixa de 20 anos, em conversa ICQ.
15. O traço de oralidade mais proeminente é a quase-simultaneidade, propriedade da fala que se observa nessa escrita da internet.

pela internet. De fato, é um canal *sui generis* para se observar a presença de traços de oralidade na escrita, mas talvez seja também o meio mais sintonizado com as novidades da fala juvenil.

E se o objetivo da mídia é cativar esse público, a primeira atitude é conversar com esse grupo, é aproximar-se lingüisticamente, apropriando-se de suas marcas em situações variadas: adaptação de traduções ou mesmo dublagens de seriados e filmes destinados a esse público. Foi o que se presenciou durante a audiência de episódios dos seriados *Um maluco no pedaço* e *Meninas-veneno*, veiculados no início dos anos 2000 em uma grande emissora de TV. Importados dos Estados Unidos e dublados num português supostamente adolescente, esses programas televisivos buscavam a adequação sociocultural e, em conseqüência, lingüística de suas personagens. A título de ilustração, observe algumas ocorrências de *tipo* na fala de personagens do programa.

(26) ...eles perguntam *tipo* o que nesses lugares? (personagem adolescente de *Um maluco no pedaço* – 2001).

(27) ...eu ganhei quatro quilos e *tipo assim* eu comia direto (personagem de 17 anos, *Meninas-veneno* – 2001).

São casos em que *tipo* não mais integra o núcleo de um sintagma verbal: no primeiro, *tipo* faz pensar numa interpretação próxima a "semelhante", que, na realidade, não se encaixa perfeitamente, embora a compreensão da informação e da intenção do falante não seja prejudicada; no segundo, *tipo* desempenha função discursiva de marcador conversacional. Não se esgota nessas considerações o que se pode depreender desses empregos; afinal de contas, *tipo* também evoca aspectos sociais atinentes ao falante e à situação de fala.

Em relação aos usos de *tipo*, cabe indagar se a incorporação dos usos inovadores não seria muito mais uma questão de atitude lingüística. Nesse sentido, se os contatos se intensificam com pessoas que empregam *tipo*-discursivo e se a empatia envolver esses laços, então a incorporação de tais padrões funcionais poderia ser facilitada. O desejo de aproximação seria motivação suficiente para a incorporação de usos inovadores, que antes poderiam ser marcas individuais. As evidências que sustentam essa hipótese baseiam-se, dentre outros fatos, na observação da linguagem falada por pessoas ligadas a esportes mais radicais, como em (28) — invariavelmente praticados por pessoas mais jovens — e também na observação dos empregos de *tipo* por professores de adolescentes, como em (29).

(28) a. ...eles ouviram falar da estação da Lapa e gostavam de dançar...então é *tipo assim*...ele vai falando pro outro (professor de dança da Estação de Deficientes, aproximadamente 35 anos, em entrevista).

b. eu tô aqui *tipo assim*... batalhando...( )...é barra... barra... barra... ah *tipo* assim... a gente fica duas horas sentado...é difícil (participante do programa *No Limite*, aproximadamente 25 anos).

(29) ...denotação seria sentido real...*tipo* "estou com dor de cabeça" (professor de língua portuguesa da rede oficial de ensino).

Ao que parece, nesse início do século XXI, *tipo* tem sido amplamente usado pelas pessoas e o estigma de gíria tem sido, mais propriamente, associado à expressão *tipo assim*, que é mais recente, mais presa à conversação e menos ambígua. Essas características lhe conferem maior saliência social: *tipo assim* é considerada expressão de uso não-marcado de (pré) adolescentes.

Processos de gramaticalização são peça-chave para que agentes envolvidos no processo de formação de divulgadores de conhecimento lingüístico reconheçam movimentações categoriais importantes na constituição do sistema lingüístico do português. E, nessa direção vão também as reflexões contidas na seção final deste livro, verticalizadas para a prática de ensino de língua portuguesa no nível médio.

3. GRAMATICALIZAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

Uma premissa sustenta o estudo da multiplicidade funcional das expressões lingüísticas: há outras funções humanas superiores envolvidas no uso comunicativo de uma língua além da mera função lingüística (Dik, 1997). Num sentido amplo, *função* diz respeito ao papel da linguagem na vida dos indivíduos; há uma idéia de universalidade e variabilidade (Neves, 1997). E a concepção de língua envolvida é a de atividade social, que não existe por si mesma, mas em virtude do uso para fim de interação entre os seres humanos. Assim, as estruturas lingüísticas expressam funções, e cada função é um diferente modo de significação. Logo, a organização interna das línguas é funcional, a organização sistêmica é função das necessidades comunicativas, e a língua (e a gramática, a sintaxe) não pode ser ensinada como um sistema autônomo, não-dinâmico, como se tem

observado ao longo da história do ensino de língua portuguesa no Brasil, que vem privilegiando a tradição gramatical normativa, uma visão estática da língua.

Há, entre outros, o consenso entre os estudiosos da relação ensino-aprendizagem de língua materna (Neves, 1991, 2001; Travaglia, 2003) de que a falta de um conhecimento teórico-lingüístico, e mais, de que a aplicação desse conhecimento a partir de uma metalinguagem adequada tem sido uma das principais dificuldades para que o professor de língua portuguesa atinja o seu principal objetivo, a saber, o desenvolvimento da capacidade comunicativa do aluno via estratégias de usos eficientes da língua escrita e da oralidade.

Um dos recursos didático-metodológicos fundamentais, se não for o mais utilizado (Neves, 1991; Rauber, 2005) para a prática de ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras é o livro didático, um subtipo de manual de língua portuguesa adaptado à proposta curricular nacional de ensino. Em relação ao ensino médio, por exemplo, essa prática ganhou mais incentivo com o advento do PNLEM – Plano Nacional para o Livro Didático do Ensino Médio, programa do MEC que, dentre outras medidas, propõe a distribuição gratuita de livros didáticos e de manuais de gramática da língua portuguesa para todos os estudantes de escolas públicas do ensino médio.

É sabido que há uma comissão que avalia os possíveis livros a serem adquiridos pelo MEC para distribuição nacional. Segundo os documentos, mesmo seguindo as orientações dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e, provavelmente, em virtude da realidade escolar atual e do reconhecimento da importância na formação do aluno, a comissão de avaliação aceita, quanto aos aspectos conceituais aqueles veiculados pela gramática normativa tradicional, que não é um modelo de análise lingüística, mas um conjunto de norma reguladora do uso-padrão da língua escrita, embora em seções de caráter mais textual também adote outras perspectivas. É o que se depreende da resenha de um dos livros distribuídos pelo MEC: *Os conhecimentos lingüísticos são sistematizados em capítulos nos quais a referência teórica é ora a gramática tradicional, ora a lingüística do texto e do discurso (*C357c, 59*)*.

Os PCN para o Ensino Médio, ao tratarem das habilidades em língua portuguesa, demonstram clara inspiração em abordagens teóricas para a análise lingüística num viés discursivo, funcionalista. *A comunicação deve ser entendida como um processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente* (PCN, 2002, 136).

Esse desequilíbrio entre os pressupostos orientadores do ensino (PCN) e o próprio material didático distribuído pelo MEC reflete a situação atual, a transição pela qual passa o ensino de língua portuguesa no Brasil: busca reconhecer o verdadeiro papel dos conhecimentos gramaticais normativos a serviço das práticas discursivas diversas a que o usuário da língua é solicitado.

Um ensino de língua portuguesa que visa ao desenvolvimento da competência comunicativa deve incluir, de forma equilibrada e uniforme, um duplo direcionamento: a partir da forma para a função e da função para a forma, direcionamento especialmente visível em estudos de gramaticalização, os quais revelam que a língua é funcional e também dinâmica, a despeito da instabilidade entre estrutura e função. O trato inadequado das idiossincrasias torna a gramática da língua, aos olhos dos estudantes, caótica.

Há uma funcionalidade externa à língua, relacionada à necessidade social, ao propósito comunicativo, e uma funcionalidade interna à língua, relacionada à necessidade sistêmica (Dik, 1997). Os processos de gramaticalização atestam essa instabilidade, ao evidenciarem alterações nos diferentes níveis de organização lingüística que levam à mudança no estatuto lexical ou menos gramatical de um item/construção para um domínio gramatical ou mais gramatical ainda: a dimensão textual-interativa explicita reanálises fonético/fonológicas, morfossintáticas e semânticas, como bem mostraram os capítulos anteriores deste livro.

Outros casos de gramaticalização no português contemporâneo falado e escrito no Brasil envolvem, por exemplo, as formas *achar* e *parecer*, que desenvolveram usos integrantes do paradigma modal epistêmico no PB[16] (Casseb-Galvão, 1999; Gonçalves, 2003).

Os verbos *achar* e *parecer* revelam-se elementos de expressão da subjetividade, de ancoragem da enunciação, pois projetam o enunciado para um mundo de possibilidades, o mundo *irrealis*, e, por isso, são mais gramaticais. Seu compor-

16. Outros membros desse paradigma são *crer*, *acreditar*, *imaginar*, *pensar* etc. Casseb-Galvão (1999) investigou dados do português falado nos *corpora* NURC/SP e RONDON/PA; Gonçalves (2003) investigou dados do NURC/RJ e do PEUL.

tamento evidencia sua natureza: ambos os verbos em seus usos mais gramaticalizados não constituem predicados, não são o centro da organização oracional predicativa. Esses usos, por outro lado, se desenvolveram provavelmente a partir de itens lexicais, verbos plenos, de natureza lexical, como os que seguem exemplificados em (29) e (32). Nesse deslizamento funcional, desenvolveram os usos mais abstratizados, gramaticalizados como modalizadores, conforme explicitado nas ocorrências (31) e (33) a seguir.

(30) Valdinei é o meu mais velho...Valdinei num tá estudando tá trabalhando...quero vê si *acho* uma vaga...vai voltá a estudá (RONDON/PA).

Casseb-Galvão (1999) descreve o uso de *achar* em (30), verbo pleno, como o item-fonte do processo de gramaticalização, pois é o item a partir do qual a unidade lexical se instaurou, a unidade fornecedora do material morfofonológico e de alguns traços de significação que permanecerão nos demais tipos de *achar*. Exibe todas as características morfológicas de verbo: concordância de número e pessoa, completa variação de tempo e modo, pode aparecer tanto em orações absolutas quanto em orações hipotáticas e encaixadas, e aceita apassivação. Trata-se, provavelmente, da extensão mais imediata de *afflare*, do latim, 'soprar', 'farejar', 'descobrir a caça pelo cheiro', que tem essa mesma natureza sintático-semântica. O verbo *achar*, usado como em (30), é um elemento fundamental em uma típica situação de fala e reflete uma experiência humana elementar, providencia pontos de referência concreta para a orientação humana.

Outros usos verificados são os mostrados em (31) e (32).

(31) Era...*eu achava*...(era) uma vida farta eu sempre gostei de Rondon (RONDON/PA).

(32) ... ali perto da praça da Sé tudo esburacado por causo do metrô né? *achei* horrível (NURC/SP).

Em (31) e (32), o enunciador manifesta uma apreciação, uma opinião fundamentada naquilo que o sujeito sabe do objeto em relação à qualidade que lhe é predicada; diz respeito à avaliação de um estado-de-coisas, expresso no nível da predicação. Essas experiências do falante podem ser tanto diretas quanto indiretas. Nesse caso, o falante opina relativamente a partir de um ponto qualquer de referência. Esse uso de *achar* aceita o apagamento do *que* + *cópula*[17] sem que haja alteração de sentido. O verbo *achar*, em (31), apresenta variabilidade de modo e tempo, além da concordância número-pessoal; é um verbo do tipo "processo", tem um sujeito afetado, do tipo "experienciador", com traço [+ humano]; seleciona um argumento externo (SN-sujeito), que pode vir ou não realizado foneticamente, e é sempre predicado por um qualificador (SAdj) [+ abstrato]. O adjetivo pode ser o predicativo de uma oração copulativa encaixada reduzida. O verbo de ligação é cancelado e, muitas vezes, o adjetivo é deslocado para antes do SN. Essa variação formal é interessante do ponto de vista da gramaticalização, pois é um indício de que as mudanças não são abruptas, mas acontecem de maneira gradativa através de estágios intermediários. Observe em (33), o uso de *achar palpite*.

(33) ...não sei mas *acho* que era o Dema mais o Tico parece ou foi o Valdo (RONDON/PA).

O uso de *achar* em (33) indica que o enunciador manifesta um palpite. Quanto à caracterização semântica em termos de posto e de pressuposto, por exemplo, Vogt & Figueira (1989) relacionam esse uso ao grau de experiência do falante com a situação enunciada. Caso o falante desconheça determinada situação, isso vem implícito em seu enunciado — pressuposto, evidência. Dessa forma, a codificação sintática deverá propiciar sua intenção em denunciar um palpite, que pode ser fundamentado num dado qualquer que não decorra da experiência com o objeto. Fundamenta-se em evidências indiretas, índices que o falante considera insuficientes para comprometê-lo com a verdade daquilo que diz. Ou ainda, o falante pode não saber ou não querer explicar a fundamentação de seu palpite e o uso de *achar* protege sua fala de ser contestada.

A distinção entre o *achar* em (33) e o *achar* (32) depende totalmente das intenções do falante ao realizar o ato de fala introduzido por *eu acho*. Como um modalizador epistêmico, *achar* é uma estratégia sinalizadora de certa distância do falante em relação ao enunciado que produz.

17. Pressupõe-se o apagamento da seqüência "que era", típica da construção "Eu acho que era...".

O *achar palpite* em (33) opera no nível proposicional[18], pois, ao se posicionar em relação à avaliação do valor de verdade do que se enuncia, o falante assume seu enunciado como verdadeiro no mundo possível. Formalmente, algumas estratégias aparecem como correlatas: o emprego de 1ª pessoa do presente do indicativo, sinalizando a não-certeza sobre o conteúdo da proposição, que está no nível da *possibilidade, da não-certeza.* O falante fundamenta sua incerteza na *aparência*, o que implica *relativização* do conteúdo enunciado, que, por sua vez, se justifica pelo *não-conhecimento* ou *desconhecimento* — *não-experiência.* O *achar palpite* tem um caráter modalizador mais acentuado que o *achar opinião;* já não assume o *status* de verbo pleno, pois não se apresenta como núcleo de uma predicação, tratando-se de um operador proposicional epistêmico (de natureza gramatical).

Segue em (34) outro uso de *achar.*

(34) são::... tribos assim que têm mais ou menos a mesma estrutura... todos no Alto Xingu *eu acho...* Baixo não sei...e::: aí eu não entrei se tem algum sistema de hierarquia pajé é a mesma coisa? (NURC/SP),

O *achar satélite atitudinal*, em (34), atua fora da estrutura sentencial. Esse elemento tem uma função modalizadora, pois se presta a codificar a incerteza sobre o que o falante está afirmando. Seu comportamento diferenciado em relação aos tipos de *achar* anteriormente descritos é evidenciado pelas propriedades não-verbais, muito semelhantes ao dos itens que exercem a função gramatical de advérbio, razão de ele ser classificado como um satélite atitudinal. Seus correlatos formais são a não-variabilidade de modo, tempo, pessoa e número; cristalização das relações de concordância somente com a 1ª pessoa do singular — que pode vir realizada foneticamente ou não, com o tempo presente e com o modo indicativo. Esse uso de *achar* não subcategoriza argumento interno e tem grande mobilidade na cadeia sintagmática, podendo aparecer anteposto, posposto ou interposto à sentença, sem que seu significado seja alterado. Geralmente surge depois de uma emissão completa de raciocínio e pausa, exercendo comportamento semelhante ao dos advérbios sentenciais. Tendo em vista seu comportamento, considera-se este o uso mais gramaticalizado de *achar.*

18. A qualificação epistêmica incide sobre uma proposição, levando o conteúdo do dito para mundo dos fatos possíveis.

Ao utilizar o *achar satélite atitudinal*, o falante manifesta seu julgamento sobre o valor de verdade da proposição e também o seu (des)comprometimento em relação a essa verdade, revelando uma possibilidade epistêmica. Esse uso desencadeia significações no domínio modal, decorrentes das avaliações que o falante promove a respeito do que ele diz na camada proposicional e transita pela camada pragmática na medida em que aparece como um mecanismo de pressuposição, de negociação da interlocução, sinalizador da incerteza do que se assevera, constitui um estágio mais avançado do verbo modal epistêmico (*achar palpite*).

Gonçalves (2003) verificou um trajeto semelhante para o verbo *parecer*, cujas formas *fonte, intermediária e alvo* estão em (35), (36) e (37):

(34) **Parecer$_1$ (predicado verbal)**
Fica uma delícia (est) Fica uma delícia ... que (inint) Não fica aquele – fica cajuzinho cre/ caramelo, [o amendoim] *fica parecendo* um caramelo (PEUL/RJ/Amostra 80).

(35) **Parecer$_2$ (suporte da predicação / operador modal)**
[E e F vêm falando sobre a política nacional] E: o senhor me parece uma pessoa bem politizada mesmo, né? (PEUL/RJ/Amostra 80).

(36) **Parecer (satélite atitudinal)**
Tinha festa de orfanato. Aquela ali é a festa, também, muito relacionada. Ali, dada às crianças. Ali, é a coisa <bo-> é no 1º de maio. Esse ano não teve, caiu no Domingo, onde - <dom-> Domingo — então, [eles preferiram transferir *parece* para o dia das crianças], porque, em geral, os — a religião dele, aos Domingos, não — não — é dia completamente de — que não tem comércio, não é? (PEUL/RJ/Amostra 80).

Achar e *parecer* são os modalizadores epistêmicos mais prototípicos no PB. Como elementos da expressão da subjetividade, ancoram a enunciação projetando o enunciando para o mundo de possibilidades, *irrealis*; são altamente produtivos para codificar (des)comprometimento do locutor com o conteúdo do que enuncia. Casseb-Galvão (1999), ao investigar a freqüência de uso do modalizadores no PB obteve os seguintes resultados:

Amostra \ Modalizador	achar		parecer		acreditar		talvez		outros		Total
NURC/SP	62	34%	46	25%	16	8%	25	14%	33	19%	182
RONDON	52	84%	7	11%		-	2	3%	1	2%	62
Total	114	47%	53	22%	16	6%	27	11%	34	14%	244

Tabela 1: Usos de modalizadores no PB (Amostra RONDON e NURC/SP).

Os usos de *achar* e *parecer* epistêmicos são recorrentes na variedade portuguesa do Brasil tanto entre falantes de nível superior (NURC), quanto entre os de pouca escolaridade (RONDON). Freqüência e traços semânticos[19] lhe conferem alto grau de prototipicidade[20], e, conseqüentemente, alto grau de funcionalidade. São, portanto, subsistemas gramaticais em desenvolvimento, relevantes na língua.

O aprendiz de língua materna certamente tem esses subsistemas disponíveis em sua gramática interna. As relações de subjetividade são inerentes à linguagem, ancoram a enunciação, e sendo assim, pressupõe-se que o livro didático, principal recurso teórico-metodológico no ensino de língua portuguesa, atente para a constituição desse paradigma.

Essas considerações levam a uma pergunta: manuais de gramática da língua portuguesa e os livros didáticos têm dispensado atenção a esses usos gramaticalizados de modalizadores epistêmicos, recursos discursivos importantes no exercício da atividade comunicativa do aprendiz de língua materna? Na seção seguinte, apresentam-se os resultados verificados na pesquisa que tentou responder essa questão e cujos objetivos foram:

I. Verificar:

A) se o estudo de modalizadores epistêmicos, elementos altamente produtivos na expressão da subjetividade do usuário da língua, consta do conteúdo dos manuais de gramática da língua portuguesa e de livros didáticos[21];

19. Traços de incerteza, possibilidade, probabilidade, evidência, aparência.
20. Refere-se ao grau de distanciamento e aproximação em relação aos traços centrais de uma categoria.
21. Consideram-se manuais de gramática e livros didáticos equivalentes em virtude do conteúdo que veiculam (programa de ensino de língua portuguesa).

B) se os livros, enquanto ferramentas de divulgação do conhecimento lingüístico no âmbito escolar, reconhecem *achar* e *parecer* entre os integrantes desse paradigma;

C) se a gramaticalização é reconhecida como um processo de mudança lingüística, haja vista que as alterações categoriais de *achar* e *parecer* (de verbo pleno a modalizador) são visíveis nos diferentes usos.

E, em caso negativo,

II. mostrar os usos e a funcionalidade desses modalizadores na expressão de intenções comunicativas, e, conseqüentemente, a importância de atentar para a instabilidade sistêmica decorrente de processos de gramaticalização nas aulas de língua portuguesa, a partir da análise de textos de diferentes gêneros, integrantes dos manuais investigados.

3.1. Modalizadores epistêmicos (*achar* e *parecer*) em manuais de gramática da língua portuguesa

Foram considerados para esta análise três livros didáticos de língua portuguesa entre os mais utilizados no ensino médio, identificados, doravante, como *M1*, *M2* e *M3*, respectivamente. A partir de usos de *achar* e *parecer* em textos constantes desses manuais, foram feitas algumas considerações a respeito do caráter polissêmico desses itens, desenvolvidos via gramaticalização, das suas funcionalidades e do efeito de sentido que eles promovem nos textos.

Em *M2*, distinguem-se verbos significativos, como aqueles que concentram a informação central comunicada pelo predicado, e verbos do tipo cópula, de ligação; não se faz menção a outra subcategoria verbal. No entanto, ao tratar dos elementos da comunicação na perspectiva jakobsoniana, traz um artigo de opinião a respeito de um rapaz de Riversul, no interior paulista, que deixou de ir à escola para ser vaqueiro, e a justiça condenou seu pai por isso. Ao comentar o uso do *achar*, no trecho transcrito abaixo, *M2* faz um questionamento a respeito da referência da forma verbal e pede ao leitor que justifique a sutil opinião do jornalista, exposta no texto, cujo trecho segue reproduzido em (38).

(38) Silvio, ainda hoje se recusa a ir à escola. "Não gosto, minha vida é outra". Sua vida é montar o cavalo Estanho, um manga-larga

avermelhado, e correr atrás do gado. Um vaqueiro, **acha**, não precisa mais do que isso (grifo nosso) (*Jornal da Tarde*, 24 jan. 2001, apud M2).

O exercício proposto não direciona o questionamento para o efeito de sentido pretendido pelo enunciador ao fazer uso da palavra *achar*: atribuir ao vaqueiro a responsabilidade por uma fala tão polêmica, preservando sua imagem de jornalista imparcial, mas que apura os fatos. Essa manobra traz uma das inúmeras facetas do locutor, uma possibilidade de manifestação da subjetividade inerente a qualquer processo de comunicação.

M1 trata apenas dos verbos plenos regulares e irregulares e *M3* distingue os verbos plenos do auxiliares e, neste domínio, parece seguir Bechara (1999), pois agrupa os volitivos no mesmo nível funcional de modalizadores como *poder*, *ter* e *dever*.

Casseb-Galvão (2003), ao estudar o tratamento dos verbos modais *poder* e *dever* nas gramáticas de Rocha Lima (2001), Cunha & Cintra (1985) e Bechara (1999), verificou que nenhum deles reconhece a expressão da modalidade epistêmica a partir dos usos de *achar e* de *parecer*.

Esse estudo, no entanto, apresenta evidências de que o tratamento dado por Bechara (1999) a esse tipo de verbo é diferenciado. Isso se deve ao fato de que ele reconhece a existência de verbos modais, cuja definição é a de *verbos que determinam com mais rigor o modo como se realiza ou se deixa de realizar a ação verbal* e também reconhece *parecer* como modal indicador de possibilidade. Diversamente do que se espera, contudo, atribui o mesmo nível de funcionalidade sintático-semântica aos auxiliares modais e aos verbos plenos de expressão de vontade como *pretender*, *conseguir*, *querer*. Esse equívoco não chega a ser um problema: há longas discussões na literatura especializada sobre o real *status* semântico de verbos como *querer* e *pretender*.

Retomando a análise dos manuais, *M3* traz uma longa explicação sobre a expressão lingüística da incerteza, cortesia, polidez, e possibilidade, um avanço para esse tipo de obra. Em contrapartida, não reconhece os usos modais epistêmicos de *achar* e de *parecer*.

Essa breve incursão nos manuais de língua portuguesa do ensino médio mostra que há uma lacuna entre o que se tem descrito sobre o português do Brasil e o que se estuda nas escolas brasileiras. Não se tem atentado para os processos

constitutivos da língua, para sua instabilidade sistêmica e sua fluidez constante. Como esses manuais constituem o principal recurso metodológico no ensino de língua portuguesa, nota-se um descompasso em três pontas de um grande triângulo composto por:

(i) dinamicidade e mudança da língua portuguesa;
(ii) avanços e descobertas das ciências lingüística;
(iii) estabilidade do ensino de língua portuguesa.

As conseqüências negativas são muitas, dentre as quais a má qualidade da formação escolar e o conhecimento ínfimo da língua materna, exemplificado, nesta discussão, pelo não-reconhecimento de estratégias lingüísticas importantes para os domínios lingüísticos como aqueles relacionados à manifestação da subjetividade do usuário da língua.

O não-tratamento de categorias tão importantes para a organização discursiva, como os modalizadores epistêmicos, que marcam lingüisticamente o grau de comprometimento do falante com a verdade do que enuncia, certamente gera problemas para o ensino/aprendizagem, uma vez que o conhecimento da norma-padrão pelo aluno não implica desenvolvimento de habilidades comunicativas para situações específicas, como sujeito sócio-histórico e ideologicamente constituído.

Como falante nativo do português, o aluno recorre a esses modalizadores em situações de uso na modalidade falada, menos privilegiada no contexto de sala de aula. E, nessa condição, deveria saber que é o discurso efetivamente realizado que fornece os dados para se conhecer a gramática (sistema) de uma língua e a funcionalidade das manifestações da linguagem. Esse conhecimento, contudo, não é passível de discussão nas salas de aula.

Argumenta-se a favor de o estudante da língua materna reconhecer a instabilidade na organização funcional dos sistemas lingüísticos, especialmente, dos subsistemas em questão, a partir do estudo dos diferentes gêneros textuais trazidos nos próprios livros didáticos e que servem de ponto partida para o tratamento de diferentes fenômenos gramaticais ou para atividades de produção e interpretação de textos relevantes para o desenvolvimento da habilidade comunicativa do aluno. É o que sugerem as propostas de tratamento aos usos de *achar* e de *parecer* modais a seguir explicitadas.

3.2. Proposta para um tratamento de *achar* e *parecer* em aulas de língua portuguesa

Algumas aplicações do que se discutiu até então são trazidas para a prática de ensino de língua portuguesa e contribuem para o desenvolvimento de habilidades comunicativas do aluno do ensino médio. Consideram-se a polissemia dessas formas, sua funcionalidade e o efeito de sentido promovido na organização textual.

Os textos analisados nesta seção integram os livros didáticos pesquisados. Eles trazem usos menos e mais gramaticalizados de *achar e* de *parecer* e para os quais esses manuais não dispensaram atenção, com exceção de *M2* em relação ao *achar*, nos termos mencionados na seção anterior. Passa-se, a seguir, à apresentação dos textos integrantes dos livros didáticos analisados, à qual segue uma proposta de análise.

(39) Conto: Sebo

— Moça, eu nunca pisei aqui. Preciso comprar um livro...

— Qual? Ela perguntou — Mistério, suspense, romance, ficção, livro didático, ocultismo, religioso, de psicanálise, psicologia, médico, língua estrangeira, tradução, periódico, revista, tese, enciclopédia... (...)

— Moça, eu quero saber onde ***achar*** *um livro maravilhoso para dar de presente...*

— Ah, para a namoradinha que só lê a revista Desejo... Já sei o tipo: frases doces, propostas delicadas, abraços, beijos, mais abraços, mais beijos, final feliz. Andar de cima, prateleira 15-A. Os preços que ficam na ponta da prateleira são indicados por letras, que ficam na contracapa dos livros. Edições filetadas a ouro têm um outro preço...Ia dizer para ela que... Mas ***achei*** *melhor não falar nada. Dei-lhe as costas e subi a escada.*

Andrade, *Mistérios no sebo de livros.*
São Paulo: Atual, 1995. In: M3

O excerto (39) favorece reflexões a respeito da polissemia das formas lingüísticas e, mais especificamente, do *achar*, que no texto se apresenta como item lexical, classificado pelo rótulo gramatical de verbo pleno, e também como um operador proposicional ao expressar a apreciação do comprador em relação a

sua própria atitude. Este último, mais abstrato, oferece ao leitor informações de como ele deve avaliar a atitude da vendedora e auxilia na composição da imagem das personagens envolvidas: uma vendedora cuja eficiência beira a indiscrição e um comprador gentil e prudente.

(40) Entrevista

FELIPE DYLON

Mais do que um astro pop, ele é surfista e sempre consegue arrumar tempo, em sua agenda lotada, para pegar onda.

Qual a melhor* surf trip *que você já fez?

Tive oportunidade de viajar com o meu pai para a Califórnia e ***peguei*** *boas ondas lá, apesar de a água ser congelante. Em seguida* ***a gente*** *foi ao Hawaí, tive grande prazer de estar naquela terra, lugar muito bonito, uma energia boa pra caramba, sem contar as ondas perfeitas. A surf trip da minha vida sem dúvida foi para o Hawaí.*

Qual é a* surf trip *dos seus sonhos?

Pô, tem vários lugares que eu tenho vontade de conhecer. Quero ir à Indonésia, um lugar que vejo em filmes e fico louco. (...)

Como você se vê daqui a dez anos?

Acho *que estarei fazendo mais shows, com uma quantidade maior* ***de gente*** *gostando do meu trabalho, e eu continuarei o mesmo moleque de sempre, surfista que gosta da natureza, do mar, de curtir como qualquer pessoa.*

http://www2.uol.com.br/fluir/fluir_girls. In: M3

Nessa entrevista, apresentada em *M3*, ao relatar suas viagens para praticar *surf* e falar de sua viagem dos sonhos, o cantor faz asserções categóricas, o que contribui para compor sua imagem de surfista e cantor de sucesso como descreve o subtítulo da entrevista. Mas, ao ser questionado sobre si mesmo no futuro, inicia sua fala com o operador proposicional *acho que*: ele diz o que suas fãs querem ouvir e o que se espera de um astro, não se compromete; ao final da fala, reforça a imagem de "pessoa normal" que todo astro quer mostrar para, assim, manter a identificação com o público consumidor de seus discos. O uso de *achar* é altamente produtivo como recurso de sustentação argumentativa: a modalização do enunciado pressupõe polidez, o conteúdo da fala de Dylon é validado e, estrategicamente, não há comprometimento com a verdade. Isso se deve à projeção que

se faz para o mundo das possibilidades, até mesmo porque incerteza e futuridade mantêm uma inter-relação dialética.

Esse trecho da entrevista de Felipe Dylon, aliás, constitui um ótimo exemplo da relevância comunicativa de casos de dessemantização ou gramaticalização (vide capítulos 1 e 2): o verbo *pegar* em *peguei boas ondas* constitui um dos estágios de gramaticalização que desenvolveu o uso de *pegar* como marcador discursivo (vide capítulo 3). A título de ilustração, é apresentada a ocorrência em (41), na qual a palavra *pega* foge a um comportamento funcional prototípico de verbos descrito nos manuais.

(41) ...é cultural...porque a hista/ a histeria está praticamente desaparecendo?...sabe antigamente era::você pega...há trinta anos atrás... Europa você encontrava os casos de histeria aqueles de histeria de conversão né? que o cara...tem um aTA::que ali na sua frente...isso não acontece mais...sabe...eu não sei te explicar como é que se deu a mudança... (NURC/SP).

Também são observados os usos de *a gente*, tanto na categoria lexical quanto na categoria gramatical. No *M3* é mencionado o uso pronominal de *a gente*, como se dá a concordância nesses casos e sua funcionalidade como marca de impessoalidade, porém não se estabelece uma relação produtiva disso com as formas homógrafas, polissêmicas, o que poderia levar a uma discussão acerca de mudanças lingüísticas específicas, rumo à gramática.

(42) Tirinha humorística

BROWNE, Dik. O melhor de Hägar O Horrível. Porto Alegre: L&PM, 1996 *In*: M2

A afirmação do primeiro quadro da tirinha é descredenciada pela informação do segundo, a partir de uma idéia que integra o senso comum: o mundo não tem a forma quadrada. O efeito dessa incongruência é a instauração do *frame* humorístico da tira. Mas o ápice do efeito de humor se dá com o uso do *achar* satélite proposicional na fala final de Hägar, pois *acho eu* incide anaforicamente sobre todo o conteúdo enunciado e traz alta carga de incerteza, inspirando pouca validade ao que se enuncia e, conseqüentemente, ao enunciador.

(43) Conto

CONTO DO MISTÉRIO

[...]

Ali ***parecia*** *não haver ninguém. O silêncio era sepulcral. Mas o homem que ia na frente olhou em volta, certificou-se de que não havia ninguém de tocaia e bateu numa janela. Logo uma dobradiça gemeu e a porta abriu-se discretamente.*

Entraram os dois e deram numa sala pequena e esfumaçada onde, no centro, via-se uma mesa cheia de pequenos pacotes. Por trás dela um sujeito de barba crescida, roupas humildes e ar de agricultor, ***parecia*** *ter medo do que ia fazer. Não hesitou — porém — quando o homem que entrara na frente aprontou para o que entrara em segui da e disse: "É este".*

[...]

O que estava por trás da mesa pegou um dos pacotes e entregou ao que falara. Este passou o pacote para o outro e perguntou se trouxera o dinheiro. [...]

Stanislaw Ponte Preta, Conto do mistério. In: *Dois amigos e um chato*. São Paulo: Moderna, 1986. In: M1

Em (43), o uso de *parecer* como verbo pleno auxilia na composição do clima de mistério que se quer promover no texto, pois traz as impressões do narrador a respeito do ambiente narrado. Trata-se de um uso ambíguo que diz respeito tanto à descrição da aparência do local quanto à avaliação do narrador, uma opinião fundamentada naquilo que ele *vê* em relação à qualidade do ambiente, ponto de referência para o julgamento do narrrador.

A função cognitiva (referencial ou ideacional) do verbo *parecer* em seu uso nocional, mais concreto, tem por base uma comparação entre duas entidades referenciais e uma avaliação da semelhança, neste caso, de traços físicos entre ambientes em que não há pessoas. Esse esquema constitui a base cognitiva

para parte de uma constatação e das observações do narrador acerca de estados de coisas no mundo.

(44) Poema

Sempre **me pareceu** *que um poema era algo assim como um passarinho engaiolado e que para apanhá-lo vivo era preciso um meticuloso cuidado que nem todos têm. Poema não se pega no tiro. Nem a laço. Nem a grito. Não, o grito é o que mais mata. É preciso esperá-lo com paciência e silenciosamente como um ...gato [...].*

Mario Quintana, Passarinho. In: *A vaca e o hipogrifo*. Porto Alegre: Garatuja, 1977. *In*: M1

O mundo poético licencia o uso de *parecer* no texto, em que se apresenta como suporte de predicação. Seu uso permite relacionar o resultado da avaliação do que seria um poema em termos do conhecimento que se tem de estados de mundos possíveis e também se apresentem aspectos descritivos que levam a essa avaliação. O contexto de uso realça o traço de possibilidade inerente aos usos epistêmicos de *parecer* e contribui para a construção da singularidade do texto poético.

Nesse uso mais abstrato de *parecer*, são comparadas uma entidade do mundo intelectual, criativo (o poema), e uma entidade do mundo físico (os pássaros), num julgamento de total responsabilidade do enunciador.

(45) Artigo de divulgação científica

Necessidade de um estudo abrangente dos assuntos humanos

A demanda de um estudo abrangente dos assuntos humanos é inspirada por vários motivos. Alguns são permanentes e outros temporários; alguns desinteressados, outros calculistas. O mais forte e apreciável de todos os motivos é a curiosidade. Este é um dos traços distintivos da natureza humana. **Ao que parece**, *nenhum ser humano é dele totalmente destituído, apesar de seu grau variar enormemente de indivíduo para indivíduo No campo dos assuntos humanos, a curiosidade nos leva a buscar uma óptica panorâmica, através da qual se possa chegar a uma visão da realidade, tão inteligível quanto possível para a mente humana.*

Arnold Toynbee, *Um estudo da história*. Brasília / São Paulo: UnB / Martins Fontes, 1987. In: M3

A presença de *ao que me parece*, semelhante ao uso de satélite atitudinal, num texto de divulgação científica, tem como principal efeito de sentido preservar o autor. Mais claramente do que o *me pareceu* no texto em (43), o valor semântico-pragmático de *parecer* na voz de Toynbee expressa uma valoração em relação ao conteúdo da proposição. Em outros termos, no nível das relações interpessoais, o autor deseja que o leitor adicione, com certas reservas, a informação de que nenhum ser humano é totalmente destituído de curiosidade. Ele se preocupa em especificar sua postura em relação à verdade da proposição que ele apresenta à consideração do ouvinte. O uso do modal epistêmico *ao que me parece* modaliza ou mitiga a força asseverativa do conteúdo informacional do complemento oracional nele encaixado, funcionando como uma "nota de rodapé" para o entendimento do conteúdo da oração encaixada.

Esses exercícios mostram que fenômenos associados à gramaticalização são temas extremamente relevantes para o ensino de língua materna especialmente aqueles relacionados à expressão da subjetividade como a modalidade, pois revelam uma visão do funcionamento da linguagem em termos de sua funcionalidade e atualização, imprescindível para o desenvolvimento da competência comunicativa oral e escrita.

Expressões valorativas de subjetividade, do comprometimento, do conhecimento do falante sobre o que enuncia auxiliam o desenvolvimento e a produção de textos de diferentes tipos e gêneros. Os verbos *achar* e *parecer* são os modalizadores epistêmicos mais recorrentes em língua falada e seus usos foram observados em textos escritos de diferentes gêneros. Não há como a escola ignorar esses usos, o que não significa que estejamos propondo levar para a sala de aula do ensino médio a teoria da gramaticalização "em pele e ossos" por assim dizer. Os dados mostram, no entanto, que esse conhecimento descritivo acerca do paradigma modal é imprescindível para o desenvolvimento das habilidades comunicativas do aprendiz de língua portuguesa. Logo, a partir de uma metalinguagem adequada, esse conhecimento poderá desenvolver no aluno habilidades para reconhecer a funcionalidade de diversos elementos e para usá-los nos mais diversos gêneros textuais e situações comunicativas em que for solicitado, dentro ou fora do ambiente escolar.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

A bibliografia comentada está dividida em três partes principais. Na primeira, são apresentadas algumas obras clássicas, imprescindíveis para quem deseja iniciar-se nos estudos da gramaticalização. Todas elas trazem a concepção geral que embasa os estudos da gramaticalização, além dos princípios e dos mecanismos que facultam esse tipo especial de mudança. Na segunda, são elencadas obras que reúnem coletâneas de autores diversos, algumas representando contribuições mais recentes, outras tratando de fenômenos específicos de gramaticalização. A terceira parte traz a contribuição de pesquisadores brasileiros dedicados, na sua maior parte, a estudos de casos.

I – OBRAS CLÁSSICAS

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1958 [1912], 230-280.

Considerada a obra fundante dos estudos de gramaticalização, este ensaio publicado originalmente na *Rivista di Scienza*, XII, n. 26, foi reimpresso, em 1958, na coleção *Linguistique historique et linguistique générale*. Trata-se da obra em que o termo "gramaticalização" foi usado, pela primeira vez, para nomear um processo de mudança lingüística que, nas palavras do autor, consiste na atribuição progressiva de caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma. Além de definir gramaticalização, Meillet é também pioneiro no esforço de justificar a relevância desse fenômeno para os estudos lingüísticos, argumentando que, apesar de existirem dois processos responsáveis pela emergência de formas gramaticais, a saber, a *analogia* e a *gramaticalização*, somente o segundo tem importância decisiva, pois enquanto a analogia renova detalhes, em nível superficial, a gramaticalização cria formas novas e introduz categorias para as quais não havia expressão lingüística antes, podendo transformar o sistema lingüístico como um todo.

LEHMANN, Christian. *Thought on Grammaticalization*. Munich: Lincom Europa (originalmente publicado como *Thought on Grammaticalization*: a Programatic Sketch. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 – Projects, vol. 1), 1995 [1982].

Trata-se de importante obra que, embora tenha tido sua primeira versão publicada somente em 1995, circula entre os estudiosos da gramaticalização desde 1982. No 1° capítulo, o autor apresenta a história das pesquisas relevantes, para, no 2°, circunscrever os conceitos de gramaticalização. O 3° capítulo é dedicado a uma farta exemplificação de fenômenos de gramaticalização em diferentes línguas, abordados desde o nível lexical até o oracional. No último capítulo, de base teórica, apresentam-se parâmetros estruturais que, definidos a partir dos eixos sintagmático e paradigmático, permitem mensurar o grau de gramaticalização de uma forma lingüística.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederik. *Grammaticalization:* a Conceptual Framework. Chicago: University Chicago Press, 1991.

Esse é o mais importante livro sobre gramaticalização. É referência obrigatória em todo estudo que trate do tema. Destina-se não só àquele que já é iniciado no assunto, mas também para os que pretendem tomar contato com ele, pois a linguagem é clara, acessível, com muitos pontos contendo explicações mais básicas sobre o funcionamento das línguas. De início, os autores elaboram um excelente resenha que trata da diacronia do termo *gramaticalização*. Vão, dessa forma, desde o capítulo 1°, estabelecendo um canal de diálogo com qualquer leitor, pois tornam comum o jargão de que vão fazer uso durante todos os demais capítulos da obra. Nos capítulos 2 e 3, os autores apresentam e discutem os processos cognitivos que dão sustentação à gramaticalização, com ênfase nos processos metafóricos e metonímicos. No capítulo 4, propõe-se um quadro de descrição dos conceitos gramaticais, preparatório para, no capítulo 5, serem tratados os desenvolvimentos de categorias gramaticais, a partir de categorias lexicais. Num crescente de complexidade, o capítulo 6, intitulado "From Less to More Grammatical Concepts", trata do nível mais abstrato da gramaticalização: quando um item já gramatical torna-se ou participa de estrutura mais gramatical ainda. O capítulo 7 tem duplo propósito: fornece evidências para a significância das categorias metafóricas já apresentadas no capítulo 2 e dedica especial atenção a alguns outros níveis mais abstratos de metaforização que são relevantes para o entendimento da gramaticalização. No capítulo 8, deixando de lado as forças externas que atuam na gramaticalização, como as tratadas por meio dos processos cognitivos, os autores voltam-se, com maior detalhe, para a estrutura da língua, atendo-se a alguns tópicos de relevância particular para o entendimento das motivações para certas estruturas morfossintáticas. Por fim, no último capítulo, dirigem-se ao entendimento da gramática, a partir dos processos que resultam na gramaticalização. Em resumo, trata-se

de uma obra que prioriza a descrição de fenômenos em mudança motivada pela gramaticalização em diversas línguas africanas, com uma abordagem e explanação que exploram motivações cognitivas.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Direcionada a estudiosos da linguagem não familiarizados com a gramaticalização, a obra apresenta um panorama geral desse campo de estudo. Em seu 1º capítulo, são apresentados os conceitos operacionais, necessários para os capítulos subseqüentes. O capítulo 2 traz um breve histórico da gramaticalização, por meio de seus principais representantes; assim é que se apresentam algumas das principais figuras, desde as fases anteriores a Meillet, e mencionam-se alguns estudiosos do tema na lingüística contemporânea. O foco dos dois próximos capítulos se dirige para os mecanismos que facultam as mudanças identificadas com a gramaticalização. Enquanto, no capítulo 3 enfocam-se os mecanismos estruturais da reanálise e da analogia, no capítulo 4, a atenção se volta para a explanação do papel da inferência pragmática nas mudanças identificadas com a gramaticalização; ênfase é dada aos processos metafóricos e metonímicos. De interesse crucial é o capítulo 4, que trata da hipótese da unidirecionalidade e dos processos de mudança que dela participam: generalização de significado e de funções gramaticais, descategorização, especialização, divergência; o capítulo se encerra com a discussão de alguns possíveis contra-exemplos da unidirecionalidade. No capítulo 6, as discussões sobre gramaticalização se centram nas mudanças que afetam a estrutura interna da oração e, no capítulo 7, nas mudanças no nível da combinação de orações. O último capítulo apresenta alguns tópicos relacionados à gramaticalização que, na visão dos autores, merecem atenção especial para que o quadro explanatório se complete. Sugerem, por exemplo, que novas pesquisas enveredem pelos caminhos da interface gramaticalização/mudança paramétrica e gramaticalização/línguas em contato.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The Evolution of Grammar*: Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

A obra trata dos usos de marcadores gramaticais de tempo, aspecto e modalidade, identificados como um conjunto de categorias gramaticais universais. Os autores mostram que o conteúdo semântico dessas categorias desenvolve-se, translingüisticamente, de maneira gradual e em processos similares. A investigação em dados de 76 línguas sugere trajetórias de mudança universais e unidirecionais e mostra que forma e significado co-variam e que o aumento da gramaticalização do significado pressupõe o aumento da gramaticalização da forma. As análises demonstram que marcadores lexicais evoluem de itens lexicais, por meio de vários mecanismos de mudança, tais como a metáfora e a convencionalização de implicaturas. Mostram, ainda, os autores que a gramaticalização é sempre acompanhada do crescimento de freqüência da forma gramaticalizada, fornecendo evidências de que a língua em uso é o principal fator na evolução para estados sincrônicos da língua. Trata-se de importante obra que traz importantes implicações para o desenvolvimento das línguas naturais e para o estudo dos processos cognitivos em geral.

II – OBRAS COM COLETÂNEAS

TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, Bernd (orgs.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

Essa obra está organizada em dois volumes, que apresentam diversos pontos de vista teóricos sobre a gramaticalização e oferecem descobertas sobre a gênese, o desenvolvimento e a organização de categorias gramaticais em diferentes línguas do mundo. Atenção especial é dedicada às mudanças que afetam a morfossintaxe, a semântica e a pragmática. Os trabalhos reunidos no 1º volume agrupam-se em duas seções: a 1ª, dedicada a questões metodológicas e a 2ª, a questões da direcionalidade das mudanças. Os trabalhos do 2º volume, por sua vez, organizam-se em cinco seções: a estrutura verbal, a estrutura argumental, subordinação, modalidade e os múltiplos caminhos da gramaticalização.

HOPPER, Paul; RAMAT, Ana Giacalone (orgs.) *The Limits of Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

Também representando a reunião de uma coletânea de trabalhos apresentados em simpósio específico sobre gramaticalização (*XXVIII Annual Meeting of the Societas Linguistica Europea*, realizado em Leiden, em agosto de 1995), a obra, por meio de diferentes artigos, apresenta questionamentos acerca do alcance da gramaticalização, diante de fenômenos que se apresentam de certa forma problemáticos para postulados até então vigentes. É o caso, por exemplo, do trabalho de Moreno Cabrera, que trata dos adjetivos espanhóis em *–nte*, que, originados do particípio presente latino, estão hoje fortemente integrados à categoria dos nomes. Uma vez que traços morfossintáticos originais não são mais evidentes, a nova forma é completamente autônoma como nome. É essa a direção de questionamento que seguem os outros dez trabalhos da coletânea, envolvendo fenômenos diferentes de mudanças em línguas variadas.

III – OBRAS BRASILEIRAS

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

Trata-se de obra pioneira sobre fenômenos de gramaticalização e discursivização no português brasileiro, a qual contempla resultados de pesquisas sobre usos da língua desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos *Discurso e Gramática* da Faculdade de Letras da UFRJ. Está estruturada em 14 capítulos. Os dois capítulos iniciais apresentam uma discussão teórica de alguns pressupostos do funcionalismo lingüístico (em sua vertente americana), principalmente daqueles relacionados à noção de iconicidade e aos processos de gramaticalização e discursivização (seus conceitos, pontos de partida e resultados). Os demais capítulos constituem trabalhos empíricos sobre:

(i) a atuação da gramaticalização em fenômenos lingüísticos como complementação verbal, ordenação vocabular, repetição, mecanismos de negação e usos dos operadores argumentativos *então* e *assim* e das partículas *lá* e *até*; (ii) as trajetórias de mudança percorridas por *né?* e *saber* desde os seus sentidos originais até a etapa da discursivização. É obra interessante para quem, após leitura teórica, precisa aprender a reconhecer a atuação da gramaticalização em casos específicos da língua portuguesa.

VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Este livro constitui-se uma continuação do livro anterior, no sentido de que também apresenta a atuação da gramaticalização em fenômenos do português. São três capítulos, que remetem a análises de alguns itens e construções do português sob o enfoque funcional, com atenção voltada para os processos de mudança identificados com a gramaticalização. Os dois primeiros capítulos exploram a combinação de orações, sob o viés da gramaticalização, envolvendo os complementos oracionais dos verbos *pensar*, *achar*, *saber*, *ver*, *mandar*, *querer* e *deixar*, enquanto o terceiro foca processos de gramaticalização e de discursivização envolvendo os operadores argumentativos, de base adverbial (*agora*, *bem*, *mal*, *apenas*, *tal* e *assim*), e marcadores discursivos, de base verbal (*tá?*, *sabe?*, *entendeu?* e *quer dizer*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ANDERSON, L. B. Evidentials, Paths of Change, and Mental Maps. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (orgs.). *Evidentiality:* The Linguistic Coding of Epistemology. Norwood, NJ: Ablex, 1986, p. 273-312.

ATLAS, J. D.; LEVINSON, S. C. *It*-Clefts, Informativeness, and Logical Form: Radical Pragmatics (Revised Standard Version). In: COLE, P. (org.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981, p. 1-61.

BARROSO, P. H. O. O verbo BUSCAR em processo de gramaticalização: sua recategorização. In: *Seminário do GEL*, 54, 2006, Araraquara. *Caderno de Resumos...* Arararaqua: GEL, 2006, p. 300.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BISANG, W. Grammaticalization and Language Contact, Constructions and Positions. In: RAMAT, A. G.; HOPPER, P. (orgs.). *The Limits of Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 13-58.

BOLINGER, D. *Meaning and Form*. London: Longman, 1977.

____. Wanna and the Gradience of Auxiliaries. In: BRETTSCHEIDER, G.; LEHMANN, C. (orgs.) *Wege zur universalien Forschung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1980, p. 292-299.

BORBA et al. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

BRAGA, M. L. Os As orações encaixadas no dialeto carioca. In: Conferência para concurso de professor titular junto ao Departamento de Lingüística e Filologia da Faculdade de Letras da UFRJ, Rio de Janeiro,1999a.

_____. Complementos oracionais no português do Brasil e no português de contato. 1999b. Disponível em http://www.abralin.org. Acesso em 23.maio.2003.

BRAGA, M. L.; PAIVA, M. C. Do advérbio ao clítico é isso aí. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português brasileiro*: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 206-212.

BYBEE, J. Mechanisms of Change in Grammaticalization: the Role of Frequency. In: JANDA, R.; BRIAN, J. (orgs.). *Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 602-623.

BYBEE, J.; HOPPER, P. (orgs.) *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

BYBEE, J. L.; PERKINS, R. D.; PAGLIUCA, W. *The Evolution of Grammar: Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

_____. Back to the Future. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: Jonh Benjamins, 1991, p. 17-58.

CÂMARA JR.., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1975.

CAMPBELL, L.; JANDA, R. Introduction: Conceptions of Grammaticalization and their Problems. *Language Sciences*, 23, 2001, p. 93-112.

CAMPBELL, L. What's Wrong with Grammaticalization. *Language Sciences*, v. 23 2001, p. 113-161,.

CARNEIRO, A. G. *O conector discursivo "quer dizer": um caso de gramaticalização*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

CARVALHO, C. S. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos*: uma análise funcionalista. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2004.
CASSEB-GALVÃO, V. C. *O 'achar' no português do Brasil*: um caso de gramaticalização. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1999.
____. Gramática tradicional vs. Gramática funcional: um breve estudo a partir dos usos modais dos verbos *poder* e *dever*. *Revista Temporis (Ação)*. Cidade de Goiás, v. 1, n. 72003, p. 75-86,.
CASTILHO, A. T. *Projeto de história do português paulista*. FAPESP, 2006.
____. Proposta funcionalista de mudança lingüística. In: RAMOS, J. (org.). *Para a história do português brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG, v. 5, 2003, p. 45-70,.
____. Unidirectionality or Multidirectionality? Some Issues on Grammaticalization. In: XII Seminary of Functional Syntax. São Paulo: USP, 2002a.
____. Aspecto verbal no português do Brasil. In: ABAURRE, Mª B. M.; RODRIGUES, A.C.S. (orgs.) *Gramática do português falado*, v. VIII: Novos estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002b, p. 83-121.
____. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 19, 1997, p. 25-64.
CEZARIO, M. M., *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
CEZARIO, M. M. et al. Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, M. E. et al. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 77-114.
CHAFE, W., Integration and Involvement in Speaking, Writing and Oral Literature. In: TANNEN, D. (org.). *Spoken and Written Language*: Exploring Orality and Literacy. New Jersey: Norwood, 1982, p. 35-53.
CRAIG, C. Ways to Go in Rama: a Case Study in Polygrammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Aprroaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 455-492.
CROFT, W. *Radical Construction Grammar*: Syntactic Theory in Typological Perspective. New York: Oxford University Press, 2001.
CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
CUNHA, C. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
____. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE/MEC, 1990.
CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
DECAT, M. B. N. Uma perspectiva funcionalista para a descrição do português. In: GUEDES, M. et al. (orgs.). *Teoria e análise lingüísticas*: novas trilhas. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL/UNESP/Cultura Acadêmica, 2006, p. 81-98.
____. Orações relativas apositivas: SNs "soltos" como estratégia de focalização e argumentação. *Revista Veredas*, Juiz de Fora, 2005, p. 79-102.
DIAS, N. B. *As cláusulas apositivas: estatuto sintático, semântico e pragmático*. Relatório de Pesquisa. FAPEMIG. 2004.
____. Cláusulas apositivas em português: estatuto sintático-discursivo. In: 54° Seminário do GEL. São Carlos, 2005.
DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and Derived Constructions. 2.ed. New York: Mouton de Gruyter, 1997.
DOWNES, W. *Language and Society*. London: Fontana Paperbacks, 1984.
DUBOIS, J. Competing Motivations. In: HAIMAN, John (org.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985, p. 343-365.
DUBOIS, J. et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Libraire C. Klincksieck, 1951.
FERREIRA, A. G. *Dicionário latim-português. Lisboa*. Lisboa: Porto Editora, 1983.
FILLMORE, C.; KAY, P., O'CONNOR, C. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: the Case of "Let Alone". *Language*, n. 64, 1988, p. 501-538.
FILLMORE, C. J. Syntactic Intrusions and the Notion of Grammatical Constructions. *Berkley Linguistic Society* , n. 11,1985, p. 73-86.
FOLEY, W.; VAN VALIN, R. D. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FRAJZYNGIER, Z. *Grammaticalization of the Complex Ssentence*: a Case of Study in Chadic. Amsterdam: John Benjamins, 1986.
GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
______. The Pragmatics of De-transitive Voice: Functional and Typological Aspects of Inversion (Introduction). In: _____(org.). *Voice and Inversion*. Amsterdam: John Benjamins, 1994, p. 3-46.
GIVÓN, T. Verb Serialization in Tok Psin and Kalam: a Comparative Study of Temporal Packaging. In: VERHAAR, J. W. M. S. J. (org.). *Malanesian Pidgin and Tok Psin*. Amsterdam: John Benjamins, 1990, p.19-56.
______. *Syntax*: a Functional-typological Introduction. Philadelphia: John Benjamins, 1984.
______. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
______. Serial Verbs and Syntactic Change: Niger-Congo. In: LI, C. N. (org.) *Word Order and Word Change*. Austin: University of Texas Press, 1975, p. 47-112.
______. Historical Syntax and Synchronic Morphology: an Archaeologist's Field Trip. *Papers from the 7th Regional Meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971.
GOLDBERG, A. E. *Constructions*: a Constructional Grammar Approach to Argument Structure. London: The University of Chicago Press, 1995.
GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade*: um estudo de caso no português do Brasil. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.
HAIMAN, J. From V/2 to Subject Clitics: Evidence from Northern Italian. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, Bernd (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p.135-158.
HAIMAN, J. *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
HARRIS, A.; CAMPBELL, L. *Historical Syntax in Cross-linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University, 1995.
HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (orgs). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
______. Grammaticalization as an Explanatory Parameter. In: PAGLIUCA, W. (org.). *Perpectives on Grammaticalization. Current Issues in Linguistic Theory*, n. 109. Amsterdam: John Benjamins, 1994, p. 255-287.
HEINE, B. *Auxiliaries*: *Cognitive Forces and Grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 1993.
HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization*: *a Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991a.
______. From Cognition to Grammar: Evidences from African Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991b, p. 149-188.
HEINE, B.; KUTEVA, T. *World Lexicon of Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
HEINE, B.; REH, M. Patterns of Grammaticalization in African Languages. *AKUP-47*, Cologne: Universitätzu Köln, Institut für Sprachwissenschaft, 1984.
HERRING, S. The Grammaticalization of Rethorical Questions in Tamil. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 253-285.
HOOK, P. E. Paradigmaticization: a Case Study from South Asia. . In: AXMAKER, S.; JESSIER, A.; SINGMASTER, H. (orgs.). *General Session and Prasession on Grammaticalization*. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1988, p. 293-2003.
______. The Emergence of Perfective Aspect in Indo-Aryan Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 59-90.
HOPPER, P. Some Recent Trends in Grammaticalization. *Annu. Rev. Annthropol.*, v. 25, 1996, p. 217-236.
______. On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-36.
HOPPER, P. Emergent Grammar. *Berkeley Linguistic Society*, n.13, 1987, p. 139-57.
HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
HOUAISS, A. et al. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
JOSEPH, B. D. Is There Such a Thing as "Grammaticalization"? *Language Sciences*, v. 23, 2001, p. 163-186.

KAY, P.; FILLMORE, C. J. Grammatical Constructions and Linguistics Generalizations: the What's X Doing Y? Construction. *Language*, v. 75, n. 1, 1999, p. 1-33.
KEWITZ, V. *Gramaticalização e semanticização da preposição A e PARA no português do Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2007.
KOCH, I., VILELA, M. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Editora Almedina, 2001.
KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1993.
KUTEVA, T. *Auxiliation*: an Enquiry into the Nature of Grammaticalization. New York: Oxford University Press, 2001.
LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pensylvannia Press, 1972.
LAKOFF, G.; JOHNSONM. *Metaphors We Live By*. Chicago. University of Chicago Press, 1980.
LANGACKER, R. W. Syntactic Reanalysis. In: LI, C. (org.). *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin: University of Texas Press, 1977, p. 53-139.
____. *Foundations of Cognitive Grammar*: Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.
LEHMANN, C. Towards a Typology of Clause Linkage. In: THOMPSON, S.; HAIMAN, J. (orgs.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 181-225.
____. Grammaticalization: Synchronic Variation and Diachronic Change. *Lingua and Stile* 20, n. 3, 1985, p.303-318.
____. *Thought on Grammaticalization*. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thought on Grammaticalization*: a Programatic Sketch. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien 49 – Projects, v. 1.), 1995 [1982].
LI, C.; THOMPSON, S. Subject and Topic: a New Typology for Language. In: LI, C. (org.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
LICHTENBERK, F. On the Gradualness of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 37-80.
LIMA-HERNANDES, M. C. *Gramaticalização dos processos de combinação de orações*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1998.
____. *A interface sociolingüística/gramaticalização*: estratificação de usos de *tipo, feito, igual* e *como*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005.
____. A gramaticalização e o processo de metonímia: incorporação da negação no português. (Trabalho submetido à publicação de livro do XI SILEL, Universidade Federal de Uberlândia), 2006.
LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. Polaridade no encaixamento. In: KEMMLER, R.; SCHÄFER-PRIEß, B.; SCHÖNBERGER, A. (orgs.). *Portugiesische Sprachgeschichte und Sprachgeschichtsschreibung*. v. 1. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, 2006, p. 257-266.
LONGHIN-THOMAZI, S. R. *Gramaticalização de conjunções na história do português*. Projeto de pesquisa financiado no âmbito do Programa de Apoio a Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes. São Paulo, Fapesp, 2003-2007.
LONGO, B. O., CAMPOS, O. S. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs.). *Gramática do português falado*, v. VIII: Novos estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 445-497.
LUFT, C. P. *Gramática resumida*: explicação da nomenclatura gramatical brasileira. Porto Alegre: Globo, 1978.
MCMAHON, A. M. S. *Understanding Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
MAIER, N. Causatives in Brazilian Portuguese. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 33, jul./dez., 1997, p. 83-96.
MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes: UNICAMP, 1997.
MARTELOTTA, M. E. *Processos de gramaticalização envolvendo cláusulas finais*. Relatório parcial enviado ao CNPq. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: MARTELOTTA, M. E. et al. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996, p. 191-220.
MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil*: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.
MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
MATISOFF, J. Areal and Universal Dimensions of Grammaticalization in Lahu. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.) *Aprroaches to Grammaticalization*. Amsterdan: John Benjamins, 1991, p. 331-380.

MATTOS E SILVA, R. V. Pero e porém: mudanças em curso na fase arcaica da língua portuguesa. *Boletim de Filologia*, v. II, tomo XXIX, fasc. 1-4, Lisboa: Centro de Lingüística de Lisboa,1984, p. 129-151.
MATHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The Structure of Discourse and 'Subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (orgs.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-330.
MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.
MEYER, C. F. *Apposition in Contemporary English*. Cambridge: Cambrige University Press, 1992.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio*: PNLEM / 2005: Língua Portuguesa. Coord: Egon de Oliveira Rangel. Brasília: MEC / SEMTEC, 2004.
MITHUN, M. The Grammaticization of Coordination. In. HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (orgs.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins,1988, p. 331-360.
MÓDOLO, M. *A gramaticalização das conjunções correlativas no português*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2004.
MYHILL, J. Variation in Spanish Clitic Climbing. *Georgetown University Round Table on Language and Linguistics*, 1988, p. 227-250.
NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização. *Gragoatá*, n. 9, 2000, p. 125-135.
NEVES, M. H. M. *A gramática*: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
____. *A gramática funcional*. Campinas: Martins Fontes, 1997.
____. *A gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1991.
NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *D.E.L.T.A.*, v.. 14 (n. especial), 1998, p. 191-208.
NEWMEYER, F. J. Deconstructing Grammaticalization. *Language Sciences*, v. 23, 2001, p. 187-229.
NOGUEIRA, M. T. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escrito no Brasil*. Tese de Doutorado. Araraquara: UNESP, 1999.
NORDE, M. Deflexion as a Counterdirectional Factor in Grammatical Change. *Language Sciences*, v. 23, 2001, p. 231-264.
OLIVEIRA SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (orgs.). *Padrões sociolingüísticos:* análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
OMENA, N. P.; BRAGA, M. L. *A gente* está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (orgs.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 75-83.
PAIVA, M. C. *Amostras do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1999.
PALMER, R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Ensino médio/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002, 360p.
PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. Trad.: M. L. Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966 [1886].
PÉREZ, A. Time in Motion. Grammaticalization of the 'Be Going to' Construction in English. *La Trobe University Working Papers in Linguistics*, n. 3, 2002.
PEZATTI. E.; BECHARA, E. N. O marcador discursivo de conclusão 'então' no PB falado. In: V Congresso Internacional da ABRALIN, Belo Horizonte, 2007.
RAMAT, A. G.; HOPPER, P. *The Limits of Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1998.
RAUBER, A. L. *Interdisciplinaridade e princípios funcionalistas no ensino de língua portuguesa:* um estudo de caso. Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 2005.
ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
RODRIGUES, A. C. S., *A concordância verbal no português popular na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1987.
RODRIGUES, A. T. C. *Eu fui e fiz essa tese*: as construções do tipo 'foi fez' no português do Brasil. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2006.
SANKOFF, G.; BROWN, P. The Origins of Syntax in Discourse: a Case Study of Tok Pisin Relatives. *Language*, n. 52, 1976, p. 631-666.
SANTOS, E. C. S. A gramaticalização do verbo *esperar* no português do Brasil. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 36, 2006.

SARTIN, E. B. G.; LIMA-HERNANDES, M. C. *Eu quero* que você leia meu trabalho: gramaticalização de estruturas volitivas no português brasileiro. *Anais do Congresso Nacional de Humanas da UNICSUL*, São Paulo: Unicsul, 2006.
SHIBATANI, M., Grammaticalization of Topic into Subject. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins,1991, p. 93-134.
SIMÕES, J. *Sintaticização, discursivização e semanticização do gerúndio no português brasileiro*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2007.
SPAZIANI, L. Gramaticalização do advérbio *fora* no português. In: 54° Seminário do Gel, 2006, Araraquara-SP. *Caderno de Resumos*... Araraquara: GEL, 2006, p. 54.
STEFANOWITSCH, A. The Go-and-verb Construction in a Cross-linguistic Perspective: Image-schema Blending and the Construal of Events. In: NORDQUIST, D.; BERKENFIELD, C. *Proceedings of the Second Annual High Desert Linguistics Society Conference*. Albuquerque: High Desert Linguistics Society, 1999.
STEFANOWITSCH, A., The English Go-(PRT)-and-VERB Construction. *Proceedings of the Twentysixth Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, February 18-21, 2000. Berkeley: University of California, 2002.
SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics:* Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
_____. Grammaticalization and Semantic Bleaching. *Berkeley Linguistic Society*, Berkeley, n. 14, 1988, p. 389-405.
TARALLO, F. *Corpus diacrônico do português*. São Paulo: s. e.,1991 (mimeo.).
TARALLO, F. et al. Preechimento em fronteiras de constituintes. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*.V. II. Níveis de análise lingüística. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 315-356.
TAYLOR, J. R. *Linguistic Categorization*: Prototypes in Lnguistic Theory. Oxford: Oxford University Press, 1989.
THOMPSON, S. A.; MULAC, A. A Quantitative Perspective on the Grammaticalization of Epistemic Parenthetical in English. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.) *Aprroaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 314-329.
TRAUGOTT, E. C. Constructions in Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. (orgs.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
_____. The Role of the Development of Discourse Marks in a Theory of Grammaticalization. In: ICHL, XII, Manchester, 1995. Disponível em http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html. Acesso em: abr. 2007.
_____. Pragmatic Strengthening and Grammaticalization. In: AXMAKER, S.; JESSIER, A.; SINGMASTER, H. (orgs.). *General Session and Parasession on Grammaticalization*. Berkeley Linguistics Society, 1988.
_____. From Propositional to Textual and Expressive Meanings: Some Semantic-pragmatic Aspects of Grammaticalization. In: LEHMANN, W., MALKIEL, Y. (orgs.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, p. 245-271.
_____. Meaning: Change in the Development of Grammatical Markers. *Language Science*, n. 2, 1980, p. 44-61.
TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.) *Aprroaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamim, 1991.
TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The Semantics-pragmatics of Grammaticalization Revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.
____ A gramaticalização do verbo *começar*. In: TRAVAGLIA, L. C. et al. (orgs.). *Lingüística:* caminhos e descaminhos em perspectiva. Uberlândia: Editora da UFU, 2006. 16 p. [cd-rom].
VICENTE, R. B. *Gramaticalização de sinalizadores de conclusão no português*: variedades brasileira e européia. Projeto de dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2006 (inédito).
VOGT, C.; FIGUEIRA, R. A. Dois verbos *achar* em português? In: VOGT, C., *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 165-210.
VOTRE, S. J. *Dicionário básico de lingüística funcional*. 1999. (Inédito).
VOTRE, S. J.; MARTELOTTA, M. E.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2004.
WHITE. A. www. grammatics.com/appraisal. Acesso em jan.2001.
ZIEGELER, D. Redefining Unidirectionality: Is There Life After Mdality? In: FISCHER, O.; NORDE, M.; PERRIDON, H. (orgs.) *Up and Down the Cline*: the Nature of Grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins, 2004, p. 115-135.

SOBRE OS AUTORES

SEBASTIÃO CARLOS LEITE GONÇALVES

Doutor em Lingüística (área de concentração: Sociolingüística) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professor da UNESP – Campus de São José do Rio Preto, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

MARIA CÉLIA LIMA-HERNANDES

Doutora em Lingüística (área de concentração: Sociolingüística) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

VÂNIA CRISTINA CASSEB-GALVÃO

Doutora em Lingüística e Língua Portuguesa pela UNESP – Campus de Araraquara, é professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

CRISTINA DO SANTOS CARVALHO

Doutora em Lingüística (área de concentração: Sociolingüística) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus de Conceição do Coité, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

NILZA BARROZO DIAS

Doutora em Lingüística (área de concentração: Sociolingüística) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

SANDERLÉIA ROBERTA LONGHIN-THOMAZI

Doutora em Lingüística (área de concentração: Semântica) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da UNESP – Campus de São José do Rio Preto, onde atua no ensino de graduação e de pós-graduação.

ANGÉLICA TEREZINHA CARMO RODRIGUES

Doutora em Lingüística (área de concentração: Sociolingüística)a pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora da Universidade Federal de São Carlos, onde atua no ensino de graduação.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM ACASLONM 11/15
E IMPRESSA PELA GRÁFICA PALAS ATHENA EM
CHAMOIS FINE DUNAS 80G. DA RIPASA PARA A
PARÁBOLA EDITORIAL EM JUNHO DE 2007.

Este livro é uma homenagem a **Maria Luiza Braga**, tributo à dedicação de uma professora-pesquisadora que não tem receios de compartilhar conhecimentos e, por isso, vem formando professores-pesquisadores ao longo de sua passagem por diferentes instituições de ensino e pesquisa do país, contribuindo com o progresso da Lingüística no Brasil. **Malu** compartilhou com os autores deste livro, todos seus ex-orientandos, reflexões acerca da teoria e de fenômenos de gramaticalização e fez incursões que profetizavam o espaço que essa temática viria a ocupar no cenário lingüístico atual. Aulas, grupo de estudos, eventos científicos, encontros sociais foram palcos de discussões regidas pela voz meiga, mas firme, de quem vê no conhecimento uma parte significativa de sua própria existência. Esta obra, que, de certo modo, nasceu sob o olhar de **Maria Luiza Braga**, é entregue à comunidade científica como produto de incursões em uma temática relevante para o entendimento da constituição dos sistemas lingüísticos. Expressa o desejo de melhor traduzir a palavra *obrigado* a uma pessoa generosa e a uma profissional brilhante que é referência para aqueles que desfrutam de seus ensinamentos e convívio.

Maria Luiza Braga é PhD pela *University of Pennsylvania*, com a tese *Topicalizations and Left Dislocations in Capeverdean Creole*, orientada por Gillian Sankoff, William Labov, Ellen Prince e Anthony Naro. Atualmente é Professora Titular da Faculdade de Letras da UFRJ e Pesquisadora do CNPq. Começou sua carreira acadêmica na Universidade Federal de Uberlândia e exerceu atividades de pesquisa e ensino na Universidade Federal Fluminense, na PUC do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual de Campinas. Como uma das pioneiras dos estudos da gramaticalização no Brasil, suas reflexões a respeito dessa temática ganham ressonância em diferentes instituições de pesquisa e ensino no Brasil na voz de seus ex-orientandos. Organizou vários livros em co-autoria, escreveu dezenas de capítulos de livros e publica constantemente em revistas especializadas.